OBRAS FILOSÓFICAS DE SÊNECA

Volume 2: Tratados

DA CLEMÊNCIA
SOBRE OS BENEFÍCIOS

SUMÁRIO

Introdução **5**
Sêneca, Nero e a ética do poder 12
Poder, escravidão e dependência 15
Exemplum, retórica e filosofia 16
Cronologia essencial do volume 17
Transmissão e estado do texto 18
Da Clemência **20**
Sobre os Benefícios **46**
Livro I 46
Livro II 60
Livro III 80
Livro IV 102
Livro V 127
Livro VI 147
Livro VII 173
Nota sobre a tradução **193**
Guia de leitura dos sete livros 194
Glossário filosófico 195
Orientação bibliográfica 197
Referências 199

INTRODUÇÃO

Este segundo volume das Obras Filosóficas de Sêneca reúne dois textos que deslocam para o espaço público e para as relações entre pessoas problemas que, no primeiro volume, apareciam sobretudo sob a forma do governo de si. Da Clemência pergunta o que acontece quando o poder de decidir sobre a vida, a punição e a segurança de muitos se concentra nas mãos de um só; Sobre os Benefícios examina os vínculos que nascem quando alguém dá, recebe e retribui alguma coisa fora da lógica estrita da compra, da venda ou do empréstimo. Em ambos os casos, a filosofia é chamada a regular uma assimetria. O príncipe possui força que seus súditos não possuem; quem concede um benefício cria uma obrigação que o beneficiado não pode simplesmente medir em moeda. A questão de Sêneca é como impedir que essas desigualdades se convertam em servidão, humilhação, medo ou violência.

O volume anterior apresentou a formação de Sêneca, os principais elementos do estoicismo antigo, sua trajetória política e a diversidade de sua obra. Não é necessário repetir aqui esse quadro. Basta recordar um ponto decisivo: a filosofia senequiana não separa facilmente a disciplina interior das condições concretas da vida romana. Sobre a Ira mostrava que a paixão se torna especialmente destrutiva quando encontra poder para executar sem resistência aquilo que imagina justo; Sobre a Tranquilidade da Alma e Sobre o Ócio discutiam os limites da ação pública; as consolações mostravam a dependência humana de redes familiares, políticas e afetivas. Os tratados deste volume retomam esses problemas numa escala diferente. Da Clemência dirige-se diretamente ao governante. Sobre os Benefícios investiga a trama de obrigações que sustenta a convivência.

Da Clemência foi escrito para Nero nos primeiros anos de seu principado, provavelmente em 55 ou 56 d.C., quando Sêneca ainda ocupava posição central entre os conselheiros do jovem imperador. A obra não propõe uma restauração republicana nem questiona a existência do principado. Parte de uma realidade política já consolidada: um só homem dispõe de poder extraordinário, e a segurança de muitos depende do modo como ele o exerce. Por isso a virtude do príncipe não pode ser pensada como simples qualidade privada. Um erro de um homem comum atinge um círculo limitado; um erro de quem governa pode tornar-se política de Estado. O domínio de si, tema constante nos Diálogos, converte-se aqui em condição de governo.

A imagem escolhida por Sêneca no início do tratado é reveladora. O texto pretende funcionar como um espelho no qual Nero possa contemplar a própria figura. O elogio do príncipe não deve ser lido apenas como descrição factual de um reinado já realizado; ele tem valor prescritivo. Ao atribuir a Nero a clemência, Sêneca procura fixar publicamente um modelo ao qual o imperador deverá continuar

correspondendo. A adulação e a exortação tornam-se difíceis de separar. É justamente nessa ambiguidade que o tratado encontra boa parte de sua força histórica: o filósofo não fala de fora do poder, mas no interior de uma corte em que a palavra moral precisa persuadir alguém que, em última instância, não pode ser compelido por ela.

A clemência não é, para Sêneca, simples brandura nem incapacidade de punir. É uma virtude do poderoso precisamente porque pressupõe a possibilidade real de castigar. Quem não pode vingar-se não é clemente apenas por deixar de fazê-lo; pode ser impotente. A virtude aparece quando aquele que tem meios de punir modera conscientemente a pena ou renuncia a ela por uma avaliação racional do caso. Por isso a clemência também não se confunde com a misericórdia entendida como perturbação emocional diante do sofrimento alheio. No esquema estoico, a virtude deve resultar de juízo e medida, não de uma paixão que desorganiza quem julga. A oposição decisiva não é entre clemência e severidade, mas entre clemência e crueldade. A severidade pode permanecer racional; a crueldade encontra prazer ou excesso na punição.

Essa distinção ajuda a esclarecer a famosa oposição entre rei e tirano que percorre o tratado. Sêneca não define o tirano simplesmente pela forma constitucional do governo. Rei e tirano podem possuir a mesma extensão de poder; diferem pelo modo de usá-lo. O bom príncipe reconhece que a comunidade não é matéria disponível para sua cólera. Age como guardião de algo que lhe foi confiado, e não como proprietário de vidas alheias. O tirano, ao contrário, transforma medo em instrumento ordinário e chega a considerar a violência demonstração de grandeza. O argumento é simultaneamente moral e prudencial: a crueldade corrompe quem a pratica, mas também torna o poder mais inseguro, porque produz ódio, conspiração e desejo de vingança. A clemência, além de virtuosa, é apresentada como forma superior de conservação do principado.

O exemplo de Augusto e Cina concentra essa pedagogia. Ao perdoar um conspirador, Augusto não apenas renuncia a uma execução; tenta quebrar a lógica pela qual cada ameaça produz nova repressão e cada repressão fabrica novos inimigos. A narrativa interessa a Sêneca menos como reconstrução historiográfica do que como exemplum, isto é, como cena construída para tornar visível uma possibilidade de ação. O mesmo procedimento aparecia repetidamente nos Diálogos do primeiro volume. Aqui, contudo, o exemplo é dirigido ao governante e adquire alcance institucional. A vitória mais difícil não é destruir quem ameaçou o príncipe, mas impedir que a própria segurança se torne desculpa para crueldade ilimitada.

Os dois volumes de tragédias preparados paralelamente a esta coleção tornam ainda mais perceptível a singularidade de Da Clemência. A crítica moderna, de Norman Pratt a A. J. Boyle, Alessandro Schiesaro e outros estudiosos, mostrou como o teatro de Sêneca concentra a ação em situações nas quais desejo, medo, ira e poder

se reforçam mutuamente. Atreu, em Tiestes, deseja uma vingança que ultrapasse qualquer medida anterior; Teseu, em Fedra, transforma rapidamente a autoridade paterna em maldição mortal; governantes e casas reais aparecem repetidamente como espaços nos quais uma paixão privada adquire força pública. Isso não transforma as tragédias em ilustrações de um manual estoico, mas permite um contraste fecundo. Da Clemência formula conceitualmente a contenção que o drama tantas vezes mostra fracassar.

A aproximação é particularmente importante porque o vocabulário político do tratado pertence ao mesmo mundo imperial que torna possível a sátira da Apocolocintose e a figura do tirano nas tragédias. Robert Kaster observou que Da Clemência e a Apocolocintose nasceram do começo do reinado de Nero e podem ser lidas em tensão: o tratado recomenda ao novo príncipe que responda às ofensas sem se abandonar à vingança, enquanto a sátira submete Cláudio a uma forma literária de punição implacável. A coexistência desses registros impede que se reduza Sêneca a uma voz única e sem contradições. O moralista que prescreve moderação, o conselheiro que opera na corte e o satirista que degrada o imperador morto pertencem ao mesmo escritor e ao mesmo momento político.

O estado do texto de Da Clemência exige uma observação editorial. A tradição manuscrita conserva o primeiro livro e apenas uma parte do segundo; a extensão originalmente planejada da obra e a possibilidade de um terceiro livro continuam discutidas. François Préchac propôs no século XX uma reordenação profunda das partes transmitidas, defendendo que o tratado podia ser reconstruído como uma composição completa. Ingeborg Braren, cuja tradução portuguesa é utilizada neste volume, adotou por coerência o texto e a disposição de Préchac, embora registre as controvérsias e forneça correspondências com a ordem tradicional. A crítica posterior não acolheu de modo geral essa reconstrução. A edição de Robert Kaster de 2022, por exemplo, volta a imprimir De Clementia em dois livros, preservando o caráter fragmentário do segundo. Esta edição não tenta refazer silenciosamente a tradução de Braren segundo uma disposição diferente: conserva sua estrutura, permitindo ao leitor reconhecer a história editorial do texto em português. A introdução registra a divergência para que a ordem material não seja confundida com consenso filológico atual.

Sobre os Benefícios pertence a outra etapa e a outro horizonte. Dirigido a Ebúcio Liberal, natural de Lugduno, o tratado foi composto depois de 56 e antes do verão de 64, data dramática da Carta 81, que já o menciona. É o mais extenso dos escritos senequianos conservados dedicados a um único tema. Seus sete livros se dividem, segundo o próprio autor, em dois grandes movimentos: os quatro primeiros tratam do núcleo da questão – como conceder, receber e retribuir benefícios –; os três últimos desenvolvem problemas especiais e objeções, muitas vezes em forma mais dialética. A unidade do conjunto não é a de um sistema apresentado linearmente,

mas a de uma investigação que retorna às mesmas noções sob situações cada vez mais difíceis.

A palavra beneficium pode parecer simples quando traduzida por "benefício", mas designa uma instituição moral e social muito mais ampla do que o uso moderno frequentemente sugere. Não se trata apenas de caridade nem de vantagem material. O benefício é uma ação que estabelece vínculo entre pessoas. Pode envolver dinheiro, proteção, influência, recomendação, serviço, libertação de um perigo, acesso a um cargo ou qualquer outra coisa capaz de auxiliar alguém; mas Sêneca insiste que a coisa transferida não é o benefício propriamente dito. O benefício reside na ação e, sobretudo, na disposição do agente. Uma grande soma concedida com humilhação pode obrigar menos do que um pequeno auxílio oferecido com prontidão e respeito. A intenção não é um adorno subjetivo: ela determina a qualidade moral da relação.

Miriam Griffin e Brad Inwood chamam atenção para o caráter social dessa análise. Sociedades antigas dependiam intensamente de formas de ajuda e reciprocidade que não passavam por mecanismos impessoais de mercado ou por sistemas públicos de assistência comparáveis aos modernos. Patronato, amizade, recomendação, hospitalidade e proteção produziam redes de dependência reais. O fenômeno que estudos modernos chamariam de troca de dádivas distingue-se do comércio justamente porque a retribuição não deve ser determinada previamente por equivalência estrita. Se o benefício for tratado como empréstimo, perde parte essencial de sua natureza. O credor pode cobrar juridicamente; o benfeitor deve confiar na gratidão. A sanção da ingratidão é antes moral e social do que contratual.

É nesse ponto que o tratado se torna mais do que um manual de etiqueta aristocrática. Sêneca procura deslocar o centro da relação do objeto para o espírito. Dar bem significa escolher, oferecer sem humilhar e não transformar a memória do favor em instrumento permanente de domínio. Receber bem significa reconhecer a intenção alheia sem converter a obrigação em servidão. Retribuir não é devolver exatamente o mesmo valor, mas responder com uma disposição equivalente e, quando possível, superar o benefício anterior. A relação ideal forma um círculo no qual a generosidade circula sem se transformar em contabilidade. A imagem das três Graças, ainda que Sêneca ironize as sutilezas mitológicas de Crisipo, exprime precisamente essa continuidade.

O problema da ingratidão permite ver a radicalidade do argumento. Se a expectativa de retorno fosse condição do benefício, a existência de ingratos justificaria o fim da generosidade. Sêneca rejeita essa conclusão. O homem bom concede porque conceder corretamente já é ação virtuosa; o resultado externo não pode apagar a qualidade moral do ato. O princípio é estoico, mas sua aplicação é social. A generosidade precisa sobreviver à possibilidade de fracasso, do mesmo modo que outras virtudes não dependem do êxito externo para serem virtudes. Isso não

elimina o discernimento: o tratado discute longamente quem deve receber, que tipo de presente convém a cada pessoa e como evitar prodigalidade. A ausência de cálculo mercantil não significa ausência de julgamento.

Os livros centrais ampliam a análise para relações marcadas por desigualdade jurídica ou social: pais e filhos, senhores e escravos, governantes e súditos. Aqui o texto revela ao mesmo tempo a força e os limites de seu horizonte romano. Sêneca não propõe abolir as instituições que produzem essas hierarquias. Contudo, sua teoria do benefício pode atravessá-las, porque o valor moral da ação não depende simplesmente da posição civil de quem age. Um escravo pode fazer por seu senhor mais do que aquilo a que está obrigado por sua condição e, nesse excedente, conceder um verdadeiro benefício. A tese é importante porque impede que superioridade jurídica seja confundida com superioridade moral. O homem poderoso pode tornar-se devedor daquele que socialmente lhe é inferior.

Essa direção desenvolve um tema apenas esboçado no primeiro volume: a dimensão social do estoicismo. A autossuficiência do sábio nunca significou isolamento absoluto. A natureza racional do ser humano é também social; virtude, justiça, amizade e disposição para ajudar pertencem ao modo de vida conforme à natureza. Sobre os Benefícios torna essa sociabilidade objeto explícito. A pergunta não é simplesmente como preservar a paz interior, mas como construir relações em que dependência não se converta em degradação. Por isso o tratado interessa tanto à ética quanto à história social de Roma. Ele descreve práticas concretas da elite júlio-claudiana e, ao mesmo tempo, tenta submetê-las a critérios que não se confundem com riqueza, estatuto ou poder.

Vistos juntos, Da Clemência e Sobre os Benefícios possuem uma unidade mais profunda do que a simples classificação como "tratados". Kaster observa que ambos se ocupam de formas cruciais de troca moral. Sobre os Benefícios pergunta como responder ao bem recebido; Da Clemência pergunta como o poderoso deve responder à injúria. Num caso, a reciprocidade não deve degenerar em cobrança; no outro, a reação à ofensa não deve degenerar em vingança. Em ambos, a resposta correta exige liberdade interior diante do primeiro impulso. O benfeitor deve ser capaz de dar sem possuir o outro pela dívida; o príncipe deve ser capaz de punir sem ser possuído pela ira. Generosidade e clemência tornam-se, assim, exercícios de poder sobre o próprio poder.

Essa leitura também mostra por que a prosa de Sêneca continua inseparável de sua formação retórica. Os tratados avançam por definições, objeções, exemplos históricos, cenas imaginárias, perguntas dirigidas a um interlocutor e sentenças capazes de condensar um longo argumento. A retórica não serve apenas para adornar conceitos. Ela transforma o leitor em participante do debate e expõe a instabilidade das justificações com que homens poderosos ou ingratos defendem a própria conduta.

O mesmo escritor que, nas tragédias, deixa uma paixão construir verbalmente seu mundo, nos tratados interrompe, contradiz e redireciona a voz que procura desculpar o excesso. A continuidade entre filosofia e literatura está menos em teses idênticas do que no uso da linguagem como instrumento de formação - ou de deformação - do juízo.

Para o leitor moderno, os dois textos exigem simultaneamente proximidade e distância. Da Clemência não é uma teoria contemporânea de direitos, separação de poderes ou limitação constitucional do Estado; sua solução depende em grande parte da virtude pessoal de um soberano. Sobre os Benefícios não é uma teoria moderna de assistência social nem uma defesa de altruísmo sem vínculos: nasce num mundo de patronato e hierarquias muito específicas. Ainda assim, ambos isolam mecanismos reconhecíveis. O poder tende a interpretar sua própria segurança como justificação ilimitada; a dádiva pode ser usada para produzir dependência; a gratidão pode ser transformada em instrumento de submissão; a punição pode apresentar-se como justiça quando já se tornou prazer de ferir. Sêneca interessa porque não elimina essas ambiguidades. Procura discipliná-las a partir da intenção, da medida e do reconhecimento de uma comunidade humana que nenhuma diferença de posição esgota.

SOBRE ESTA EDIÇÃO

Da Clemência é apresentada na tradução de Ingeborg Braren, publicada pela Editora Vozes, sem o aparato de notas da edição de origem. Como explicado acima, a tradução acompanha a disposição proposta por François Préchac; as indicações de numeração conservadas no texto permitem reconhecer as correspondências internas. Foram corrigidas apenas falhas materiais de extração e composição, preservando-se o vocabulário e as opções da tradutora.

Sobre os Benefícios é apresentado em nova tradução direta do latim. O texto-base foi a edição crítica de Robert A. Kaster para a Oxford Classical Texts (2022); para passagens discutidas ou corrompidas foi consultado também seu Studies on the Text of Seneca's De beneficiis. A tradução de Miriam Griffin e Brad Inwood e a de John W. Basore serviram como controles interpretativos; nos Livros I e II foram cotejadas ainda as traduções portuguesas publicadas por George Felipe B. B. Borges e Brenner Brunetto O. Silveira, e a versão integral de Alexandre Pires Vieira foi usada subsidiariamente. O procedimento buscou traduzir diretamente o latim, mantendo estáveis os termos centrais - em especial beneficium como "benefício" e gratiam referre, conforme o contexto, como "retribuir" - e evitando variações estilísticas que apagassem repetições deliberadas. Lacunas ou corrupções sem solução segura permanecem assinaladas de forma mínima no corpo do texto.

A diagramação segue o princípio já adotado no Volume I: leitura contínua, aparato crítico reduzido ao indispensável, capítulos sem quebras artificiais e início de cada obra e de cada livro em nova página. A bibliografia abaixo reúne as referências mais diretamente mobilizadas na preparação desta introdução e nos volumes precedentes da coleção.

SÊNECA, NERO E A ÉTICA DO PODER

A proximidade entre Sêneca e Nero é uma das circunstâncias que tornam Da Clemência especialmente difícil de ler como simples tratado abstrato. O autor não descreve um príncipe hipotético nem compõe, à distância, um catálogo de virtudes régias. Escreve para o jovem imperador de cuja educação participara e em cujo governo exercia influência. A filosofia entra, portanto, em contato direto com uma estrutura política na qual uma decisão pessoal podia adquirir alcance público quase imediato. A questão central não é se o poder existe, mas que forma moral pode impedir que ele se converta em arbitrariedade. O primeiro volume desta coleção mostrou como Sêneca associa liberdade ao governo dos próprios juízos e impulsos; aqui, o mesmo princípio encontra sua prova mais perigosa, porque o descontrole do príncipe já não ameaça apenas a si próprio.

Pierre Grimal, Paul Veyne, Brad Inwood e os estudos modernos sobre o principado lembram que a posição de Sêneca na corte não pode ser reduzida nem à imagem edificante do filósofo que domina o imperador, nem à caricatura do cortesão que apenas legitima o regime. A relação é estruturalmente instável. Sêneca depende do poder ao qual pretende impor uma medida moral; dispõe de acesso privilegiado ao príncipe, mas não possui sobre ele força coercitiva. Daí a forma retórica de Da Clemência. O elogio dirigido a Nero não é somente registro de qualidades já demonstradas. Ao apresentar o imperador como clemente, o texto procura criar uma identidade normativa: elogia-se aquilo que se deseja tornar obrigatório pela honra. O espelho oferecido ao governante é menos retrato do que programa.

Essa estratégia pertence a uma longa tradição de discursos dirigidos aos poderosos, mas assume em Sêneca um caráter especificamente estoico. A verdadeira grandeza não consiste em poder fazer tudo o que se deseja; consiste em conservar a razão precisamente quando nada exterior pode impedir o excesso. O homem comum pode ser contido pela lei, pelo medo, pela pobreza de recursos ou pela resistência de outros. O príncipe, ao contrário, enfrenta a tentação de confundir possibilidade com legitimidade. Quanto maior o poder externo, maior a necessidade de um limite interno. Assim, a clemência não é fraqueza, indecisão ou simples bondade de temperamento. É o uso racional da superioridade por aquele que poderia ferir e decide não fazê-lo, ou que pune menos do que a força disponível permitiria.

A distinção entre clemência e misericórdia é decisiva. A misericórdia, quando entendida como perturbação que nasce do espetáculo do sofrimento, permanece para o estoico no campo das paixões. A clemência, ao contrário, é um juízo. Ela considera a pessoa, o crime, a finalidade da pena e o interesse da comunidade sem perder a medida. Por isso Sêneca pode defender simultaneamente clemência e severidade: ambas podem ser racionais. O contrário da clemência não é a firmeza, mas a crueldade; o contrário da severidade não é a bondade, mas a licença. Essa arquitetura

conceitual permite ao tratado afastar-se tanto da violência vingativa quanto da indulgência indiscriminada.

O problema aparece sob outra forma em Sobre os Benefícios. Ali o poder não se concentra apenas na figura do soberano. Ele se distribui por todas as relações em que alguém possui algo que outro necessita: dinheiro, influência, proteção, recomendação, acesso, tempo, conhecimento, capacidade de intervir. O benfeitor dispõe momentaneamente de uma superioridade. Se transformar essa vantagem em instrumento de humilhação, cobrança ou domínio, corrompe o próprio benefício. A dádiva moralmente boa exige uma forma de autolimitação comparável à clemência do príncipe. O governante deve ser capaz de punir sem se tornar escravo da punição; o benfeitor deve ser capaz de dar sem converter a gratidão alheia em propriedade.

Miriam Griffin e Brad Inwood mostram quanto esse argumento depende da realidade social romana. Relações de patronato e de amicitia, recomendações, presentes, intervenções judiciais e favores políticos formavam uma rede na qual prestígio e dependência circulavam continuamente. A linguagem moderna do mercado não descreve bem esse mundo, porque um beneficium não é comprado e sua retribuição não é fixada antecipadamente por contrato. Mas tampouco se trata de pura espontaneidade sem memória. O benefício cria uma obrigação; o problema filosófico consiste em impedir que a obrigação se transforme em servidão. Sêneca procura manter juntas duas exigências que facilmente se separam: lembrar o que se recebeu e esquecer, tanto quanto possível, aquilo que se deu.

É nesse ponto que os dois tratados formam uma unidade. Ambos estudam o que alguém faz com uma vantagem que poderia usar contra outro. No primeiro, trata-se do poder de castigar; no segundo, do poder de obrigar. A resposta senecana não elimina a assimetria, mas tenta moralizá-la pela intenção, pelo juízo e pela medida. Isso distingue seu projeto de uma teoria política moderna fundada primariamente em instituições impessoais. Sêneca não imagina que a virtude individual seja substituída por mecanismos constitucionais; trabalha dentro da realidade do principado e da sociedade de ordens. A força de sua análise está menos em oferecer nossas soluções do que em perceber um problema duradouro: todo poder tende a produzir razões que o absolvam de examinar a si mesmo.

Os dois volumes de tragédias reunidos nesta coleção oferecem o contraste mais expressivo. Neles, a corte, a casa real e a família aristocrática tornam-se laboratórios de paixões sem freio. A. J. Boyle, Norman Pratt, John Fitch, Alessandro Schiesaro, Charles Segal, Elaine Fantham e C. A. J. Littlewood, por caminhos diferentes, mostraram que o teatro senequiano não deve ser reduzido a uma simples dramatização de doutrinas estoicas. Ainda assim, as tragédias permitem observar, sob forma poética, o que os tratados procuram impedir. Atreu, em Tiestes, mede a vingança pela capacidade de ultrapassar todo limite anterior; Teseu, em Fedra, transforma a autoridade paterna numa maldição irrevogável; Medeia converte a memória das injúrias em programa de identidade; em Édipo e Fenícias, o poder e a

culpa atravessam a casa até atingirem a cidade. O que Da Clemência chama de crueldade aparece no palco como uma lógica que se alimenta de sua própria expansão.

A presença da Apocolocintose no segundo volume das tragédias torna o quadro ainda mais complexo. P. T. Eden e a crítica moderna ressaltaram o modo como a sátira parodia a apoteose de Cláudio e o submete, após a morte, a uma retribuição grotesca. Robert Kaster observa a tensão histórica entre esse texto e Da Clemência: ambos pertencem ao início do principado de Nero, mas um recomenda ao novo soberano a moderação da resposta às ofensas, enquanto o outro imagina para o governante anterior uma punição literária sem clemência. Essa dissonância não deve ser eliminada em nome de uma coerência artificial. Ela recorda que Sêneca escreve em gêneros diferentes, para situações diferentes, e que sua obra guarda as marcas de uma vida comprometida com as ambiguidades do poder imperial.

A figura de Nero tornou-se, retrospectivamente, a prova histórica mais severa do tratado. A tradição sobre os primeiros anos do reinado preservou a memória de um período de relativa moderação, seguido por assassinatos, repressão, conflitos com a aristocracia e crescente concentração pessoal do poder. É tentador ler Da Clemência apenas como profecia fracassada. Isso, porém, reduziria o texto à biografia posterior do destinatário. O tratado permanece importante precisamente porque foi escrito antes de o desfecho estar consumado. Ele registra a tentativa de intervir num futuro ainda aberto. O fato de Nero não ter se tornado o príncipe que o espelho moral projetava não invalida a análise; evidencia o limite de uma política que depende, em última instância, da formação do governante.

A própria trajetória de Sêneca impede respostas fáceis. Conselheiro de Nero, homem riquíssimo, participante de uma corte violenta e, por fim, vítima do mesmo regime, ele não pode ser convertido sem perdas em santo estoico nem em hipócrita exemplar. O primeiro volume preferiu ler essa tensão como parte do problema filosófico. O mesmo princípio vale aqui. Da Clemência e Sobre os Benefícios interessam porque foram escritos por alguém que conheceu por experiência a circulação de favores, a proximidade do soberano, a obrigação política, a riqueza, a dependência e o risco. Sua ética do poder nasce do interior dessas relações, não de uma posição de pureza externa a elas.

O ponto de encontro dos dois tratados pode ser formulado, enfim, como uma disciplina da resposta. A injúria provoca desejo de vingança; o benefício recebido provoca obrigação; o poder oferece meios para transformar ambos em cadeias de ações. Sêneca tenta introduzir um intervalo entre o estímulo e a resposta. O príncipe não deve punir porque pode; o beneficiado não deve reduzir a gratidão a pagamento servil; o benfeitor não deve converter a memória do outro em instrumento de cobrança. Em todos os casos, a liberdade começa quando a ação deixa de ser simples prolongamento do impulso ou da vantagem. É nesse sentido que clemência e liberalidade pertencem ao mesmo projeto moral: governar a relação com os outros exige primeiro não ser governado pelo próprio poder.

PODER, ESCRAVIDÃO E DEPENDÊNCIA

A reflexão sobre o poder ganha uma forma particularmente aguda quando Sobre os Benefícios pergunta se um escravo pode beneficiar seu senhor. A dificuldade não é secundária. No direito e na organização social romana, o escravo está submetido ao dominus e grande parte do que faz pode ser descrita como serviço devido. Se todo ato útil fosse automaticamente benefício, a palavra perderia precisão; se nenhum ato de um escravo pudesse ser benefício, a condição jurídica decidiria antecipadamente o valor moral da pessoa. Sêneca procura uma terceira via: há benefício quando a ação excede aquilo que a relação de domínio pode exigir e procede de vontade própria.

O argumento não constitui uma crítica abolicionista da escravidão em sentido moderno. A instituição é pressuposta e não colocada em questão como tal. Esse limite histórico deve permanecer visível. Ao mesmo tempo, a distinção entre condição jurídica e capacidade moral produz um deslocamento significativo. O senhor não possui tudo aquilo que o escravo é enquanto agente racional. Pode ordenar tarefas, mas não pode transformar por decreto uma ação voluntária em virtude. Se recebe de um escravo ajuda que ultrapassa a obrigação, pode tornar-se moralmente seu devedor. O vínculo social mais desigual de Roma é, assim, atravessado por uma reciprocidade que o estatuto não consegue absorver completamente.

Esse ponto aproxima Sobre os Benefícios de uma tese recorrente nos Diálogos: aquilo que a Fortuna distribui — riqueza, poder, nascimento, posição — não coincide com o valor moral. No primeiro volume, a distinção aparecia frequentemente do ponto de vista daquele que sofre perda ou subordinação. Sobre a Firmeza do Sábio separava a liberdade moral do poder de causar dano; as consolações procuravam mostrar que exílio e privação não retiram do sujeito aquilo que depende de seu juízo. No presente volume, a mesma estrutura é examinada a partir da relação. O inferior social pode ser superior no ato; o poderoso pode depender moralmente de quem não possui poder jurídico.

A questão não se limita à escravidão. Pais, filhos, patronos, clientes, ricos, pobres, governantes e particulares aparecem no tratado como participantes de vínculos cuja assimetria precisa ser distinguida da servidão moral. Receber ajuda não deve significar entregar a própria autonomia. Dar não autoriza a transformar o outro em monumento permanente da própria generosidade. A gratidão é necessária, mas deve continuar sendo uma resposta moral; quando se torna medo de desagradar ao benfeitor ou submissão ilimitada à sua vontade, deixa de cumprir a função que Sêneca lhe atribui.

É por isso que a memória possui no tratado um estatuto paradoxal. O beneficiado deve lembrar; o benfeitor deve esquecer. A fórmula não exige amnésia literal. Ela disciplina dois perigos opostos. Quem recebe e esquece destrói a reciprocidade; quem dá e recorda incessantemente converte a lembrança em cobrança. O ideal é uma memória assimétrica: viva para reconhecer o bem recebido, discreta para não usar o

bem feito como instrumento de poder. Nesse ponto, a ética dos benefícios oferece uma crítica interna a uma sociedade cuja vida pública dependia intensamente de favores e recomendações.

A mesma lógica ajuda a compreender Da Clemência. O súdito não pode retribuir ao príncipe em condições iguais o fato de ter sido poupado; a diferença de forças é extrema. A virtude do governante precisa, por isso, impedir que o perdão seja convertido em espetáculo de dependência. A clemência que humilha e exige adoração já se aproxima de outra forma de domínio. O príncipe verdadeiramente clemente não apenas conserva uma vida: demonstra que seu poder não precisa reafirmar-se continuamente pela exposição da fragilidade alheia.

Ler esses textos hoje exige distinguir a universalidade possível do argumento e a particularidade de suas instituições. Sêneca não oferece igualdade jurídica moderna, cidadania universal em sentido político ou crítica sistemática da escravidão. Mas recusa que estatuto e riqueza esgotem a medida do valor humano. A racionalidade comum e a capacidade de agir virtuosamente atravessam as hierarquias existentes. Essa tensão — entre aceitação das estruturas romanas e relativização moral de suas diferenças — é uma das razões pelas quais o tratado permanece filosoficamente produtivo e historicamente incômodo.

EXEMPLUM, RETÓRICA E FILOSOFIA

Os tratados deste volume não avançam apenas por definições. Sêneca pensa por cenas. Augusto diante de Cina, Sócrates diante de Ésquines, Alexandre diante dos coríntios, Filipe da Macedônia e seus soldados, pais, escravos, amigos, homens ricos e ingratos aparecem como personagens breves de uma dramaturgia moral. O primeiro volume já utilizava amplamente esse procedimento; aqui ele se torna especialmente importante porque clemência e benefício são ações cuja qualidade depende de circunstâncias. Uma regra abstrata precisa ser mostrada em situações nas quais intenção, poder, tempo e relação social possam ser julgados em conjunto.

O exemplum romano não é equivalente à documentação historiográfica moderna. Sêneca seleciona, comprime e dramatiza. O episódio de Augusto e Cina interessa porque produz uma imagem memorável do governante que interrompe a cadeia de repressão e conspiração. A questão de saber até que ponto cada detalhe corresponde ao acontecimento histórico é diferente da função que a narrativa desempenha no tratado. O exemplo é uma experiência moral miniaturizada: oferece ao leitor uma situação sobre a qual ele pode ensaiar julgamento.

Esse uso explica a importância da retórica. Brad Inwood insistiu em que a forma literária de Sêneca não deve ser separada de seu filosofar. Antíteses, perguntas, interrupções do interlocutor, paradoxos e sentenças não servem apenas para tornar uma doutrina mais agradável. São instrumentos de atenção. O leitor é obrigado a reconsiderar palavras que julgava conhecer — benefício, gratidão, clemência,

misericórdia, severidade — e a perceber diferenças que o uso cotidiano apaga. A retórica produz distinção moral.

Os volumes de Tragédias revelam o reverso do mesmo poder da linguagem. No drama, a palavra pode não corrigir uma paixão, mas alimentá-la. Atreu fala até encontrar uma vingança que lhe pareça digna de sua ira; Medeia reconstrói verbalmente a própria identidade; Fedra oscila entre resistência, confissão e entrega ao desejo. Alessandro Schiesaro e Charles Segal mostraram de maneiras diferentes como a linguagem participa da dinâmica da paixão. Nos tratados, Sêneca emprega recursos igualmente intensos para romper a narrativa que o vício produz sobre si mesmo. O interlocutor imaginário formula a desculpa; o filósofo a exagera, desmonta ou devolve sob outra descrição.

Por isso a leitura contínua é importante. Muitas aparentes repetições mudam de função quando reaparecem em novo contexto. Sobre os Benefícios retorna inúmeras vezes à intenção porque cada caso ameaça deslocar o centro para a coisa dada, o resultado obtido ou a posição social. Da Clemência retorna à medida porque o poder encontra continuamente novos nomes para o excesso: segurança, justiça, exemplo, autoridade. A pedagogia depende dessa repetição controlada. A virtude não é uma definição aprendida uma vez, mas um modo de julgar que precisa ser refeito diante de situações novas.

A forma sentenciosa de Sêneca contribuiu decisivamente para sua fortuna posterior, mas também produziu uma recepção fragmentária: máximas podem ser destacadas e circular separadas do argumento. Esta edição procura favorecer o movimento contrário. A diagramação contínua, a preservação da numeração e o aparato reduzido pretendem devolver cada frase ao percurso do livro. O objetivo não é impedir a leitura de sentenças memoráveis, mas recordar que sua força filosófica frequentemente depende do problema ao qual respondem.

CRONOLOGIA ESSENCIAL DO VOLUME

c. 4 a.C.-1 d.C. — Nascimento de Lúcio Aneu Sêneca em Córduba, na Hispânia Bética. A data exata permanece discutida.

31 d.C. — Retorno a Roma depois de uma permanência no Egito. Sêneca retoma a carreira pública e se destaca como orador.

41 d.C. — Sob Cláudio, é acusado de adultério com Júlia Livila e enviado ao exílio na Córsega.

49 d.C. — Agripina Menor obtém seu retorno e o escolhe como preceptor de Nero.

54 d.C. — Morte de Cláudio e ascensão de Nero. Sêneca e Sexto Afrânio Burro tornam-se figuras centrais do novo governo. A Apocolocintose é geralmente associada a esse momento.

55-56 d.C. — Data provável de Da Clemência, dirigido ao jovem Nero. O tratado tenta definir a moderação do poder como virtude própria do príncipe.

Depois de 56 e antes de 64 d.C. — Composição de Sobre os Benefícios ao longo de um período que não pode ser datado com precisão. A Carta 81 a Lucílio, normalmente situada em 64, pressupõe o tratado já escrito.

59 d.C. — Assassinato de Agripina. A posição de Sêneca no governo torna-se historicamente mais difícil de separar das ambiguidades do regime.

62 d.C. — Morte de Burro e fortalecimento de novos grupos na corte. Sêneca procura afastar-se da vida pública e reduzir sua exposição política.

63-65 d.C. — Período geralmente associado à redação das Cartas a Lucílio e a grande parte das Questões Naturais.

65 d.C. — Acusado de envolvimento na conspiração de Pisão, Sêneca recebe de Nero a ordem de morrer.

TRANSMISSÃO E ESTADO DO TEXTO

Da Clemência e Sobre os Benefícios possuem uma história manuscrita excepcionalmente favorável quando comparada à de muitas obras antigas. Robert Kaster chama atenção para uma circunstância rara: o arquétipo medieval da tradição dos dois tratados ainda existe. Trata-se do Vaticano, Palatinus Latinus 1547, copiado no norte da Itália por volta do ano 800. O códice recebeu correções muito antigas, algumas do próprio copista e outras de uma mão contemporânea que talvez ainda dispusesse do exemplar usado na cópia. Pouco depois foi levado para Lorsch, onde permaneceu durante a Idade Média na igreja de São Nazário; daí seu nome tradicional, Nazarianus, e o siglum N usado nas edições críticas.

Dentro de poucas décadas foi produzida uma cópia do texto já corrigido de N. Essa cópia, ou uma cópia dela, também sobrevive: o Vaticanus Reginensis Latinus 1529, designado R, escrito no segundo quarto do século IX. Kaster resume a situação de maneira particularmente clara: R é a fonte de todas as cópias posteriores conhecidas dos dois tratados. Isso significa que o editor moderno não precisa reconstruir um arquétipo perdido apenas pela comparação de famílias medievais; pode examinar diretamente o códice que está no início da tradição conservada. Os manuscritos posteriores — quase trezentos, contando fragmentos, excertos e epítomes — permanecem úteis sobretudo quando N transmite uma passagem certamente ou possivelmente corrompida.

A simplicidade geral da árvore manuscrita não significa que o texto seja perfeito. Erros de cópia, palavras perdidas, interpolações, correções antigas e passagens cuja sintaxe não pode ser recuperada com certeza exigem decisão editorial. A história moderna do texto passa por Erasmo e pelos humanistas, por Martin Gertz no século XIX, por Carl Hosius e François Préchac no início do século XX e, mais recentemente, por Ermanno Malaspina, Susanna Braund e Robert Kaster. Kaster considera Gertz um ponto decisivo por ter reconhecido o valor singular do

Nazarianus; sua própria edição de 2022 retoma o problema a partir de nova colação, ampla consulta à tradição e exame sistemático das dificuldades de De beneficiis.

Da Clemência apresenta, além dos problemas locais de transmissão, uma dificuldade estrutural. A obra não chegou completa. A forma tradicional conserva um primeiro livro substancialmente íntegro e um segundo livro fragmentário. A extensão original do projeto e a hipótese de um terceiro livro permanecem discutidas. François Préchac propôs uma solução radical: entendeu o trecho transmitido como segundo livro não como fragmento autônomo, mas como segmento deslocado do primeiro, e o inseriu entre 1.3.1 e 1.3.2. Essa reconstrução influenciou profundamente a edição francesa usada por Ingeborg Braren em sua tradução portuguesa.

Braren adotou a disposição de Préchac por coerência com o texto-base, embora sua introdução registre as controvérsias e ofereça correspondências com a ordem tradicional. A crítica posterior não transformou a hipótese em consenso. Kaster, seguindo a direção dominante das edições recentes, imprime novamente De Clementia em dois livros e caracteriza o segundo como fragmentário. Por essa razão, a presente edição mantém a tradução de Braren em sua ordem própria, mas não apresenta essa ordem como estado definitivo da questão. Alterá-la exigiria refazer não apenas a sequência dos parágrafos, mas uma tradução que nasceu editorialmente ligada ao arranjo de Préchac.

Em Sobre os Benefícios, a integridade estrutural é muito maior: os sete livros estão conservados. As dificuldades concentram-se em passagens específicas. O estudo textual de Kaster, publicado em paralelo à Oxford Classical Texts, dedica um capítulo a cada livro e discute dezenas de lugares em que o texto transmitido exige emenda, escolha entre leituras ou reconhecimento de corrupção. Nesta tradução, quando a edição crítica oferece uma solução suficientemente segura, ela é vertida sem aparato intrusivo. Quando a perda de texto ou a corrupção permanece realmente irrecuperável, empregam-se apenas indicações mínimas como [lacuna] ou [passagem corrompida]. O objetivo é conservar uma edição de leitura sem disfarçar como certeza aquilo que a tradição não permite conhecer.

A história dos dois tratados mostra por que uma edição crítica não é simples reprodução de um manuscrito. O Nazarianus é extraordinariamente valioso, mas não infalível; os copistas posteriores por vezes preservam correções inteligentes, e os editores modernos precisam distinguir entre aquilo que Sêneca provavelmente escreveu e aquilo que a transmissão produziu. A prudência adotada neste volume procura situar-se entre dois extremos: não normalizar silenciosamente toda dificuldade e não sobrecarregar o leitor com um aparato destinado a especialistas. As escolhas relevantes são explicadas no material editorial, enquanto o corpo das obras permanece tão contínuo quanto possível.

DA CLEMÊNCIA

De Clementia

Tradução de Ingeborg Braren

PROÊMIO

I,1. Dispus-me a escrever a respeito da clemência, ó Nero César, para que eu, de certa forma, desempenhasse a função de espelho e te mostrasse a tua pessoa como a que há de vir para a maior de todas as satisfações. Pois, ainda que o verdadeiro proveito das ações esteja em tê-las realizado corretamente e nenhuma recompensa digna das virtudes seja nada além das próprias virtudes, é bom inspecionar e andar às voltas com a boa consciência e, depois, lançar os olhos sobre esta imensa multidão discordante, sediciosa e descontrolada – pronta para se precipitar igualmente para a sua perdição como para a alheia, se romper o seu jugo – e falar consigo mesmo palavras deste teor:

2. "Será que por acaso eu, entre todos os mortais, agradei e fui eleito para desempenhar na terra o papel dos deuses? Eu sou o árbitro de vida e de morte desta gente. Está em minhas mãos a qualidade da sorte e da posição que cabe a cada pessoa. Por minha boca, a Fortuna anuncia o que deseja que se reserve a cada mortal. A partir de nossa resposta, povos e cidades reúnem motivos de regozijo. Nenhuma região jamais floresce a não ser com minha aprovação e condescendência. Todos estes milhares de espadas, que a minha Paz reprime, serão desembainhados a um simples aceno meu. Que nações conviria que fossem arrasadas até os alicerces, quais as que conviria que fossem transferidas, a quais se daria liberdade e de quais se arrebataria essa mesma liberdade, que reis se tornariam vassalos e quais as cabeças que conviria coroar com honras reais, que cidades se demoliriam e quais as que se construiriam, tudo é da alçada do meu legal parecer.

3. Diante de tantos poderes, nada me impeliu a suplícios iníquos, nem a cólera, nem o ímpeto juvenil, nem a imprudência dos homens ou a obstinação que, muitas vezes, acaba com a paciência dos corações mais tranquilos, nem esta arrogância nefasta de ostentar poder por meio do terror, mas frequente nos grandes impérios. Embainhada, ou melhor, manietada, minha espada permanece junto de mim. Até o sangue mais humilde estou poupando com extrema parcimônia. Junto a mim, todo homem, mesmo aquele a quem tudo falta, é agraciado com o nome de homem.

4. Mantenho minha severidade resguardada, porém a clemência de prontidão. Assim, contenho-me como se eu tivesse de prestar contas às Leis que, do abandono e das trevas, chamei à luz. Deixei-me comover pela pouca idade de uns e pela muita idade de outros. Recompensei alguns por sua dignidade e outros por sua humildade. Todas as vezes que não encontrara nenhum motivo de compaixão, poupei por minha conta.

Hoje, se os deuses imortais me requisitarem uma prestação de contas, estarei apto a apresentar-lhes o número total da raça humana".

5. César, podes anunciar galhardamente que todas as coisas que vieram confiadas a tua guarda e tutela são consideradas seguras; que, por teu intermédio, nada de mau se prepara contra o Estado, nem pela violência, nem em segredo. Cobiçaste uma distinção bastante rara e que até agora não se concedeu a príncipe nenhum, a inocência. Esta singular bondade não pôs a perder tua obra, nem encontrou avaliadores ingratos ou maldosos. Adquiriste este reconhecimento: nunca um homem foi tão caro a outro homem quanto tu és ao povo romano, seu único e duradouro bem.

6. Mas tu te impuseste um enorme encargo. Ninguém fala mais do divino Augusto, nem dos primeiros tempos de Tibério César, nem, querendo imitar um modelo, procura outro além do teu: avalia-se o teu principado por esta prova. Isto teria sido difícil, se a bondade não fosse natural em ti, mas encenada de vez em quando. Pois ninguém pode sustentar uma máscara durante longo tempo. Muito cedo, as coisas fingidas recaem em sua própria natureza. Sob cada uma delas existe alguma verdade e, como eu diria, brotam a partir desta sólida substância e, em seu devido tempo, desenvolvem-se em algo maior e melhor.

7. O povo romano enfrentava um grande risco, quando lhe parecia incerto para onde se voltaria tua nobre índole. Agora, os votos públicos estão em segurança, pois não existe perigo de que, subitamente, te esqueças de tua natureza. Decerto, bonança excessiva faz os homens vorazes, e as cobiças jamais são tão moderadas que terminem com aquilo que aconteceu. Caminha-se de grandes cobiças para maiores e os que foram ao encalço de coisas inesperadas se agarram às mais falsas esperanças. Todavia, hoje, a todos os teus cidadãos obriga-se a confessar que são felizes e que já nada mais se pode acrescentar às suas venturas, exceto que sejam permanentes.

8. Muitas razões levam teus cidadãos a esta confissão, nenhuma outra é mais demorada entre os homens: uma segurança profunda, contínua; um direito colocado acima de toda injustiça; além disso, uma forma de Estado que se mostra aos nossos olhos como muito satisfatória, Estado ao qual nada falta para a liberdade absoluta, exceto a licença de se destruir.

9. Entretanto, antes de tudo, aos poderosos e aos insignificantes, sobrevém-lhes igual admiração pela tua clemência; pois cada um sente e espera menores ou maiores bens de acordo com a porção de sua sorte, porém da clemência todos esperam o mesmo quinhão. E não existe ninguém que esteja tão exageradamente satisfeito com a sua inocência que não se alegre por estar a Clemência à vista, preparada para velar sobre os erros humanos.

II,1. Sei, todavia, da existência de alguns que acreditam ser a Clemência sustentáculo da pior classe de homens, visto que, sem crime, é supérflua: é a única virtude que se

retrai entre pessoas inocentes. Mas, antes de tudo, assim como o uso da medicina é objeto de respeito entre os doentes e também entre os que gozam de saúde, assim a Clemência, embora sejam os dignos de castigo que a invocam, os inocentes também a cultuam. E depois, na pessoa dos inocentes, ela tem também o seu espaço, porque, às vezes, o acaso os faz tomar o lugar de um culpado. Não é só a inocência que a clemência socorre, mas, muitas vezes, a própria virtude, porquanto, realmente, nas condições de nossos tempos, ocorrem alguns incidentes que, embora possam ser louváveis, são punidos. Acrescenta a existência de uma grande parte de homens que poderiam ser reconduzidos à inocência, se os perdoasse.

2. Contudo, não convém fazer uso trivial do perdão, pois, ao suprimir-se a diferença entre o bem e o mal, a consequência é a confusão e a explosão dos vícios. Assim, deve-se acrescentar uma moderação que permita distinguir caracteres sadios de doentios. E não é oportuno ter uma clemência promíscua e banal, nem uma clemência inacessível, pois tanto é cruel perdoar a todos quanto a nenhum. Devemos manter um padrão, mas como todo comedimento é difícil, tudo o que for além da equidade deverá pender para o lado mais humanitário.

3. Porém, estas considerações serão comentadas em lugar mais apropriado. De momento, dividirei toda esta matéria em três partes. A primeira tratará da grande humanidade de Nero. A segunda demonstrará a natureza e apresentação da clemência, pois, como existem certos defeitos que parecem virtudes, não se pode separá-los a não ser que lhes demarques os sinais com os quais se diferenciem. Em terceiro lugar, investigaremos como a alma é levada à virtude da clemência, como a consolida e a faz sua pelo uso.

PRIMEIRA PARTE

I. (II,1.) 1. Para que eu escrevesse acerca da clemência, forçou-me, sobretudo, um único pronunciamento teu, Nero César. Lembro-me, quando foi dito, de ter ouvido, não sem admiração e, em seguida, de ter repetido a outros o pronunciamento generoso, de grande alma, de grande brandura, que, não tendo sido premeditado nem proferido para ouvidos estranhos, brotou repentinamente e revelou ao público a tua bondade em disputa com a tua posição.

2. No momento em que ia condenar dois ladrões, Burro, o teu prefeito, homem ilustre e nascido para servir-te como seu príncipe, exigia de ti que escrevesses os nomes dos condenados e por que motivos querias a condenação. Ele insistia para que, finalmente, fizesses aquilo que era sempre postergado. Quando ele, constrangido, apresentara o documento e o entregava a ti, também constrangido exclamaste: "Gostaria de não saber escrever!"

3. Que pronunciamento digno! Que pudessem ouvi-lo todos os povos que habitam o Império Romano, cada um dos povos de duvidosa liberdade que se estendem, ao longo de nossas fronteiras, cada um dos que se levantam contra o império com

violência e paixão. Que pronunciamento digno de ser endereçado a todas as reuniões de mortais e em cujas palavras príncipes e reis deveriam encontrar a fórmula de juramento! Que pronunciamento digno da inocência universal do gênero humano e ao qual seriam devolvidos os séculos primitivos!

4. Sem dúvida, agora, uma vez que se removeu a cobiça do alheio, origem de todos os males da alma, convinha pôr-se de acordo com a equidade e o bem, fazer ressurgir a piedade e a integridade junto à lealdade e à modéstia, e fazer os males praticados em longo período de soberania, finalmente, darem lugar a um século de felicidade e pureza.

II. (II,2.) 1. Apraz, César, esperar e confiar em que, em grande parte, isto venha a ocorrer. Esta mansidão de teu espírito se propagará e, paulatinamente, se difundirá por todo o vasto território do teu império, e todas as partes reunidas se configurarão à semelhança tua. Da cabeça provém a saúde que se espalha por todas as partes do corpo. Todas são vigorosas e aprumadas, ou prostradas pela debilidade, conforme vive ou fenece o espírito delas. Haverá cidadãos e haverá aliados dignos desta bondade e, em todo o mundo, a retidão de costumes retornará. Por tuas mãos, poupar-se-á em toda parte.

2. Permite que eu me delongue um pouco mais sobre este ponto, não para bajular teus ouvidos (pois não é este o meu costume; eu preferiria ofender com verdades a agradar adulando). Então por quê? Além de desejar que estejas o mais familiarizado possível com teus bons atos e palavras, para que se torne preceito o que hoje é natural e impulsivo em ti, reflito comigo mesmo que se transmitiram na sociedade humana muitas sentenças grandiloquentes, consideradas verdadeiras e vulgarmente célebres, mas abomináveis, como a famosa "Que me odeiem, contanto que me temam", que é semelhante ao verso grego daquele que ordena à terra que se inflame quando ele morrer, e outros ditos congêneres.

3. Não sei como, sobre um assunto tão medonho e desagradável, os talentos mais fecundos puderam expressar pensamentos veementes e vibrantes. Ao passo que, até hoje, sobre a bondade e brandura nunca ouvi uma palavra arrebatada. Então, o que ocorre? Mesmo em raras ocasiões, apesar de contra tua vontade e com grande relutância, algum dia é necessário escreveres algo que te leve a odiar as letras, mas, como estás fazendo, com grande relutância e muitas hesitações.

SEGUNDA PARTE

I. (II,3.) 1. E para que o vistoso nome de clemência porventura não nos venha a enganar alguma vez e nos desvie para uma direção contrária, vejamos o que é a clemência, qual a sua natureza e quais seus limites.

A clemência é a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar ou, ainda, a brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer a penalidade. É

mais seguro propor muitas definições para que uma só não contenha pouco conteúdo e, como eu diria, sua conceituação se perca. Pode-se dizer desta maneira: é a inclinação do espírito para a brandura ao executar a punição.

2. Esta outra definição encontrará objeções, embora se aproxime bastante da verdade, se dissermos que a clemência é a moderação que retira alguma coisa de uma punição merecida e devida. Reclamar-se-á que nenhuma outra virtude faz a ninguém menos do que lhe é devido. Mas, de qualquer maneira, todos entendem o seguinte: é a clemência que faz desviar a punição pouco antes da execução que poderia ter sido estabelecida por merecimento.

II. (II,4.) 1. Os inexperientes julgam a severidade como o contrário da clemência, mas jamais uma virtude é contrária a outra virtude. O que, pois, é o oposto da clemência? É a crueldade, que nada mais é do que a dureza de alma ao executar punições. "Mas existem alguns que não executam punições e, contudo, são cruéis, como os que matam pessoas desconhecidas com quem se encontram, sem nenhum lucro, somente pelo pretexto de matar e, não satisfeitos em matá-los, seviciam, como os famosos Busíris e Procrustes, e os piratas que chicoteiam seus prisioneiros e os atiram vivos ao fogo".

2. Sem dúvida, isto é crueldade; mas, porque não a acompanha a vingança (pois não foi ofendida) nem se enraivece com o delito de outrem (pois nenhum crime a precedeu), escapa da nossa definição. Pois a definição continha intemperança de espírito no ato de atribuir penas. Podemos dizer que isto não é crueldade, mas ferocidade de quem tem prazer em seviciar. Podemos dar-lhe o nome de loucura, porquanto existem vários tipos de insanidade, mas nenhuma é mais declarada do que a que termina em massacre e dilaceramento de homens.

3. Portanto, darei o nome de cruel àqueles que têm motivo de punir, mas não têm nenhuma medida, como Fálaris, de quem afirmam que seviciou homens, por certo não inocentes, porém numa dimensão que ultrapassa a medida do humano e do admissível. Podemos deixar de lado as cavilações e concluir dizendo que a crueldade é uma inclinação do espírito para coisas particularmente duras. A clemência repele esta inclinação, impondo-se conservar à distância; no entanto, com a severidade, combina-se bem com ela.

4. Nesta altura é pertinente investigar o que é compaixão, pois a maioria dos homens louva-a como virtude e chamam compassivo ao homem bom. E ela é um defeito de alma. Devemos evitar cada uma das atitudes que estão colocadas nas margens da severidade e nas margens da clemência. Pois com a aparência de severidade incidimos na crueldade, com a aparência da clemência, na compaixão. Neste último caso, erra-se com um risco mais leve, porém é um erro igual ao dos que se afastam da verdade.

III. (II,5.) 1. Portanto, do mesmo modo como a religião honra os deuses, a superstição os ultraja, assim todo homem de bem oferecerá clemência e mansidão, e evitará a

compaixão, porque é falha de um espírito pusilânime sucumbir à vista dos infortúnios alheios. Assim, esta atitude é muito comum entre os que estão nas piores condições. Existem velhas e mulherzinhas que se comovem com as lágrimas dos maiores criminosos e que, caso fosse permitido, lhes arrombariam a porta do cárcere. A compaixão não observa a causa do castigo, mas o infortúnio do criminoso. A clemência se aproxima da razão.

2. Conheço a má reputação da escola estoica entre os inexperientes, que a têm como excessivamente dura e como incapaz de vir a dar bons conselhos a príncipes e reis. Reprova-se-lhe que, porque impede ao sábio ser compassivo, o impede de perdoar. Estes preceitos, se colocados cada um de per si, são odiosos, pois parecem não deixar nenhuma esperança para os erros humanos e deduzir que todos os delitos conduzem ao castigo.

3. E, se assim é, o que há de verdadeiro numa doutrina que ordena desprezar o sentimento humanitário e fecha o mais seguro refúgio, o do mútuo auxílio contra o infortúnio? Contudo, nenhuma escola é mais benévola e mais branda, nenhuma tem mais amor pelos homens e maior atenção pelo bem comum como a proposta de ser útil, de atender com seu auxílio aos interesses não somente seus, mas de todos, em geral, e de cada um, em particular.

4. A compaixão é o sofrimento da alma diante do espetáculo das misérias alheias ou a tristeza causada pelos males alheios, que se acredita cair sobre os indivíduos que não o merecem. Porém o sofrimento não abate um homem sábio. Sua mente é serena, nada pode suceder-lhe que não possa enfrentar. E nada convém ao homem tanto como a grandeza de alma; entretanto, ela não pode ser, ao mesmo tempo, grande e triste.

5. O pesar esmaga, abate, restringe os pensamentos. É o que não acontecerá ao sábio, mesmo nas suas desgraças pessoais. Por outro lado, ele irá rechaçar toda a fúria do infortúnio e quebrá-la à sua frente. Conservará sempre a mesma aparência calma e impassível, coisa que não poderia fazer se agasalhasse a tristeza.

IV. (II,6.) 1. Acrescenta que o sábio prevê os acasos e tem soluções prontas para eles. E jamais algo límpido e sincero provém da perturbação. A tristeza é inábil em discernir as coisas, refletir sobre assuntos úteis, evitar os perigosos, avaliar perdas equitativamente. Logo, não se deve ter compaixão, porque é coisa que não ocorre sem que haja sofrimento de alma.

2. Quanto às demais coisas que espero que os compassivos façam, o sábio as fará com prazer e elevação de espírito. Prestará socorro às lágrimas alheias, mas não as acrescentará às suas. Oferecerá sua mão ao náufrago, acolhida ao exilado, esmola ao indigente, não esta esmola ultrajante, que a maior parte destes que querem parecer compassivos arremessam, desdenhando os que auxiliam e temendo ser contaminada por eles, mas como um homem dará a outro homem a partir de bens comuns. Concederá às lágrimas maternas a vida do filho e ordenará a sua libertação das

correntes, retirá-lo-á da arena e sepultará seu cadáver, mesmo se malfeitor; contudo realizará estes atos com semblante inalterado.

3. Portanto, o sábio jamais se compadecerá, mas socorrerá e será útil. Nasceu para a assistência comum e para o bem público, do qual dará a cada um a sua parte. Também aos infelizes, seja para reprovar ou seja para corrigir, estenderá sua bondade proporcionalmente; mas aos verdadeiros aflitos e aos esforçados trabalhadores, virá em socorro muito mais prazerosamente. Todas as vezes que o sábio puder, interpor-se-á aos golpes do infortúnio; pois onde empregará melhor os seus recursos ou suas forças do que em restabelecer aqueles que a desgraça abateu? De certo não lhe fraquejará o semblante, nem o espírito, diante de uma perna ressequida, ou diante da magreza e dos andrajos de um velho apoiado em cajado. De resto, será útil a todas as pessoas dignas e, segundo o costume dos deuses, deitará seu olhar favorável sobre todos os desgraçados.

4. A compaixão é vizinha da miséria, pois tem e arrasta consigo algo dela. Que saibas que são frágeis os olhos que se derramam em lágrimas diante de uma inflamação de olhos de outra pessoa; que é certamente fraqueza e não alegria estar sempre a sorrir para os sorridentes e, também, a abrir a boca diante do bocejo de todos. A compaixão é uma fraqueza dos espíritos excessivamente apavorados com a miséria e, se alguém exigir compaixão de um sábio, estará bem próximo de exigir lamentação e gemidos em funerais de um estranho.

V. (II.7.) 1. "Mas por que o sábio não perdoará a ninguém?" Estabeleçamos agora, também, o que é o perdão e saberemos que o sábio não deve concedê-lo. O perdão é a remissão de uma pena merecida. Eu, tão rapidamente como se estivesse em julgamento de outra pessoa, direi o seguinte:

"Perdoa-se a quem devia ser punido. No entanto o sábio não faz nada do que não deve, não deixa passar nada do que deve e, deste modo, não absolve ninguém de uma punição que deve exigir.

2. Mas aquilo que quiseres obter pelo perdão, o sábio te concederá por um caminho mais honrado, pois poupará, refletirá e corrigirá. Fará o mesmo que se perdoasse, mas não perdoará, porque aquele que perdoa reconhece ter omitido algo que devia ter feito. A alguns, observando que sua idade permite recuperação, fará apenas admoestações verbais e não infligirá castigos. A outros, que visivelmente padecem com o que há de repugnante em seu crime, ordenará que permaneçam incólumes, porque foram ludibriados, porque cometeram o deslize por causa do vinho. Devolverá inimigos ilesos, algumas vezes até elogiados, se foram convocados para a guerra por motivos honrados, como em prol de uma fé juramentada, de um tratado ou da liberdade.

3. Todas estas coisas não são obras do perdão, mas da clemência. A clemência tem livre-arbítrio, julga não segundo fórmula legal, porém segundo a equidade e o bem.

E lhe é permitido absolver e taxar uma demanda em quanto quiser. Destas coisas, nada faz como se fizesse menos do que é justo, mas como se o que estabelece fosse o mais justo. Perdoar, contudo, não é deixar de punir a quem se julga que deva ser punido. O perdão é a remissão de uma pena devida. Em primeiro lugar, a clemência garante que, aos dispensados, ela pronunciará que nada mais deviam padecer. Ela é mais completa do que o perdão, mais honrosa".

4. Na minha opinião, esta é uma disputa de palavras. Na verdade, concorda-se quanto ao fato em si.

O sábio remitirá muitas punições, preservará muitos de caracteres pouco sadios, porém curáveis. Imitará os bons lavradores que cultivam não somente árvores de porte reto e alto, mas também cuidam das que se entortaram por algum motivo, aplicando escoras para endireitá-las. Podam à volta de algumas árvores para não tolher o crescimento dos galhos, adubam outras, raquíticas por causa do solo fraco, expõem ao céu as que sucumbem à sombra alheia.

5. O sábio verá por qual método determinado caráter deveria ser tratado e de que modo as perversões poderiam voltar-se para a retidão.

TERCEIRA PARTE

I. (I.3.) 1. Em terceiro lugar, investigaremos como a alma seria levada à virtude da clemência, como a consolidaria e a faria sua pelo uso.

(I,3.) 2. É necessário constar que, entre todas as virtudes, nenhuma convém mais verdadeiramente ao homem, já que nenhuma outra virtude é mais humana, não só entre nós, que queremos o homem visto como um ser social, gerado para o bem comum, mas também entre aqueles que destinam o homem ao prazer, dos quais todas as palavras e atos se voltam para seus próprios interesses. Portanto, se o homem procura o repouso e o lazer, alcança com essa virtude o máximo de sua natureza que ama a paz e refreia sua mão.

3. Contudo, entre todos os homens, a clemência não convém a ninguém mais do que ao rei e ao príncipe. Assim, são grandes as forças do decoro e da glória, se o poder for saudável para elas, pois prevalecer-se do poder para prejudicar é força maligna. Enfim, é fundamentada e estável a grandeza daquele que todos sabem estar tanto acima como a favor deles; cuja preocupação, ao velar pela salvaguarda de cada um, em particular, e de todos, em geral, comprova-se diariamente; quando ele se aproxima, não se dispersam todos, como se qualquer animal daninho e nocivo tivesse saltado de seu covil, mas acorrem apressuradamente, como para uma estrela luminosa e benfazeja. Todos estão muito preparados para se atirarem às pontas das espadas conspiradoras em sua defesa e, se o caminho da sua salvação tiver de ser construído com despojos humanos, para pavimentarem-no com o próprio corpo. Guardam-lhe

o sono com sentinelas noturnas, tendo obstruído e cercado seus flancos, defendem-no e interpõem as suas próprias vidas aos perigos que o ameaçam.

4. Não é sem razão que povos e cidades têm um consenso como o de proteger e amar os seus reis, expondo a si e a seus bens todas as vezes que a salvaguarda do governante o requeira. E não é menosprezo de si mesmo ou demência o fato de tantos milhares receberem golpes de espada em benefício de uma só pessoa e resgatarem, com muitas mortes, uma só vida, que, às vezes, é a de um ancião e de um inválido.

5. Da mesma forma como o corpo inteiro está a serviço da alma e, embora ele seja tão grande e vistoso e ela permaneça sutilmente oculta e dúbia quanto ao lugar em que se esconde, todavia as mãos, os pés, os olhos trabalham para ela, e a pele a protege. Sob o comando da alma repousamos ou corremos inquietos. Quando ordena, se ela é um senhor ganancioso, exploramos o mar por causa do lucro; se ela é ambiciosa, sem perda de tempo apresentamos nossa mão direita às chamas ou nos precipitamos, voluntariamente, para dentro da terra. Do mesmo modo, esta imensa multidão, reunida em torno de um só ser vivente, governada pelo seu espírito, dobrada pela sua razão, será oprimida e despedaçada pelas suas próprias forças se não for sustentada pela sabedoria.

II. (I,4.) 1. Portanto, é a sua própria preservação que os homens amam quando conduzem legiões, às dezenas, à batalha a favor de um só homem, quando acorrem às primeiras linhas de frente e apresentam o peito aos ferimentos para não deixar retroceder as insígnias de seu imperador; pois ele é o vínculo, cujo poder intervém na coesão das forças públicas. Ele é o sopro vital que arregimenta estes tantos milhares que por si mesmos nada seriam a não ser ônus e presa de guerra, se esta ideia de império lhes fosse retirada.

Preservado o rei, todos têm um único ideal. Perdido o rei, todos rompem o compromisso de fidelidade.

2. Tal queda será o fim da paz romana. Levará à ruína o destino de um povo tão grande, povo que se manterá afastado do perigo durante tanto tempo quanto souber suportar freios, que, se alguma vez se romperem, ou se, por algum acidente, não se puderem sustentar os elos partidos, esta unidade e esta vasta rede do enorme império se fragmentarão em muitas partes, e esta cidade terá deixado de dominar no mesmo momento em que tiver deixado de prestar obediência.

3. Eis por que príncipes e reis, ou qualquer outro nome que tenham, são os tutores da ordem pública, não é de admirar que sejam estimados muito além das relações de caráter particular; pois, se homens sensatos colocam os interesses públicos acima dos privados, sucede que a pessoa mais querida é também a que personifica o Estado. Com efeito, outrora César se investiu do poder estatal de tal modo que nenhum poderia ser suprimido sem a destruição do outro. Por conseguinte, tanto é necessário a força para um quanto a cabeça para outro.

III. (I,5.) 1. Parece que meu discurso se afastou bastante de sua proposta, mas, sem dúvida, persegue seu próprio objetivo; pois se, como até agora ficou demonstrado, és a alma do Estado e o Estado é teu corpo, podes ver, como espero, quão necessária é a clemência; pois é a ti que poupas, quando pareces poupar a outro. Assim, devem-se poupar cidadãos, mesmo os condenáveis, não diferentemente dos membros enfermos e, quando for necessário sangrar, deve-se conter o gume para a incisão não ser mais profunda que o necessário.

2. Portanto, como eu estava dizendo, a clemência existe certamente em todos os homens de acordo com a natureza deles; todavia é especialmente honrosa nos imperadores; quanto mais haja o que preservar por meio destes, tanto mais aparece em grandes materializações. Como prejudica pouco, de fato, a crueldade de um cidadão particular! A sevícia dos príncipes é uma guerra.

3. E ainda que haja harmonia entre as virtudes e uma não seja melhor ou mais honrada que outra, sempre determinada virtude é mais adequada a certas pessoas. Grandeza de alma convém a todo mortal, mesmo àquele abaixo do qual não existe nada, pois o que é maior ou mais corajoso do que enfrentar a má sorte? E, contudo, esta grandeza de alma ocupa um espaço mais amplo na prosperidade e é mais visível na tribuna do que ao rés do chão.

4. A clemência conservará feliz e tranquila qualquer casa em que tiver entrado, mas, no palácio real, onde é mais rara, mais admirável será, pois, o que é mais admirável do que ver o homem, cuja cólera não encontra nenhuma oposição, cujos veredictos, mesmo os mais pesados, são aprovados pelos que vão morrer, a quem ninguém interpelará, ao contrário, a quem ninguém sequer suplicará, se a violência o arrebatou, que controle sua mão e empregue seu poder para melhores e mais pacíficos fins, pensando consigo mesmo no seguinte: "Qualquer um pode matar em desacordo com a lei; salvar uma vida em desacordo com a lei, ninguém pode exceto eu"?

5. Um grande destino fica bem a uma grande alma, que, a não ser que se tenha elevado até ele e permanecido em nível elevado, é conduzida também a um nível contrário, abaixo dele. É próprio de grande alma ser calma e tranquila, e olhar de cima as injúrias e ofensas. Cabe à mulher perder a cabeça de raiva; mas é próprio de animais ferozes, e certamente dos de não boa raça, morder e estraçalhar as vítimas prostradas. Elefantes e leões prosseguem seu caminho por entre os que abateram; a obstinação é própria do animal ignóbil.

6. Cólera brutal e inexorável não fica bem a um rei, pois não o eleva muito acima daquele a quem se iguala ao irritar-se. Ao contrário, se concede a vida aos que estão em perigo e se confere dignidade aos que têm merecido perdê-la, faz aquilo que a ninguém mais é permitido fazer exceto ao que tem o poder sobre todas as coisas, pois até mesmo a um superior arrebata-se-lhe a vida, mas jamais ela é concedida a não ser a um inferior.

7. Salvar é próprio de um destino privilegiado, que nunca deve ser mais admirado que quando lhe ocorre o mesmo que aos deuses, por cujo favor somos todos trazidos à luz, tanto os bons quanto os maus. E, assim, atribuindo a si mesmo o espírito dos deuses, que o príncipe contemple, entre os seus cidadãos, a alguns com prazer, porque são bons e úteis, e a outros os deixe fazer número. Que se alegre com a existência daqueles e que tolere a existência destes.

IV. (I,6.) 1. Considera que nesta cidade, em que a multidão, escoando em fluxo ininterrupto pelas ruas mais amplas, esmaga-se toda vez que encontra algum obstáculo a barrar seu curso rápido como uma torrente; em que, ao mesmo tempo, três plateias de três teatros aguardam a chegada do público; em que se consome o produto de toda terra arável, quanta solidão haveria e quão deserta seria, no futuro, se não restasse ninguém além dos absolvidos por um juiz severo.

2. Quão pequeno seria o número dos investigadores não colhidos pela mesma lei pela qual fazem a investigação? Quão pequeno seria o número de acusadores isentos de culpa? E não sei se não seria mais relutante em dar perdão àquele que, muito mais frequentemente, precisou pedi-lo.

3. Todos nós pecamos, alguns de maneira grave, outros mais levemente, alguns deliberadamente, outros por um impulso casual ou levados pela maldade alheia. Permanecemos pouco resolutos em nossas boas resoluções e, entre constrangidos e reticentes, perdemos a nossa inocência. Não só estamos cometendo erros, como também os cometemos até nosso derradeiro dia.

4. E mesmo se alguém purificou sua alma tão bem que nada mais possa perturbá-la ou enganá-la, todavia não chega até a inocência a não ser pecando.

V. (I,7.) 1. Já que fiz menção aos deuses, seria ótimo que eu estabelecesse um modelo de formação de príncipe que quisesse ter para com os seus súditos as mesmas disposições que os deuses têm para com ele. Há proveito, pois, em ter divindades implacáveis diante de nossos pecados e erros? Há proveito em tê-los hostis até nossa final destruição? E que rei estará seguro de que arúspices não venham a recolher seus restos?

2. E se os deuses, que são pacíficos e justos, não perseguem imediatamente os delitos dos poderosos com seus raios, quão mais justo seria que o homem, colocado como preposto dos outros homens, exercesse o comando com espírito meigo e refletisse sobre qual dos dois aspectos do mundo seria mais agradável e mais belo a seus olhos: quando o dia é sereno e claro, ou quando é sacudido por incessantes trovoadas, e relâmpagos faíscam aqui e acolá! E a aparência de um império tranquilo e bem-estruturado outra coisa não é senão a de um céu sereno e brilhante.

3. Um reinado cruel é perturbado e obscurecido por trevas, não permanecendo inabalado, entre os que tremem e se apavoram com um barulho repentino, nem mesmo aquele que conturba tudo.

Aos cidadãos particulares, quando se vingam obstinadamente, é mais fácil perdoar, porquanto são passíveis de ser lesados e seu ressentimento provém da injustiça. Além do mais, eles temem o desprezo, e não ter retribuído aos ofensores passa por fraqueza, e não por clemência. Mas aquele a quem é fácil vingar, tendo deixado de fazê-lo, obtém o sólido renome de complacente.

4. Os que estão em posição humilde têm maior desembaraço em forçar a mão, pleitear, correr para as rixas e deixar-se arrastar pela sua irritação. Entre pessoas iguais os golpes são leves. Mas, para um rei, até uma alteração de voz e falta de comedimento de palavras não são majestáticos.

VI. (1,8.) 1. Consideras grave privar os reis do arbítrio de falar, arbítrio que os mais humildes têm. "Isto", dizes, "é uma servidão e não poder imperial". Então? Não percebeste que isto é uma nobre servidão para ti? Outra é a condição dos que se escondem no meio da multidão de onde não sobressaem, cujos valores lutam durante muito tempo para que apareçam e cujos defeitos os mantêm nas trevas. A opinião pública recolhe todos os vossos atos e palavras e, por esta razão, ninguém deve preocupar-se mais com a qualidade de sua reputação do que aqueles que hão de tê-la grande, qualquer que seja o merecimento que tenham tido.

2. Quantas coisas não te são permitidas que, graças a ti, nos são permitidas! Posso caminhar sozinho, sem temor, em qualquer parte da cidade, embora nenhuma escolta me acompanhe, embora não tenha nenhuma espada em minha casa, nem em minha ilharga. Mas tu, na paz que criaste, deves viver armado. Não podes afastar-te de tua sorte, ela te bloqueia e te persegue com grande aparato em qualquer lugar que desças.

3. Esta é a servidão de suprema grandeza: a que não pode tornar-se menor; porém esta mesma servidão é comum aos deuses e a ti. Porquanto o céu os mantém prisioneiros e não lhes é dado descer mais vezes do que a ti, por razões de segurança. Estás preso à tua proeminência.

4. Poucas pessoas percebem os nossos movimentos; a nós é lícito sair, entrar, mudar nossos trajes sem o conhecimento público: a ti não é dado esconder-te mais do que ao sol. Existe muita luz à tua volta, para ela convergem os olhos de todos e, se julgas poder mostrar-te, elevas-te.

5. Não podes falar sem que as nações, estejam onde estiverem, acolham tua voz. Não podes enfurecer-te sem que todas as coisas estremeçam, porque não podes derrubar ninguém sem abalar tudo à tua volta. Assim como os raios caem com perigo para poucos, mas com terror de todos, as condenações dos altos dirigentes espalham um terror mais amplo do que o dano que fazem, e não sem motivo: pois a pessoa que pode fazer tudo não reflete sobre o quanto teria feito, mas no quanto haveria de fazer.

6. Acrescenta agora que a tolerância das ofensas recebidas torna os cidadãos particulares mais propícios a receberem outras; para os reis é mais certa a segurança que provém da mansidão, porque punição continuada reprime o ódio de poucas pessoas, mas estimula o de todos.

7. Convém que a vontade de seviciar se desfaça antes que sua causa. Além disso, da mesma forma que múltiplos ramos tornam a brotar de árvores cortadas, e muitas espécies de plantas são podadas para crescerem mais densamente, assim a crueldade do rei aumenta o número dos inimigos ao suprimi-los, pois os pais e os filhos, os parentes e os amigos dos que foram mortos tomam o lugar de cada uma das vítimas.

VII. (I,9.) 1. O quanto isto é verdade, quero lembrar-te com um exemplo de tua família. O divino Augusto foi um príncipe meigo, se alguém começasse por avaliá-lo pelo período do seu principado. Porém, no período de perturbação geral do Estado, empunhou a espada quando tinha a idade que tu tens agora, tendo começado seu décimo oitavo ano de vida. Tendo passado seu vigésimo ano, já tinha enterrado o punhal no peito de seus amigos, já tinha procurado golpear traiçoeiramente o flanco do cônsul Marco Antônio e já tinha sido seu colega de proscrições.

2. Contudo, quando tinha ultrapassado seu sexagésimo ano e se demorava na Gália, foi-lhe denunciado que Lúcio Cina, indivíduo de espírito limitado, lhe estava armando uma conspiração. Foi-lhe revelado onde, quando e como Cina queria agredi-lo. Um dos seus cúmplices o denunciou.

3. Augusto decidiu castigá-lo e ordenou que se convocasse um conselho de amigos. Passou uma noite agitada, porque refletia no dever de condenar um jovem da nobreza, neto de Cneu Pompeu, íntegro até aquele deslize. Agora, já não podia matar um único homem, ele, a quem Marco Antônio ditara o edital de proscrição durante um jantar.

4. Gemendo, deixava escapar, sucessivamente, palavras indecisas e contraditórias entre si: "O quê? Eu, enquanto me atormento, hei de tolerar meu assassino a andar seguro por aí? Então, não se infligirão castigos a este, que pode resolver não matar-me, mas imolar-me (pois tinha resolvido atacar-me enquanto fazia o sacrifício), a mim, uma cabeça visada em vão, que escapou incólume de tantas guerras civis, de tantas batalhas marítimas e terrestres, agora que a paz foi estabelecida em terra e mar?"

5. De novo, depois de um intervalo de silêncio, enfurecia-se, em voz alta, mais consigo do que com Cina: "Por que vives, se a tantos interessa que tu morras? Qual será o fim dos suplícios? Qual, o do derramamento de sangue? Eu sou uma cabeça exposta aos jovens da nobreza, alvo de suas espadas afiadas. A vida não é de tanto valor, se, para que eu não pereça, tantos devem perdê-la".

6. Por fim, Lívia, esposa, interrompeu-o: "Aceitas", disse, "um conselho de mulher? Faze o que os médicos costumam fazer, quando os remédios habituais não dão

resultado: tentam remédios contrários. Até agora não conseguiste nada com a severidade. A Salvidieno sucedeu Lépido; a Lépido, Murena; a Murena, Cepião; a Cepião, Egnácio, sem falar dos outros cuja ousadia tanto nos envergonha. Tenta, agora, como a clemência poderia favorecer-te. Perdoa Lúcio Cina. Ele foi apanhado. Já não pode prejudicar-te mais, porém, para tua reputação, pode ser útil".

7. Satisfeito, porque encontrara um advogado para sua causa, Augusto agradeceu a sua esposa e, em seguida, ordenou imediatamente aos amigos convocados que se cancelasse o conselho e, tendo mandado todos saírem do recinto, chamou unicamente Cina à sua presença. Depois de ter mandado colocar outra cadeira para Cina, disse: "A primeira coisa que te peço é que não me interrompas enquanto eu estiver falando, nem cortes minhas palavras com exclamações. Disporás de tempo livre para falar.

8. Embora eu te tenha encontrado, Cina, em campo adversário, não como um que se fez meu inimigo, mas como meu inimigo de nascimento, preservei tua vida, permiti que conservasses todo teu patrimônio. Hoje, és tão feliz e tão rico que os vencedores invejam o vencido. Confiei-te o cargo de sacerdote que solicitaste, deixando de lado vários candidatos cujos pais combateram comigo. Como se eu assim o merecesse, decidiste matar-me."

9. Como diante de tais palavras Cina exclamasse estar ele longe de tal demência, prosseguiu: "Não manténs tua palavra, Cina. Combinara-se que tu não me interromperias. Planejas, repito, matar-me". Acrescentou o local, os cúmplices, o dia, o plano do atentado, e a pessoa a quem fora confiada a arma do crime.

10. E, como o visse cabisbaixo, calado, não tanto por causa da acusação, mas por causa da consciência, disse: "Com que intenção fazes isso? É para que sejas o príncipe? Por Hércules, o povo romano vai mal, se nada, além da minha pessoa, é obstáculo para governares. (Não és capaz de proteger tua própria casa. Há pouco, numa demanda particular, foste vencido pela influência de um liberto e não podes encontrar nada tão mais fácil do que te empenhares contra César!) Abdico, se somente eu for o impedimento de tuas esperanças. Acaso, daqui por diante te apoiarão Paulo, Fábio Máximo, os Cossos, os Servílios e esta lista tão grande de nobres, não daqueles que ostentam nomes inexpressivos, mas aqueles que trariam honra às imagens dos seus antepassados?"

11. Para que eu não empregue grande parte deste volume repetindo todo seu discurso (pois consta que falou por mais de duas horas, alongando sua fala, castigo único com que se daria por satisfeito), continuou: "Concedo-te a vida pela segunda vez, Cina; da primeira vez a um inimigo, agora a um conspirador e parricida. Que, a partir de hoje, comece de novo uma amizade entre nós. Disputemos qual dos dois será mais digno de confiança, eu que te concedi a vida ou tu que ma deves".

12. Depois conferiu-lhe, espontaneamente, o consulado, queixando-se de que Cina não ousara solicitar-lho. Tinha-o como o mais amigo e o mais fiel; tornou-se seu único herdeiro. Desde então, não foi mais alvo de quaisquer atentados.

VIII. (I,10.) 1. Teu trisavô perdoou os vencidos. Pois, se não tivesse perdoado, sobre quem imperaria? Salústio, os Coceios, os Délios e todo o grupo da primeira escolha, recrutou-os do campo dos adversários. Devia já à sua clemência os Domícios, os Messalas, os Asínios, os Cíceros e todo aquele que fazia parte da elite nacional. Ao próprio Lépido, quanto tempo lhe deixou para morrer! Por muitos anos consentiu-lhe conservar as insígnias do principado e, só depois de sua morte, permitiu que o título de pontífice máximo fosse transferido para si; pois preferia recebê-lo como honraria a tê-lo como despojo.

2. Esta clemência conduziu-o à salvação e à segurança. Trouxe-lhe a gratidão e a estima, embora não tivesse posto mão sobre as cervizes ainda não subjugadas do povo romano. E, hoje, ela lhe conserva a fama que dificilmente acompanha os príncipes mesmo quando vivos.

3. Acreditamos, não como se nos fosse imposto, que Augusto é um deus. Que ele é um bom príncipe, que lhe ficou bem o nome de pai reconhecemos por nenhum outro motivo além de que mesmo nos insultos pessoais, que para os príncipes costumam ser mais amargos do que as injustiças, demandava sem nenhuma crueldade; porque sorria dos motejos contra sua pessoa; porque, quando aplicava punições, aparentava sofrê-las; porque a todos os que condenara por adultério com sua filha, além de não matá-los, lhes dera salvo-condutos, para que, banidos, tivessem um pouco mais de segurança.

4. Isto é perdoar, não somente conceder a vida, mas garanti-la, quando souberes que haverá muitos que, em teu nome, enfurecem-se e te prestam favores com sangue alheio.

IX. (I,11.) 1. Tais coisas fez Augusto quando velho, ou quando seus anos já o inclinavam para a velhice. Na juventude inflamou-se e a cólera arruinou-o; fez muitas coisas às quais voltava os olhos constrangido. Ninguém ousará comparar a tua mansidão à do divino Augusto, mesmo se fossem levados à disputa os teus anos juvenis e a velhice dele, mais do que madura. Terá sido moderado e clemente; por certo depois de tingir o mar com sangue romano na batalha de Ácio, por certo depois de destroçar frotas na Sicília, não só as suas como as do inimigo; por certo depois dos holocaustos de Perúsia e das proscrições.

2. Porém, eu não dou o nome de clemência a uma crueldade frouxa. A verdadeira clemência, César, é esta que tu desempenhas, e que, não tendo arrependimento de sevícias praticadas, começa sem qualquer mácula, sem nunca ter derramado sangue civil. A verdadeira temperança do espírito, no maior poder, e o amor do gênero humano (e aí ele abrange todos os recursos) são isto: não se deixar corromper por

qualquer cupidez nem pela temeridade do talento nem pelos exemplos dos príncipes precedentes; não tentar, experimentando, quanto lhe seria permitido contra os seus cidadãos, mas tirar o fio da espada do seu império.

3. Preservaste, César, a nação sem sangue, e o fato que tanto glorificou teu grande espírito é que não derramaste nenhuma gota de sangue humano em todo o mundo, e mais significativo e mais admirável do que isso é que, a ninguém, jamais, uma espada foi confiada tão precocemente.

4. Logo, a clemência conserva os príncipes não só mais honrados como também mais seguros e é, ao mesmo tempo, seu ornamento e o mais sólido meio de preservação dos poderes imperiais. Por que é, então, que os reis envelhecidos têm transmitido seus tronos a filhos e netos, ao passo que o reinado dos tiranos é abominável e efêmero? Que diferença há entre um tirano e um rei (pois a aparência da sorte e a licença de arbitrar são iguais) a não ser pelo fato de que os tiranos são cruéis por prazer e os reis somente por motivo e necessidade?

X. (1,12.) 1. "Então, quê? Os reis também não costumam matar?" – Sim, mas somente quando o interesse público os persuade a fazê-lo. A sevícia está no coração dos tiranos. Contudo, o tirano difere do rei pelos atos, e não pelo nome. Portanto Dionísio, o velho, por direito e mérito, pode ser preferido a muitos reis; e o que impede Lúcio Sila de ser denominado tirano, ele, a quem somente a escassez de inimigos fez pôr fim à matança?

2. Mesmo que ele tenha descido de sua posição ditatorial e retomado a toga civil, todavia que tirano bebeu, alguma vez, o sangue humano tão avidamente quanto ele, que ordenou que se trucidassem sete mil romanos e que, quando sentado na vizinhança, perto do templo de Belona, ouvindo o lamento de tantos milhares de vítimas, gemendo sob os golpes de espada, dizia ao atemorizado senado: "Prossigamos, senadores, apenas alguns poucos sediciosos estão sendo executados por ordem minha"? Isto não é mentira. Para Sila pareciam poucos.

3. Mas logo daremos prosseguimento ao assunto de Sila, de que maneira se enfurecia com seus inimigos, principalmente se cidadãos, rompidos com seu partido, transferissem-se para a facção inimiga. Nesse meio tempo, como eu dizia, a clemência prova a profunda diferença entre um rei e um tirano, embora nenhum dos dois esteja menos equipado em armas do que o outro. Porém, um dispõe de armas das quais se serve em defesa da paz, o outro, como reprime grandes ódios por meio de grande medo, nem às próprias mãos, às quais se confiou, olha-as com segurança.

4. Como são opostos, agem de forma oposta. Porquanto, embora seja odiado porque é temido, o tirano deseja ser temido porque é odiado, servindo-se daquela abominável máxima, que precipitou a perdição de muitos: "Que me odeiem, contanto que me temam", tendo ignorado quanta fúria engendraria, quando os rancores crescessem além da medida.

De fato, um temor moderado coíbe os espíritos, mas um temor permanente, não só agudo, mas que leva a extremos, incita os prostrados à audácia e persuade-os a recorrer a tudo.

5. Assim, com corda e pluma podes conter feras confinadas. Mas, se um cavaleiro investir sobre o dorso delas com o aguilhão, elas tentarão a fuga através do próprio obstáculo que as afugentou e esmagarão o objeto de seu medo. A coragem é mais intensa quando forjada por profunda necessidade. Convém que o medo deixe alguma segurança e ofereça muito mais esperança do que perigos. De outro modo, quando perigos do mesmo teor provocam medo no homem sossegado, apetece-lhe incorrer em perigos e ir até o fim como se sua vida fosse de outra pessoa.

XI. (I,13.) 1. Um rei pacífico e tranquilo tem colaboradores de sua confiança, porque os emprega para a preservação da comunidade, e o soldado brioso (pois veem que ele se dedica à segurança pública) suporta prazeroso toda a labuta como a de guardião do pai. Ao contrário, é necessário que seus acólitos relutem com o outro rei que é feroz e sanguinário.

2. Ninguém pode ter auxiliares de boa vontade e de fé, quando nas torturas que prepara se serve deles como cavaletes e instrumentos de matar, quando contra eles lança homens como a animais selvagens. Ele é mais desgraçado que todos e mais atormentado porque, temendo homens e deuses, testemunhas e vingadores de seus delitos, uma vez conduzido a este ponto não lhe é mais possível mudar seus hábitos. Pois a crueldade, entre outros, tem o pior de todos os defeitos: a obrigação de persistir nela; e não se lhe abre um retorno para coisas melhores, pois crimes devem ser acobertados por outros crimes. Então, quem é mais infeliz do que o homem que agora necessita ser mau?

3. Que criatura miserável, pelo menos para si! Porquanto para os demais seria ímpio compadecer-se de um homem que exerceu seu poder para matanças e rapinagens, e se tornou suspeito através de todos os seus atos, tanto exteriores quanto domésticos, recorrendo às armas, enquanto teme as armas, não crendo na fidelidade dos amigos nem na afeição dos seus filhos. Ele, quando olha ao seu redor, vê tudo o que fez, tudo o que está para fazer, deixa entrever sua consciência repleta de crimes e tormentos, temendo muitas vezes a morte, porém mais frequentemente desejando-a, já que é mais odioso para si do que para seus escravos.

4. Ao contrário, o príncipe que tem preocupações universais, atendendo mais a algumas, menos a outras, presta assistência ao Estado, como se fosse parte de si mesmo, inclinado às mais meigas soluções, mostrando, mesmo quando censurar é de utilidade, quão constrangido põe as mãos em ásperos corretivos. Em seu espírito nada é hostil, nada é selvagem. Exerce seu poder pacífica e saudavelmente, desejando dos cidadãos a aprovação de suas ordens; considerando-se suficientemente feliz, se puder tornar a sua boa sorte pública. Afável de conversa, fácil à aproximação e ao acesso, com fisionomia que cativa sobretudo as massas, amável, propenso às petições

legítimas, e apenas ríspido em relação às ilegítimas: ele é amado, defendido e respeitado pela nação inteira.

5. Os homens dizem dele, em segredo, a mesma coisa que em público. Desejam procriar filhos, e a esterilidade, indício de problemas públicos, é extinta. Ninguém duvida de que merecerá o agradecimento de seus filhos aos quais terá apresentado um século de tal natureza. Tal príncipe, protegido por sua benevolência, não necessita de escoltas e tem um exército somente por questão de ornamento.

XII. (1,14.) 1. Logo, qual é seu dever? O mesmo dos bons pais, que costumam censurar os filhos algumas vezes carinhosamente, outras vezes com ameaças e, às vezes, chegam até a admoestá-los a chicotadas. Acaso algum pai, são de espírito, deserda o filho à primeira ofensa? A não ser que grandes e repetidos erros esgotem a sua paciência: a não ser que aquilo que teme seja maior do que o que condena, não chega a pegar da pena para escrever a sentença irrevogável. Tenta, antes, muitos outros recursos pelos quais possa reconduzir uma índole indecisa e já inclinada pela pior postura. No mesmo momento em que se perdem as esperanças, experimentam-se os últimos recursos. Ninguém chega a infligir suplícios, a não ser que tenha esgotado todos os expedientes.

2. O que deve ser feito pelo pai, deve também sê-lo pelo príncipe, a quem demos o nome de Pai da Pátria, sem termos sido levados por vã adulação. Pois muitas outras denominações honoríficas foram-lhe conferidas. Nós o proclamamos Grande, Feliz, Augusto e o cumulamos com tudo o que pudemos atribuir em matéria de títulos a uma ambiciosa majestade. Mas, na verdade, denominamo-lo Pai da Pátria para que soubesse que lhe foi conferido o pátrio poder graças a seu grande comedimento em consultar os filhos e colocar seus próprios interesses depois dos deles.

3. Um pai deveria extirpar, lentamente, um de seus próprios membros e, mesmo então, quando o tivesse extirpado, deveria desejar recolocá-lo e, ao fazê-lo, tendo hesitado durante muito tempo, deveria gemer. Pois quem condena apressadamente está prestes a fazê-lo com prazer, e quem pune excessivamente está prestes a agir com injustiça.

XIII. (1,15.) 1. A Triconte, um cavaleiro romano segundo minha memória, porque matara o próprio filho a açoites, o povo trespassou-o a golpes de estilete, no fórum. A autoridade de César Augusto mal conseguiu arrancá-lo das mãos agressoras, tanto de pais quanto de filhos.

2. Tário, que sentenciou o filho surpreendido em flagrante tramando o assassínio do próprio pai, depois de investigada a questão provocou a admiração de todos, porque se satisfez com o seu exílio e um exílio agradável: manteve o parricida em Marselha e concedeu-lhe uma renda anual do mesmo valor da que costumava conceder-lhe quando ainda ilibado. Tal liberalidade demonstrou que, nesta cidade, onde às piores

pessoas nunca falta um patrono, ninguém terá dúvida de que o réu foi condenado com justiça, já que o pai que não podia zangar-se conseguira condená-lo.

3. Por meio deste fato darei o exemplo do bom príncipe a quem poderás comparar o bom pai. No momento de examinar o caso do filho, Tário convocou César Augusto para o conselho. César ingressou na privacidade do seu lar, sentou-se a seu lado, foi membro de um conselho de família estranha e não disse: "Pelo contrário, que venham a meu domicílio". De fato, se o tivesse feito, o inquérito teria sido presidido por César e não pelo pai.

4. Ouvida a questão e investigados todos os pormenores, os que o jovem dissera a seu favor e os outros, que o acusavam, Augusto pediu que cada um desse seu veredicto por escrito, para que a decisão de César não se tornasse a mesma de todos. Em seguida, antes de abrirem as tabuinhas de escrever, jurou que não aceitaria herança de Tário, homem bem aquinhoado.

5. Alguém poderá dizer: "Ele teve fraqueza de espírito ao temer que, através da condenação do filho, parecesse deixar aberto um espaço para suas aspirações pessoais". Eu penso o contrário. Qualquer um de nós deveria ter bastante confiança, em sua boa consciência, para enfrentar interpretações maldosas, mas os príncipes devem dar muita atenção a sua reputação.

6. César jurou que não aceitaria herança. Assim, no mesmo dia, Tário perdeu um segundo herdeiro, mas César resgatou a independência de seu veredicto. E depois que provou ser a sua severidade desinteressada – fato que deve sempre preocupar um príncipe – determinou que o filho deveria ser banido para onde parecesse bem ao pai.

7. Não o sentenciou ao castigo do saco, nem ao das serpentes, nem ao cárcere, lembrando-se não de quem estava julgando, mas para quem ele estava em conselho. Disse que o pai devia se contentar com um tipo de pena mais suave contra o filho adolescente que fora impelido àquele crime tramado com uma timidez próxima da inocência; que o filho deveria ser afastado da cidade e dos olhos do pai.

XIV. (1,16.) 1. Que pessoa digna, a quem os pais deveriam convocar para os conselhos de família! Que pessoa digna, a quem deveriam inscrever como co-herdeira dos filhos inocentes! É esta a clemência que convém a um príncipe; aonde quer que vá torna as coisas mais amenas. Para este rei ninguém é de tão pouco valor que ele não sinta a sua perda; qualquer pessoa que seja faz parte do império.

2. A partir dos pequenos impérios, procuremos um modelo para os grandes. Não existe uma forma única de comandar. O príncipe comanda seus cidadãos; o pai, seus filhos; o professor, seus alunos; o tribuno ou o centurião, seus soldados.

3. Acaso não parecerá o pior dos pais aquele que reprime os filhos com frequentes surras, mesmo pelos motivos mais leves? Qual mestre de estudos liberais é mais digno, aquele que escarnece dos alunos se a memória lhes tiver falhado, se seus olhos pouco ágeis tiverem vacilado na leitura, ou aquele que prefere corrigir e ensinar por meio de

recomendações e de respeito? Apresenta-me um tribuno ou um centurião brutal: ele fará desertores daqueles que, todavia, são perdoáveis.

4. Portanto, acaso é justo comandar o homem mais pesado e mais duramente do que se comandam animais mudos? Um mestre-domador perito não assusta o cavalo com excessivas chicotadas; pois ele se tornará espantadiço e rebelde, a não ser que o tenhas lisonjeado com um toque carinhoso.

5. Um caçador faz a mesma coisa, seja treinando os filhotes de cães a seguir uma pista, seja usando-os, já adestrados, para desentocar ou perseguir feras; não os ameaça repetidamente (pois isto abalará seu espírito e tudo o que é próprio de sua índole se despedaçará graças à ação confusa do medo) e não lhes concede licença de vagar e andar desordenadamente por aí. Pode-se acrescentar a estes exemplos o daquele que conduz as mulas mais indolentes, que, embora tenham nascido para o abuso e para as misérias, podem ser levadas a refugar o jugo por causa da excessiva brutalidade.

XV. (1,17.) 1. Nenhum animal é mais fatigante, nenhum deve ser tratado com mais habilidade que o homem, a nenhum se deve poupar mais: pois o que é mais estúpido que corar de vergonha ao ver descarregar fúrias sobre jumentos e cães, e fazer com que a pior condição humana seja ser homem sob o jugo do homem?

Tratamos de medicar doenças sem nos irritar. Não obstante, este mal é uma doença de alma. Requer um tratamento suave e um médico menos rude para com o doente.

2. É próprio do mau médico desesperar de que não tenhas cura. O mesmo procedimento para com as pessoas cujo espírito está afetado deverá usar aquele a quem se atribuiu a salvação de todos: não projetar esperanças cedo demais, nem revelar antes os sintomas da morte. Que lute contra os males, que resista, que a alguns censure por estarem doentes, a outros engane que com um tratamento suave e com remédios inócuos há de curá-los mais cedo e melhor. Que o príncipe trate de cuidar não só da saúde, mas também da cicatriz honrosa.

3. Para o rei, Nero, não existe nenhuma glória proveniente de uma condenação brutal (pois quem duvida de seu poder?), mas, ao contrário, sua glória será muito grande, se contiver sua violência, se resgatou muitos da cólera alheia, se não aplicou a ninguém a sua própria.

XVI. (1,18.) 1. É louvável mandar nos escravos com moderação. E, no cativeiro, não se deve pensar até que ponto seria possível suportá-lo impunemente, mas até que ponto seria permitido pela natureza da equidade e do bem, que ordena poupar tanto os cativos quanto os comprados a dinheiro. Quão mais justo seria empregar homens livres, os nascidos de homens livres e os honrados, não como se fossem tua propriedade, mas como aqueles sobre os quais tens precedência por tua posição, cuja tutela te foi confiada, mas não a sua servidão.

2. Mesmo aos escravos é permitido refugiarem-se junto de uma estátua! Embora tudo seja lícito contra os escravos, existe algo que o direito comum dos seres vivos impede de usar contra um ser humano. Quem não tinha por Védio Polião ódio pior do que seus escravos, porque engordava as suas moreias com sangue humano e aos que, por qualquer motivo, o ofenderam, mandava atirar no que não era outra coisa senão um viveiro de serpentes? Que homem mil vezes digno de morte! Quer porque lançava seus escravos para serem devorados pelas moreias que ele haveria de comer, quer porque somente as criava, ali, a fim de alimentá-las desta maneira!

3. Da mesma forma como se apontam os senhores cruéis pela cidade inteira, e são odiados e detestados, assim a injustiça e a infâmia também se espalham amplamente, e sua odiosidade se transmite pelos séculos. Quão mais satisfatório, pois, seria não nascer do que ser enumerado entre os nascidos para o flagelo público?

XVII. (I,19.) 1. Ninguém poderá imaginar maior ornamento para o soberano do que a clemência, não importa qual seja o meio e qual seja o direito que o terá colocado como preposto dos demais homens. Evidentemente, reconhecemos que esta qualidade é tanto mais formosa e mais magnificente quanto maior for o poder que exercerá, que não é necessário ser nocivo, se for constituído segundo a lei da natureza.

2. Decerto foi a natureza que inventou o rei, fato que se pode observar a partir dos outros animais, e, entre eles, as abelhas, cujo rei tem o alvéolo mais espaçoso, colocado no centro e no lugar mais seguro. Além disso, desobrigado de trabalhar, é o supervisor dos trabalhos dos demais, e, tendo-se perdido o rei, todo o enxame se dispersa; não toleram mais que um só rei e procuram o melhor em combate. Ademais, a aparência do rei é extraordinária, diferente dos demais, tanto pelo tamanho quanto pelo brilho.

3. Diferenciam-se contudo principalmente no seguinte: as abelhas são demasiado coléricas e, em vista do tamanho do corpo, excessivamente combativas e deixam seus aguilhões na ferroada. O rei não tem aguilhão. A natureza, não querendo que ele fosse brutal ou que procurasse vingança que haveria de custar-lhe caro, subtraiu-lhe o dardo e deixou sua fúria desarmada. Enorme exemplo para grandes reis é este; pois a natureza tem o costume de se manifestar e trazer no bojo das pequeninas coisas grandes lições.

4. Seria vergonhoso não extrair uma lição do comportamento dos diminutos animais, já que a alma humana deveria ser tanto mais moderada quanto é capaz de prejudicar mais. Oxalá que pelo menos o homem tivesse a mesma lei e que, junto com sua arma, sua raiva se despedaçasse, não pudesse fazer mal mais do que uma só vez e não empregasse forças alheias para manifestar seus ódios! Ora, sua fúria rapidamente se afrouxaria se, por si mesma, fizesse bastante mal, e se, em perigo de morte, se dispersasse sua violência.

5. Porém, agora, o rei não tem nem mesmo o curso de sua vida assegurado, pois é necessário que tema tanto quanto quis ser temido, que observe as mãos de cada pessoa e, durante o lapso de tempo em que não for apanhado, que fique julgando ser objeto de procura e não tenha nenhum momento isento de medo. Alguém suportaria levar uma vida assim, quando lhe é permitido ser inofensivo aos outros e, por essa razão, administrar tranquilo o salutar direito do poder para a satisfação de todos? Engana-se, pois, quem julga que é seguro ser rei quando nada é assegurado para o rei. A segurança deve ser pactuada através da segurança recíproca.

6. Não há necessidade de construir elevadas cidadelas nos topos, nem de fortificar colinas escarpadas nas encostas, nem de cortar os flancos dos montes, nem de se cercar com múltiplas muralhas e torres: a clemência assegurará a salvação do rei em campo aberto. O único abrigo inexpugnável é o amor dos cidadãos.

7. O que é mais belo do que viver junto de todas as pessoas reunidas que o escolheram e proferiram seus votos sem coação? Se pequena vacilação de sua saúde não desperta esperanças, mas medo? Quando nada seria tão precioso que não se gostaria de trocá-lo pela salvação de seu protetor?

8. Oh, não existe um deus mais feliz do que aquele que percebe alguém vivendo para ele. Desde que ele provou, por meio de frequentes evidências de sua bondade, que o Estado não é seu, mas que ele é do Estado, quem ousaria tramar-lhe qualquer perigo? Quem não gostaria, se pudesse, de desviar também o infortúnio de um príncipe sob o qual florescem a justiça, a paz, a vergonha, a segurança, a dignidade, sob o qual a nação opulenta transborda todos os bens em abundância, e não contempla seu dirigente com sentimento diferente daquele com que contemplaríamos, reverentes e respeitosos, os deuses imortais, se eles nos dessem a possibilidade de vê-los?

9. Mas quê? Não ocupa um lugar próximo deles aquele que é gerado da natureza dos deuses, benéfico, generoso, com poder para fazer o bem? Convém buscar este ideal e imitá-lo; assim se é considerado o maior, para que se seja, ao mesmo tempo, considerado o melhor.

XVIII. (I,20.) 1. O príncipe costuma punir por duas razões: ou castiga por si ou castiga em nome de outra pessoa. Em primeiro lugar, discorrerei a respeito da parte que lhe concerne diretamente, pois é mais difícil ser moderado quando o castigo se deve a um ressentimento do que quando aplicado como exemplo.

2. A essa altura é supérfluo recomendar ao príncipe que não acredite facilmente, que investigue a verdade, que proteja a inocência e, para que ela seja evidente, prove que o objeto da ação não é menos importante para o juiz do que para os acusados em perigo. Na verdade, isto diz respeito à justiça e não à clemência. Neste momento, exortamos o príncipe para que, embora visivelmente ofendido, tenha seus sentimentos sob controle e conceda o castigo se puder fazê-lo com segurança; se não, que o modere e seja muito mais maleável com as afrontas feitas contra ele do que contra os outros.

3. Portanto, do mesmo modo como não é digno de uma grande alma ser generosa com bens alheios, mas doar a outros o que subtrai do seu, assim não darei o nome de clemente ao que é suscetível diante da dor alheia, porém ao que, embora tenha sido atormentado por suas farpas, não revida, que compreende ser grandeza de alma suportar afrontas estando no supremo poder, e que nada é mais glorioso do que permanecer impune, mesmo quando foi o príncipe o ofendido.

XIX. (I,21.) 1. A vingança costuma apresentar dois resultados: ou traz consolo ao que recebeu as afrontas, ou segurança para seu futuro. A posição do príncipe é demasiado elevada para que necessite consolo; sua força é demasiado evidente para que queira para si a reputação de violento por meio da infelicidade alheia. Digo isto do príncipe que foi atacado e ofendido por inferiores, porquanto, se ele vir a seus pés os que outrora foram seus iguais, se sentirá suficientemente vingado. Um escravo, uma serpente ou uma flecha matam um rei. Entretanto, ninguém, a não ser superior à pessoa que salvou, podia salvá-la.

2. Por esta razão, o príncipe, que tem o poder tanto de conceder a vida como de tirá-la, deve exercer corajosamente esta função dada pelos deuses. Sobretudo, em relação aos que ele sabe que outrora alcançaram uma proeminência semelhante à sua, tendo adquirido o arbítrio sobre eles, já completou sua vingança e realizou aquilo que era mais do que uma verdadeira punição; pois o homem que deve sua vida é como se a tivesse perdido, e todo aquele que, tendo sido atirado de uma alta posição para os pés do inimigo, esperando o veredicto sobre sua vida e seu reino, passa a viver para a glória de seu salvador e sua incolumidade contribui mais para a reputação dele do que se tivesse sido retirado dos olhares humanos. Pois ele é um permanente troféu do valor do outro. Num desfile de triunfo, trataria de passar rapidamente.

3. Mas, se sua coroa pode ser-lhe deixada também em segurança e ser recolocada no lugar de onde caíra, eleva-se em enorme apreço o elogio daquele que se contentou em colher de um rei vencido nada mais do que a glória. Isto é triunfar sobre sua própria vitória e atestar que o vencedor não encontrou junto dos vencidos nada que lhe fosse digno.

4. Quanto aos cidadãos, aos deconhecidos e aos humildes, o príncipe deve agir tanto mais moderadamente, porquanto a menor ação os aniquilaria. Que poupes alguns, prazerosamente; que sintas repugnância em vingar-te de outros e, não diferentemente do que ocorre com os insetos, que sujam quem os esmaga, tua mão também deve afastar-se deles. Ao contrário, em relação àqueles cuja graça ou castigo estarão na voz da nação, deve-se aproveitar a oportunidade para usar de uma clemência bem visível.

XX. (I,22.) 1. Passemos para as injustiças feitas a outros. Para castigá-los a lei seguiu três caminhos que o príncipe também deve seguir: ou corrige a pessoa punida; ou, com sua punição, converte os demais em melhores; ou, com a supressão dos maus, os demais vivem mais seguros. Aos próprios culpados corrigirás mais facilmente com

uma punição menor, pois aquele a quem resta alguma integridade vive mais cautelosamente. Ninguém tem respeito pela dignidade perdida. Já é uma espécie de impunidade não ter espaço para castigo.

2. Porém, a sobriedade dos castigos corrige melhor os costumes nacionais. Ora, uma multidão de delinquentes cria o hábito de delinquir, e a censura é menos pesada quando o grande número de condenações a atenua; e a severidade, que contém a força de remédio, com o emprego frequente, perde a eficácia.

3. O príncipe estabelece os bons costumes da nação e lhe dilui os males, se é paciente em relação a eles, não como se os aprovasse, mas como quem chega a castigar constrangido e com grande tormento. A clemência mesma do soberano provoca vergonha de delinquir, e a punição estabelecida por uma pessoa meiga parece ser muito mais pesada.

XXI. (I,23.) 1. Além disso, perceberás que são sempre praticados os delitos que são sempre punidos. Teu pai, durante cinco anos, mandou costurar dentro de sacos muito mais condenados do que ouvimos mencionar em todos os séculos. Os filhos ousavam muito menos cometer sacrilégio durante o tempo em que este crime esteve sem legislação. De fato, com suprema prudência, pessoas de nível elevadíssimo e de muito grande conhecimento da natureza das coisas preferiram desconhecer este crime, colocando-o como crime inconcebível e além dos limites da audácia, do que mostrar como ele pode ser cometido, enquanto o punem. Assim começaram os parricídios com a lei consoante, e foi o próprio castigo que mostrou aos nossos filhos esta vilania. A piedade filial esteve numa situação realmente péssima, depois que vimos um número maior de sacos do que de cruzes.

2. Na nação em que os homens são raramente punidos cria-se um consenso pela inocência e predispõe-se a seu favor como se fosse um bem público. Que a nação acredite ser inocente e o será; terá mais raiva dos que se afastam da sobriedade geral, se virem que são poucos. É perigoso, acredita-me, mostrar à nação quão numerosos são os maus.

XXII. (I,24.) 1. Outrora, decidiu-se por um parecer do senado que um sinal na roupa distinguiria os escravos dos homens livres. Em seguida, ficou evidente quanto perigo nos ameaçaria se os nossos escravos começassem a nos enumerar. Sabe que se deve temer a mesma coisa, caso não se conceda perdão a ninguém; logo ficará patente em quantas vezes prepondera a parte pior da nação. Numerosas execuções não são menos vergonhosas para o príncipe do que numerosos funerais para o médico.

Obedece-se melhor ao que comanda com mais tolerância.

2. O espírito humano é rebelde por natureza e, pelejando contra o que lhe é contrário e árduo, acompanha mais facilmente do que se deixa conduzir. E, como se dirigem cavalos de raça e de boa estirpe melhor com um freio flexível, assim,

espontaneamente, a inocência segue a clemência por seu próprio impulso e a nação considera-a digna de preservá-la para si. Assim, por esta via, avança-se mais.

XXIII. (I,25.) 1. A crueldade é um defeito muito pouco humano e indigno de um espírito tão meigo. É de fera uma fúria tal que se regozija com sangue e ferimentos e, quando a criatura humana deixa de sê-lo, transforma-se em animal selvagem. Ora, que diferença há, pergunto-te, Alexandre, entre atirar Lisímaco a um leão ou dilacerá-lo tu mesmo com teus próprios dentes? Esta goela é tua, esta ferocidade é tua! Quanto desejarias que, de preferência, fossem tuas estas garras, fosse tua esta boca escancarada capaz de devorar homens! Não exigimos de ti que esta tua mão, a mais infalível exterminadora de amigos, seja favorável a alguém, que este espírito feroz, flagelo insaciável de nações, se satisfaça com menos do que sangue e morte. Agora, dá-se o nome de clemência quando, para executar um amigo, escolhe-se o carrasco entre seres humanos.

2. O que faz a sevícia ser abominada ao máximo é que, em primeiro lugar, ultrapassa os limites habituais, depois, os limites humanos, procura novos suplícios, recorre à imaginação para inventar instrumentos através dos quais a dor se diversifica e se prolonga. Ela se deleita com os sofrimentos dos homens. Neste caso, esta sinistra doença de alma atinge o cúmulo da demência quando a crueldade se converte em prazer e já se deleita em matar um ser humano.

3. Uma devastação natural segue o rastro de tal tipo de homem: ódios, venenos e espadas. É assaltado por tão múltiplos perigos quanto os muitos homens para quem ele próprio é um perigo; algumas vezes é cercado por conspirações particulares, porém em outras ocasiões por revolta pública. De fato, ameaças ligeiras e individuais não perturbam cidades inteiras; mas aquilo que começa a espalhar seus furores amplamente e ataca a todos é golpeado por todos os lados.

4. Pequenas serpentes escapam e não são alvo da investigação pública; quando alguma ultrapassa a medida habitual e se desenvolve em monstro, quando infesta as fontes com seu escarro e, se exala algo, queima e destrói os locais por onde andou, ela é atacada por projéteis. Pequeninos males podem dar margem a discussões e passar despercebidos, mas aos ingentes a oposição pública enfrenta.

5. Assim, um só doente não perturba nem mesmo o seu lar. Mas, quando sucessivas mortes evidenciam que há uma epidemia, há clamor e evasão da cidade, e as mãos se estendem ameaçadoras contra os próprios deuses. Se aparecem chamas sob um único telhado qualquer, a família e os vizinhos jogam-lhe água; contudo, se o incêndio é vasto e já devora muitas casas, destrói-se uma parte da cidade, para extingui-lo.

XXIV. (I,26.) 1. A crueldade de cidadãos particulares foi vingada por mãos escravas, mesmo sob o risco certo de crucificação. As nações e os povos de tiranos e aqueles a quem a crueldade era um flagelo e aqueles que ela ameaçava propuseram extirpá-la. Algumas vezes, seus guardas sublevaram-se contra os próprios tiranos e aplicaram-

lhes tudo o que aprenderam deles: a perfídia, a impiedade e a ferocidade. De fato, o que alguém pode esperar daquele que ensinou a ser mau? A maldade não obedece durante muito tempo, nem faz tantos males quantos se lhe ordena.

2. Mas supõe que a crueldade é segura, como se apresentaria o reino? Não diverso da aparência das cidades capturadas e de quadros terríveis de medo público. Tudo é pesar, alarme, confusão. Os próprios prazeres são temidos. Não se vai em segurança nem a banquetes, em que a língua deve ser cuidadosamente policiada até pelos ébrios, nem a espetáculos, dos quais se investiga material para incriminar e comprometer. Embora se apresentem com grandes gastos e com opulências reais, com artistas de excelente renome, todavia a quem agradariam os jogos no cárcere?

3. Bons deuses, que maldição é esta: matar, seviciar, deleitar-se com o ruído dos grilhões, cortar as cabeças de cidadãos, derramar muito sangue por toda parte em que tiver passado e, com sua aparência, aterrorizar e afugentar? Que outro tipo de vida haveria, se os leões e ursos reinassem, se a direção do poder fosse dada às serpentes ou a qualquer animal muito mais nocivo para nós?

4. Tais seres, desprovidos de razão e sentenciados por nós como desumanos, abstêm-se de atacar os seus; e, entre feras, a semelhança exterior é também uma garantia: a fúria do tirano não o controla nem mesmo diante de seus familiares, mas, considerando estrangeiros e parentes igualmente, quanto mais persegue mais estimulado fica. Depois, a partir de uma matança após outra, arrasta povos ao extermínio e considera demonstração do seu poder atirar fogo aos telhados, fazer passar o arado em vetustas cidades; e mandar matar ora um, ora outro, parece-lhe pouco poder imperial. A não ser que, num mesmo instante, um bando de infelizes esteja à espera de um golpe seu, acredita que sua crueldade tenha sido coagida a se controlar.

5. A verdadeira felicidade consiste em proporcionar salvação a muitos e, da própria morte, fazê-los retornar à vida, merecendo a coroa cívica pela clemência. Não há ornamento mais digno da proeminência do príncipe e nada mais belo do que a famosa coroa: "por ter salvo a vida de cidadãos", nem os carros manchados de sangue dos bárbaros, nem os despojos obtidos na guerra. Este é um poder divino, o de salvar multidões e em massa. Na verdade, matar muitos e indistintamente é poder do fogo e da destruição.

SOBRE OS BENEFÍCIOS

De Beneficiis
Nova tradução do latim

LIVRO I

1

1.1.1 Entre os muitos e variados erros daqueles que vivem temerária e irrefletidamente, quase nada, meu excelente Liberal, eu diria ser mais vergonhoso do que o fato de não sabermos nem conceder nem receber benefícios. Daí resulta que os benefícios mal colocados sejam também mal retribuídos; e, quando não são devolvidos, queixamo-nos tarde demais: eles já estavam perdidos no momento em que foram dados.

1.1.2 Não é de admirar que, entre tantos e tão grandes vícios, nenhum seja mais frequente do que a ingratidão. Vejo que isso acontece por várias causas. A primeira é não escolhermos pessoas dignas a quem conceder nossos benefícios. Quando estamos prestes a abrir crédito, investigamos cuidadosamente o patrimônio e a conduta do devedor; não lançamos sementes em solo esgotado e estéril. Os benefícios, porém, sem escolha alguma, mais os arremessamos do que os damos.

1.1.3 E eu dificilmente saberia dizer o que é mais vergonhoso: negar um benefício recebido ou exigir sua restituição. Pois essa é uma espécie de crédito da qual só devemos receber de volta aquilo que espontaneamente nos for oferecido. Deixar de pagar é, neste caso, particularmente vergonhoso, justamente porque, para honrar a dívida, não são necessários recursos, mas disposição de espírito: já retribui o benefício aquele que reconhece que o deve. Mas, embora haja culpa naqueles que não são gratos nem sequer pelo reconhecimento da dívida, também há culpa em nós.

1.1.4 Encontramos muitos ingratos; fazemos ainda mais. Ora somos cobradores severos, que censuram e exigem; ora somos inconstantes e pouco depois nos arrependemos do que demos; ora somos queixosos e procuramos motivo de acusação nas menores coisas. Destruímos todo sentimento de gratidão não apenas depois de conceder os benefícios, mas no próprio ato de concedê-los.

1.1.5 Quem entre nós se contentou em ser solicitado com brandura ou apenas uma vez? Quem, ao suspeitar que alguma coisa lhe seria pedida, não franziu a testa, desviou o rosto, fingiu ocupações, ou, com longas conversas deliberadamente intermináveis, não retirou ao outro a oportunidade de fazer o pedido e, por toda espécie de artifícios, não procurou escapar às necessidades urgentes daquele que o procurava?

1.1.6 E, quando enfim encurralado, quem não adiou — isto é, recusou covardemente — ou prometeu, mas com dificuldade, com as sobrancelhas erguidas, com palavras hostis e que mal lhe saíam da boca?

1.1.7 Ninguém gosta de dever aquilo que não recebeu, mas teve de arrancar. Poderá alguém ser grato àquele que lhe atirou arrogantemente um benefício, que lho lançou com irritação ou que, cansado, o concedeu apenas para livrar-se do incômodo? Engana-se quem espera reciprocidade daquele a quem fatigou com adiamentos e torturou com a espera.

1.1.8 Um benefício é devido com o mesmo espírito com que é concedido; por isso não deve ser dado negligentemente: cada um deve a si próprio aquilo que recebeu de alguém que nem sequer sabia estar concedendo. Tampouco deve ser dado tarde, pois, uma vez que em todo benefício se atribui grande valor à disposição de quem o concede, aquele que agiu tarde passou muito tempo sem querer agir. Sobretudo, não se deve conceder um benefício de maneira ofensiva. A natureza dispôs as coisas de tal modo que as injúrias penetram mais profundamente do que os serviços prestados: estes depressa se apagam; aquelas, a memória conserva obstinadamente. O que espera aquele que ofende enquanto obriga? Já demonstra gratidão suficiente quem lhe perdoa o benefício.

1.1.9 A multidão dos ingratos, entretanto, não deve tornar-nos mais lentos em fazer o bem. Primeiro, como disse, nós próprios aumentamos essa multidão. Depois, nem mesmo os deuses imortais são afastados de sua generosidade tão abundante e incessante pelos sacrílegos e por aqueles que os desprezam. Eles seguem sua própria natureza e favorecem todas as coisas — entre elas, até aqueles que interpretam mal os seus dons. Sigamo-los como guias, na medida em que o permite a fraqueza humana: concedamos benefícios, não façamos empréstimos. Merece ser enganado aquele que, enquanto dava, já pensava em receber de volta.

1.1.10 "Mas o resultado foi ruim." Também filhos e esposas frustram nossas esperanças; apesar disso, criamos filhos e nos casamos. Somos tão obstinados contra a experiência que, vencidos, voltamos à guerra e, depois de um naufrágio, voltamos ao mar. Quanto mais convém perseverar na concessão de benefícios! Se alguém deixa de dar porque não recebeu de volta, então deu para receber; e assim oferece aos ingratos uma excelente justificativa, pois só é vergonhoso não retribuir quando se tem a possibilidade de fazê-lo.

1.1.11 Quantos são indignos da luz! E, no entanto, o dia nasce. Quantos se queixam de ter nascido! E, no entanto, a natureza gera novos filhos e permite que continuem a existir justamente aqueles que prefeririam jamais ter existido.

1.1.12 É próprio de uma alma grande e boa não buscar o proveito dos benefícios, mas os próprios benefícios, e, mesmo depois de encontrar pessoas más, continuar procurando uma boa. Que haveria de grandioso em beneficiar muitos se ninguém nos enganasse? A virtude está justamente em conceder benefícios que talvez nunca retornem, cujo fruto o homem excelente já colheu no instante mesmo em que os concedeu.

1.1.13 Portanto, a ingratidão está tão longe de dever afugentar-nos e tornar-nos mais lentos diante de uma ação belíssima que, se me fosse eliminada toda esperança de encontrar um homem grato, eu preferiria não receber benefício algum a deixar de concedê-los. Pois quem não dá antecipa o vício do ingrato. Direi exatamente o que penso: aquele que não retribui um benefício erra mais; aquele que não o concede erra primeiro.

2

1.2.1 Quando começares a distribuir benefícios à multidão, muitos terão de perder-se para que um só seja bem colocado.

No primeiro verso, ambas as ideias merecem censura: os benefícios não devem ser derramados indiscriminadamente sobre a multidão, e em coisa alguma — muito menos nos benefícios — é honrosa uma liberalidade sem discernimento. Se lhes retirares o julgamento, deixam de ser benefícios e cairão sob qualquer outro nome.

1.2.2 O pensamento do segundo verso, porém, é admirável: um único benefício bem colocado consola da perda de muitos outros. Mas vê, peço-te, se não seria ao mesmo tempo mais verdadeiro e mais digno da grandeza de quem faz o bem exortá-lo a dar mesmo que não venha a colocar bem benefício algum. Pois é falso dizer que "muitos terão de perder-se": nenhum se perde, porque quem considera que perdeu já havia feito suas contas.

1.2.3 A contabilidade dos benefícios é simples: aquilo que foi dado, foi desembolsado; se alguma coisa retornar, é lucro; se nada retornar, não há prejuízo. Eu dei para dar. Ninguém registra benefícios num livro de contas nem, como cobrador avarento, reclama-os no dia e na hora marcados. Um homem bom jamais pensa neles, a não ser quando aquele que pretende retribuí-los lhos recorda; caso contrário, transformam-se em empréstimos. Lançar um benefício na conta de alguém como dívida é uma forma vergonhosa de usura.

1.2.4 Seja qual for o resultado dos primeiros benefícios, persevera em conceder outros. Melhor será que permaneçam nas mãos de ingratos, pois talvez a vergonha, uma oportunidade ou o exemplo venham um dia a torná-los gratos. Não pares. Cumpre tua tarefa e desempenha o papel do homem bom. Ajuda um com teus bens, outro com teu crédito, outro com tua influência, outro com teu conselho, outro ainda com ensinamentos proveitosos.

1.2.5 Até os animais selvagens reconhecem os bons serviços, e não existe criatura tão indomável que os cuidados não amansam e não façam afeiçoar-se a quem dela cuida. Os treinadores manejam impunemente a boca dos leões; o alimento compra a ferocidade dos elefantes até reduzi-los a uma obediência quase servil. Assim, mesmo aquilo que está fora da capacidade de compreender e avaliar um benefício acaba vencido pela constância obstinada do bom tratamento. Foi ingrato diante de um

benefício? Não será diante do segundo. Esqueceu dois? O terceiro lhe trará de volta a memória daqueles que deixou escapar.

3

1.3.1 Perde seus benefícios aquele que depressa acredita tê-los perdido. Mas quem persevera e acumula novos benefícios sobre os anteriores arranca gratidão até de um coração duro e esquecido. Diante de tantos benefícios, ele não terá coragem de erguer os olhos. Para onde quer que se volte tentando fugir de sua própria memória, que ali te encontre: cerca-o com teus benefícios.

1.3.2 Direi qual é a natureza dos benefícios e quais são suas propriedades, se antes me permitires passar por cima de questões que nada têm a ver com o assunto: por que as Graças são três, por que são irmãs, por que entrelaçam as mãos, por que sorriem, por que são jovens e virgens e por que vestem roupas soltas e transparentes.

1.3.3 Alguns querem que uma seja aquela que concede o benefício; outra, a que o recebe; e a terceira, a que o retribui. Outros afirmam que existem três espécies de participantes nos benefícios: aqueles que os concedem primeiro, aqueles que os retribuem e aqueles que, ao mesmo tempo, recebem e retribuem.

1.3.4 Mas julgues verdadeira qualquer dessas interpretações: em que nos ajuda tal conhecimento? E que dizer dessa dança em círculo, em que retornam a si mesmas com as mãos entrelaçadas? A explicação seria que a ordem do benefício, passando de mão em mão, não deixa por isso de retornar àquele que o concedeu, e perde toda a sua beleza se em algum ponto a corrente se rompe; mas é belíssima quando permanece unida e conserva a alternância. Nessa dança, contudo, certa precedência é concedida à mais velha, como àquele que primeiro concede o benefício.

1.3.5 Seus rostos são alegres, como costumam ser os daqueles que dão ou recebem benefícios; são jovens porque a memória dos benefícios não deve envelhecer; são virgens porque os benefícios são incorruptos, sinceros e sagrados para todos. Nada neles deve estar amarrado ou constrangido; por isso as Graças usam túnicas soltas — e transparentes, porque os benefícios querem ser vistos.

1.3.6 Suponhamos que alguém se tenha entregado aos gregos a tal ponto que julgue essas coisas necessárias. Mesmo assim, ninguém pensará que interessa ao assunto saber quais nomes Hesíodo lhes deu. Chamou à mais velha Aglaia, à do meio Eufrósine, e à terceira Tália. Cada qual torce a interpretação desses nomes segundo lhe agrada e procura submetê-los a algum sistema, quando Hesíodo simplesmente deu às suas jovens os nomes que quis.

1.3.7 Por isso Homero mudou o nome de uma delas, chamou-a Pasítea e prometeu-a em casamento — para que saibas que não estamos tratando de virgens vestais. Encontrarei outro poeta em cuja obra apareçam cingidas e saiam em vestes espessas ou frígias. Mercúrio também aparece ao lado delas, não porque a razão ou a eloquência recomendem os benefícios, mas porque assim pareceu bem ao pintor.

1.3.8 Até Crisipo, a quem pertence aquela sutileza agudíssima que penetra até o íntimo da verdade, que fala com o propósito de resolver o assunto e não emprega mais palavras do que o necessário para ser compreendido, encheu um livro inteiro com essas frivolidades, de tal modo que pouquíssimo disse sobre o próprio dever de conceder, receber e retribuir um benefício. E não inseriu as fábulas no assunto: inseriu o assunto nas fábulas.

1.3.9 Além do que Hécaton reproduz, Crisipo afirma que as três Graças são filhas de Júpiter e Eurínome, mais jovens que as Horas, mas um pouco mais belas, razão pela qual foram dadas como companheiras a Vênus. Julga ainda que o próprio nome da mãe tem relação com o assunto: ela teria sido chamada Eurínome porque para distribuir benefícios é necessário um patrimônio que se estenda amplamente — como se fosse costume dar nome à mãe depois das filhas, ou como se os poetas restituíssem os nomes verdadeiros!

1.3.10 Assim como, para um anunciador público, a audácia ocupa o lugar da memória e, quando não consegue lembrar o nome de alguém, inventa outro, também os poetas não julgam importante dizer a verdade: obrigados pela necessidade ou seduzidos pela beleza do verso, mandam cada personagem chamar-se pelo nome que melhor se ajuste à composição. E ninguém os acusa de fraude se acrescentaram outro nome ao registro: o poeta seguinte simplesmente ordenará que elas tragam o nome escolhido por ele. Para que saibas que é assim, eis Tália, de quem acabamos de falar: em Hesíodo é uma Graça; em Homero, uma Musa.

4

1.4.1 Mas, para que eu mesmo não faça aquilo que estou censurando, deixarei de lado todas essas questões, tão afastadas do assunto que nem sequer lhe ficam próximas. Apenas me defende, caso alguém me censure por ter posto Crisipo em seu lugar — homem, por Hércules, grandioso, mas ainda assim grego, cuja agudeza, por excessivamente sutil, muitas vezes se embota e se dobra sobre si mesma; mesmo quando parece atingir alguma coisa, pica, mas não perfura. E que lugar há aqui para semelhante sutileza?

1.4.2 É dos benefícios que devemos falar e pôr em ordem aquilo que mais estreitamente mantém unida a sociedade humana. É preciso estabelecer uma regra de vida, para que, sob a aparência de bondade, não agrade uma prontidão sem discernimento e, ao mesmo tempo, para que essa própria cautela, enquanto modera a liberalidade — que não deve nem faltar nem transbordar —, não acabe por restringi-la.

1.4.3 É preciso ensinar os homens a dar de boa vontade, a receber de boa vontade e a retribuir de boa vontade; e propor-lhes uma nobre competição: não apenas igualar, em atos e disposição de espírito, aqueles a quem estão obrigados, mas superá-los. Pois

quem deve retribuir um benefício jamais alcança o benfeitor se não o ultrapassa. Estes devem aprender a nada lançar em conta; aqueles, a considerar que devem mais.

1.4.4 Para essa belíssima competição de vencer benefícios com benefícios, Crisipo nos exorta a ponto de dizer que devemos temer que, por serem as Graças filhas de Júpiter, mostrar pouca gratidão constitua sacrilégio e uma ofensa a moças tão belas!

1.4.5 Ensina-me, antes, algo que me torne mais generoso e mais grato para com aqueles que me fizeram bem; algo pelo qual os ânimos dos que concedem e dos que recebem benefícios entrem em competição, de modo que aqueles que prestaram o benefício se esqueçam dele, enquanto nos que o devem a memória permaneça obstinadamente viva. Essas frivolidades, porém, fiquem para os poetas, cujo propósito é deleitar os ouvidos e entretecer uma narrativa agradável.

1.4.6 Mas aqueles que querem curar os espíritos, preservar a confiança nas relações humanas e incutir nos ânimos a lembrança dos deveres devem falar seriamente e agir com toda a força; a menos que imagines que, com um discurso leve e fabuloso e argumentos de velhas, seja possível impedir o mais pernicioso dos males: um cancelamento geral das dívidas de benefícios.

5

1.5.1 Assim como passarei rapidamente sobre o que é supérfluo, é necessário expor aquilo que primeiro devemos aprender: o que devemos depois de receber um benefício. Um diz que deve o dinheiro que recebeu; outro, o consulado; outro, um sacerdócio; outro, uma província.

1.5.2 Essas coisas, porém, são sinais dos serviços prestados, não os próprios serviços. Um benefício não pode ser tocado com a mão: é no espírito que toda a questão se passa. Há grande diferença entre a matéria do benefício e o benefício em si. Por isso, nem o ouro, nem a prata, nem qualquer das coisas que são tidas como de maior valor constituem um benefício; o benefício é a própria disposição de quem os concede. Os inexperientes observam apenas aquilo que lhes cai diante dos olhos, aquilo que é entregue e passa a ser possuído; ao contrário, dão pouco valor àquilo que, na ação, é verdadeiramente precioso.

1.5.3 Essas coisas que possuímos, que contemplamos e às quais se prende a nossa cobiça são perecíveis: tanto a Fortuna quanto a injustiça podem tirá-las de nós. O benefício, entretanto, permanece mesmo depois de perdida a coisa por meio da qual foi concedido; pois ele é uma ação reta, e nenhuma força pode torná-la inexistente.

1.5.4 Resgatei um amigo das mãos de piratas; depois outro inimigo o capturou e o lançou na prisão. Este não retirou meu benefício, mas somente o uso que meu amigo podia fazer dele. Restituí a alguém os filhos arrebatados de um naufrágio ou de um incêndio; depois uma doença ou algum outro acidente fortuito os levou. Mesmo sem eles, permanece aquilo que por meio deles foi concedido.

1.5.5 Portanto, todas essas coisas que usurpam falsamente o nome de benefícios são apenas instrumentos pelos quais se manifesta uma disposição amistosa. O mesmo ocorre em outras situações: uma coisa é a aparência ou o sinal, outra é a coisa em si. Um comandante condecora alguém com colares militares, com a coroa mural e com a coroa cívica.

1.5.6 Que valor possui por si mesma uma coroa? Que valor possui a toga pretexta? E os fasces? E o tribunal ou o carro triunfal? Nada disso é a própria honra; são apenas insígnias da honra. Do mesmo modo, aquilo que se apresenta aos nossos olhos não é o benefício, mas apenas seu vestígio e seu sinal.

6

1.6.1 O que é, então, um benefício? É uma ação benevolente que proporciona alegria e que, ao proporcioná-la, também se alegra; uma ação inclinada ao que faz e espontaneamente disposta a fazê-lo. Assim, o que importa não é aquilo que se faz ou aquilo que se dá, mas a disposição com que se faz: o benefício não consiste na coisa feita ou entregue, mas no próprio espírito daquele que dá ou age.

1.6.2 Que existe uma grande diferença entre essas duas coisas pode ser compreendido já pelo seguinte: o benefício é necessariamente um bem; aquilo, porém, que se faz ou se dá não é, por si mesmo, nem um bem nem um mal. É o espírito que engrandece as coisas pequenas, faz brilhar as mais humildes e rebaixa as grandes e aquelas que são tidas em alto preço. As próprias coisas que desejamos possuem natureza neutra: não pertencem nem ao bem nem ao mal. Tudo depende da direção que lhes dá o espírito que as governa e do qual as coisas recebem sua forma.

1.6.3 O benefício não é aquilo que se conta ou se entrega. Do mesmo modo, nos sacrifícios, ainda que as vítimas sejam magníficas e resplandeçam de ouro, a honra prestada aos deuses não reside nelas, mas na disposição reta e piedosa daqueles que os veneram. Assim, os homens bons são verdadeiramente religiosos mesmo quando oferecem apenas farinha de espelta e recipientes de barro; os maus, por sua vez, não escapam da impiedade ainda que encharquem os altares com muito sangue.

7

1.7.1 Se os benefícios consistissem nas coisas, e não na própria disposição de fazer o bem, seriam tanto maiores quanto maiores fossem as coisas que recebemos. Mas isso é falso. Muitas vezes nos obriga mais aquele que deu pouco com grandeza; aquele que, "pela grandeza do espírito, igualou as riquezas dos reis"; aquele que ofereceu pouco, mas de bom grado; que se esqueceu da própria pobreza enquanto considerava a minha; que não teve apenas vontade de ajudar, mas verdadeiro ardor; que julgou estar recebendo um benefício enquanto o concedia; que deu como quem não haveria de receber de volta e recebeu como quem não tivesse dado; que não apenas aproveitou, mas procurou uma ocasião para ser útil.

1.7.2 Ao contrário, desagradam — embora pareçam grandes pela matéria e pela aparência — os benefícios que precisam ser arrancados de quem os concede ou que lhe escapam por descuido; e é recebido com muito mais agrado aquilo que vem de uma mão pronta do que aquilo que vem de uma mão cheia.

1.7.3 Foi pouco o que este me deu, mas não podia dar mais. Aquele outro deu muito; mas hesitou, adiou, gemeu enquanto dava, deu com arrogância, alardeou o que fazia e quis agradar não àquele a quem beneficiava, mas a si próprio: deu à sua ambição, não a mim.

8

1.8.1 Quando cada um oferecia a Sócrates muitos presentes, de acordo com seus recursos, Ésquines, um discípulo pobre, disse:

> — Nada encontro que seja digno de ti e que eu possa te dar; somente nisso percebo que sou pobre. Por isso te dou a única coisa que possuo: eu mesmo. Peço-te que recebas de bom grado este presente, seja ele qual for, e que consideres que os outros, embora te tenham dado muito, reservaram para si ainda mais.

1.8.2 Sócrates respondeu:

> — Como não me terias dado um grande presente, a menos que julgues a ti mesmo de pouco valor? Cuidarei, portanto, de devolver-te a ti mesmo melhor do que te recebi.

Com esse presente, Ésquines superou a generosidade de Alcibíades, que igualava suas riquezas, e toda a munificência dos jovens abastados.

9

1.9.1 Vês como o espírito encontra matéria para a liberalidade mesmo em meio à penúria? Parece-me que Ésquines disse:

> — Nada conseguiste, Fortuna, ao querer tornar-me pobre. Ainda assim encontrarei um presente digno deste homem; e, já que não posso dá-lo de teus bens, darei dos meus.

Não penses, por isso, que ele tivesse pouco apreço por si mesmo: fez de si próprio o seu preço. Aquele jovem engenhoso encontrou uma maneira de dar Sócrates a si mesmo. Não devemos considerar a grandeza de cada coisa, mas de que espécie de pessoa ela procede.

[*lacuna*]

1.9.2 Um homem astuto franqueou fácil acesso aos que alimentavam desejos desmedidos e, embora nada pretendesse fazer de fato para ajudá-los, alimentou com palavras suas esperanças indevidas. Mas pior reputação teria se, áspero na fala e severo no semblante, ostentasse sua fortuna despertando a inveja dos outros. Pois os homens cortejam e detestam o afortunado e, embora fizessem as mesmas coisas se pudessem, odeiam aquele que as faz.

[*lacuna*]

1.9.3 Depois de fazerem das esposas alheias objeto de escárnio, não às escondidas, mas abertamente, entregaram as próprias aos outros. É tido por rústico, grosseiro e de maus costumes e, entre as matronas, por um partido detestável aquele que impediu sua mulher de se pôr em exibição na liteira e de ser conduzida inteiramente à vista, com o público admitido como espectador.

1.9.4 Se alguém não se tornou conhecido por nenhuma amante nem paga uma pensão anual à esposa de outro, as matronas o chamam de homem vulgar, de desejos sórdidos e amante de escravas. Daí o adultério ser a forma mais segura de noivado, enquanto viuvez e celibato estão de comum acordo: ninguém levou uma esposa para casa sem antes tirá-la de outro.

1.9.5 Agora competem em dissipar aquilo que roubaram e, com avareza feroz, em recolher novamente aquilo que dispersaram; nada consideram digno de escrúpulo, desprezam a pobreza alheia e temem a própria mais do que qualquer outro mal; perturbam a paz com injustiças e esmagam os mais fracos pela força e pelo medo. Não admira, portanto, que as províncias sejam saqueadas e que um tribunal comprado, depois de ouvir os lances de ambos os lados, seja adjudicado ao outro licitante: afinal, pelo direito dos povos, é permitido vender aquilo que se comprou.

10

1.10.1 Mas o impulso me levou longe demais, provocado pelo próprio assunto. Encerremos, portanto, esta digressão de modo que a culpa não recaia somente sobre o nosso século. Nossos antepassados fizeram essa mesma queixa; nós a fazemos; nossos descendentes a farão: que os costumes estão arruinados, que a perversidade reina, que as coisas humanas e toda espécie de crime caminham para pior. Mas essas coisas permanecem e permanecerão no mesmo lugar, movendo-se apenas um pouco para um lado ou para outro, como as ondas que a maré crescente leva mais longe e que a vazante recolhe para dentro dos limites da praia.

1.10.2 Ora se pecará mais pelo adultério do que por qualquer outro vício, e a castidade romperá as rédeas; ora reinará a loucura dos banquetes e a mais vergonhosa ruína dos patrimônios: a cozinha; ora haverá excessivo cuidado com o corpo e uma preocupação com a beleza que revelará a deformidade do espírito; ora uma liberdade mal administrada irromperá em insolência e audácia; ora se avançará para a crueldade privada e pública e para a loucura das guerras civis, pela qual tudo o que é santo e sagrado será profanado. Chegará um tempo em que a embriaguez receberá honras e em que beber a maior quantidade de vinho será considerado uma virtude.

1.10.3 Os vícios não permanecem à espera num único lugar: são móveis, discordam entre si, agitam-se, alternadamente expulsam uns aos outros e são expulsos. Contudo, teremos sempre de pronunciar sobre nós mesmos o mesmo julgamento: somos maus, fomos maus e — acrescentarei contra a vontade — seremos maus.

1.10.4 Haverá homicidas, tiranos, ladrões, adúlteros, raptores, sacrílegos e traidores; abaixo de todos eles está o ingrato — a menos que se considere que todos esses crimes nascem da ingratidão, sem a qual dificilmente alguma grande perversidade chegou a seu pleno desenvolvimento. Guarda-te dela como do maior dos crimes, para que não a cometas; mas, quando outro a cometer, perdoa-a como se fosse o mais leve. Pois toda a injúria que sofreste reduz-se a isto: perdeste o benefício. Mas conservaste intacto aquilo que nele havia de melhor: tu o concedeste.

1.10.5 Assim como devemos procurar conceder benefícios sobretudo àqueles que provavelmente responderão com gratidão, também faremos e concederemos alguns mesmo quando tivermos pouca esperança acerca deles — não apenas quando julgarmos que serão ingratos, mas até quando soubermos que já o foram. Se, por exemplo, eu puder restituir a alguém seus filhos, libertados de um grande perigo, sem risco algum para mim, não hesitarei. Um homem digno, eu o defenderei até à custa do meu sangue e tomarei parte em seu perigo; e, se puder livrar um homem indigno de ladrões apenas levantando a voz, não me custará soltar um grito salvador em favor de um ser humano.

II

1.11.1 Resta dizer quais benefícios devem ser concedidos e de que maneira. Em primeiro lugar, concedamos os necessários; depois, os úteis; em seguida, os agradáveis — e, em todo caso, de preferência os duradouros. Devemos começar pelos necessários, pois aquilo de que depende a vida atinge o espírito de modo diferente daquilo que apenas a embeleza ou aperfeiçoa. Alguém pode ser um avaliador exigente de uma coisa da qual facilmente passaria sem e sobre a qual pode dizer: "Leva-a de volta; não a desejo; estou satisfeito com o que tenho". Às vezes, não apenas queremos devolver o que recebemos, mas até lançá-lo fora.

1.11.2 Entre as coisas necessárias, algumas ocupam o primeiro lugar: aquelas sem as quais não podemos viver; outras, o segundo: aquelas sem as quais não devemos viver; e outras, o terceiro: aquelas sem as quais não queremos viver.

1.11.3 Pertencem à primeira classe ser arrancado das mãos dos inimigos, da ira de um tirano, de uma proscrição e dos demais perigos, variados e imprevisíveis, que assediam a vida humana. Qualquer desses males que afastarmos, quanto maior e mais terrível tiver sido, tanto maior será a gratidão que conquistaremos. Pois logo ocorre ao beneficiado o pensamento de quão grandes males foi libertado, e o medo precedente acrescenta encanto ao benefício. Nem por isso devemos tardar mais do que podemos em salvar alguém, só para que o temor acrescente peso ao nosso serviço.

1.11.4 Vêm em seguida as coisas sem as quais podemos, de fato, viver, mas de modo que a morte seria preferível: a liberdade, a castidade e uma consciência reta. Depois delas colocaremos aquilo que nos é caro por vínculos de parentesco e sangue, pela convivência e por longa familiaridade: os filhos, os cônjuges, os deuses do lar e tudo o

mais a que o espírito se apegou a tal ponto que julga mais doloroso ser separado dessas coisas do que da própria vida.

I.II.5 Seguem-se os benefícios úteis, cuja matéria é vasta e variada. Aqui estará o dinheiro — não em excesso, mas em quantidade suficiente para uma condição de vida equilibrada; aqui estarão também a honra e a ascensão daqueles que aspiram a posições mais elevadas, pois nada é mais útil do que tornar-se útil a si mesmo. Todas as demais coisas já vêm como acréscimos destinados ao requinte. Quanto a elas, cuidaremos para que sejam agradáveis pela oportunidade: que não sejam vulgares, mas coisas que poucos tenham possuído, ou que poucos possuam nesta época ou desta maneira; coisas que, embora não sejam preciosas por natureza, tornem-se preciosas pelo momento ou pelo lugar.

I.II.6 Vejamos o que, uma vez oferecido, produzirá maior prazer; o que aparecerá com frequência diante de quem o possui, de modo que, sempre que estiver com aquilo, esteja também conosco. Sobretudo, cuidaremos de não enviar presentes inúteis: armas de caça a uma mulher ou a um velho; livros a um homem do campo; redes a quem se dedica aos estudos e às letras. Igualmente, no sentido contrário, teremos cuidado para que, desejando enviar algo agradável, não mandemos presentes que façam censura ao defeito particular de cada um — como vinhos a um bêbado ou medicamentos a um hipocondríaco. Pois começa a ser uma ofensa, e não um presente, aquilo em que se reconhece o vício de quem o recebe.

12

I.12.1 Se estiver em nossas mãos escolher o que dar, procuraremos sobretudo coisas duradouras, para que o presente seja o menos mortal possível. Poucos são tão gratos que pensem no que receberam mesmo quando já não o veem. Também aos ingratos a memória se impõe juntamente com o próprio presente quando este permanece diante de seus olhos: não permite que seja esquecido e continuamente lhes apresenta e inculca a lembrança de quem o concedeu. Por isso, devemos procurar ainda mais aquilo que dure, já que nunca devemos recordar a alguém o que lhe demos: que a própria coisa desperte a memória quando esta começar a desaparecer.

I.12.2 Darei de melhor grado prata trabalhada do que prata cunhada, estátuas em vez de roupas e daquilo que o breve uso desgasta. Em poucos a gratidão sobrevive à coisa recebida; em muitos, o presente permanece no espírito somente enquanto permanece em uso. Eu, se for possível, não quero que meu presente seja consumido: que permaneça, que fique junto de meu amigo, que viva com ele.

I.12.3 Ninguém é tão tolo que precise ser advertido a não mandar gladiadores ou animais para uma caçada depois de terminado o espetáculo, nem roupas de verão no inverno ou roupas de inverno no solstício de verão. Haja bom senso no benefício: observe-se o momento, o lugar e as pessoas, pois, conforme mudam essas circunstâncias, certas coisas se tornam agradáveis ou desagradáveis. Quanto mais bem

recebido é aquilo que damos quando alguém não o possui do que aquilo que já possui em abundância! Aquilo que procura há muito tempo e não encontra, em vez daquilo que verá por toda parte!

1.12.4 Os presentes não sejam tanto caros quanto raros e escolhidos com cuidado, de modo que encontrem lugar até junto de um homem rico; assim também frutas comuns, que em poucos dias causariam enfado, agradam quando amadurecem antes da estação. Também terão especial consideração as coisas que ninguém mais lhes tenha dado ou que nós não tenhamos dado a mais ninguém.

13

1.13.1 Quando Alexandre da Macedônia, vencedor do Oriente, elevava seu espírito acima da condição humana, os coríntios enviaram-lhe embaixadores para felicitá-lo e concederam-lhe a cidadania de sua cidade. Como Alexandre risse desse gênero de homenagem, um dos embaixadores disse:

— A ninguém jamais concedemos nossa cidadania, senão a ti e a Hércules.

1.13.2 Alexandre aceitou de bom grado essa honra não vulgarizada e tratou os embaixadores com um convite e outras cortesias; considerou não quem lhe concedia a cidadania, mas a quem eles a haviam concedido antes dele. Homem inteiramente entregue à glória, da qual não conhecia nem a natureza nem a medida, seguia os passos de Hércules e de Líber e não se detinha sequer onde os passos daqueles haviam terminado. Voltou os olhos, deixando de lado aqueles que lhe conferiam a honra, para aquele com quem agora a compartilhava, como se já possuísse o céu — que seu espírito absolutamente vaidoso abraçava — apenas porque fora igualado a Hércules.

1.13.3 Pois o que havia em comum entre Hércules e aquele jovem delirante, cuja virtude consistia numa temeridade afortunada? Hércules nada conquistou para si mesmo; percorreu o mundo não cobiçando o que haveria de vencer, mas julgando o que deveria vencer: inimigo dos maus, defensor dos bons, pacificador das terras e dos mares. Alexandre, ao contrário, desde a juventude foi salteador e devastador de povos, ruína tanto dos inimigos quanto dos amigos, e julgava ser o sumo bem inspirar terror a todos os mortais, esquecendo-se de que não apenas os animais mais ferozes, mas também os mais desprezíveis são temidos por causa de seu veneno.

14

1.14.1 Voltemos agora ao nosso propósito. Um benefício dado indistintamente a qualquer pessoa não é agradável a ninguém. Ninguém se considera hóspede pessoal de um estalajadeiro ou de um taberneiro, nem convidado particular daquele que oferece um banquete público, pois pode dizer:

— Afinal, o que ele fez por mim? Exatamente o mesmo que fez por aquele que mal conhece e até por aquele outro, seu inimigo e homem vergonhosíssimo. Acaso julgou que eu fosse digno? Apenas cedeu ao próprio vício.

Aquilo que quiseres que seja recebido com gratidão, torna-o raro. Quem suporta que lhe lancem na conta coisas vulgares?

1.14.2 Ninguém interprete essas palavras como se eu quisesse restringir a liberalidade e segurá-la com rédeas mais apertadas. Pelo contrário: que ela avance tão longe quanto quiser — contanto que avance, e não vagueie. É possível ser generoso de tal maneira que cada pessoa, embora tenha recebido juntamente com muitas outras, não se julgue apenas mais uma no meio da multidão.

1.14.3 Que cada um possua algum sinal particular de familiaridade pelo qual possa esperar ter sido admitido um pouco mais perto. Que possa dizer:

> — Recebi o mesmo que aquele, mas espontaneamente. Recebi aquilo que ele recebeu, mas eu em pouco tempo, enquanto ele o mereceu depois de longa espera. Há pessoas que têm o mesmo que eu, mas não lhes foi dado com as mesmas palavras nem com a mesma cortesia daquele que concedia. Ele recebeu depois de pedir; eu nem sequer pedi. Aquele recebeu, mas é alguém capaz de retribuir facilmente, alguém cuja velhice e ausência de filhos prometiam muito; a mim deu mais, embora tenha dado a mesma coisa, porque me deu sem esperança de receber de volta.

1.14.4 Assim como uma cortesã se reparte entre muitos de tal modo que ninguém deixa de levar consigo algum sinal de intimidade, aquele que deseja tornar amáveis os seus benefícios deve descobrir como obrigar muitos e, ainda assim, fazer com que cada um tenha alguma coisa pela qual se julgue preferido aos demais.

15

1.15.1 Quanto a mim, não ponho obstáculos aos benefícios: quanto mais numerosos e maiores forem, tanto mais louvor trarão. Mas que haja discernimento, pois aquilo que é dado por acaso e temerariamente não pode ser verdadeiramente caro a ninguém.

1.15.2 Portanto, se alguém pensa que, ao ensinarmos essas coisas, estamos estreitando os limites da benevolência e abrindo-lhe um campo menos amplo, compreendeu mal nossas advertências. Pois que virtude veneramos mais? A qual damos maiores estímulos? E a quem convém mais esta exortação do que a nós, que proclamamos sagrado o vínculo que une o gênero humano?

1.15.3 Qual é, então, o ponto? Visto que nenhum impulso do espírito é moralmente digno — ainda que tenha partido de uma vontade reta — se a medida não o tiver transformado em virtude, proíbo que a liberalidade se entregue à prodigalidade. É então agradável receber um benefício — e recebê-lo de mãos abertas — quando a razão o conduz aos que são dignos, e não quando um impulso, carente de reflexão, o lança ao acaso para qualquer lado. Esse é o benefício que dá gosto ostentar e registrar em nosso próprio nome.

1.15.4 Chamas de benefícios aqueles cujo autor tens vergonha de confessar? Quanto mais agradáveis são os que descem até o interior mais profundo do espírito, para jamais sair dali, quando nos deleita pensar mais de quem recebemos do que o que recebemos!

1.15.5 Crispo Passieno costumava dizer que, de certas pessoas, preferia o julgamento ao benefício; de outras, o benefício ao julgamento. E acrescentava exemplos:

— Prefiro o julgamento do divino Augusto; prefiro o benefício de Cláudio.

1.15.6 Eu, porém, penso que não se deve desejar o benefício de ninguém cujo julgamento seja vil.

"Então não se devia aceitar aquilo que Cláudio oferecia?"

Devia-se, mas como vindo da Fortuna, que sabes poder tornar-se má num instante. Por que separamos coisas que estão naturalmente misturadas? Não é benefício aquilo a que falta sua melhor parte: ter sido dado com discernimento. De outro modo, uma enorme soma de dinheiro, se não foi concedida pela razão nem por uma vontade reta, não é mais um benefício do que um tesouro encontrado por acaso. Há muitas coisas que convém aceitar sem, contudo, ficar em dívida por elas.

LIVRO II

1

2.1.1 Consideremos agora, excelente Liberal, o que ainda resta da parte anterior: de que modo se deve conceder um benefício. Creio poder indicar o caminho mais direto: demos como gostaríamos de receber.

2.1.2 Antes de tudo, de bom grado, prontamente e sem hesitação. É desagradável o benefício que permaneceu muito tempo nas mãos de quem o dava, que ele pareceu largar com dificuldade e entregar como se o arrancassem de si. Mesmo que tenha havido algum atraso, cuidemos de não parecer que deliberamos. Quem hesitou está muito próximo de quem recusou e não adquiriu gratidão alguma. Pois, sendo a vontade de quem dá a parte mais agradável do benefício, aquele que, pela própria demora, demonstrou que dava contra a vontade, não deu: apenas reteve mal aquilo que lhe era arrancado. Muitos, aliás, tornam-se generosos apenas porque a vergonha lhes sobe facilmente ao rosto.

2.1.3 Os benefícios mais agradáveis são os que estão prontos, fáceis, que vêm ao nosso encontro, sem demora alguma além do pudor de quem recebe. O melhor é antecipar o desejo; o segundo melhor, segui-lo imediatamente. É preferível ocupar o lugar antes que nos peçam, porque ao homem honrado a boca se fecha e o rosto se cobre de rubor quando precisa pedir; quem o livra desse tormento multiplica o valor de seu presente.

2.1.4 Não recebeu gratuitamente aquele que só recebeu depois de pedir; pois, como pareceram pensar nossos antepassados, homens da maior gravidade, nada custa mais caro do que aquilo que foi comprado com súplicas. Os homens fariam pedidos mais raros se tivessem de fazê-los em público; tanto assim que até aos deuses, a quem suplicamos com toda a dignidade, preferimos dirigir nossas preces em silêncio e no íntimo de nós mesmos.

2

2.2.1 "Peço" é palavra penosa e pesada, que se pronuncia de rosto baixo. Devemos poupar dela um amigo e qualquer pessoa cuja amizade pretendamos conquistar por meio de benefícios. Por mais que se apresse, deu tarde aquele que só deu a quem já lhe pedia. É preciso, portanto, adivinhar a vontade de cada um e, depois de compreendida, libertá-lo da gravíssima necessidade de pedir. Fica certo de que o benefício que vem ao encontro da necessidade será agradável e viverá na memória.

2.2.2 Se não nos coube a felicidade de antecipar o pedido, cortemos ao menos suas muitas palavras, para que não pareçamos ter sido solicitados, mas apenas informados. Prometamos imediatamente e, pela própria pressa, demonstremos que já estávamos dispostos a agir antes de sermos interpelados. Assim como ao doente o alimento dado na hora certa é salutar e a água oferecida oportunamente pode valer por remédio, do

mesmo modo um benefício, ainda que pequeno e comum, se esteve pronto e não desperdiçou nenhuma hora, aumenta muito o próprio valor e supera em gratidão um presente caro, mas lento e longamente ponderado. Quem age com tamanha prontidão não deixa dúvida de que age de bom grado: age alegre e deixa o rosto assumir a expressão de seu espírito.

3

2.3.1 Benefícios enormes foram estragados pelo silêncio de alguns ou por uma lentidão de fala que imitava gravidade e tristeza: prometiam com o rosto de quem recusava. Quanto melhor é acrescentar boas palavras às boas ações e recomendar, por uma maneira humana e benigna de falar, aquilo que se concede!

2.3.2 Para que o outro se censure por ter demorado a pedir, podes juntar uma queixa familiar: "Estou zangado contigo por teres precisado de alguma coisa e não me teres feito saber há mais tempo; por teres pedido com tanta cerimônia; por teres recorrido a outra pessoa. Eu, ao contrário, congratulo-me por teres querido experimentar minha disposição. Daqui em diante, tudo o que desejares, exigirás como por direito; desta única vez perdoo tua falta de familiaridade."

2.3.3 Assim farás com que ele estime tua disposição mais do que aquilo, seja o que for, que veio pedir. A excelência suprema e a verdadeira benevolência de quem dá aparecem quando aquele que se afasta pode dizer consigo: "Hoje obtive um grande ganho. Prefiro ter encontrado nele tal espírito a ter recebido por outro caminho, multiplicado muitas vezes, aquilo de que eu tratava. Jamais conseguirei retribuir dignamente uma disposição como essa."

4

2.4.1 Muitos tornam odiosos os benefícios pela aspereza das palavras e pela arrogância do semblante, usando tal linguagem e tal soberba que nos arrependemos de ter conseguido o que pedíamos. Depois da promessa, seguem-se novos adiamentos; e nada é mais amargo do que ter de pedir outra vez aquilo que já se obteve.

2.4.2 Os benefícios devem ser postos imediatamente à disposição; de certas pessoas é mais difícil recebê-los do que consegui-los. É preciso pedir a um que faça lembrar, a outro que execute; assim um único presente se desgasta ao passar por muitas mãos e resta muito pouca gratidão para aquele que o prometeu, pois cada pessoa a quem depois dele é necessário recorrer subtrai algo ao primeiro autor.

2.4.3 Se, portanto, quiseres que aquilo que ofereces seja apreciado com gratidão, cuida para que teus benefícios cheguem intactos e inteiros àqueles a quem foram prometidos, sem desconto algum, como se costuma dizer. Que ninguém os intercepte, ninguém os detenha; ninguém pode adquirir para si gratidão sobre aquilo que tu darás sem diminuir a tua.

5

2.5.1 Nada é tão amargo quanto ficar suspenso por muito tempo. Alguns suportam com maior serenidade que a esperança seja cortada de uma vez do que prolongada indefinidamente. Muitos, porém, por uma ambição perversa, têm o vício de adiar o cumprimento das promessas para não diminuir a multidão dos suplicantes; assim fazem os ministros do poder régio, a quem agrada o longo espetáculo de sua arrogância e que se julgam menos poderosos se não exibirem demoradamente a cada indivíduo o que podem fazer. Nada fazem de imediato, nada de uma só vez: suas injúrias são rápidas, seus benefícios lentos.

2.5.2 Considera, pois, inteiramente verdadeiro aquilo que disse o poeta cômico: "Não percebes que diminuis a gratidão na mesma medida em que aumentas a demora?" Daí aquelas palavras que a dor franca arranca: "Se vais fazer alguma coisa, faze"; e: "Nada vale tanto assim; prefiro que já me recuses." Quando o espírito, levado ao enfado, começa a odiar o benefício enquanto espera, poderá por causa dele ser grato? É assim:

2.5.3 Do mesmo modo como a crueldade mais amarga é a que prolonga a pena, enquanto matar depressa chega a ser uma forma de misericórdia, porque o tormento final traz consigo o próprio fim e o tempo que o antecede constitui a maior parte do suplício futuro, também um presente suscita tanto mais gratidão quanto menos tempo permaneceu pendente. Há uma espera angustiosa até das coisas boas; e, como a maioria dos benefícios traz remédio para algum mal, quem permite que continue por mais tempo o sofrimento daquele que poderia libertar imediatamente, ou adia sua alegria, põe as próprias mãos contra seu benefício.

2.5.4 Toda benevolência se apressa, e é próprio de quem age de bom grado agir depressa. Quem foi útil lentamente, arrastando de um dia para outro, não agiu de coração; perdeu, assim, duas coisas da maior importância: o tempo e a prova de uma vontade amistosa. Querer tarde é próprio de quem não quer.

6

2.6.1 Em toda ação, Liberal, não é pequena a importância do modo como cada coisa é dita ou feita. A rapidez muito acrescenta; a demora muito retira. Nos projéteis, o ferro tem a mesma força, mas há uma diferença imensa entre ser lançado por um braço que se distende com vigor e simplesmente escapar de uma mão frouxa; a mesma espada apenas corta ou atravessa por completo conforme o pulso com que chega. A coisa dada pode ser a mesma: importa muito como é dada.

2.6.2 Quão doce, quão precioso é um presente quando quem o deu não permitiu que lhe agradecessem, quando, no próprio ato de dar, já se esqueceu de ter dado! Repreender aquele a quem estamos justamente prestando um benefício é loucura; é misturar insulto ao serviço prestado. Portanto, não se devem tornar ásperos os

benefícios nem misturar neles coisa alguma triste. Mesmo que haja algo de que queiras advertir a pessoa, escolhe outra ocasião.

7

2.7.1 Fábio Verrucoso chamava de "pão pedregoso" o benefício dado asperamente por um homem duro: o faminto precisa aceitá-lo, mas custa comê-lo.

2.7.2 Quando Mário Nepos, antigo pretor, pediu a Tibério César que o socorresse em suas dívidas, Tibério ordenou que lhe apresentasse os nomes dos credores. Isso não é dar, mas convocar os credores. Depois que os nomes foram apresentados, escreveu a Nepos dizendo que mandara pagar a soma, acrescentando uma censura humilhante. O resultado foi que Nepos ficou sem dívida, mas também sem benefício: Tibério o libertou dos credores, não de si próprio.

2.7.3 Tibério certamente tinha algum propósito: imagino que quisesse impedir que outros viessem pedir-lhe o mesmo. Talvez esse método fosse eficaz para conter, pela vergonha, os desejos desordenados; mas quem pretende conceder um benefício deve seguir caminho totalmente diverso. Em todos os aspectos, é preciso adornar aquilo que damos e torná-lo o mais agradável possível. O procedimento de Tibério não foi beneficiar, mas repreender.

8

2.8.1 E, para dizer de passagem o que penso, nem sequer um príncipe pode conceder de modo humilhante. "Ainda assim", dirá alguém, "Tibério não escapou nem por esse meio; depois disso muitos vieram fazer o mesmo pedido. Mandou que todos expusessem no Senado as causas de seu endividamento e, depois de as ouvirem, foram-lhes concedidas quantias determinadas." Isso não é liberalidade, é censura; chama-lhe subsídio, chama-lhe contribuição imperial: benefício não é, pois quem o recebe não pode recordar-se dele sem corar.

2.8.2 Fui enviado a um juiz; tive de defender minha causa para obter aquilo que pedia. O que recebi pode ter resolvido minha necessidade, mas foi comprado com vergonha.

9

2.9.1 Por isso, todos os mestres da sabedoria ensinam que certos benefícios devem ser concedidos publicamente e outros em segredo. Publicamente, aqueles cuja recepção é honrosa: condecorações militares, cargos públicos e tudo aquilo cuja estima aumenta quanto maior é o número dos que sabem que foi concedido.

2.9.2 Ao contrário, aquilo que não eleva nem distingue alguém, mas apenas socorre sua fraqueza, necessidade ou desgraça, deve ser dado em silêncio, de modo que seja conhecido somente por quem é ajudado.

10

2.10.1 Às vezes, até aquele que recebe deve ser enganado para que possua o benefício sem saber de quem o recebeu. Conta-se que Arcesilau tinha um amigo pobre, que ocultava a própria pobreza; quando adoeceu, dissimulava não apenas a enfermidade, mas também a falta de dinheiro para as despesas necessárias. Arcesilau, sem que ele percebesse, colocou uma bolsa de moedas sob seu travesseiro, para que aquele homem, escravo de uma vergonha inoportuna, parecesse encontrar por acaso aquilo que se envergonhava de receber.

2.10.2 "Então ele não saberá de quem recebeu?" Primeiro, que não saiba, se essa ignorância faz parte do próprio benefício; depois, farei por ele muitas outras coisas, darei muitas outras, pelas quais compreenderá quem foi também o autor desta. Por fim, ele não saberá que recebeu; eu saberei que dei. "Isso é pouco", dizes. É pouco, se pensas em cobrar juros; mas, se teu propósito é dar do modo mais útil a quem recebe, darás assim. Ficarás satisfeito contigo mesmo como testemunha; do contrário, não te agrada fazer o bem, mas parecer que o fizeste.

2.10.3 "Quero, contudo, que ele saiba." Procuras um devedor. "Quero que saiba." E se lhe for mais útil, mais digno e mais agradável não saber, não mudarás de direção? "Quero que saiba." Então não salvarás um homem na escuridão?

2.10.4 Não nego que, sempre que a situação o permita, se deva ter em vista a alegria produzida pela vontade de quem recebe. Mas, se ele precisa ser ajudado e se envergonha disso, se aquilo de que necessita o fere quando não é mantido em segredo, não registrarei meu benefício em contas públicas. Por que haveria de fazê-lo? A primeira e mais indispensável regra é nunca censurar alguém com aquilo que lhe demos, nem sequer lembrá-lo. A lei do benefício é esta: quem dá deve esquecê-lo imediatamente; quem recebe deve jamais esquecê-lo.

11

2.11.1 Relembrar repetidamente os próprios méritos dilacera e oprime o espírito. Vem-me à vontade exclamar aquilo que disse certo homem, salvo da proscrição dos triúnviros por um dos amigos de César, quando já não podia suportar a arrogância de seu salvador: "Entrega-me de volta a César! Até quando repetirás: 'Eu te salvei, eu te arranquei da morte'? Se me recordo disso por meu próprio julgamento, isto é vida; se pelo teu, é morte. Nada te devo, se me salvaste apenas para ter alguém a quem exibir. Até quando me arrastarás em teu triunfo? Quando me permitirás esquecer minha fortuna?"

2.11.2 Não devemos falar daquilo que damos. Quem recorda um benefício quer algo em troca. Tampouco devemos forçar o beneficiado a renovar sua memória: só devemos lembrá-lo de um benefício anterior concedendo-lhe outro. Nem sequer devemos contar a terceiros o que fizemos. Quem deu, cale; quem recebeu, conte. Do contrário, ouvirá o que ouviu aquele que espalhava por toda parte ter beneficiado

alguém. "Não negarás", disse-lhe o beneficiado, "que já recebeste por isso." "Quando?" "Muitas vezes e em muitos lugares: todas as vezes e em todos os lugares em que o contas."

2.11.3 Que necessidade há de proclamar e ocupar o papel que pertence a outro? Há quem possa narrar isso com mais dignidade; por sua boca será também elogiado o fato de tu mesmo não o narrares. Julgas-me ingrato se, enquanto calas, ninguém vier a saber? Tão longe estamos disso que, mesmo se alguém contar diante de nós, devemos responder: "Ele é digno, sem dúvida, de benefícios ainda maiores; sei, porém, que desejo fazer por ele muito mais do que até agora fiz." E isso deve ser dito sem a falsa modéstia daqueles que recusam ostensivamente aquilo que mais desejam atrair para si.

2.11.4 Depois, toda humanidade deve acompanhar o benefício. O agricultor perderá aquilo que semeou se abandonar o trabalho na sementeira; é preciso muito cuidado para conduzir o que foi semeado até a colheita, e nada chega ao fruto se um cultivo uniforme não o acompanha do princípio ao fim. A condição dos benefícios é a mesma.

2.11.5 Haverá benefícios maiores do que os pais concedem aos filhos? E, no entanto, eles seriam inúteis se os filhos fossem abandonados na infância, se uma longa dedicação não alimentasse o dom inicial. Assim também com os demais benefícios: se não os auxiliares, os perderás. É pouco ter dado; é preciso cultivar o que se deu. Se queres tornar gratos aqueles a quem obrigas, não basta conceder benefícios: é preciso também amá-los. Sobretudo, como disse, poupemos-lhes os ouvidos: a lembrança insistente produz enfado; a censura, ódio.

2.11.6 Nada se deve evitar tanto ao dar um benefício quanto a soberba. Para que a arrogância no rosto? Para que o inchaço das palavras? A própria coisa te eleva. Deve ser removida a ostentação vazia; os fatos falarão por nós enquanto calamos. Um benefício dado com soberba não é apenas ingrato: torna-se odioso.

12

2.12.1 Caio César concedeu a vida a Pompeio Peno — se é que concede quem simplesmente não tira. Depois de absolvido, enquanto Peno lhe agradecia, César estendeu o pé esquerdo para que o beijasse. Os que o defendem e negam que isso tenha sido feito por insolência dizem que ele queria apenas mostrar uma sandália dourada, ou melhor, de ouro, cravejada de pérolas. Exatamente: que havia de ofensivo em um homem de posição consular beijar ouro e pérolas? Aliás, dificilmente encontraria no corpo de César uma parte mais pura para beijar.

2.12.2 Nascido, ao que parece, para transformar os costumes de uma cidade livre em servidão persa, julgou pouco que um senador, velho, revestido das mais altas honras, se prostrasse suplicante diante dele, na presença dos principais cidadãos, do mesmo modo que inimigos vencidos se lançam aos pés dos vencedores. Encontrou abaixo dos

joelhos um lugar ainda mais baixo para onde empurrar a liberdade. Isto não é pisar a República — e com o pé esquerdo? Não bastava a feia e delirante insolência de ouvir, calçado com sandálias, a causa de um homem consular; o imperador ainda precisava enfiar seus adornos nos lábios de um senador.

13

2.13.1 Ó soberba, o mais estúpido dos males de uma grande fortuna! Como é agradável nada receber de ti! Como transformas todo benefício em injúria! Como tudo te cai mal! Quanto mais alto te elevaste, mais baixo te revelas, e demonstras que não sabes reconhecer como teus os bens de que tanto te enches. Tudo aquilo que dás, corrompes.

2.13.2 Dá vontade de perguntar por que se empina tanto, por que deforma o rosto e a expressão, como se preferisse usar uma máscara em vez de um semblante humano. Agradáveis são os benefícios concedidos com um rosto humano — ao menos sereno e tranquilo —, quando aquele que me era superior, ao dar, não se exaltou acima de mim, mas foi tão benigno quanto pôde, desceu até a igualdade e retirou do presente toda pompa; quando observou de tal modo o momento oportuno que pareceu vir ao encontro de uma ocasião, não socorrer uma necessidade desesperada.

2.13.3 Só conseguiremos persuadir tais homens a não perderem seus benefícios pela insolência mostrando que eles não parecem maiores por terem sido dados com mais tumulto e que tampouco os próprios doadores podem, por isso, parecer maiores a alguém. A grandeza da soberba é vazia e leva ao ódio até aquilo que mereceria ser amado.

14

2.14.1 Há coisas que prejudicariam quem as obtivesse; nesses casos, o benefício não é dar, mas negar. Avaliaremos, portanto, a utilidade de quem pede mais do que sua vontade. Muitas vezes desejamos coisas nocivas e não podemos perceber quanto nos prejudicam, porque a paixão interrompe o julgamento; mas, quando o desejo se aquieta e cai aquele ímpeto do espírito inflamado que expulsa a reflexão, passamos a detestar os autores perniciosos de presentes maus.

2.14.2 Assim como negamos água fria aos doentes, ferro aos que estão de luto ou tomados de ira, e aos loucos tudo aquilo que seu delírio poderia usar contra si mesmos, do mesmo modo perseveraremos em não dar coisas nocivas, ainda que nos sejam pedidas com insistência, humildade e até lágrimas. Convém observar não apenas o início dos benefícios, mas também seus resultados, e dar aquilo que agrade não só ao ser recebido, mas também depois de recebido.

2.14.3 Muitos dizem: "Sei que isso não lhe será útil, mas o que fazer? Ele pede; não consigo resistir a suas súplicas. Que veja por si mesmo; depois se queixará de si, não de mim." Falso. Queixar-se-á de ti, e com razão. Quando recuperar o juízo, quando

diminuir aquela excitação que inflamava o espírito, por que não odiaria aquele que o ajudou a caminhar para o próprio dano e perigo?

2.14.4 Deixar-se vencer por súplicas que conduzem à ruína de quem pede é uma bondade cruel. Assim como é belíssima ação salvar até aqueles que resistem e não querem ser salvos, também conceder coisas destrutivas a quem as pede é um ódio afável e sorridente. Demos um benefício que agrade cada vez mais com o uso e jamais se transforme em mal. Não darei dinheiro se souber que será entregue a uma adúltera; não participarei de ação ou plano vergonhoso. Se puder, afastarei meu amigo do crime; se não puder, ao menos não lhe fornecerei meios.

2.14.5 Seja a ira que o empurre para onde não deve, seja o calor da ambição que o arraste para longe da segurança, não permitirei que de mim retire forças para mal algum nem farei coisa pela qual possa algum dia dizer: "Ele me matou por me amar." Muitas vezes não há diferença entre os presentes dos amigos e os desejos dos inimigos: a indulgência inoportuna dos primeiros empurra-nos exatamente para aquilo que os segundos desejariam que nos acontecesse. Que pode haver de mais vergonhoso — e como é frequente! — do que não haver diferença entre o ódio e o benefício?

15

2.15.1 Jamais concedamos benefícios que depois nos causem vergonha. Como o ponto mais alto da amizade consiste em tornar o amigo igual a nós, devemos cuidar ao mesmo tempo de ambos. Darei a quem perece, mas não para que pereça; socorrerei quem corre perigo, mas não ao preço de minha própria destruição — salvo se minha morte vier a ser a recompensa de um grande homem ou de uma grande causa.

2.15.2 Não concederemos nenhum benefício que seria vergonhoso pedir. Não ampliaremos artificialmente um benefício pequeno nem deixaremos que um grande seja diminuído aos olhos de quem o recebe. Pois, assim como destrói a gratidão aquele que lança em conta o que fez, também a destrói quem, ao dar, rebaixa o valor do próprio presente. Mostra o valor do que ofereces, mas sem censurar aquele que recebe.

2.15.3 Cada um deve considerar seus próprios recursos e forças, para não prestar mais do que pode nem menos. Deve também avaliar a condição daquele a quem dá: algumas coisas são pequenas demais para sair das mãos de grandes homens; outras são grandes demais para quem as receberá. Compara, portanto, as duas pessoas e examina entre elas o presente: vê se será pesado ou pequeno demais para quem dá e, por outro lado, se aquele que receberá o desprezará ou será incapaz de suportá-lo.

16

2.16.1 Alexandre dava uma cidade a certo homem — louco que era, incapaz de conceber coisa alguma que não fosse grandiosa. O homem, medindo-se a si mesmo, procurou evitar a inveja de tão grande presente e disse que aquilo não convinha à sua

condição. "Não pergunto", respondeu Alexandre, "o que convém a ti receber, mas o que convém a mim dar." A frase parece altiva e régia, quando é, na verdade, estupidamente vazia. Nada convém a alguém por si só: importa quem dá, a quem dá, quando, por que, onde e todas as demais circunstâncias sem as quais não se pode julgar uma ação.

2.16.2 Criatura inchadíssima! Se a ele não convém receber isso, tampouco a ti convém dar. Há uma proporção entre pessoas e dignidades; e, como em toda parte a virtude exige medida, erra igualmente quem excede e quem fica aquém. Admitamos que tua fortuna te tenha elevado tanto que tuas distribuições públicas sejam cidades — cidades que seria sinal de espírito muito maior não conquistar do que espalhar como presentes! Ainda assim, pode existir alguém pequeno demais para guardar uma cidade na dobra da toga.

17

2.17.1 Um cínico pediu um talento a Antígono. O rei respondeu que era mais do que um cínico devia pedir. Rejeitado, pediu um denário; Antígono respondeu que era menos do que convinha a um rei dar. "É uma tergiversação vergonhosíssima: encontrou um modo de não dar nenhum dos dois. No denário, olhou para o rei; no talento, para o cínico, quando podia dar o denário como a um cínico e o talento como rei. Ainda que haja coisas grandes demais para um cínico receber, nada é tão pequeno que a humanidade de um rei não possa conceder honradamente."

2.17.2 Se me perguntas, aprovo a censura. É intolerável que alguém, enquanto mendiga dinheiro, também o despreze. Declaraste guerra ao dinheiro; essa é tua profissão e o papel que escolheste: desempenha-o. Se a riqueza é desprezível, não a peças. Devemos levar em conta nossa própria pessoa não menos do que a daquele a quem pretendemos beneficiar.

2.17.3 Quero usar a comparação do jogo de bola. Não há dúvida de que, se a bola cai, a culpa está em quem lançou ou em quem deveria recebê-la; o jogo mantém seu curso quando a bola passa, em idas e vindas, entre mãos preparadas. Um bom jogador, porém, precisa lançar de um modo a um parceiro alto e de outro a um baixo. Assim também com os benefícios: se não forem ajustados a ambas as pessoas, a de quem dá e a de quem recebe, não sairão de uma nem chegarão à outra como devem.

2.17.4 Se jogamos com alguém treinado e experiente, lançaremos a bola com mais ousadia: não importa como venha, sua mão pronta e ágil a devolverá. Se jogamos com um novato e desajeitado, não a lançaremos com tanta força nem violência; faremos o passe mais brando e dirigido às próprias mãos, e correremos ao encontro da bola quando voltar. O mesmo deve ser feito com os benefícios: algumas pessoas precisam ser ensinadas; e nos daremos por satisfeitos se tentarem, se ousarem, se quiserem.

2.17.5 Muitas vezes nós próprios produzimos ingratos e os conservamos assim, como se nossos benefícios só fossem grandes quando impossíveis de retribuir. Fazemos como jogadores maliciosos que deliberadamente põem o parceiro em situação ruim, embora assim estraguem o próprio jogo, que só pode continuar mediante acordo.

2.17.6 Muitos têm caráter tão perverso que preferem perder aquilo que deram a parecer que receberam algo de volta: são orgulhosos e contabilistas. Quanto melhor e mais humano seria conduzir também os outros ao desempenho de sua parte, favorecer para que possam retribuir, interpretar benignamente seus esforços, receber o agradecimento como se já fosse retribuição e tornar-se acessível a quem deseja libertar-se da dívida!

2.17.7 Costumamos censurar o credor que cobra asperamente; do mesmo modo, merece censura aquele que procura demora e obstáculos para impedir o pagamento. Um benefício deve ser recebido de volta tanto quanto não deve ser exigido. Excelente é quem dá facilmente, nunca cobra e, quando há retribuição, se alegra; tendo verdadeiramente esquecido que concedeu, aceita o retorno com boa disposição.

18

2.18.1 Alguns não apenas concedem benefícios com soberba, mas também os recebem assim; esse é um erro que devemos evitar. Passemos agora ao outro lado da questão: como se deve proceder ao receber benefícios. Todo dever recíproco entre duas pessoas exige de ambas uma medida correspondente. Depois de considerar como deve ser um pai, ainda resta considerar igualmente como deve ser um filho; o marido tem seus deveres, e os da esposa não são menores.

2.18.2 Cada qual desempenha sua parte em relação ao outro, e ambos exigem uma regra justa e equilibrada — coisa difícil, como diz Hecatão. Tudo o que é moralmente belo é difícil, e também aquilo que dele se aproxima. Não basta agir: é preciso agir segundo a razão. A razão deve conduzir toda a nossa vida, e tudo, grande ou pequeno, deve ser feito conforme seu conselho. Também os benefícios devem ser concedidos segundo aquilo que a razão prescreve.

2.18.3 Seu primeiro preceito será que não devemos receber benefícios de qualquer pessoa. De quem, então, os receberemos? Para responder brevemente: daqueles a quem também daríamos. Considera ainda se não devemos ser mais cuidadosos ao escolher a quem ficaremos devendo do que ao escolher a quem concederemos algo. Pois, mesmo que disso não nascesse nenhum inconveniente — e nascem muitos —, é dolorosíssimo dever a alguém de quem não desejamos depender. Ao contrário, é grande prazer receber de uma pessoa que poderíamos amar mesmo se nos tivesse prejudicado, quando uma amizade já agradável por si mesma recebe ainda uma razão legítima. Nada é mais miserável, para um homem verdadeiramente modesto e honrado, do que ser obrigado a tratar como amigo alguém que não lhe agrada.

2.18.4 Devo lembrar repetidamente que não falo dos sábios, para quem tudo o que deve ser feito é agradável, que têm pleno domínio de seu espírito, estabelecem para si a lei que desejam e, depois de estabelecê-la, a observam. Falo dos imperfeitos que querem seguir o caminho da virtude, mas cujas paixões obedecem muitas vezes de modo rebelde.

2.18.5 Portanto, devo escolher de quem receberei um benefício; e devo ser ainda mais cuidadoso ao procurar um credor de benefício do que um credor de dinheiro. Ao credor de dinheiro basta devolver exatamente aquilo que recebi, e depois de pagar estou livre e desobrigado. Ao outro devo restituir mais; e, mesmo depois de retribuir, continuamos ligados. Pois, paga a dívida, recomeça-se de novo, e a amizade permanece. Assim como não admitiria um homem indigno em minha amizade, não o admitirei tampouco nesse vínculo santíssimo dos benefícios, de onde nasce a amizade.

2.18.6 "Mas nem sempre", dirá alguém, "posso dizer 'não'. Às vezes é preciso aceitar um benefício mesmo contra a vontade. Um tirano cruel e irado me oferece um presente e julga ofensiva minha recusa: não aceitarei? Põe no lugar dele um ladrão, um pirata ou um rei com espírito de ladrão e pirata. Que farei? Ele não é digno de que eu lhe fique devendo."

2.18.7 Quando digo que se deve escolher a quem ficar devendo, excetuo a força maior e o medo, que eliminam a verdadeira escolha. Se és livre e a decisão está em tuas mãos, pesarás por ti mesmo se queres ou não. Se a necessidade retira teu arbítrio, saiba que não estás recebendo, mas obedecendo. Ninguém fica obrigado por aceitar aquilo que não lhe foi permitido rejeitar. Se queres saber se eu aceito de bom grado, torna possível que eu recuse.

2.18.8 "Mas ele te deu a vida!" Não importa o que foi dado se não foi concedido por um doador disposto a um destinatário igualmente disposto. Se me salvaste, nem por isso és meu salvador. O veneno às vezes serviu de remédio, mas nem por isso o contamos entre as coisas salutares. Algumas coisas são úteis sem nos tornar devedores. Um homem feriu com a espada um tirano que pretendia matar e abriu-lhe um tumor; nem por isso o tirano agradeceu ao assassino cujo golpe curou a doença que os médicos receavam tratar.

19

2.19.1 Vês como o ato em si pesa pouco. Não parece ter concedido benefício quem produz uma vantagem movido por má intenção: o benefício é obra da Fortuna, a injúria é obra do homem. Vimos no anfiteatro um leão reconhecer entre os combatentes aquele que fora seu antigo tratador e protegê-lo contra as outras feras. Diremos que o auxílio da fera foi um benefício? De modo algum: ela não quis fazer o que fez nem o fez com a intenção de fazê-lo.

2.19.2 Põe o tirano no lugar da fera. Ambos deram a vida a alguém, mas nenhum concedeu benefício. Pois não é benefício aquilo que somos forçados a aceitar, nem é benefício ficar em dívida com alguém a quem não queremos dever. Primeiro deixa-me escolher; depois, concede-me o benefício.

20

2.20.1 Costuma-se discutir a respeito de Marco Bruto se deveria ter aceitado do divino Júlio a conservação de sua vida, embora já julgasse que César devia ser morto.

2.20.2 Trataremos em outra ocasião das razões pelas quais o matou. Em minha opinião, embora em outros aspectos tenha sido um grande homem, Bruto errou profundamente nisso e não agiu segundo os princípios estoicos. Ou temeu o nome de rei, embora o melhor estado de uma cidade seja sob um rei justo; ou esperou encontrar liberdade numa situação em que havia enorme recompensa tanto para mandar quanto para servir; ou acreditou que, depois de perdidos os antigos costumes, seria possível devolver o Estado à antiga forma, que haveria igualdade de direitos civis e que as leis permaneceriam em seu lugar, quando vira milhares de homens lutando não para decidir se seriam escravos, mas de qual senhor o seriam. Quão grande esquecimento das coisas naturais ou de sua própria cidade o dominou, se acreditou que, morto um homem, não surgiria outro desejando o mesmo, quando depois de tantos reis mortos por espadas e raios ainda apareceu um Tarquínio!

2.20.3 Bruto, portanto, devia aceitar a vida, mas nem por isso tratar César como pai, porque César chegara ao direito de conceder o benefício por meio de uma injúria. Não salva aquele que simplesmente deixa de matar; não concedeu um benefício, apenas dispensou a pena.

21

2.21.1 Mais digna de debate é a questão do que deve fazer um prisioneiro cujo preço de resgate é prometido por um homem prostituído e infame pelos costumes. Permitirei que um homem impuro me salve? Depois de salvo, que gratidão lhe devo? Viverei em intimidade com um homem vergonhoso? Mas não viverei com quem me resgatou? Direi o que penso.

2.21.2 Aceitarei até de um homem assim o dinheiro que pagará por minha cabeça; mas o aceitarei como empréstimo, não como benefício. Devolver-lhe-ei a soma e, se surgir ocasião de salvá-lo de algum perigo, eu o salvarei. Não entrarei, porém, numa amizade — vínculo que une semelhantes — nem o contarei entre meus salvadores; considerá-lo-ei um credor a quem sei que devo devolver o que recebi.

2.21.3 Pode haver alguém digno de quem eu receba um benefício, mas que se prejudicará ao dá-lo; por isso não aceitarei, justamente porque ele está pronto para ser útil a mim à custa de seu próprio incômodo ou até de seu perigo. Quer defender-me num processo, mas com esse patrocínio fará do rei seu inimigo. Eu seria inimigo dele

se, estando ele disposto a correr perigo por mim, eu não fizesse o que é mais fácil: enfrentar o perigo sem envolvê-lo.

2.21.4 Hecatão apresenta um exemplo tolo e insignificante: diz que Arcesilau não aceitou dinheiro oferecido por um filho ainda submetido ao poder do pai, para não ofender um pai avarento. Que fez ele digno de louvor? Apenas recusou receber coisa furtada e preferiu não aceitar a ter de devolver depois. Que moderação existe em não receber o que pertence a outro?

2.21.5 Se precisamos de exemplo de espírito verdadeiramente grande, usemos Júlio Grecino, homem excelente, morto por Caio César pela única razão de ser melhor homem do que convinha a um tirano tolerar. Quando seus amigos reuniam dinheiro para ajudá-lo nas despesas dos jogos públicos, Grecino aceitou as contribuições deles, mas recusou uma grande quantia enviada por Fábio Pérsico. Aos que o censuravam por considerar não o presente, mas quem o enviava, respondeu: "Receberei um benefício daquele de quem não aceitaria sequer um brinde à mesa?"

2.21.6 Quando Rebilus, antigo cônsul e homem de infâmia semelhante, lhe enviou soma ainda maior e insistiu para que mandasse aceitá-la, Grecino respondeu: "Peço que me perdoes; também não aceitei de Pérsico." Estava ele recebendo presentes ou escolhendo o Senado?

22

2.22.1 Quando julgarmos que devemos aceitar, aceitemos alegremente, declarando nossa satisfação, e que isso fique manifesto a quem dá para que colha imediatamente o fruto de seu benefício. É justa causa de alegria ver um amigo contente; mais justa ainda tê-lo tornado contente. Demonstremos, com afeto aberto, quanto o presente nos agradou, e o testemunhemos não apenas diante de quem deu, mas em toda parte. Quem recebe um benefício com gratidão paga a primeira prestação.

23

2.23.1 Há pessoas que só querem receber em segredo; evitam qualquer testemunha e cúmplice do benefício. Podes estar certo de que pensam mal. Assim como quem dá deve divulgar o presente apenas até o ponto em que isso agrade a quem recebe, quem recebe, ao contrário, deve convocar uma assembleia. Aquilo que te envergonha dever, não aceites.

2.23.2 Alguns agradecem furtivamente, num canto e ao ouvido. Isso não é modéstia, mas uma forma de negar a dívida; ingrato é quem só agradece depois de afastar as testemunhas. Alguns não querem que seus nomes apareçam em contas, recusam intermediários, testemunhas e documentos escritos. Fazem o mesmo aqueles que se esforçam para que o benefício recebido permaneça o mais desconhecido possível.

2.23.3 Têm vergonha de confessá-lo em público para que se diga que alcançaram suas vantagens pela própria virtude, não pelo auxílio alheio. Por isso aparecem raramente

junto daqueles a quem devem a vida ou a dignidade; e, enquanto temem a reputação de clientes, incorrem numa reputação muito pior, a de ingratos.

24

2.24.1 Outros falam pessimamente daqueles que mais mereceram deles. Há pessoas que é mais seguro ofender do que beneficiar: pelo ódio procuram uma prova de que nada devem. Ora, nada devemos preservar com mais cuidado do que a memória dos serviços recebidos. Ela precisa ser renovada de tempos em tempos, pois ninguém pode retribuir se não se lembra, e quem se lembra já começa a retribuir.

2.24.2 Também não devemos receber de maneira afetada, nem de modo submisso e humilhante. Quem recebe com negligência quando o benefício ainda está recente e inteiramente diante dos olhos, o que fará quando esfriar o primeiro prazer?

2.24.3 Um recebe com desdém, como se dissesse: "Na verdade não preciso disso, mas, já que desejas tanto, permitirei que me dês." Outro recebe com tal indiferença que deixa o benfeitor em dúvida se chegou a perceber o presente. Outro mal abre os lábios e é mais ingrato do que se tivesse ficado calado.

2.24.4 Devemos falar com uma intensidade proporcional à grandeza da coisa e acrescentar expressões como: "Obrigaste mais pessoas do que imaginas" — pois todos se alegram ao saber que seu benefício se estende mais longe; ou: "Não sabes o que fizeste por mim, mas convém que saibas quanto foi maior do que pensas" — imediatamente se mostra grato quem aumenta o peso de sua própria dívida; ou ainda: "Nunca poderei retribuir-te; ao menos jamais deixarei de confessar em toda parte que não posso retribuir."

25

2.25.1 Nada conquistou mais Augusto para Fúrnio nem o tornou mais favorável a novos pedidos do que isto: depois de obter perdão para o pai, que seguira o partido de Antônio, disse: "César, esta é a única injúria de que posso acusar-te: fizeste com que eu viva e morra ingrato." Que sinal de espírito mais grato existe do que jamais considerar suficiente o que faz em retribuição, nem sequer chegar à esperança de algum dia igualar o benefício?

2.25.2 Com palavras desse gênero façamos com que nossa disposição não permaneça escondida, mas se abra e brilhe. Mesmo que as palavras faltem, se estivermos afetados como devemos, a consciência aparecerá no rosto.

2.25.3 Quem pretende ser grato deve, no próprio momento em que recebe, pensar em retribuir. Crisipo diz que deve permanecer como corredor preparado para a competição, encerrado nos blocos de partida e esperando seu momento, para que, dado o sinal, salte à frente. E precisará de grande esforço e grande velocidade para alcançar aquele que já partiu antes.

26

2.26.1 Vejamos agora o que mais produz ingratos. Produz-nos ingratos a estima excessiva de nós mesmos — vício enraizado nos mortais de admirarem a si e às próprias coisas —, ou a avidez, ou a inveja.

2.26.2 Comecemos pela primeira. Ninguém deixa de ser um juiz benevolente de si mesmo; por isso cada um pensa ter merecido tudo o que recebe, considera o presente como simples pagamento do que lhe era devido e julga que os outros não estimam suficientemente seu valor. "Ele me deu isso, mas depois de quanto tempo e de quanto esforço! Eu poderia ter conseguido muito mais se tivesse me dedicado àquele outro, ou àquele, ou a mim mesmo. Não esperava ser tratado assim, confundido com a multidão. Julgou-me digno de tão pouco? Teria sido mais honroso ser completamente omitido."

27

2.27.1 Cneu Lêntulo, o áugure, foi o maior exemplo de riqueza antes que os libertos imperiais o fizessem parecer pobre. Viu — digo propriamente: viu — uma fortuna de quatrocentos milhões de sestércios; mas era estéril de inteligência, fraco de palavra não menos que de espírito. Apesar de sua enorme avareza, distribuía dinheiro com mais facilidade do que palavras: tamanha era sua pobreza de expressão.

2.27.2 Devia toda sua ascensão ao divino Augusto, a quem se apresentara como homem pobre, oprimido pelo peso de uma nobreza que não conseguia sustentar. Depois de chegar ao primeiro plano tanto em riqueza quanto em influência, queixava-se repetidamente de Augusto por tê-lo afastado dos estudos, dizendo ter perdido na eloquência mais do que ganhara em dinheiro. Na verdade, Augusto ainda lhe fizera outro benefício: libertara-o do ridículo e de um esforço inútil.

2.27.3 A avidez não permite que ninguém seja grato. Nada é suficiente para esperanças sem medida; quanto mais recebemos, mais desejamos. A avareza, depois de se instalar sobre uma grande massa de riquezas, torna-se muito mais excitada, como a chama que cresce tanto mais violenta quanto maior é o incêndio de que se ergue.

2.27.4 Do mesmo modo, a ambição não permite que alguém descanse naquela medida de honra que antes fora um desejo impensável. Ninguém agradece ter sido feito tribuno: queixa-se de não ter chegado imediatamente à pretura; também a pretura não agrada se falta o consulado; e nem o consulado satisfaz se foi um só. O desejo avança sempre para além de si mesmo e não reconhece a própria felicidade, porque não olha de onde veio, mas para onde pretende chegar.

28

2.28.1 Mais violento e importuno que todos esses males é a inveja, que nos inquieta comparando: "A mim deu isto, mas àquele deu mais; àquele outro, mais cedo." Depois, nunca defende a causa de ninguém: favorece sempre a si própria contra todos.

Quanto mais simples e prudente é aumentar, em vez de diminuir, o benefício recebido e saber que ninguém é estimado por outro tanto quanto se estima a si mesmo!

2.28.2 "Eu devia ter recebido mais; mas talvez não lhe fosse fácil dar mais: sua liberalidade precisava ser repartida entre muitos. Isto é apenas o começo; aceitemos de bom grado e, recebendo com gratidão, estimulemos sua disposição. Fez pouco agora, mas fará muitas vezes. Preferiu aquele a mim, mas a mim preferiu a muitos. Aquele não me é igual em virtudes nem nos serviços prestados, mas possui seu encanto particular. Queixar-me não fará de mim digno de coisas maiores, apenas indigno das que recebi. Homens vergonhosíssimos receberam mais. E daí? Quantas vezes a Fortuna julga com justiça?"

2.28.3 Todos os dias nos queixamos de que os maus são felizes. Muitas vezes o granizo passou pelos campos dos piores homens e atingiu a colheita dos melhores. Cada um suporta sua sorte nas amizades como nas demais coisas.

2.28.4 Nenhum benefício é tão completo que a malícia não possa beliscá-lo; nenhum é tão estreito que uma interpretação benigna não possa ampliá-lo. Jamais faltarão razões para queixa se olhares os benefícios pelo pior lado.

29

2.29.1 Vê como são injustos os avaliadores dos dons divinos, inclusive alguns que professam sabedoria. Queixam-se de não igualarmos os elefantes no tamanho, os cervos na velocidade, as aves na leveza, os touros no ímpeto; de as feras possuírem pele resistente, os gamos mais bela, os ursos mais espessa, os castores mais macia; de os cães nos vencerem pelo olfato, as águias pela acuidade dos olhos, os corvos pela duração da vida e muitos animais pela facilidade de nadar.

2.29.2 Embora a própria natureza não permita que certas qualidades se reúnam no mesmo corpo — como velocidade e força —, chamam de injustiça o fato de o homem não ter sido composto de bens diversos e incompatíveis; acusam os deuses de negligência porque não nos deram saúde invulnerável até aos nossos vícios, nem conhecimento do futuro. Quase não conseguem conter-se antes de chegar à impudência de odiar a natureza por sermos inferiores aos deuses e não estarmos no mesmo nível que eles.

2.29.3 Quanto melhor seria retornar à contemplação de tantos e tão grandes benefícios e agradecer por terem querido que ocupássemos o segundo lugar nesta belíssima morada e por nos terem posto à frente das coisas terrestres! Alguém nos compara com os animais cuja autoridade foi colocada em nossas mãos?

2.29.4 Tudo o que nos foi negado não podia ser dado. Portanto, quem quer que sejas, injusto avaliador da condição humana, pensa quanto nosso pai nos concedeu: quantos animais mais fortes submetemos ao jugo, quantos mais velozes alcançamos, como nada mortal está fora do alcance de nosso golpe.

2.29.5 Recebemos tantas virtudes, tantas artes e, sobretudo, um espírito ao qual nada é inacessível no instante em que se dirige para aquilo que quer conhecer, mais veloz que as estrelas, cujos cursos futuros antecipa muitos séculos antes; recebemos ainda tamanha abundância de frutos, riquezas e todas as demais coisas acumuladas umas sobre as outras. Percorre tudo: como não encontrarás nada que, tomado por inteiro, preferisses ser, poderás selecionar em cada criatura certas qualidades que gostarias de possuir. Avaliada corretamente a generosidade da natureza, terás de confessar que foste seu favorito.

2.29.6 Assim é: os deuses imortais nos tiveram e nos têm entre os seres mais queridos e concederam-nos a maior honra que poderia ser concedida, colocando-nos imediatamente abaixo deles. Recebemos grandes coisas; coisas maiores não teríamos capacidade de receber.

30

2.30.1 Julguei necessário, meu Liberal, tratar disso, tanto porque, ao falarmos dos benefícios menores, era preciso dizer algo dos maiores, quanto porque dessa ingratidão para com os maiores nasce a audácia desse vício detestável em todas as outras coisas. A quem responderá com gratidão, que presente julgará grande ou digno de ser retribuído, aquele que despreza os maiores benefícios? A quem admitirá dever a própria segurança e o próprio sopro quem nega ter recebido dos deuses a vida que diariamente lhes pede?

2.30.2 Portanto, todos os que nos ensinam a ser gratos defendem ao mesmo tempo a causa dos homens e a dos deuses. Os deuses não necessitam de coisa alguma e estão acima de todo desejo; contudo, podemos retribuir-lhes os benefícios. Ninguém pode desculpar a ingratidão alegando fraqueza ou pobreza e dizendo: "Que posso fazer? Como? Quando conseguirei retribuir àqueles que são superiores e senhores de todas as coisas?" Retribuir é fácil: se és avarento, sem despesa; se és preguiçoso, sem esforço. No próprio instante em que contraíste a dívida, se quiseres, já igualaste a conta com quem quer que seja: quem recebe um benefício de boa vontade já retribuiu.

31

2.31.1 Em minha opinião, este é o menos surpreendente ou inacreditável dos paradoxos da escola estoica: quem recebe de boa vontade um benefício já o retribuiu. Pois, uma vez que referimos todas as coisas ao espírito, cada um realizou tanto quanto quis realizar; e, como a piedade, a fidelidade, a justiça — enfim, toda virtude — é completa em si mesma, ainda que não lhe seja permitido estender a mão para agir, também um homem pode ser grato apenas pela vontade.

2.31.2 Sempre que alguém alcança aquilo a que se propôs, colhe o fruto de sua obra. A que se propõe quem concede um benefício? A ser útil àquele a quem dá e a proporcionar-lhe alegria. Se realizou o que queria, se sua disposição chegou até mim e nos afetou a ambos com alegria recíproca, alcançou aquilo que buscava. Pois não

queria que alguma coisa lhe fosse devolvida em troca; se queria, não houve benefício, mas negociação.

2.31.3 Navegou bem quem alcançou o porto a que se destinava; o dardo lançado por mão certeira cumpriu sua função se atingiu o alvo procurado. Quem concede um benefício quer que ele seja recebido com gratidão: possui aquilo que quis se foi bem recebido. "Mas esperava também algum proveito." Então não era benefício, cuja característica própria é nada pensar acerca do retorno.

2.31.4 Recebi aquilo que me era dado com a mesma disposição com que era dado: retribuí. De outro modo, a melhor das coisas estaria em péssima condição: para que eu seja grato, seria entregue à Fortuna; se, contrariada ela, não posso corresponder, basta que meu espírito corresponda ao espírito daquele que deu.

2.31.5 "Como assim? Não farei tudo o que puder para retribuir, não observarei a oportunidade dos tempos e das circunstâncias, não desejarei encher o regaço daquele de quem recebi alguma coisa?" Sim; mas o benefício estaria em má situação se não fosse permitido ser grato também de mãos vazias.

32

2.32.1 "Quem recebeu um benefício", diz alguém, "ainda que o tenha recebido com a mais benigna disposição, ainda não completou seu dever: resta a parte da retribuição. É como num jogo de bola: uma coisa é receber a bola com habilidade e cuidado, mas não se chama bom jogador aquele que não devolve com destreza e prontidão aquilo que recebeu."

2.32.2 O exemplo não é semelhante. Por quê? Porque, no jogo, o mérito reside no movimento e na agilidade do corpo, não no espírito; por isso deve desenrolar-se por inteiro aquilo que é julgado pelos olhos. E, ainda assim, não deixarei de chamar bom jogador aquele que recebeu a bola como devia, se não dependeu dele a demora em devolvê-la.

2.32.3 "Mas", dirá ele, "embora nada falte à habilidade do jogador — pois realizou uma parte e é capaz de realizar a que ainda não realizou —, o próprio jogo permanece incompleto, porque só se completa pela alternância de lançar e devolver."

2.32.4 Não quero refutar isso por mais tempo. Admitamos que seja assim: falta alguma coisa ao jogo, não ao jogador. Do mesmo modo, na questão que discutimos falta algo à coisa dada, à qual outra equivalente ainda é devida; nada falta, porém, ao espírito, que encontrou outro espírito igual ao seu e, quanto dependia dele, realizou aquilo que queria.

33

2.33.1 Alguém me concedeu um benefício; eu o recebi exatamente como ele queria que fosse recebido. Já possui aquilo que buscava — e era a única coisa que buscava —, portanto sou grato. Depois disso resta o uso que poderá fazer de mim e alguma

vantagem que possa obter de um homem grato; mas isso não é a parte restante de um dever incompleto: é um acréscimo a um dever já completo.

2.33.2 Fídias faz uma estátua. Uma coisa é o fruto de sua arte, outra o fruto da obra produzida pela arte. O fruto da arte consiste em ter feito aquilo que queria; o da obra, em tê-lo feito com proveito. Fídias concluiu sua obra mesmo que não a tenha vendido. O fruto de seu trabalho é tríplice: um vem da consciência — e este ele recebe assim que termina a obra —; outro, da reputação; o terceiro, da utilidade, que lhe chegará pela gratidão, pela venda ou por alguma outra vantagem.

2.33.3 Assim também, o primeiro fruto do benefício é o da consciência: recebe-o aquele que fez chegar seu presente ao destino que pretendia; o segundo e o terceiro são a reputação e aquilo que pode ser prestado em troca. Portanto, quando um benefício foi recebido de boa vontade, quem o concedeu já recebeu a gratidão, embora ainda não tenha recebido a recompensa. Devo, pois, aquilo que está fora do benefício; o próprio benefício, porém, já quitei ao recebê-lo como devia.

34

2.34.1 "Como assim?", pergunta alguém. "Retribuiu quem nada fez?" Em primeiro lugar, fez alguma coisa: ofereceu boa disposição em resposta à boa disposição e, como convém à amizade, em condição de igualdade. Depois, um benefício é pago de uma maneira, um empréstimo de outra. Não esperes que eu te mostre materialmente o pagamento: a transação ocorre entre os espíritos.

2.34.2 O que digo não te parecerá difícil — embora à primeira vista contrarie tua opinião — se me concederes atenção e considerares que existem mais coisas do que palavras. Há uma quantidade imensa de coisas sem nome próprio, que designamos não por denominações que lhes pertençam, mas por nomes alheios e emprestados. Chamamos "pé" ao nosso e também ao da cama, ao da vela e ao do verso; chamamos "cão" ao animal de caça, ao animal marinho e à constelação. Como não temos palavras suficientes para atribuir uma a cada coisa, sempre que é necessário tomamos alguma de empréstimo.

2.34.3 A coragem é a virtude que despreza os perigos reais, ou o conhecimento de como repeli-los, enfrentá-los ou provocá-los. E, no entanto, chamamos corajoso tanto ao gladiador quanto ao escravo perverso que, por temeridade, foi levado ao desprezo da morte.

2.34.4 A parcimônia é o conhecimento de evitar despesas supérfluas, ou a arte de usar moderadamente o patrimônio; e, contudo, chamamos extremamente parcimonioso também ao homem de espírito pequeno e estreito, embora haja uma distância infinita entre moderação e mesquinhez. Essas coisas são diferentes por natureza, mas a pobreza da linguagem faz com que chamemos ambos de parcimoniosos, assim como chamamos corajoso tanto aquele que, com razão, despreza os golpes da Fortuna quanto aquele que, sem razão, se precipita nos perigos.

2.34.5 Do mesmo modo, "benefício" designa duas coisas: é, como dissemos, uma ação benéfica e é também aquilo que se dá por meio dessa ação — dinheiro, uma casa, uma magistratura. O nome é um só para ambas; sua natureza e seu significado, porém, são inteiramente diferentes.

35

2.35.1 Portanto, presta atenção: agora perceberás que nada digo que tua opinião deva rejeitar. Quanto ao benefício que consiste na própria ação, já retribuímos se o recebemos com boa vontade; aquele outro, que consiste na coisa, ainda não devolvemos, mas desejaremos devolver. À vontade respondemos com vontade; à coisa ainda devemos uma coisa. Assim, embora digamos que já retribuiu aquele que recebeu de bom grado um benefício, ainda o exortamos a devolver algo semelhante àquilo que recebeu.

2.35.2 Algumas coisas que dizemos afastam-se do uso comum da linguagem e depois, por outro caminho, retornam a ele. Negamos que o sábio possa sofrer uma injúria e, contudo, aquele que o golpear com o punho será condenado por injúria; negamos que alguma coisa pertença ao insensato e, contudo, condenaremos por furto quem lhe subtrair alguma coisa; dizemos que todos são loucos, mas não tratamos todos com heléboro; aos mesmos que chamamos loucos confiamos o voto e o exercício da jurisdição.

2.35.3 É nesse sentido que dizemos que aquele que recebe um benefício com boa disposição já retribuiu e, não obstante, o deixamos em dívida, ainda obrigado a retribuir mesmo depois de já ter retribuído. Essa doutrina é uma exortação ao benefício, não uma negação dele: não devemos temer os benefícios nem desanimar como se estivéssemos esmagados por um peso insuportável. "Deram-me bens, defenderam minha reputação, retiraram de mim a desonra, salvaram minha vida e a liberdade, mais preciosa que a própria vida. Como conseguirei retribuir? Quando chegará o dia em que poderei mostrar-lhe minha disposição?"

2.35.4 É exatamente este dia, aquele em que ele te mostrou a sua. Recebe o benefício, abraça-o, alegra-te — não porque recebes, mas porque retribuis e ainda permanecerás devendo. Não ficarás exposto, numa questão tão importante, ao risco de que algum acaso possa tornar-te ingrato. Não colocarei diante de ti dificuldades tão grandes que percas a coragem, nem farei que desfaleças à espera de trabalhos e de uma longa servidão. Não adio tua retribuição: que ela se faça com aquilo que está presente.

2.35.5 Nunca serás grato se não fores grato imediatamente. Que farás, então? Não precisas tomar armas — talvez um dia precises; não precisas atravessar os mares — talvez um dia partas, mesmo com ventos ameaçadores. Queres retribuir o benefício? Recebe-o com boa vontade. Retribuíste — não para que julgues quitada a dívida, mas para que possas continuar devendo com maior segurança.

LIVRO III

1

3.1.1 Não retribuir os benefícios é vergonhoso e assim é considerado por todos, Ebúcio Liberal. Por isso, até os ingratos se queixam dos ingratos, embora aquilo que desagrada a todos esteja entranhado em todos; e chegamos a tal ponto no sentido contrário que temos alguns homens como inimigos implacáveis não apenas depois de lhes fazermos benefícios, mas justamente por causa dos benefícios que lhes fizemos.

3.1.2 Não negarei que isso aconteça a alguns por perversidade natural; na maioria, porém, acontece porque o tempo decorrido lhes subtrai a memória. Pois aquilo que, enquanto recente, esteve vivo neles, com o intervalo se apaga. Sei que já discuti contigo a respeito desses homens, quando os chamavas não de ingratos, mas de esquecidos, como se a própria coisa que torna alguém ingrato o desculpasse; como se, por isso acontecer a alguém, ele deixasse de ser ingrato, quando isso não acontece senão ao ingrato.

3.1.3 Há muitas espécies de ingratos, como há muitas espécies de ladrões e homicidas: a culpa é uma só, mas grande é a variedade de suas formas. É ingrato quem nega ter recebido o benefício que recebeu; ingrato quem o dissimula; ingrato quem não o retribui; o mais ingrato de todos é quem o esqueceu.

3.1.4 Os outros, ainda que não paguem, ao menos continuam devedores, e permanece neles algum vestígio dos serviços recebidos, encerrado dentro de uma consciência culpada. Em alguma ocasião poderão ser reconduzidos à gratidão, se a vergonha os advertir, se surgir de repente o desejo de uma ação honrosa — como às vezes se ergue, por algum tempo, até em corações maus — ou se uma oportunidade favorável os convidar. Mas jamais poderá tornar-se grato aquele de quem o benefício escapou por inteiro. E qual dos dois chamas de pior: aquele em quem morreu a gratidão pelo benefício ou aquele em quem morreu até a lembrança dele?

3.1.5 Têm os olhos doentes os que temem a luz; são cegos os que não a veem. Não amar os próprios pais é impiedade; não reconhecê-los é loucura.

2

3.2.1 Quem pode ser tão ingrato quanto aquele que afastou e rejeitou de tal modo aquilo que deveria ocupar o primeiro lugar em seu espírito e apresentar-se sempre à lembrança que o transformou em ignorância? É evidente que não pensou muitas vezes em retribuir aquele a quem o esquecimento surpreendeu.

3.2.2 Para retribuir, enfim, são necessárias gratidão e virtude, além de tempo, meios e o favor da fortuna; mas quem se lembra já é grato sem despesa alguma. Aquele que não oferece nem mesmo isto — que não exige trabalho, riqueza ou prosperidade — não tem defesa atrás da qual se esconder. Pois nunca quis ser grato quem lançou o benefício tão longe de si que o colocou fora do próprio campo de visão.

3.2.3 Assim como os objetos que estão em uso e diariamente passam pela mão e pelo contato nunca correm o risco de criar ferrugem, enquanto aqueles que não são trazidos aos olhos, mas ficam abandonados como supérfluos e afastados do convívio, acumulam sujeira pelo simples envelhecimento, assim também aquilo que o pensamento frequente exercita e renova jamais é subtraído da memória; ela não perde senão aquilo para o qual raramente voltou os olhos.

3

3.3.1 Além dessa causa, há outras que às vezes arrancam de nós até os maiores serviços recebidos. A primeira e mais poderosa de todas é esta: ocupados sempre por novos desejos, olhamos não para aquilo que temos, mas para aquilo que buscamos. Para quem está inteiramente voltado ao que falta e ao que deseja, tudo o que já possui parece vil.

3.3.2 Daí se segue que, quando o desejo do novo tornou leve aquilo que recebeste, também deixa de ter valor aquele de quem o recebeste. Amamos alguém, admiramo-lo e declaramos que foi ele quem firmou nossa situação enquanto nos agradavam as coisas que havíamos alcançado. Depois irrompe no espírito a admiração por outras coisas, e lançamo-nos a elas — como é costume dos mortais desejar coisas maiores depois de alcançar as grandes. Imediatamente desaparece tudo aquilo que antes chamávamos de benefício; já não contemplamos o que nos colocou acima dos outros, mas apenas aquilo que a fortuna exibe naqueles que estão à nossa frente.

3.3.3 Ninguém pode ao mesmo tempo invejar e agradecer: invejar é próprio de quem se queixa e se entristece; agradecer, de quem se alegra.

3.3.4 Além disso, como nenhum de nós conhece senão o tempo que neste instante passa, poucos voltam o espírito para o passado. Assim acontece que nossos mestres e os benefícios que deles recebemos desapareçam, porque deixamos para trás toda a infância; assim também perecem os benefícios concedidos em nossa juventude, porque jamais tornamos a percorrê-la. Ninguém coloca aquilo que foi simplesmente entre as coisas passadas, mas entre as coisas perdidas; por isso é frágil a memória dos que estão sempre inclinados para o futuro.

4

3.4.1 Aqui é preciso prestar um testemunho a Epicuro, que se queixa continuamente de sermos ingratos para com o passado: não trazemos de volta os bens que já recebemos nem os contamos entre os prazeres, embora nenhum prazer seja mais seguro do que aquele que já não nos pode ser arrancado.

3.4.2 Os bens presentes ainda não estão inteiramente consolidados: algum acaso pode interrompê-los. Os futuros pendem incertos. Aquilo que passou foi colocado entre as coisas seguras. Como alguém poderá ser grato pelos benefícios se atravessa toda a vida

inteiramente absorvido pelo presente e pelo futuro? É a memória que torna alguém grato; quanto mais se entrega à esperança, menos concede à memória.

5

3.5.1 Assim como, meu Liberal, certas coisas, uma vez aprendidas, permanecem, ao passo que em outras não basta tê-las aprendido para que as saibamos — pois o conhecimento delas se perde se não for continuamente conservado —, refiro-me à geometria, ao curso dos astros e a tudo o mais que, por sua sutileza, facilmente escapa; do mesmo modo, há benefícios cuja grandeza não permite que caiam da memória, enquanto outros, menores mas muito numerosos e distribuídos por tempos diferentes, escoam para fora dela. Isso acontece porque, como disse, não os retomamos constantemente nem gostamos de reconhecer quanto devemos a cada um.

3.5.2 Escuta o que dizem os que pedem: não há um só que não afirme que a lembrança do benefício viverá para sempre em seu espírito; nenhum deixa de se declarar dedicado e devotado e, se encontra expressão ainda mais humilde com que se penhorar, também a emprega. Passado pouco tempo, esses mesmos evitam as palavras anteriores, como se fossem sórdidas e indignas de um homem livre; depois chegam ao ponto a que, segundo penso, chega todo homem péssimo e sumamente ingrato: esquecem. A tal ponto é ingrato aquele que esqueceu que também é ingrato aquele a quem o benefício apenas vem à lembrança.

6

3.6.1 Discute-se se um vício tão odioso deve permanecer impune e se aquela lei exercitada nas escolas de retórica, que concede ação contra o ingrato, deveria também ser introduzida na vida pública. A todos ela parece justa: "Por que não? Até as cidades censuram outras cidades pelos serviços que lhes prestaram e cobram dos descendentes aquilo que foi concedido aos seus antepassados."

3.6.2 Nossos maiores — grandes homens, sem dúvida — exigiam reparações apenas dos inimigos; concediam benefícios com grandeza de espírito e, com a mesma grandeza, suportavam perdê-los. Com exceção do povo macedônio, nenhuma nação concedeu ação judicial contra o ingrato. E isto é um forte argumento de que ela não devia ter sido concedida. Pois todos os povos concordam quanto às ações criminosas: para o homicídio, o envenenamento, o parricídio e a violação das coisas sagradas, há penas diferentes de lugar para lugar, mas em toda parte existe alguma pena. Este crime, porém, o mais frequente de todos, não é punido em parte alguma e é condenado em toda parte. Não o absolvemos; mas, como seria difícil avaliar uma realidade tão incerta, condenamo-lo apenas ao ódio e o deixamos entre aquelas faltas que remetemos ao julgamento dos deuses.

7

3.7.1 Ocorrem-me muitas razões pelas quais esse crime não deve ser submetido à lei. Em primeiro lugar, perde-se a melhor parte do benefício se dele nasce uma ação judicial, como acontece com uma quantia certa de dinheiro ou com contratos de locação. O que há de mais belo no benefício é justamente isto: demos mesmo correndo o risco de perder e deixamos tudo ao arbítrio de quem recebeu. Se o intimo, se o levo diante do juiz, aquilo começa a ser não um benefício, mas um crédito.

3.7.2 Depois, embora retribuir seja uma ação belíssima, ela deixa de ser bela se for necessária. Ninguém louvará mais o homem grato do que louva aquele que restituiu um depósito ou pagou uma dívida sem precisar ser levado ao tribunal.

3.7.3 Assim corrompemos duas das coisas mais belas da vida humana: o homem grato e o próprio benefício. Pois que há de grandioso naquele que não concede um benefício, mas empresta? Ou naquele que o retribui não porque quer, mas porque é obrigado? Não há glória em ser grato se não for seguro ter sido ingrato.

3.7.4 Acrescenta agora que todos os tribunais mal bastariam para uma única lei dessa espécie. Quem não processaria alguém? Quem não seria processado? Todos engrandecem seus próprios méritos; todos exageram até as menores coisas que concederam a outros.

3.7.5 Além disso, aquilo que é submetido a julgamento pode ser encerrado numa fórmula jurídica, para não conceder ao juiz licença ilimitada. Por isso, uma causa parece estar em melhor situação diante de um juiz do que diante de um árbitro. O juiz está preso à fórmula, que lhe estabelece limites que não pode ultrapassar; o árbitro, ao contrário, é guiado por sua consciência, livre e sem vínculos: pode acrescentar alguma coisa, retirar outra e conduzir sua sentença não conforme o que a lei ou a justiça aconselha estritamente, mas conforme o impulsionem a humanidade ou a compaixão.

3.7.6 Uma ação por ingratidão não poderia restringir o juiz: teria de conceder-lhe liberdade ilimitada. Pois nem sequer está definido o que seja um benefício, muito menos qual seja sua grandeza; tudo dependeria de quanto o juiz estivesse disposto a avaliá-lo. Nenhuma lei pode indicar quem é ingrato. Às vezes, quem restituiu aquilo que recebeu é ingrato; e quem não restituiu é grato.

3.7.7 Há questões sobre as quais até um juiz inexperiente pode pronunciar sentença, quando basta decidir se algo foi ou não foi feito, quando a apresentação de garantias escritas encerra a controvérsia ou quando uma fórmula oferece a decisão às partes. Mas quando se deve conjecturar sobre o espírito de alguém, quando a controvérsia depende de algo que somente a sabedoria pode discernir, não se pode escolher para tal causa um homem qualquer entre os juízes selecionados, cuja única recomendação é o patrimônio e a condição equestre herdada.

8

3.8.1 Portanto, não é que essa matéria tenha parecido pouco adequada a ser levada a julgamento; é que nunca se encontrou juiz adequado para ela. Isso não te surpreenderá se examinares as dificuldades que se apresentam a quem pretende acusar alguém de ingratidão.

3.8.2 Um deu grande soma de dinheiro, mas era rico e não sentiria a falta dela. Outro deu a mesma quantia e pôs em risco todo o seu patrimônio. O número é o mesmo; o benefício, não. Acrescenta ainda este caso: alguém pagou por um condenado uma dívida que o prendia, mas retirou o dinheiro de casa; outro fez o mesmo, porém tomou empréstimo, pediu favores e se submeteu a uma grande obrigação para conseguir a soma. Colocarás no mesmo nível aquele que teve de contrair uma dívida para conceder um benefício e aquele a quem nada custou desembolsar o dinheiro?

3.8.3 Às vezes é o momento que torna grande o benefício, não a quantia. É benefício dar uma propriedade tão fértil que possa reduzir o preço dos cereais; é benefício também dar um único pão a quem tem fome. É benefício oferecer terras atravessadas por grandes rios navegáveis; é benefício também mostrar uma fonte àqueles que morrem de sede e mal conseguem respirar com a garganta ressequida. Quem comparará essas coisas? Quem lhes dará o peso devido? É difícil a sentença quando se investiga não a coisa em si, mas seu valor. Coisas iguais, dadas em circunstâncias diferentes, têm pesos diferentes.

3.8.4 Alguém me fez um benefício, mas não o concedeu de boa vontade: queixou-se de tê-lo feito, depois me tratou com maior arrogância do que antes e demorou tanto que teria feito mais por mim se tivesse recusado prontamente. Como o juiz avaliará tudo isso, se uma palavra, uma hesitação ou o próprio semblante pode destruir todo o mérito do benefício?

9

3.9.1 E que dizer do fato de algumas coisas serem chamadas benefícios justamente porque são desejadas com excessiva avidez, enquanto outras, que o juízo vulgar não chama benefícios, são maiores embora pareçam menores?

3.9.2 Dizes que é benefício ter concedido a alguém a cidadania de uma cidade poderosa, tê-lo elevado à ordem equestre ou tê-lo defendido num processo capital. E persuadir alguém a aceitar um bom conselho? E impedir que se precipitasse num crime? E arrancar a espada das mãos de quem estava prestes a matar-se? E, por meio de consolações eficazes, reconduzir ao desejo de viver aquele que chorava e queria seguir os mortos que amava? E sentar-se junto de um enfermo e, quando sua saúde e seu pulso se recuperavam lentamente, oferecer alimento no momento oportuno, restaurar-lhe as forças com um pouco de vinho ou chamar o médico quando estava prestes a morrer?

3.9.3 Quem avaliará benefícios dessa espécie? Quem ordenará que sejam pesados uns contra os outros? "Dei-te uma casa." Mas fui eu quem te avisou que a tua cairia sobre ti. "Dei-te uma herança." Mas eu te dei uma tábua quando naufragavas. "Lutei por ti e fui ferido." Mas eu salvei tua vida calando-me. Como o benefício é concedido de uma maneira e retribuído de outra, é difícil estabelecer a equivalência.

10

3.10.1 Além disso, não há prazo fixado para a restituição de um benefício como há para o pagamento de dinheiro. Por isso, quem ainda não retribuiu pode fazê-lo depois. Diz-me, então, em que momento prescreverá a ação contra o ingrato?

3.10.2 Os maiores benefícios não admitem testemunhas; muitas vezes permanecem ocultos na consciência silenciosa de dois homens. Deveremos estabelecer que nenhum benefício seja concedido sem testemunha?

3.10.3 E que pena instituiremos para os ingratos? Uma só, embora sejam diferentes entre si? Ou penas diferentes, maiores ou menores conforme o benefício recebido? Será, então, uma condenação pecuniária. Mas certos benefícios são maiores do que a vida; alguns, até maiores que ela. Que pena fixaremos para estes? Uma pena inferior ao benefício? Não é justo. Uma pena igual, isto é, capital? Que pode haver de mais desumano do que fazer os benefícios terminar em sangue?

11

3.11.1 "Aos pais", dizem, "foram concedidos certos privilégios; assim como se levou em conta a condição deles, também se deveria levar em conta a dos demais benfeitores." Nós tornamos sagrada a condição dos pais porque era útil criar os filhos. Como eles tinham de entrar numa empresa de resultado incerto, precisavam ser estimulados a assumir esse trabalho. Não se podia dizer-lhes o que dizemos a quem concede benefícios: "Escolhe a quem dar; se foste enganado, queixa-te de ti mesmo; ajuda quem é digno." Na criação dos filhos não resta aos pais julgamento algum para escolher: cabe-lhes apenas desejar e esperar. Por isso, para que corressem esse risco com maior tranquilidade, era preciso conceder-lhes alguma autoridade.

3.11.2 Além disso, com os pais a situação é diferente: mesmo depois de terem dado, continuam a dar e continuarão; e não há receio de que mintam ao afirmar que deram. Nos demais casos é preciso investigar não apenas se alguém recebeu, mas também se alguém concedeu um benefício; no caso dos pais, seus serviços são evidentes. E, como é útil que os jovens sejam governados, nós os submetemos como que a magistrados domésticos, sob uma tutela disciplinadora.

3.11.3 Acrescenta que todos os pais concedem o mesmo benefício, e por isso foi possível atribuir-lhe uma avaliação determinada. Os demais benefícios são diversos, diferentes entre si e separados por intervalos enormes; por isso não puderam ser

submetidos a uma única regra, pois era mais justo deixar todos sem lei do que torná-los todos iguais.

12

3.12.1 Certos benefícios custam muito a quem os concede; outros são grandes para quem os recebe, embora nada custem a quem os dá. Alguns são concedidos a amigos, outros a desconhecidos. Ainda que a coisa dada seja a mesma, vale mais quando a entregas a alguém que só começas a conhecer pelo próprio benefício. Um dá auxílio, outro honra, outro consolação.

3.12.2 Encontrarás quem julgue nada mais agradável nem mais importante do que ter alguém ao lado para suportar seus infortúnios; outro prefere que se cuide de sua dignidade antes que de sua segurança; outro se considera mais devedor àquele que lhe garantiu a segurança do que àquele que lhe deu prestígio. Assim, os benefícios serão maiores ou menores conforme se inclinarem as disposições de quem os julga.

3.12.3 Além disso, escolho por mim mesmo o meu credor; mas muitas vezes recebo um benefício de quem eu não gostaria. Às vezes fico obrigado sem sequer saber. Que farás? Chamarás de ingrato aquele sobre quem foi lançado um benefício sem que o soubesse e que, se soubesse, não o teria aceitado? E não chamarás ingrato aquele que não o retribuiu, seja qual for a maneira pela qual o recebeu?

3.12.4 Alguém me concedeu um benefício e depois me fez uma injúria. Devo, por causa de uma única dádiva, suportar todas as ofensas? Ou será como se eu já tivesse retribuído, porque ele próprio anulou seu benefício com a injúria posterior? Como avaliarás, então, se foi maior o benefício que recebi ou a ofensa que sofri? Se eu quisesse percorrer todas as dificuldades, o dia não bastaria.

13

3.13.1 "Tornamos", dizem, "os homens mais lentos para conceder benefícios quando não defendemos por lei o valor deles nem punimos aqueles que os negam." Mas considera também o contrário: os homens se tornarão muito mais lentos para receber benefícios se houver perigo em aceitá-los e se sua inocência tiver de ser defendida em tribunal.

3.13.2 Também nós nos tornaremos mais lentos para concedê-los, pois ninguém gosta de dar a quem não quer receber. Mas aquele que é convidado a beneficiar pela bondade e pela própria beleza do ato beneficiará ainda mais de bom grado se o destinatário não lhe dever senão aquilo que quiser dever. Diminui muito a glória de uma boa ação quando ela é protegida com excessiva cautela.

14

3.14.1 "Haverá menos benefícios", dizem, "mas serão mais verdadeiros. E que mal há em impedir que se concedam benefícios irrefletidamente?" Pois foi justamente isso que quiseram aqueles que não estabeleceram lei alguma para essa matéria: que se

concedesse com maior circunspecção e se escolhesse com maior cuidado aquele a quem se dá.

3.14.2 Considera repetidas vezes a quem vais dar. Não terás ação nem direito de reclamar. Enganas-te se esperas que algum juiz te socorra: nenhuma lei te restituirá o que deste. Olha apenas para a boa-fé daquele que recebe. Assim os benefícios conservam sua dignidade e seu esplendor; tu os profanas se deles fazes matéria de processo.

3.14.3 "Paga o que deves!" É uma expressão justíssima e apoiada pelo direito dos povos; mas aplicada aos benefícios é vergonhosíssima. "Paga!" O quê? A vida que deves? A dignidade? A segurança? A saúde?

3.14.4 Os maiores benefícios não podem ser pagos. "Então paga alguma coisa de valor equivalente." Era justamente isso que eu dizia: toda a dignidade de uma coisa tão elevada perecerá se fizermos do benefício uma mercadoria. Não devemos incitar o espírito humano à avareza, às disputas e às discórdias: ele se precipita por si mesmo nessa direção. Resistamos quanto pudermos e cortemos-lhe o caminho das ocasiões que procura.

15

3.15.1 Quem dera pudéssemos persuadir os credores a receber de volta o dinheiro emprestado apenas daqueles que quisessem pagá-lo! Quem dera não houvesse estipulações entre comprador e vendedor, nem contratos e convenções guardados por selos, mas fossem conservados antes pela boa-fé e por um espírito que cultivasse a justiça!

3.15.2 Mas os homens preferiram o necessário ao melhor; preferiram obrigar a boa-fé a esperá-la. De ambos os lados chamam-se testemunhas. Um, ao emprestar dinheiro, não se contenta com avalistas: acrescenta fiadores e registros em vários livros. Outro não considera suficiente a promessa verbal e prende aquele que garante a dívida numa declaração escrita.

3.15.3 Que confissão vergonhosa da fraude humana e da maldade pública! Confia-se mais nos selos do que nos espíritos. Para que são chamados homens ilustres? Para que apõem seus selos? Evidentemente para que ninguém possa negar depois ter recebido o que recebeu. Julgas que esses homens são incorruptíveis e defensores da verdade? A eles mesmos, quando tomam dinheiro emprestado, exigem-se as mesmas garantias. Não seria mais honroso que alguns traíssem a boa-fé do que fazer todos temerem que ela seja traída?

3.15.4 Só falta à avareza isto: que não concedamos benefícios sem fiador. É próprio de um espírito generoso e elevado ajudar e ser útil. Quem concede benefícios imita os deuses; quem os cobra, os usurários. Por que, ao querer defendê-los, rebaixamos os benfeitores à companhia mais sórdida?

16

3.16.1 "Haverá mais ingratos", dizem, "se não for concedida ação contra o ingrato." Pelo contrário, haverá menos, porque os benefícios serão dados com maior discernimento. Além disso, não convém que todos saibam quantos ingratos existem: a multidão dos culpados retirará a vergonha do fato, e uma censura comum deixará de ser desonrosa.

3.16.2 Acaso alguma mulher ainda se envergonha do divórcio, depois que certas mulheres ilustres e nobres contam os anos não pelo número dos cônsules, mas pelo dos maridos, e saem de um casamento para casar-se e casam-se para divorciar-se? Isso foi temido enquanto era raro. Como o divórcio já está todos os dias nos relatos públicos, aprenderam a fazer aquilo que tantas vezes ouviam contar.

3.16.3 Acaso resta alguma vergonha do adultério, depois que chegamos ao ponto de nenhuma mulher ter marido senão para provocar o amante? A castidade é tomada como prova de feiura. Que mulher encontrarás tão miserável e desprezada que se contente com apenas um par de amantes? A menos que distribua horas diferentes a cada um — e o dia ainda não basta para todos —, a menos que passeie com um e passe a noite com outro, é tida por grosseira e antiquada, ignorante de que casamento é apenas o nome dado a um único adultério.

3.16.4 Assim como a vergonha desses delitos já desapareceu depois que se espalharam mais amplamente, também produzirás maior número de ingratos e mais audaciosos se eles começarem a contar quantos são.

17

3.17.1 "Então o ingrato ficará impune?" E o ímpio? E o maldoso? E o avarento? E o descontrolado? E o cruel? Julgas impunes as coisas que são odiadas? Ou pensas existir castigo mais grave do que o ódio público?

3.17.2 O castigo está em ele não ousar receber benefício de ninguém, não ousar concedê-lo a ninguém, ser apontado pelos olhos de todos — ou julgar que o é — e ter perdido a capacidade de compreender uma coisa excelente e dulcíssima. Chamas infeliz aquele que perdeu a visão ou aquele cujos ouvidos uma doença fechou; não chamarás miserável aquele que perdeu o sentido dos benefícios?

3.17.3 Ele teme os deuses, testemunhas de toda ingratidão; queima-o e angustia-o a consciência do benefício usurpado. Por fim, já é castigo suficientemente grande não colher, como eu dizia, o fruto de uma coisa tão agradável. Ao contrário, aquele a quem agrada ter recebido desfruta de prazer igual e perpétuo e se alegra contemplando não a coisa, mas o espírito daquele de quem a recebeu. O homem grato desfruta do benefício sempre; o ingrato, uma só vez.

3.17.4 Pode-se comparar a vida dos dois? Um está triste e inquieto, como costuma estar o negador de dívidas e o fraudador; não presta aos pais a honra devida, nem ao educador, nem aos mestres. O outro está alegre, sereno, espera a ocasião de retribuir e

tira enorme alegria desse próprio sentimento; não procura como fugir à dívida, mas como responder de maneira mais plena e abundante, não apenas aos pais e amigos, mas também às pessoas de condição inferior. Pois, mesmo que tenha recebido um benefício de seu escravo, considera não de quem o recebeu, mas o que recebeu.

18

3.18.1 Alguns, entre eles Hécaton, perguntam se um escravo pode conceder um benefício ao senhor. Há quem faça a seguinte distinção: certas coisas seriam benefícios, outras deveres, outras serviços. Benefício seria aquilo que um estranho concede — e é estranho aquele que poderia deixar de fazê-lo sem censura. Dever seria aquilo que cabe ao filho, à esposa e às pessoas que uma relação necessária impele e ordena a prestar auxílio. Serviço seria aquilo que cabe ao escravo, cuja condição o colocou em posição tal que nada do que presta pode lançar à conta do superior.

[*lacuna*]

3.18.2 Além disso, quem nega que um escravo possa às vezes conceder um benefício ao senhor ignora o direito humano. Importa saber com que espírito age aquele que presta o serviço, não qual é sua condição jurídica. A virtude não está fechada a ninguém: está aberta a todos, admite todos, convida todos — homens livres de nascimento, libertos, escravos, reis e exilados. Não escolhe casa nem patrimônio; contenta-se com o homem nu. Que segurança haveria contra os golpes repentinos da fortuna? Que grande coisa poderia o espírito prometer a si mesmo, se a fortuna pudesse arrancar-lhe até a virtude, que deve ser firme?

3.18.3 Se o escravo não concede benefício ao senhor, então ninguém o concede ao próprio rei, nem o soldado ao comandante. Que diferença faz a espécie do poder a que alguém está submetido, se o poder é absoluto? Se a necessidade e o medo dos extremos sofrimentos impedem que o escravo alcance o nome de benfeitor, o mesmo impedimento valerá para quem tem um rei e para quem tem um comandante, pois, sob títulos diferentes, ambos dispõem de poderes semelhantes. No entanto, homens concedem benefícios a seus reis e soldados a seus generais; portanto, escravos também os concedem a seus senhores.

3.18.4 Um escravo pode ser justo, pode ser corajoso, pode ter grandeza de espírito; logo, também pode conceder um benefício, pois isso também pertence à virtude. E os escravos podem a tal ponto beneficiar seus senhores que muitas vezes fizeram com que a própria existência deles se tornasse resultado de seu benefício.

19

3.19.1 Não há dúvida de que um escravo pode conceder benefício a qualquer pessoa; por que, então, não poderia concedê-lo também ao próprio senhor? "Porque", dizem, "se lhe der dinheiro, não poderá tornar-se credor de seu senhor. Caso contrário, obriga-o todos os dias: acompanha-o nas viagens, serve-o na doença, cultiva suas terras com

enorme esforço. Todas essas coisas, porém, que seriam chamadas benefícios se fossem prestadas por outra pessoa, quando prestadas por um escravo são serviços. Benefício é aquilo que alguém dá quando lhe seria permitido não dar; o escravo não possui a faculdade de recusar. Portanto, não presta, obedece; e não pode vangloriar-se de ter feito aquilo que não podia deixar de fazer."

3.19.2 Mesmo sob essa regra eu vencerei e conduzirei o escravo até o ponto em que, em muitos aspectos, ele seja livre. Entretanto, responde-me: se eu te mostrar alguém lutando pela vida de seu senhor sem consideração pela própria, já trespassado por feridas e ainda assim derramando das próprias entranhas as últimas gotas de sangue, buscando com a própria morte ganhar para o senhor o tempo necessário à fuga, negarás que ele concedeu um benefício só porque é escravo?

3.19.3 Se eu te mostrar alguém que, para não revelar os segredos de seu senhor, não foi corrompido por promessa alguma de um tirano, não se deixou aterrorizar por ameaças nem vencer por tortura alguma, que afastou quanto pôde as suspeitas de quem o interrogava e gastou a própria vida em fidelidade, negarás que concedeu um benefício ao senhor só porque é escravo?

3.19.4 Considera, antes, se o benefício não é tanto maior quanto mais raro é o exemplo de virtude entre escravos e tanto mais digno de gratidão porque, sendo quase sempre odiado todo domínio e penosa toda necessidade, em certo escravo o amor pelo senhor venceu o ódio comum à servidão. Assim, não deixa de ser benefício por ter partido de um escravo; pelo contrário, é maior justamente porque nem a escravidão conseguiu afastá-lo dele.

20

3.20.1 Engana-se quem pensa que a escravidão desce até o homem inteiro. A melhor parte dele está isenta. Os corpos estão sujeitos e inscritos como propriedade dos senhores; a mente, porém, pertence a si mesma. É tão livre e errante que nem sequer pode ser retida por esta prisão em que está encerrada: usa o próprio impulso, realiza grandes coisas e sai rumo ao infinito como companheira dos corpos celestes.

3.20.2 Portanto, é o corpo que a fortuna entregou ao senhor: ele é comprado e vendido. Aquela parte interior não pode ser dada em propriedade. Tudo o que dela procede é livre. Nem nós podemos ordenar tudo, nem os escravos são obrigados a obedecer em tudo: não cumprirão ordens contra o Estado, não prestarão as mãos a crime algum.

21

3.21.1 Há coisas que as leis nem ordenam nem proíbem que se façam; nelas o escravo encontra matéria para o benefício. Enquanto presta aquilo que costuma ser exigido de um escravo, trata-se de serviço. Quando faz mais do que lhe é necessário fazer

como escravo, trata-se de benefício; quando sua disposição passa à de um amigo, deixa de chamar-se serviço.

3.21.2 Há coisas que o senhor deve fornecer ao escravo, como alimento e vestuário: ninguém chamou isso de benefício. Mas foi indulgente, criou-o com maior liberalidade, ensinou-lhe as artes em que são instruídos os homens livres? Isso é benefício. O mesmo vale, inversamente, na pessoa do escravo: tudo o que ultrapassa a medida do dever servil, tudo o que é prestado não por ordem, mas por vontade, é benefício — contanto que tenha grandeza suficiente para receber esse nome se fosse prestado por qualquer outra pessoa.

22

3.22.1 O escravo, segundo Crisipo, é um assalariado perpétuo. Assim como um trabalhador contratado concede benefício quando presta mais do que aquilo para o qual alugou seu trabalho, também o escravo o faz quando sua benevolência para com o senhor ultrapassa a medida de sua condição e ele ousa algo mais elevado, algo que honraria até quem nasceu em melhor fortuna, superando a expectativa do senhor: eis um benefício encontrado dentro da própria casa.

3.22.2 Parece-te justo que nos irritemos com os escravos quando fazem menos do que devem, mas não lhes sejamos gratos quando fazem mais do que devem e do que costumam? Queres saber quando não há benefício? Quando se pode dizer: "E se ele não quisesse?" Mas, quando prestou aquilo que lhe era permitido recusar, merece louvor justamente por ter querido.

3.22.3 Benefício e injúria são contrários entre si. Se o escravo pode receber uma injúria do senhor, pode também conceder-lhe um benefício. Ora, existe um magistrado encarregado de ouvir as queixas relativas às injúrias dos senhores contra seus escravos e de reprimir tanto a crueldade e a luxúria quanto a avareza no fornecimento do necessário à vida. Então o senhor recebe benefício de um escravo? Melhor dizer: um homem recebe benefício de outro homem.

3.22.4 Por fim, ele fez aquilo que estava em seu poder: concedeu um benefício ao senhor. Que não o recebas como vindo de um escravo: isso está em teu poder. Mas quem é tão elevado que a fortuna não possa obrigá-lo a necessitar até do mais humilde?

23

3.23.1 Citarei agora muitos exemplos de benefícios, diferentes entre si e alguns até contrários. Um escravo deu a vida ao senhor, outro lhe deu a morte; um salvou-o quando estava prestes a perecer e, se isso é pouco, salvou-o morrendo; outro ajudou o senhor a morrer, outro o enganou para que não morresse.

3.23.2 Cláudio Quadrigário conta, no décimo oitavo livro de seus Anais, que, durante o cerco de Grumento, quando já se chegara ao desespero extremo, dois escravos

fugiram para o inimigo e ali prestaram bons serviços. Depois, tomada a cidade e correndo os vencedores por toda parte, eles se anteciparam pelos caminhos que conheciam até a casa em que haviam servido e conduziram sua senhora para fora. Aos que perguntavam quem era ela, afirmavam estar levando ao suplício a própria senhora, e uma senhora extremamente cruel. Depois de tirá-la para fora dos muros, esconderam-na com o maior cuidado até que a ira dos inimigos se acalmasse. Em seguida, quando a tropa, já saciada, rapidamente voltou aos costumes romanos, eles também voltaram aos seus e espontaneamente se entregaram à senhora.

3.23.3 Ela libertou ambos imediatamente e não se indignou por ter recebido a vida daqueles sobre os quais possuíra poder de vida e morte. Pelo contrário, pôde alegrar-se ainda mais com a própria fortuna. Se tivesse sido salva de outra maneira, teria apenas conhecido uma clemência comum e frequente; salva dessa maneira, tornou-se narrativa célebre e exemplo para duas cidades.

3.23.4 Na enorme confusão da cidade capturada, quando cada um cuidava de si mesmo, todos fugiram dela, exceto os desertores. Para mostrar com que intenção haviam desertado antes, eles desertaram novamente — agora dos vencedores para sua senhora cativa — assumindo a aparência de assassinos. O ponto mais elevado do benefício foi este: consideraram tão importante que sua senhora não fosse morta que aceitaram parecer seus assassinos. Acredita em mim: não é próprio de uma alma servil praticar uma ação extraordinária ao preço da reputação de criminoso.

3.23.5 Vétio, pretor dos marsos, foi capturado e conduzido à presença do general romano. Seu escravo arrancou a espada do soldado que o guardava e matou primeiro o próprio senhor. Depois disse: "Agora é hora de cuidar de mim; já libertei meu senhor", e com um único golpe atravessou a si mesmo. Mostra-me alguém que tenha salvado o senhor de maneira mais magnífica.

24

3.24.1 César sitiava Corfínio, onde Domício estava encerrado. Domício ordenou a seu médico, que era seu escravo, que lhe desse veneno. Vendo que ele hesitava, disse: "Por que demoras? Não é como se toda a situação estivesse em tuas mãos. Eu peço a morte e tenho uma arma." Então o escravo prometeu obedecer e deu-lhe para beber uma poção inofensiva. Quando ela fez Domício adormecer, foi até o filho dele e disse: "Ordena que me mantenham preso até que o desfecho mostre se dei veneno a teu pai." Domício viveu e César poupou sua vida; mas seu escravo o salvou primeiro.

25

3.25.1 Durante a guerra civil, um escravo escondeu o senhor proscrito. Colocou em si os anéis dele, vestiu suas roupas e saiu ao encontro daqueles que o procuravam, dizendo que não lhes pediria que deixassem de cumprir as ordens recebidas; então ofereceu o pescoço aos executores. Que grandeza de homem é querer morrer pelo senhor numa época em que já era rara fidelidade simplesmente não desejar que ele

morresse! Em meio à crueldade pública, ser bondoso; em meio à traição pública, ser fiel; quando se ofereciam enormes recompensas pela denúncia, desejar como prêmio da fidelidade a morte!

26

3.26.1 Não passarei por alto exemplos de nossa própria época. Sob Tibério César houve uma mania frequente e quase pública de acusar, que devastou a cidade togada mais gravemente do que qualquer guerra civil. Recolhiam-se palavras de bêbados e a simplicidade das brincadeiras; nada estava seguro, toda ocasião de exercer crueldade agradava, e já não se esperava para saber o destino dos acusados, pois havia apenas um. Paulo, que fora pretor, jantava num banquete usando um anel cuja gema em relevo trazia a imagem de Tibério César.

3.26.2 Faria coisa ridícula se agora procurasse palavras delicadas para dizer que ele tomou nas mãos um urinol. Marão, um dos conhecidos investigadores daquele tempo, percebeu imediatamente o gesto; mas também o percebeu o escravo do homem contra quem se armava a cilada e retirou o anel do dedo de seu senhor embriagado. Quando Marão chamou os convivas como testemunhas de que a imagem do imperador havia sido aproximada de coisa obscena e já começava a redigir a acusação, o escravo mostrou o anel em sua própria mão. Quem chamar esse homem de escravo terá também de chamar Marão de conviva.

27

3.27.1 Sob o divino Augusto, as palavras dos homens ainda não lhes punham a vida em perigo, embora já pudessem causar-lhes problemas. Rufus, homem da ordem senatorial, durante um jantar desejara que César não regressasse são e salvo da viagem que preparava e acrescentara que todos os touros e novilhos desejavam a mesma coisa. Houve quem escutasse atentamente essas palavras. Assim que amanheceu, o escravo que permanecera junto aos pés de Rufus durante o jantar contou-lhe o que dissera embriagado e aconselhou-o a antecipar-se aos outros e denunciar-se ele mesmo a César.

3.27.2 Seguindo o conselho, Rufus encontrou César quando este descia de sua casa. Jurou que no dia anterior estivera fora de si, desejou que suas palavras recaíssem sobre ele próprio e seus filhos e pediu a César que o perdoasse e o recebesse novamente em sua graça.

3.27.3 Quando César disse que assim faria, Rufus respondeu: "Ninguém acreditará que voltaste às boas comigo se não me deres alguma coisa." Pediu então uma soma que não seria desprezível nem mesmo se tivesse pedido a um homem inteiramente favorável, e conseguiu-a. César acrescentou: "De minha parte, cuidarei para nunca mais me irritar contigo."

3.27.4 César agiu honrosamente ao perdoá-lo e ao acrescentar liberalidade à clemência. Quem ouvir esse exemplo necessariamente louvará César, mas só depois de louvar primeiro o escravo. Esperas que eu te diga que o homem que fez isso foi libertado? Foi, mas não gratuitamente: César pagou o preço de sua liberdade.

28

3.28.1 Depois de tantos exemplos, pode ainda haver dúvida de que às vezes um senhor recebe benefício de um escravo? Por que a condição da pessoa deveria diminuir a ação, em vez de a própria ação enobrecer a pessoa? Todos temos os mesmos princípios e a mesma origem; ninguém é mais nobre do que outro, exceto aquele cujo caráter é mais reto e mais apto às boas artes.

3.28.2 Aqueles que expõem no átrio as imagens dos antepassados e colocam na entrada de suas casas os nomes da família numa longa sequência, unidos pelas muitas ramificações das genealogias, são realmente mais nobres ou apenas mais conhecidos? Um só é o pai de todos: o mundo. A primeira origem de cada um conduz até ele, seja por degraus esplêndidos, seja por degraus obscuros. Não te deixes enganar por aqueles que, ao enumerar os antepassados, sempre que falta um nome ilustre introduzem um deus na genealogia.

3.28.3 Não desprezes ninguém, ainda que ao redor dele haja nomes apagados pelo tempo e pouco favorecidos pela fortuna. Quer antes de vós tenham existido libertos, quer escravos, quer homens de povos estrangeiros, erguei corajosamente o espírito e saltai por cima de tudo o que houver de obscuro no meio do caminho: no alto espera por vós uma grande nobreza.

3.28.4 Por que a soberba nos eleva a tamanha vaidade que julgamos indigno receber benefícios de escravos e olhamos para a sorte deles esquecidos de seus méritos? Tu chamas alguém de escravo, sendo escravo da luxúria e da gula, escravo de uma adúltera — ou melhor, propriedade comum de várias adúlteras?

3.28.5 Tu chamas alguém de escravo? Para onde, então, te levam esses carregadores que transportam essa tua liteira coberta? Para onde te conduzem esses homens de capa, ornados com uma indumentária que nem sequer seria vulgar entre soldados? Para onde, pergunto, eles te carregam? À porta de algum porteiro; aos jardins de alguém que nem possui um cargo regular. E depois negas que teu escravo possa conceder-te um benefício, tu para quem o beijo do escravo alheio é um benefício?

3.28.6 De onde vem tamanha contradição de espírito? Ao mesmo tempo desprezas os escravos e os cortejas: dentro da tua porta és autoritário e desenfreado; fora dela, humilde e tão desprezado quanto desprezador. Pois ninguém rebaixa mais o próprio espírito do que aquele que indevidamente o eleva, e ninguém está mais pronto a pisotear os outros do que aquele que aprendeu a infligir injúrias por tê-las sofrido.

29

3.29.1 Era preciso dizer tudo isso para abater a insolência dos homens que dependem da fortuna e reivindicar para os escravos o direito de conceder benefícios, a fim de reivindicá-lo também para os filhos. Pois se pergunta se, em alguma ocasião, os filhos podem conceder aos pais benefícios maiores do que aqueles que receberam.

3.29.2 Admite-se que muitos filhos se tornaram maiores e mais poderosos do que seus pais; admite-se igualmente que foram melhores. Se isso é certo, pode acontecer que tenham concedido benefícios maiores, já que dispunham de fortuna maior e de vontade melhor.

3.29.3 "Tudo aquilo", dizem, "que o filho dá ao pai é necessariamente menor, porque deve ao pai a própria faculdade de dar. Portanto, jamais é vencido em benefícios aquele cujo próprio benefício tornou possível que fosse vencido." Em primeiro lugar, há coisas que recebem de outras seu começo e, no entanto, tornam-se maiores do que seus começos. E uma coisa não deixa de ser maior do que aquilo de onde começou só porque não poderia ter avançado tanto se não tivesse começado.

3.29.4 Não há coisa alguma que não ultrapasse em grande medida seus próprios princípios. As sementes são causas de todas as coisas e, no entanto, são as menores partes daquilo que produzem. Olha o Reno, olha o Eufrates, olha enfim todos os rios célebres: que são eles se os avalias exatamente no lugar de onde brotam? Tudo aquilo pelo qual são temidos e famosos adquiriram ao avançar.

3.29.5 Olha os troncos: sejam os mais altos, se avalias a altura, sejam os que estendem mais largamente seus ramos espessos e densos. Quão pequena, comparada a elas, é a porção encerrada pela raiz em suas fibras delgadas! Arranca a raiz: não se levantarão florestas nem serão cobertos de árvores montes tão grandes. Os templos elevados da cidade apoiam-se em seus fundamentos; entretanto, aquilo que foi lançado para sustentar toda a obra permanece oculto.

3.29.6 O mesmo acontece nas demais coisas: a grandeza posterior sempre encobre seus próprios princípios. Eu não teria podido alcançar coisa alguma se antes não houvesse o benefício de meus pais; mas não se segue daí que tudo aquilo que alcancei seja menor do que aquilo sem o qual não o teria alcançado.

3.29.7 Se minha ama não me tivesse alimentado quando criança, eu não poderia ter realizado nenhuma das coisas que faço com inteligência e esforço, nem ter emergido para esta notoriedade que conquistei pela atividade civil e militar. Acaso por isso colocarás o serviço da ama acima das maiores realizações? E, no entanto, qual é a diferença, já que, sem o benefício da ama tanto quanto sem o do pai, eu não poderia ter avançado para as coisas posteriores?

3.29.8 E, se devo ao meu princípio tudo aquilo que agora sou capaz de fazer, considera que meu princípio não é meu pai, nem sequer meu avô. Sempre haverá algo ainda anterior de que se origine a origem mais próxima. E ninguém dirá que devo mais aos

antepassados desconhecidos, colocados além da memória, do que ao meu pai. No entanto, devo-lhes mais, se o próprio fato de meu pai me ter gerado ele o deve aos antepassados.

30

3.30.1 "Tudo o que fiz por meu pai, ainda que seja grande, vale menos do que o benefício paterno, porque não existiria se ele não me tivesse gerado." Por esse raciocínio, também se alguém tivesse curado meu pai quando enfermo e à beira da morte, eu jamais poderia fazer por esse homem algo que não fosse menor do que o benefício dele, pois meu pai não teria podido gerar-me se não tivesse sido curado. Mas considera se não é mais verdadeiro avaliar aquilo que fui capaz de fazer e aquilo que fiz como coisa minha, fruto de minhas forças e de minha vontade.

3.30.2 Considera isoladamente o fato de eu ter nascido e vê que espécie de coisa ele é: descobrirás algo pequeno e incerto, matéria comum tanto ao bem quanto ao mal; sem dúvida o primeiro degrau para todas as coisas, mas não por ser o primeiro maior do que todas elas.

3.30.3 Salvei meu pai, elevei-o à mais alta dignidade e fiz dele o primeiro homem de sua cidade; não apenas o enobreci por minhas realizações, mas também lhe ofereci uma matéria imensa e fácil para suas próprias realizações, tão segura quanto gloriosa. Acumulei sobre ele honras, riquezas, tudo aquilo que arrasta para si os desejos humanos; e, quando eu próprio estava acima de todos, coloquei-me abaixo dele.

3.30.4 Diz agora: "O próprio fato de poderes fazer tudo isso é dádiva de teu pai." Responderei: "Sem dúvida, se para realizar essas coisas bastasse ter nascido. Mas, se viver é apenas a mínima parte de viver bem, e se aquilo que me concedeste é algo que compartilho com as feras e com os menores animais — alguns até repugnantes —, não reivindique para ti aquilo que não nasce de teus benefícios, embora não pudesse nascer sem eles."

31

3.31.1 Suponhamos que eu tenha devolvido vida por vida. Mesmo assim superei tua dádiva, porque dei a vida a alguém consciente, porque eu próprio tinha consciência de que a dava, porque não te dei a vida por causa do meu prazer nem, certamente, por meio do prazer; e porque conservar o sopro vital é tanto maior do que recebê-lo quanto é mais leve morrer antes de se conhecer o medo da morte.

3.31.2 Eu te dei vida para que a usasses imediatamente; tu a deste a mim, que nem sequer podia saber se viveria. Eu dei vida a quem temia a morte; tu me deste vida para que um dia eu pudesse morrer. Eu te dei uma vida completa, acabada; tu me geraste sem razão, como peso para outra pessoa.

3.31.3 Queres saber quão pequeno é o benefício de simplesmente dar a vida dessa maneira? Se me tivesses exposto ao abandono, o fato de me ter gerado seria,

evidentemente, uma injúria. Que concluo daí? Que o encontro do pai e da mãe é um benefício mínimo se não se acrescentam outras ações que deem sequência a esse primeiro começo da dádiva e o confirmem por novos deveres.

3.31.4 O bem não é viver, mas viver bem. Eu vivo bem; poderia, porém, ter vivido mal. Portanto, apenas isto é obra tua: que eu viva. Se me lanças à conta a vida por si só, nua, desprovida de razão, e ostentas isso como grande bem, pensa que me fazes devedor de um bem que compartilho com moscas e vermes.

3.31.5 Além disso, para nada dizer senão que me dediquei às boas artes e conduzi minha vida por um caminho reto, recebeste dentro do próprio benefício que me deste algo maior do que aquilo que havias dado: tu me entregaste a mim mesmo rude e ignorante; eu te devolvi um filho do qual te alegrarias por ter sido pai.

32

3.32.1 Meu pai me alimentou. Se lhe ofereço o mesmo, devolvo mais, porque ele se alegra não apenas de ser alimentado, mas de ser alimentado pelo filho, e recebe maior prazer da minha disposição do que do próprio alimento. O alimento que ele me deu chegou apenas ao meu corpo.

3.32.2 E se alguém chegou a tal ponto que se tornou conhecido entre os povos pela eloquência, pela justiça ou pelas armas e envolveu também o pai numa enorme fama, dissipando com luz brilhante as sombras de uma origem obscura, não concedeu aos pais um benefício de valor incalculável?

3.32.3 Quem conheceria Aríston e Grilo se não fosse por seus filhos Xenofonte e Platão? Sócrates não deixa morrer o nome de Sofronisco. Seria longo enumerar os demais que permanecem vivos por nenhuma outra razão senão porque a virtude extraordinária de seus filhos os entregou à posteridade.

3.32.4 Quem concedeu benefício maior: o pai de Marco Agripa a Agripa — pai que permaneceu desconhecido mesmo depois da glória do filho —, ou Agripa ao pai, ele que recebeu a coroa naval, honra única entre as distinções militares, e levantou na cidade tantas obras grandiosas que superaram a magnificência anterior e não seriam superadas pelas posteriores?

3.32.5 Quem concedeu benefício maior: Otávio ao filho ou o divino Augusto ao pai, embora a sombra de seu pai adotivo o tenha ocultado? Que prazer teria ele experimentado se, depois de encerradas as guerras civis, tivesse visto o filho presidindo uma paz segura! Mal reconheceria o próprio bem e, olhando para si mesmo, dificilmente acreditaria que um homem assim pudesse ter nascido em sua casa. Por que prosseguir com os demais, que o esquecimento já teria consumido se a glória dos filhos não os tivesse arrancado das trevas e não os conservasse ainda hoje na luz?

3.32.6 Além disso, nossa pergunta não é qual filho efetivamente devolveu ao pai benefícios maiores do que recebeu, mas se algum filho pode devolvê-los. Assim, ainda

que os exemplos que apresentei não sejam suficientes e não ultrapassem os benefícios de seus pais, a natureza comporta aquilo que talvez época alguma ainda tenha produzido. E, se benefícios isolados não conseguem superar a grandeza dos méritos paternos, vários reunidos num só conjunto conseguirão.

33

3.33.1 Cipião salvou o pai em combate e, ainda adolescente, vestido com a toga pretexta, lançou o cavalo contra os inimigos. É pouco ter desprezado, para chegar até o pai, tantos perigos que naquele momento esmagavam até os maiores generais, tantas dificuldades postas em seu caminho? É pouco que, recruta prestes a entrar em sua primeira batalha, tenha corrido por entre os corpos de veteranos e ultrapassado em coragem a própria idade?

3.33.2 Acrescenta que o mesmo homem defendeu o pai quando acusado e o arrancou de uma conspiração de inimigos poderosos; que acumulou sobre ele um segundo e um terceiro consulado e outras honras que até homens já consulares cobiçariam; que entregou ao pai pobre riquezas tomadas pelo direito da guerra e — o que é mais honroso para homens de armas — tornou-o rico também com despojos inimigos.

3.33.3 Se isso ainda é pouco, acrescenta que prolongou suas províncias e comandos extraordinários; acrescenta que, depois de destruídas as maiores cidades, como fundador e defensor de um futuro Império Romano sem rival do nascente ao poente, acrescentou a um homem já nobre uma nobreza ainda maior: ser chamado pai de Cipião. Pode haver dúvida de que o benefício vulgar de simplesmente gerá-lo foi vencido por uma piedade extraordinária e por uma virtude que trouxe à própria cidade — não sei qual dos dois em maior medida — proteção e glória?

3.33.4 Se ainda é pouco, imagina alguém que tenha libertado o pai da tortura; imagina que tenha transferido para si os tormentos dele. Podes ampliar quanto quiseres os benefícios do filho, enquanto a dádiva paterna é simples, fácil e agradável a quem a concede, uma dádiva que necessariamente concedeu a muitos, até a pessoas a quem nem sabe tê-la concedido; nela teve uma companheira, nela levou em conta a lei, a pátria, as recompensas da paternidade, a continuidade da casa e da família — tudo, enfim, antes daquele a quem dava.

3.33.5 E se alguém, depois de alcançar a sabedoria, a transmitisse ao pai, ainda discutiríamos se já lhe deu algo maior do que recebeu, quando devolveu ao pai uma vida feliz e recebeu dele apenas a vida?

34

3.34.1 "Mas", dizem, "é benefício de teu pai tudo aquilo que fazes e tudo aquilo que podes oferecer-lhe." Também é benefício de meu mestre o fato de eu ter avançado nas artes liberais; e, no entanto, ultrapassamos aqueles que nos ensinaram essas coisas, sobretudo os que nos ensinaram os primeiros elementos. Embora ninguém pudesse

alcançar coisa alguma sem eles, não se segue que, por maior que seja o que alguém alcance, permaneça abaixo deles. Há enorme diferença entre os princípios e as maiores realizações; e os princípios não igualam as maiores coisas só porque estas não podem existir sem aqueles.

35

3.35.1 Já é tempo de apresentar alguns argumentos cunhados, por assim dizer, em nossa própria moeda. Quem concedeu um benefício acima do qual existe outro melhor pode ser vencido. O pai deu vida ao filho; mas existe algo melhor do que a vida. Portanto, o pai pode ser vencido, porque concedeu um benefício acima do qual existe outro melhor.

3.35.2 Ainda: aquele que deu a alguém a vida, se foi libertado uma e outra vez do perigo de morte, recebeu benefício maior do que deu. Ora, o pai deu vida ao filho; portanto, se for várias vezes libertado pelo filho do perigo de morte, pode receber benefício maior do que aquele que deu.

3.35.3 Quem recebe um benefício recebe tanto mais quanto mais necessita dele. Ora, aquele que vive necessita mais da vida do que aquele que ainda não nasceu, pois este nem sequer pode necessitar de coisa alguma. Logo, o pai recebe benefício maior se recebe do filho a vida do que o filho recebeu do pai por ter nascido.

3.35.4 "Os benefícios do pai não podem ser vencidos pelos benefícios do filho. Por quê? Porque o filho recebeu do pai a vida; se não a tivesse recebido, não poderia conceder benefício algum." Isso é comum ao pai e a todos os que de alguma maneira deram vida a alguém: estes também não poderiam receber retribuição se o outro não tivesse recebido a vida. Portanto, não se poderia retribuir a um médico acima do que ele merece — pois também o médico costuma dar a vida —, nem a um marinheiro, se recolheu um náufrago. E, no entanto, os benefícios desses homens e de outros que nos deram a vida de algum modo podem ser superados. Logo, também os benefícios dos pais podem.

3.35.5 Se alguém me deu um benefício que precisava ser sustentado pelos benefícios de muitos outros, e eu lhe dei um benefício que não necessitava do auxílio de ninguém, dei mais do que recebi. O pai deu ao filho uma vida que pereceria se não se acrescentassem muitas coisas para protegê-la; se o filho deu vida ao pai, deu-lhe uma vida que, para permanecer, já não necessitava do auxílio de ninguém. Portanto, o pai que recebeu a vida do filho recebeu benefício maior do que aquele que ele próprio lhe dera.

36

3.36.1 Esses argumentos não destroem a veneração devida aos pais nem tornam os filhos piores do que eles; ao contrário, tornam-nos ainda melhores. A virtude é por natureza amante da glória e deseja ultrapassar aqueles que vieram antes. A piedade

filial será mais ardente se se aproximar da restituição dos benefícios com esperança de vencer. E isso acontecerá com a vontade e a alegria dos próprios pais, pois há muitas coisas em que sermos vencidos é para nosso próprio bem.

3.36.2 Onde existe competição tão desejável? De onde pode vir aos pais felicidade tão grande quanto confessar que são incapazes de igualar os benefícios dos filhos? Se não julgarmos assim, damos aos filhos uma desculpa e os tornamos mais lentos em retribuir, quando deveríamos acrescentar-lhes estímulos e dizer: "Vamos, excelentes jovens! Foi proposta entre pais e filhos uma competição honrosa: quem concedeu benefícios maiores e quem os recebeu?

3.36.3 Eles não venceram apenas porque jogaram primeiro. Assumi o espírito que vos convém e não desanimeis: vencereis aqueles que desejam ser vencidos. E não faltam a uma competição tão bela campeões que vos exortem a feitos semelhantes e vos mandem seguir suas pegadas rumo a uma vitória sobre os pais já tantas vezes alcançada."

37

3.37.1 Eneias venceu o pai: quando criança, ele próprio fora para Anchises um peso leve e seguro; depois carregou o pai, pesado pela velhice, através das fileiras inimigas e das ruínas de uma cidade que desabava ao redor. E o velho piedoso, abraçando os objetos sagrados e os deuses Penates, pesava sobre o fugitivo com carga não simples. Eneias carregou-o através das chamas e — do que não é capaz a piedade filial? — levou-o em segurança e colocou-o entre aqueles que seriam venerados como fundadores do Império Romano.

3.37.2 Venceram seus pais os jovens sicilianos que, quando o Etna, agitado com violência extraordinária, derramou fogo sobre cidades, campos e grande parte da ilha, carregaram os pais sobre os ombros. Acreditou-se que o fogo se abriu e que, recuando as chamas dos dois lados, surgiu uma passagem pela qual corressem os jovens, digníssimos de realizar em segurança tão grandes feitos.

3.37.3 Antígono venceu o pai: depois de derrotar o inimigo numa grande batalha, transferiu ao pai o prêmio da guerra e entregou-lhe o domínio de Chipre. Isto é realeza: não querer reinar quando se pode.

3.37.4 Mânlio venceu o pai, embora este fosse autoritário. O pai o havia afastado por algum tempo por causa de sua juventude bruta e obtusa; depois, Manlio foi ao tribuno da plebe que havia intimado seu pai para responder a uma acusação. Pediu uma entrevista; o tribuno concedeu-a esperando encontrar nele um traidor do pai que odiava e acreditando, além disso, ter prestado um benefício ao jovem, pois entre as acusações mais graves contra o velho Mânlio incluía o exílio do filho. Quando o jovem o encontrou sozinho, desembainhou uma espada escondida sob a roupa e disse: "Se não jurares que retirarás a acusação contra meu pai, atravessar-te-ei com esta espada. Está em teu poder escolher de que maneira meu pai ficará sem acusador." O

tribuno jurou e cumpriu a palavra, explicando à assembleia a razão por que abandonara a acusação. A nenhum outro homem foi permitido colocar impunemente um tribuno em seu lugar.

38

3.38.1 Há exemplos e mais exemplos de filhos que arrancaram os pais dos perigos, que os elevaram da condição mais baixa à mais alta e que, retirando-os da massa obscura da plebe, fizeram com que seus nomes jamais fossem silenciados pelos séculos.

3.38.2 Nenhuma força de palavras, nenhuma capacidade de engenho pode exprimir a grandeza de uma obra como esta, quão digna de louvor e quão incapaz de sair jamais da memória dos homens: poder dizer "Obedeci aos meus pais; cedi à autoridade deles, fosse justa ou injusta e dura; mostrei-me obediente e submisso. Fui obstinado apenas numa coisa: em não me deixar vencer por eles nos benefícios."

3.38.3 Disputai, eu vos suplico, e mesmo cansados restabelecei a linha de batalha. Felizes os que vencerem, felizes os que forem vencidos! Que pode haver de mais belo do que o jovem capaz de dizer a si mesmo — pois não seria lícito dizê-lo a outro —: "Venci meu pai em benefícios"? Que pode haver de mais afortunado do que o velho que proclamará a todos, em toda parte, ter sido vencido em benefícios pelo próprio filho? E que pode haver de mais feliz do que ceder justamente nessa disputa?

LIVRO IV

1

4.1.1 De tudo o que tratamos, Ebúcio Liberal, nada pode parecer tão necessário ou, como diz Salústio, exigir discussão mais cuidadosa do que o assunto que agora temos em mãos: saber se conceder um benefício e, por sua vez, retribuí-lo com gratidão são coisas que devem ser buscadas por si mesmas.

4.1.2 Encontram-se pessoas que cultivam o que é moralmente digno em troca de recompensa e às quais não agrada uma virtude gratuita; mas nada há de grandioso na virtude se alguma parte dela estiver à venda. Pois o que é mais vergonhoso do que calcular quanto vale ser um homem bom, quando a virtude não nos atrai pelo lucro nem nos afasta pela perda e, longe de nos corromper com esperança e promessa, manda que gastemos em seu favor e muitas vezes exige de nós contribuições voluntárias? É preciso chegar até ela pisando sobre as próprias vantagens. Para onde quer que nos chame, para onde quer que nos envie, devemos ir sem olhar para o patrimônio e, às vezes, sem poupar sequer o próprio sangue; jamais devemos recusar seu comando.

4.1.3 "Que conseguirei", pergunta alguém, "se eu agir corajosamente, se agir com gratidão?" Ter agido assim: nada mais te é prometido. Se por acaso daí resultar alguma vantagem, conta-a entre os acréscimos. O preço das ações moralmente dignas está nelas mesmas. Se aquilo que é moralmente digno deve ser buscado por si mesmo e o benefício pertence ao que é moralmente digno, sua condição não pode ser diferente, pois sua natureza é a mesma. Que o bem moral deve ser buscado por si mesmo já foi demonstrado muitas vezes e suficientemente.

2

4.2.1 Neste ponto nossa disputa é com os epicuristas, gente delicada e criada à sombra, que filosofa em seus banquetes e para a qual a virtude é serva dos prazeres: obedece-lhes, serve-lhes e os vê acima de si. "Não há", dizes, "prazer sem virtude."

4.2.2 Mas por que o prazer vem antes da virtude? Julgas que discutimos apenas sobre precedência? Discute-se toda a questão e a autoridade da própria virtude. Não é virtude se pode seguir outra coisa. A ela pertencem as primeiras posições: deve conduzir, mandar, ocupar o lugar supremo; tu a obrigas a pedir a senha.

4.2.3 "Que te importa?", diz alguém. "Eu também nego que a vida feliz possa existir sem virtude. O próprio prazer que sigo e ao qual me entreguei, eu o reprovo e condeno se a virtude for afastada. Discute-se apenas isto: se a virtude é a causa do sumo bem ou se ela própria é o sumo bem." E julgas que, ao investigar apenas isso, mudamos somente a ordem? Não: isso é confusão e cegueira manifesta, pôr as últimas coisas antes das primeiras.

4.2.4 Não me indigno porque a virtude seja colocada depois do prazer, mas porque seja colocada ao lado dele: ela o despreza, é sua inimiga e se afasta dele o mais longe possível; é mais familiar ao trabalho e à dor, às adversidades próprias de homens, do que a esse vosso bem efeminado.

3

4.3.1 Foi necessário inserir estas considerações, meu Liberal, porque conceder um benefício — o assunto de que tratamos agora — é próprio da virtude, e é absolutamente vergonhoso dá-lo por qualquer outra causa além de tê-lo dado. Pois, se o concedêssemos na esperança de receber de volta, daríamos ao mais rico, e não ao mais digno; nós, ao contrário, preferiremos um pobre bom a um rico importuno. Não é benefício aquilo que olha para a fortuna.

4.3.2 Além disso, se somente a utilidade nos levasse a ajudar, justamente aqueles que com maior facilidade podem fazê-lo seriam os que menos deveriam distribuir benefícios: os ricos, os poderosos e os reis, que não precisam da ajuda alheia. Tampouco os deuses derramariam tantos dons, que dia e noite concedem sem interrupção; sua própria natureza lhes basta para tudo e os mantém plenos, seguros e invioláveis. Portanto, não concederiam benefício a ninguém se a única causa de dar fosse olhar para si e para a própria vantagem.

4.3.3 Não é benefício, mas empréstimo a juros, procurar não onde melhor colocá-lo, mas onde ele seja mais lucrativo e de onde possa ser recuperado com maior facilidade. Como isso está muito afastado dos deuses, seguir-se-ia que eles não são generosos; pois, se a única causa de conceder benefício é a utilidade de quem dá, e Deus não pode esperar utilidade alguma de nós, então Deus não teria causa alguma para conceder benefícios.

4

4.4.1 Sei o que se responde neste ponto: "Justamente por isso Deus não concede benefícios; despreocupado e negligente a nosso respeito, voltado para longe do mundo, ocupa-se de outra coisa ou — aquilo que a Epicuro parece a maior felicidade — não faz absolutamente nada, e tanto os benefícios quanto as injúrias não o afetam."

4.4.2 Quem diz isso não ouve as vozes dos que rezam e, de todos os lados, erguendo as mãos ao céu, fazem votos privados e públicos. Isso certamente não aconteceria, nem todos os mortais teriam concordado nessa loucura de dirigir-se a divindades surdas e deuses ineficazes, se não conhecêssemos seus benefícios: uns oferecidos espontaneamente, outros concedidos a quem os pede; benefícios grandes, oportunos, que com sua intervenção desfazem ameaças enormes.

4.4.3 Quem é tão miserável, tão abandonado, quem nasceu sob destino tão duro e para tamanho castigo que nunca tenha experimentado a grande generosidade dos

deuses? Observa mesmo aqueles que lamentam e se queixam de sua sorte: descobrirás que não estão totalmente privados de uma parte dos benefícios celestes, e que não existe ninguém sobre quem não tenha pingado algo daquela fonte tão abundante. Não basta aquilo que foi distribuído igualmente a todos nós no nascimento? Mesmo deixando de lado os dons posteriores, ainda que distribuídos de maneira desigual, não nos deu a natureza o bastante quando nos deu a si mesma?

5

4.5.1 "Deus não concede benefícios." De onde vêm, então, as coisas que possuis, que dás, que recusas, que guardas, que arrebanhas? De onde vêm as incontáveis coisas que deleitam teus olhos, teus ouvidos e teu espírito? De onde vem essa abundância destinada até ao luxo? Pois não se cuidou apenas de nossas necessidades: somos amados até o excesso.

4.5.2 De onde vêm tantas árvores que produzem frutos variados, tantas ervas benéficas, tantas espécies de alimentos distribuídas ao longo do ano, em tal quantidade que até ao homem indolente a terra oferece espontaneamente sustento? De onde vêm animais de toda espécie, uns nascidos em terra firme, outros nas águas, outros descendo do céu, para que cada parte da natureza nos pague algum tributo?

4.5.3 De onde vêm os rios que, com curvas agradabilíssimas, circundam os campos, e aqueles que, largos e navegáveis, oferecem caminho ao comércio? Alguns, por admirável disposição, crescem justamente nos dias de verão, para que terras ressequidas e expostas ao céu ardente sejam irrigadas pela súbita força de uma cheia estival. Que dizer das fontes de águas medicinais? Que dizer das águas quentes que brotam nas próprias praias?

Tu também, grande Lário, e tu, Benaco,
que te ergues em ondas e ruges como o mar.

6

4.6.1 Se alguém te desse alguns poucos hectares de terra, dirias ter recebido um benefício; e negas que seja benefício essa extensão imensa de terras que se abre diante de ti? Se alguém te dá dinheiro e enche teu cofre — pois isso te parece coisa importante —, chamarás tal coisa de benefício. Deus enterrou tantas veias de metais, fez brotar da terra tantos rios que correm levando ouro, espalhou por toda parte imensas reservas de prata, cobre e ferro, deu-te a capacidade de encontrá-las e pôs sobre a superfície sinais dos tesouros ocultos: negas ter recebido um benefício?

4.6.2 Se te fosse dada uma casa em que brilhasse algum mármore e o teto resplandecesse mais vivamente de ouro ou pinturas, dirias que recebeste um presente nada pequeno. Deus construiu para ti uma morada enorme, livre do perigo de incêndio e desabamento; nela não vês lâminas frágeis de pedra, mais finas que a serra que as cortou, mas massas inteiras de materiais preciosos, de substância tão variada e

trabalhada que admiras até seus pequenos fragmentos; e o teto brilha de um modo à noite e de outro durante o dia. Negas ter recebido um presente?

4.6.3 E, embora dês grande valor ao que possuis, comportas-te como ingrato e afirmas nada dever a ninguém? De onde vem o ar que respiras? De onde vem a luz com a qual dispões e ordenas os atos de tua vida? De onde vem o sangue, cujo movimento conserva o calor vital? De onde vêm os alimentos raros que, mesmo além da saciedade, excitam teu paladar com sabores incomuns? De onde vêm os estímulos que despertam o prazer já fatigado? De onde vem esse ócio em que apodreces e te consomes?

4.6.4 Se és grato, não dirás:

Um deus nos concedeu esta tranquilidade;
ele será sempre um deus para mim, e seu altar
será muitas vezes embebido pelo sangue de um cordeiro de nosso redil.
Foi ele quem permitiu que meus bois vagassem, como vês,
e que eu tocasse o que quisesse em minha flauta agreste.

4.6.5 Deus é aquele que não fez vagar apenas alguns bois, mas rebanhos por toda a terra; que fornece alimento aos animais que percorrem campos distantes; que fez as pastagens de inverno sucederem às de verão; que não ensinou apenas a cantar ao som da flauta e a compor uma melodia rústica e sem arte, mas ainda assim regida por alguma regra: inventou tantas artes, tanta variedade de vozes, tantos sons, uns produzidos simplesmente por nosso sopro, outros acrescentados por instrumentos externos, e todos compondo harmonia.

4.6.6 Pois não podes dizer que sejam propriamente nossas as coisas que inventamos, assim como não é obra nossa o fato de crescermos nem o fato de o corpo cumprir as etapas determinadas para cada idade: primeiro caem os dentes de leite; depois, com o avanço dos anos e o aumento da força, sobrevém a puberdade; por fim, o último dente assinala o termo da juventude. Estão implantadas em nós as sementes de todas as idades e de todas as artes; Deus é o mestre que extrai do oculto nossas capacidades.

7

4.7.1 "É a natureza", diz alguém, "que me concede essas coisas." Não percebes que, ao dizer isso, apenas mudas o nome de Deus? Pois que outra coisa é a natureza senão Deus e a razão divina difundida por todo o mundo e por todas as suas partes? Podes, sempre que quiseres, chamar de modos diferentes esse autor de tudo quanto possuímos: com razão o chamarás Júpiter Ótimo e Máximo, também Tonante e também Estator — não porque, como contam os historiadores, uma linha de batalha romana deteve a fuga depois de uma prece, mas porque todas as coisas permanecem firmes graças a ele, que as sustém e estabiliza.

4.7.2 Se chamares esse mesmo ser de Destino, tampouco mentirás. Pois, como o destino nada mais é do que uma série encadeada de causas, ele é a primeira causa de

todas, da qual dependem as demais. Quaisquer nomes que lhe deres serão adequados, desde que exprimam alguma força ou efeito das coisas celestes: suas denominações podem ser tão numerosas quanto seus dons.

8

4.8.1 Os nossos também o consideram Pai Líber, Hércules e Mercúrio: Pai Líber, porque é o pai de todas as coisas e porque nele se encontrou primeiro a força das sementes destinada à vida por meio do prazer; Hércules, porque sua força é invencível e, quando um dia estiver fatigada pelas obras que realizou, retornará ao fogo; Mercúrio, porque a ele pertencem a razão, o número, a ordem e o conhecimento.

4.8.2 Para onde quer que te voltes, ali o encontrarás vindo ao teu encontro: nada está vazio dele; ele próprio preenche sua obra. Portanto, nada consegues, ó mais ingrato dos mortais, ao dizer que não deves a Deus, mas à natureza, porque não existe natureza sem Deus nem Deus sem natureza: são a mesma coisa, embora difiram na função.

4.8.3 Se dissesses que aquilo que recebeste de Sêneca deves a Aneu ou a Lúcio, não mudarias o credor, mas apenas seu nome, pois, quer pronunciasses seu prenome, seu nome ou seu cognome, ele continuaria sendo o mesmo. Do mesmo modo, chama agora Deus de Natureza, Destino ou Fortuna: todos são nomes do mesmo Deus, que emprega de maneiras diversas seu poder. E justiça, probidade, prudência, coragem e frugalidade são qualidades de uma única alma; se aprovas qualquer uma delas, aprovas também essa alma.

9

4.9.1 Mas, para não sermos desviados para outra disputa, Deus nos concede numerosíssimos e grandíssimos benefícios sem esperança de receber de volta, pois ele não necessita de dom algum e nada há que possamos dar-lhe. Segue-se, portanto, que o benefício deve ser buscado por si mesmo. Nele só se considera a vantagem daquele a quem é concedido: dediquemo-nos a isso, deixando de lado nossos próprios interesses.

4.9.2 "Mas", dizes, "afirmais que devemos escolher cuidadosamente a quem conceder benefícios, pois nem os agricultores confiam suas sementes à areia. Se isso é verdade, ao conceder benefícios perseguimos nossa própria vantagem, assim como ao arar e semear; pois semear não é coisa buscada por si mesma. Além disso, perguntais onde e de que modo se deve conceder um benefício. Isso não seria necessário se o benefício devesse ser buscado por si mesmo, porque, onde quer que fosse dado e de qualquer modo, continuaria sendo benefício."

4.9.3 Seguimos aquilo que é moralmente digno por nenhuma outra razão além de si mesmo; entretanto, ainda que nada além dele deva ser buscado, perguntamos o que devemos fazer, quando e de que modo. São justamente essas circunstâncias que

constituem o ato moralmente digno. Assim, quando escolho a quem conceder um benefício, faço com que ele seja de fato benefício; pois, se for concedido a um homem indigno, não poderá ser moralmente digno nem benefício.

10

4.10.1 Devolver um depósito é coisa que deve ser buscada por si mesma; contudo, não o devolverei sempre, nem em todo lugar, nem em qualquer momento. Às vezes, nenhuma diferença há entre negar o depósito e devolvê-lo abertamente. Considerarei a utilidade daquele a quem pretendo devolvê-lo e negarei um depósito se ele puder prejudicá-lo.

4.10.2 Procederei do mesmo modo com o benefício: examinarei quando devo dar, a quem, de que maneira e por quê. Nada deve ser feito sem razão, e só é benefício aquilo que é dado segundo a razão, pois a razão acompanha tudo o que é moralmente digno.

4.10.3 Quantas vezes ouvimos pessoas censurarem sua própria doação irrefletida dizendo: "Eu preferiria tê-lo jogado fora a ter dado a ele!" A perda mais vergonhosa é o benefício concedido sem reflexão; é muito pior ter dado mal um benefício do que não o ter recebido de volta. Não recebermos restituição é culpa de outro; não termos escolhido corretamente a quem dar é culpa nossa.

4.10.4 Em minha escolha, nada estará mais longe de mim do que aquilo que tu esperas: procurar aquele de quem poderei receber de volta. Escolherei quem será grato, não quem me pagará; e muitas vezes aquele que não retribui é grato, enquanto aquele que retribuiu é ingrato.

4.10.5 Minha avaliação dirige-se ao caráter. Por isso deixarei de lado o rico indigno e darei ao pobre bom. Ele será grato mesmo na mais extrema pobreza; quando tudo lhe faltar, ainda lhe restará o caráter.

11

4.11.1 Não busco lucro, prazer ou glória quando concedo um benefício; satisfeito em agradar somente àquele a quem o concedo, darei para fazer o que devo. Mas aquilo que se deve fazer exige escolha. "Que espécie de escolha será essa?", perguntas. Escolherei um homem íntegro, franco, lembrado dos deveres e grato; alguém que se abstenha do alheio sem ser avarento do que é seu; um homem benevolente. Depois de escolher alguém assim, ainda que a Fortuna nada lhe ofereça com que possa retribuir, meu propósito estará cumprido.

4.11.2 Se é a utilidade própria e um cálculo sórdido que me tornam generoso, se não ajudo ninguém a menos que ele possa me ajudar em troca, não concederei benefício a quem parte para regiões distantes e estrangeiras, de onde não voltará; não darei a quem esteja tão doente que não haja esperança de recuperação; nem darei quando eu próprio estiver morrendo, porque já não terei tempo para receber de volta.

4.11.3 Contudo — para que saibas que fazer o bem deve ser buscado por si mesmo — ajudamos estrangeiros que acabam de entrar em nosso porto e logo partirão; damos ao náufrago desconhecido um navio e o equipamos para que regresse à pátria. Ele mal conhece aquele a quem deve a salvação e, certo de nunca mais voltar à nossa presença, transfere a dívida aos deuses e pede que eles nos retribuam em seu lugar; enquanto isso, alegra-nos a consciência de um benefício que jamais retornará.

4.11.4 E quando chegamos ao fim da vida e dispomos nosso testamento, não distribuímos benefícios que em nada nos aproveitarão? Quanto tempo consumimos deliberando quanto dar e a quem! Que importa a quem damos, quando ninguém nos devolverá coisa alguma?

4.11.5 E, no entanto, jamais damos com maior cuidado, jamais nossa escolha é mais escrupulosa do que quando todo interesse próprio foi afastado e somente a consideração do que é moralmente digno permanece diante de nós. Somos maus juízes dos deveres enquanto esperança e medo os deformam e enquanto se intromete aquele vício extremamente vil, o prazer. Quando a morte exclui tudo isso e envia um juiz incorrupto para proferir sentença, procuramos os mais dignos a quem deixar nossos bens e nada arranjamos com maior diligência do que aquilo que já não nos diz respeito.

4.11.6 E, por Hércules, quanta alegria sentimos ao pensar: "Tornarei este homem mais rico; acrescentando riquezas à sua dignidade, darei a ela novo brilho!" Se só concedermos benefícios quando algum retorno estiver à vista, teremos de morrer sem testamento.

12

4.12.1 "Dizes que o benefício é um crédito que não pode ser cobrado; contudo, um crédito não é coisa buscada por si mesma." Quando usamos a palavra "crédito", falamos por imagem e comparação. Do mesmo modo chamamos a lei de regra do justo e do injusto, embora uma regra não seja coisa buscada por si mesma. Recorremos a essas palavras para tornar o pensamento mais claro. Quando digo "crédito", entende-se "como que um crédito"; prova disso é eu acrescentar "incobrável", embora não exista crédito que não possa ou não deva ser cobrado.

4.12.2 Tão verdadeiro é que o benefício não deve ser concedido por causa da utilidade própria que, muitas vezes, como já disse, deve ser concedido com nossa perda e nosso perigo. Assim, defendo alguém cercado por ladrões, embora eu pudesse passar em segurança; protejo um réu contra homens poderosos e volto contra mim as maquinações dos influentes, disposto a vestir o luto de que o livrei diante dos mesmos acusadores, quando poderia tomar o outro lado e assistir seguro a uma disputa alheia; torno-me fiador de quem já foi condenado a pagar e, quando os bens de meu amigo são postos à venda, retiro o edital do credor, pronto a tornar-me responsável por suas dívidas; para salvar um proscrito, exponho-me eu mesmo à proscrição.

4.12.3 Ninguém que pretende comprar uma propriedade em Túsculo ou em Tíbur por causa da salubridade do lugar calcula em quantos anos recuperará o preço: depois de comprá-la, deve mantê-la.

4.12.4 O mesmo princípio vale para o benefício. Se perguntas que lucro ele proporciona, respondo: uma boa consciência. Que lucro proporciona? Dize-me: que lucro proporciona a justiça? E a inocência? E a grandeza de alma? E a modéstia? E a temperança? Se procuras algo além dessas virtudes, não é a elas que procuras.

4.12.5 Para que o céu realiza suas mudanças conforme as estações? Para que o sol alonga ou encurta os dias? Tudo isso são benefícios, pois acontece para nossa utilidade. Assim como é dever do céu fazer girar o ciclo das coisas, assim como é dever do sol variar os lugares de seu nascer e de seu ocaso e realizar, sem recompensa, movimentos tão úteis para nós, também é dever do homem, entre outras coisas, conceder benefícios. Por que, então, os concede? Para não deixar de concedê-los, para não perder a oportunidade de fazer o bem.

13

4.13.1 Para vós, o prazer consiste no ócio indolente — [lacuna] —, em buscar uma segurança semelhante ao sono, esconder-vos sob sombra espessa, distrair o torpor de um espírito enfraquecido com pensamentos suavíssimos — aos quais chamais tranquilidade — e, no retiro de vossos jardins, empanturrar de comidas e bebidas corpos empalidecidos pela ociosidade.

4.13.2 Nosso prazer é conceder benefícios ainda que tragam esforço, contanto que aliviem o esforço alheio; ainda que tragam perigo, contanto que livrem outros do perigo; ainda que pressionem nosso patrimônio, contanto que diminuam as necessidades e dificuldades de outros.

4.13.3 Que me importa recuperar meus benefícios? Mesmo que os recupere, devo dá-los novamente. O benefício visa à vantagem daquele a quem é concedido, não à nossa; caso contrário, nós o damos a nós mesmos. Por isso muitas coisas que produzem grande utilidade para outros não geram gratidão, porque têm preço. O mercador é útil às cidades, o médico aos doentes, o negociante aos escravos que vende; mas todos esses, porque beneficiam os outros visando ao próprio interesse, não tornam devedores aqueles a quem aproveitam. Não é benefício aquilo que se dirige ao lucro. "Isto darei e aquilo receberei em troca": isso é linguagem de compra e venda.

14

4.14.1 Eu não chamaria casta a mulher que recusou o amante para inflamá-lo ainda mais ou que foi contida pelo temor da lei ou do marido. Como diz Ovídio:

Aquela que não deu porque não pôde, deu.

Deve ser contada entre as que erram aquela cuja castidade se deveu ao medo e não a si própria. Do mesmo modo, quem concedeu um benefício para receber outro de volta não concedeu benefício algum.

4.14.2 De outro modo, estaríamos concedendo benefícios aos animais que criamos para o trabalho ou para alimento; e também às árvores que cultivamos para que não sofram com a seca ou com a dureza de um solo não lavrado e abandonado.

4.14.3 Ninguém se dedica à agricultura por senso de justiça, nem a qualquer atividade cuja recompensa esteja fora dela mesma. Não é um cálculo ávido ou sórdido que nos leva a conceder benefício, mas uma disposição humana e generosa: dar mesmo depois de já ter dado, acrescentar benefícios novos e recentes aos antigos, com um único propósito — ser tão útil quanto possível àquele a quem beneficiamos. Caso contrário, é coisa baixa, sem louvor e sem glória, fazer o bem porque convém.

4.14.4 O que há de magnífico em amar a si mesmo, poupar a si mesmo, acumular para si? A verdadeira vontade de conceder benefício nos afasta de tudo isso, arrasta-nos para aceitar a perda e abandona as utilidades próprias, contentando-se com o simples prazer de ter feito o bem.

15

4.15.1 Pode haver dúvida de que benefício e injúria são contrários? Assim como causar uma injúria deve ser evitado e rejeitado por si mesmo, também conceder um benefício deve ser buscado por si mesmo. Na primeira, a torpeza do ato vence todas as recompensas que nos convidam ao crime; no segundo, a própria aparência do que é moralmente digno nos atrai espontaneamente.

4.15.2 Não falsearei a realidade se disser que ninguém deixa de amar os benefícios que concedeu, ninguém deixa de sentir prazer em ver aquele a quem beneficiou muitas vezes, ninguém deixa de ser levado a dar novamente justamente porque já deu. Isso não aconteceria se nossos benefícios não nos agradassem por si mesmos.

4.15.3 Quantas vezes ouves alguém dizer: "Não posso abandoná-lo: salvei sua vida, arranquei-o do perigo. Agora pede que assuma sua causa contra homens poderosos. Não quero; mas o que farei? Já o defendi uma vez, já o defendi duas." Não vês que existe na própria coisa uma força que nos obriga a conceder benefícios, primeiro porque devemos, depois porque já concedemos?

4.15.4 No início não tínhamos razão alguma para dar-lhe; agora damos simplesmente porque já demos. Tão longe está a utilidade própria de nos mover aos benefícios que continuamos a proteger e alimentar os inúteis apenas por amor ao benefício já concedido. E, quando ele foi mal colocado, é tão natural tratá-lo com indulgência quanto fazemos com nossos filhos quando não correspondem às esperanças.

16

4.16.1 Esses mesmos adversários dizem que também retribuem um benefício não porque isso seja moralmente digno, mas porque é útil. É ainda mais fácil demonstrar que isso é falso, porque os mesmos argumentos pelos quais mostramos que conceder benefícios deve ser buscado por si mesmo servem também para estabelecer esta questão.

4.16.2 Nosso ponto de partida, de onde procedem todas as demais provas, é este: o que é moralmente digno é venerado por nenhuma outra razão além de ser moralmente digno. Quem ousará discutir se é digno ser grato? Quem não detesta o ingrato, homem inútil até para si mesmo? E então? Quando alguém te diz: "Recebeu do amigo o maior dos benefícios e mostrou-se ingrato", o que sentes? Que ele cometeu uma ação vergonhosa ou apenas que deixou escapar algo útil e proveitoso? Creio que o julgas um homem mau e merecedor de castigo, não alguém que simplesmente administrou mal seus interesses. Isso não aconteceria se a gratidão não fosse coisa moralmente digna e buscada por si mesma.

4.16.3 Outras virtudes talvez manifestem menos claramente seu valor e precisem de alguém que explique se são moralmente dignas; esta, porém, está diante de nossos olhos e sua beleza é luminosa demais para brilhar de maneira obscura ou duvidosa. Que coisa é tão louvável, que coisa recebe aprovação tão universal de nossos espíritos quanto retribuir o bem recebido?

17

4.17.1 Dize-me: o que nos leva a isso? O lucro? Mas quem não o despreza já é ingrato. A ambição? Que motivo de ostentação existe em pagar o que se deve? O medo? O ingrato nada teme; justamente para esta falta, entre todas, não estabelecemos lei alguma, porque a natureza já a protegeu suficientemente.

4.17.2 Assim como nenhuma lei nos manda amar os pais ou cuidar dos filhos — pois não precisamos ser empurrados para onde já caminhamos —, assim como ninguém precisa ser exortado ao amor de si, que se manifesta desde o nascimento, também não é necessário persuadir ninguém a buscar o que é moralmente digno por si mesmo. Tais coisas agradam por sua própria natureza. A virtude é tão atraente que até aos maus é natural aprovar o que é melhor. Quem não deseja parecer benfeitor? Quem, mesmo no meio de crimes e injúrias, não procura conquistar reputação de bondade? Quem não cobre suas ações mais violentas com alguma aparência de justiça e não quer parecer ter beneficiado justamente aqueles a quem prejudicou?

4.17.3 Por isso permitem que lhes deem graças aqueles a quem feriram e fingem ser bons e generosos porque não podem sê-lo de fato. Não fariam isso se o amor do que é moralmente digno e buscado por si mesmo não os obrigasse a procurar reputação contrária ao próprio caráter e a ocultar sua perversidade: cobiçam os frutos do vício, mas odeiam e se envergonham do próprio vício. Ninguém violou de tal modo a lei da

natureza nem se despojou tanto da humanidade que fosse mau apenas pelo prazer de ser mau.

4.17.4 Pergunta a qualquer um que viva de pilhagens se preferiria obter por meios honestos aquilo que adquire por roubo e furto. O homem que vive atacando e matando viajantes preferiria encontrar o despojo a arrancá-lo pela força. Não encontrarás ninguém que não prefira usufruir o fruto da maldade sem praticar a maldade. O maior benefício que a natureza nos presta é fazer a virtude lançar sua luz sobre o espírito de todos: até aqueles que não a seguem a enxergam.

18

4.18.1 Que a disposição de um espírito grato deve ser buscada por si mesma fica evidente porque a ingratidão deve ser evitada por si mesma, já que nenhum vício dissolve e desagrega mais a concórdia do gênero humano. Pois o que nos torna seguros senão a ajuda mútua e a troca de serviços? Somente pelo comércio de benefícios nossa vida se protege e se fortalece contra ataques repentinos.

4.18.2 Toma-nos um a um: o que somos? Presa dos animais, vítimas, sangue vilíssimo e facílimo de obter. Aos outros animais basta sua força para protegê-los; aqueles que nasceram para vagar e levar vida solitária são armados. O homem, ao contrário, é coberto por pele frágil; não possui força nas garras nem nos dentes capaz de espalhar terror. Nu e fraco, é a sociedade que o protege. Deus lhe concedeu duas coisas que fizeram desta criatura vulnerável a mais poderosa de todas: razão e sociedade. Assim, aquele que isolado não poderia igualar-se a nenhum outro ser tornou-se senhor de todos.

4.18.3 A sociedade deu-lhe domínio sobre todos os animais; a sociedade concedeu a um ser nascido na terra poder sobre um elemento alheio e mandou que também dominasse o mar. Ela conteve os ataques das doenças, forneceu apoio à velhice e consolo às dores; ela nos faz fortes, pois contra a Fortuna podemos invocar seu auxílio.

4.18.4 Retira a sociedade e romperás a unidade do gênero humano, da qual depende nossa vida. E a retirarás se fizeres da ingratidão algo a evitar não por si mesma, mas porque tem algo a temer: quantos podem ser ingratos em plena segurança! Eu, porém, chamo de ingrato justamente aquele cuja gratidão nasce do medo.

19

4.19.1 Nenhum homem são teme os deuses: é loucura temer aquilo que nos faz bem; e ninguém ama aqueles que teme. Tu, Epicuro, tiras as armas de Deus, despojas-o de toda força e, para que não seja temido por ninguém, lanças-o para além de todo alcance do medo.

4.19.2 Não tens razão alguma para temer esse ser cercado por enorme e inexpugnável muralha, separado do contato e da vista dos mortais. Ele não tem meios de ajudar

nem de prejudicar; sozinho, nos espaços entre este mundo e outro, afastado dos animais, dos homens e das coisas, evita as ruínas dos mundos que desabam acima e ao redor dele, não ouve nossas preces e não se ocupa de nós.

4.19.3 E, no entanto, queres parecer venerá-lo como a um pai — suponho que com espírito igualmente grato. Ou, se não desejas parecer grato, por que o veneras, já que nada recebes dele e foste formado pelo encontro casual de átomos e dessas vossas partículas?

4.19.4 "Por causa", dizes, "de sua extraordinária majestade e de sua natureza singular." Admitamos que o faças sem qualquer recompensa e sem que esperança alguma te mova. Então existe algo buscado por si mesmo, algo que te atrai por sua própria dignidade: o que é moralmente digno. E o que há de mais moralmente digno do que a gratidão? O campo desta virtude é tão amplo quanto a própria vida.

20

4.20.1 "Mas existe nesse bem também alguma utilidade." Em qual virtude ela não existe? Dizemos, porém, que uma coisa deve ser buscada por si mesma, ainda que traga consigo certas vantagens, quando continua a agradar depois de essas vantagens serem separadas e retiradas. É útil ser grato; mas serei grato mesmo que isso me prejudique.

4.20.2 O que busca o homem grato? Que sua gratidão lhe conquiste mais amigos e mais benefícios? E se, ao contrário, ela lhe provocar hostilidade? Se souber que, longe de ganhar alguma coisa, perderá muito do que já adquiriu e guardou, não aceitará alegremente a perda?

4.20.3 É ingrato aquele que, ao retribuir um benefício, já tem diante dos olhos um segundo benefício; paga e espera ao mesmo tempo. Chamo de ingrato o homem que se senta junto ao doente porque este está prestes a fazer testamento e encontra ocasião para pensar numa herança ou num legado. Que ele faça tudo quanto deve fazer um bom amigo consciente de sua obrigação: se a esperança de lucro lhe ocupa o espírito, está caçando heranças e lançando o anzol. Assim como aves que vivem de cadáveres voam em torno dos rebanhos abatidos pela doença e próximos da morte, ele paira em torno do corpo e espera o momento de cair sobre o cadáver.

21

4.21.1 O espírito grato é atraído pela própria virtude de seu propósito. Queres saber se isso é verdade e se ele não é corrompido pela utilidade? Há dois tipos de homens gratos. Chama-se grato aquele que retribuiu algo pelo que recebeu: ele talvez possa exibir-se, tem de que se vangloriar, tem o que proclamar. Mas também se chama grato aquele que recebeu o benefício com disposição correta e o reconhece como dívida em seu espírito: esse mantém sua resposta encerrada dentro da própria consciência.

4.21.2 Que utilidade pode advir-lhe de um sentimento que permanece oculto? E, no entanto, mesmo que nada além disso possa fazer, ele é grato: ama, reconhece a dívida, deseja retribuir. Tudo quanto além disso sentes faltar não falta por culpa dele.

4.21.3 É artista também aquele a quem faltam instrumentos para exercer sua arte, e não é menos perito no canto aquele cuja voz o tumulto de uma multidão hostil impede de ser ouvida. Quero retribuir um benefício; depois disso ainda me resta alguma coisa a fazer, não para ser grato, mas para ficar quite. Muitas vezes, com efeito, é ingrato quem retribuiu e grato quem não retribuiu. Pois, como em todas as outras virtudes, também nesta toda a avaliação retorna ao espírito: se ele cumpre seu dever, tudo quanto faltou é culpa da Fortuna.

4.21.4 Assim como é eloquente mesmo aquele que se cala, corajoso mesmo aquele que está com as mãos cruzadas ou até amarradas, e piloto mesmo aquele que está em terra firme — pois nada falta à perfeição de sua ciência, ainda que algo o impeça de usá-la —, assim também é grato aquele que apenas deseja sê-lo e não tem nenhuma outra testemunha de sua vontade além de si próprio.

4.21.5 Direi ainda mais: às vezes é grato até aquele que parece ingrato, quando uma opinião mal-intencionada, intérprete perversa, o apresentou de modo contrário ao que é. Que poderá seguir um homem assim senão a própria consciência? Ela o deleita mesmo quando abafada, protesta contra a assembleia e contra a fama, apoia tudo em si mesma e, ao ver do outro lado uma multidão enorme pensando o contrário, não conta os votos: vence por uma única sentença, a sua.

4.21.6 Se vê a boa-fé castigada como se fosse perfídia, não desce de sua altura, mas permanece acima do próprio suplício. Diz: "Tenho aquilo que quis, aquilo que procurei; não me arrependo nem me arrependerei, e nenhuma injustiça da Fortuna me levará ao ponto de fazê-la ouvir de mim estas palavras: 'Que fiz comigo? De que me serve agora minha boa intenção?'" A boa intenção é útil até no cavalete de tortura, até no fogo aplicado membro por membro e que pouco a pouco cerca o corpo inteiro; ainda que o coração, consciente de sua retidão, goteje sangue, terá prazer nas chamas por meio das quais sua boa-fé resplandece.

22

4.22.1 Agora é oportuno retomar também este argumento, embora já tenha aparecido antes: por que, quando estamos morrendo, desejamos mostrar gratidão, pesamos os serviços de cada pessoa e fazemos a memória percorrer toda a nossa vida para que não pareçamos ter esquecido o benefício de ninguém? Já não resta esperança alguma; e, no entanto, nesse último momento desejamos sair das relações humanas tão gratos quanto possível.

4.22.2 É evidente que a recompensa do ato está no próprio ato e que é imenso o poder do que é moralmente digno para atrair os espíritos: sua beleza se derrama sobre nós e, seduzidos pela admiração, somos arrebatados pelo brilho e esplendor que possui.

4.22.3 "Mas dele nascem muitas vantagens: a vida dos melhores é mais segura, eles conquistam amor e boa opinião, e vivem dias mais tranquilos quando inocência e gratidão os acompanham." A natureza teria sido extremamente injusta se houvesse tornado um bem tão grande miserável, perigoso e estéril. Mas pensa se não irias à mesma virtude — à qual muitas vezes se chega por caminho seguro e fácil — ainda que fosse necessário avançar por pedras e precipícios e atravessar um trajeto infestado de feras e serpentes.

4.22.4 O fato de alguma vantagem externa aderir a uma coisa não significa que ela deixe de ser buscada por si mesma. Ao contrário, as coisas mais belas são frequentemente acompanhadas por numerosos atrativos adicionais; mas é a beleza que vai à frente, e os atrativos apenas a seguem.

23

4.23.1 Há dúvida de que esta morada do gênero humano seja governada pelo sol e pela lua em seus circuitos? De que o calor do primeiro nutra os corpos, amoleça a terra, reduza a umidade excessiva e quebre a severidade do inverno que tudo mantém preso; de que o calor da segunda, penetrante e eficaz, favoreça a maturação dos frutos; de que o curso da lua corresponda à fecundidade humana; de que o sol, com sua revolução, tenha tornado perceptível o ano, e a lua, com seus circuitos mais breves, os meses?

4.23.2 Imagina que todas essas utilidades sejam retiradas: o próprio sol não seria ainda espetáculo adequado aos olhos e digno de veneração, ainda que apenas passasse por nós? A lua não mereceria ser contemplada mesmo que percorresse o céu como astro ocioso? O próprio universo, quando à noite derrama seus fogos e resplandece com incontáveis estrelas, de quem não prende o olhar? Quem, enquanto as contempla admirado, pensa naquele momento que elas lhe serão úteis?

4.23.3 Observa esses corpos deslizando sobre nós em tão grandiosa procissão e ocultando sua velocidade sob aparência de repouso e imobilidade. Quantas coisas acontecem durante a noite, que tu observas apenas para contar e distinguir os dias! Que multidão de acontecimentos se desenrola dentro desse silêncio!

4.23.4 Que cadeia de destinos esse percurso tão claro determina! As estrelas que julgas espalhadas apenas como ornamento, cada uma delas trabalha em sua própria função. E não há motivo para pensares que somente sete astros se movem e que os demais permanecem fixos: apreendemos o movimento de poucos, mas há inúmeras divindades, muito afastadas de nossa vista, que vão e vêm; e muitas daquelas que nossos olhos alcançam avançam com movimento imperceptível e são conduzidas por curso secreto.

24

4.24.1 Pois quê? Não serias arrebatado pela visão de tão imensa obra ainda que ela não te cobrisse, não te protegesse, não te nutrisse e gerasse, não te sustentasse com seu sopro? Embora essas coisas sejam para nós de primeiro valor, necessárias e vitais, é a grandeza delas que domina o espírito. Assim também toda virtude — e sobretudo a de um espírito grato — possui muitas utilidades, mas não quer ser amada por causa delas. Há nela algo maior, e não a compreende suficientemente quem a conta apenas entre as coisas úteis.

4.24.2 "Então alguém é grato porque isso lhe convém?" Nesse caso será grato apenas até o ponto em que lhe convém. A virtude não admite um amante avarento: é preciso chegar a ela de mãos abertas. O ingrato raciocina assim: "Eu queria retribuir, mas temo a despesa, temo o perigo, temo provocar alguém; farei antes aquilo que me é útil." O mesmo raciocínio não pode conduzir à gratidão e à ingratidão. Suas ações são diferentes porque seus fins são diferentes: um é ingrato, embora não devesse sê-lo, porque isso lhe convém; o outro é grato, embora isso não lhe convenha, porque deve sê-lo.

25

4.25.1 Nosso propósito é viver de acordo com a natureza e seguir o exemplo dos deuses. O que os deuses procuram em tudo quanto fazem além do próprio fazer? A menos que imagines que recebem recompensa por sua obra na fumaça das entranhas sacrificadas e no cheiro do incenso.

4.25.2 Vê quantas coisas realizam todos os dias, quantas distribuem, de quantos frutos enchem as terras; vê como os ventos, soprando oportunamente, agitam os mares e nos conduzem a todas as costas; como chuvas abundantes e repentinas amolecem o solo ao cair, reabastecem as fontes ressequidas e, por alimento oculto, renovam-nas e as fazem transbordar. Tudo isso fazem sem recompensa, sem que alguma vantagem retorne para eles.

4.25.3 Que também nossa razão, para não se afastar de seu modelo, conserve esta regra: não praticar ações moralmente dignas por salário. Devemos envergonhar-nos de estipular preço para um benefício quando temos os deuses como benfeitores gratuitos.

26

4.26.1 "Se imitas os deuses, concede benefícios também aos ingratos: o sol nasce igualmente para os criminosos e os mares estão abertos também aos piratas." Neste ponto pergunta-se se um homem bom concederá benefício a um ingrato sabendo que ele é ingrato. Mas acrescentarei aqui uma distinção para não sermos apanhados por uma pergunta capciosa.

4.26.2 Segundo a doutrina dos estoicos, há dois modos de alguém ser ingrato. Um homem pode ser ingrato porque é tolo. Se é tolo, também é mau; e, sendo mau, não lhe falta vício algum. Portanto, também é ingrato. Nesse sentido dizemos que todos os maus são intemperantes, avarentos, luxuriosos e invejosos — não porque em cada pessoa todos esses vícios se manifestem de modo intenso e evidente, mas porque estão nela; e de fato estão, ainda que não apareçam. Há, por outro lado, aquele que se chama ingrato no uso comum: alguém naturalmente inclinado a esse vício.

4.26.3 Ao primeiro tipo de ingrato — aquele a quem este vício não falta porque nenhum vício lhe falta — o homem bom concederá benefício, pois, se excluir tais pessoas, não poderá beneficiar ninguém. Mas ao segundo, que defrauda os benefícios e possui inclinação natural para a ingratidão, não concederá benefício, assim como não emprestará dinheiro a um falido nem confiará um depósito a quem já reteve depósitos alheios mais de uma vez.

27

4.27.1 Dizemos que alguém é medroso porque é tolo, e esse vício acompanha todos os maus, que são cercados sem exceção por todos os vícios. Mas chamamos propriamente de medroso aquele que por natureza se apavora até com ruídos vazios. O tolo possui todos os vícios, mas não é naturalmente inclinado a todos: um tende à avareza, outro à luxúria, outro à insolência.

4.27.2 Por isso erram aqueles que perguntam aos estoicos: "Então Aquiles é medroso? Aristides, chamado o Justo, é injusto? Fábio, aquele que 'salvou o Estado protelando', é temerário? Décio teme a morte? Múcio é traidor? Camilo é desertor?" Não dizemos que cada vício se manifeste em cada pessoa do mesmo modo como certos vícios se sobressaem em indivíduos determinados; dizemos apenas que os maus e os tolos não estão livres de vício algum. Nem sequer o audaz libertamos do medo, nem o pródigo da avareza.

4.27.3 Assim como um homem possui os cinco sentidos e nem por isso tem visão tão aguda quanto Linceu, também o tolo possui todos os vícios, mas não todos naquele estado agudo e ativo em que alguns vícios aparecem em certas pessoas. Todos os vícios existem em todos os maus, mas nem todos se destacam em cada indivíduo. Este é levado pela natureza à avareza, aquele é entregue ao vinho, outro à luxúria; ou, se ainda não está entregue, foi formado de tal modo que seu caráter o conduz nessa direção.

4.27.4 Portanto, voltando ao assunto, todo homem mau é ingrato, porque possui em si as sementes de toda maldade; mas chama-se propriamente ingrato aquele que possui inclinação especial para esse vício. A esse não concederei benefício.

4.27.5 Assim como cuida mal da filha aquele que a entrega em casamento a um homem ofensivo e várias vezes divorciado; assim como será considerado mau chefe de família aquele que confia a administração do patrimônio a quem já foi condenado

por má gestão; assim como agirá de modo insensato quem nomear tutor do filho um homem conhecido por espoliar seus pupilos, do mesmo modo será péssimo distribuidor de benefícios aquele que escolher ingratos nos quais aquilo que der inevitavelmente se perderá.

28

4.28.1 "Também os deuses dão muitas coisas aos ingratos." Sim, mas as prepararam para os bons; elas chegam também aos maus porque estes não podem ser separados daqueles. É melhor beneficiar os maus por causa dos bons do que abandonar os bons por causa dos maus. Assim, essas coisas que mencionas — o dia, o sol, a alternância do inverno e do verão, as temperaturas moderadas da primavera e do outono, as chuvas, o enchimento das fontes, o sopro regular dos ventos — foram preparadas para o bem de todos: não era possível excluir indivíduos.

4.28.2 Um rei concede honras aos dignos, mas distribuições também aos indignos. O ladrão, o perjuro e o adúltero recebem a porção pública de trigo como qualquer outro inscrito, sem distinção de caráter. Tudo aquilo que é dado a alguém enquanto cidadão, e não enquanto homem bom, é compartilhado igualmente pelos bons e pelos maus.

4.28.3 Também Deus concede certos dons a todo o gênero humano sem excluir ninguém. Não era possível fazer o vento favorável aos bons e contrário aos maus; e era do interesse comum que o comércio marítimo estivesse aberto a todos e que o domínio do gênero humano se ampliasse. Tampouco seria possível impor às chuvas uma lei para que não caíssem nos campos dos maus e criminosos.

4.28.4 Algumas coisas são comuns. As cidades são fundadas para bons e maus; obras de engenho são publicadas ainda que possam chegar às mãos de indignos; a medicina mostra seus recursos até aos criminosos; ninguém deixou de preparar remédios salutares para impedir que homens indignos fossem curados.

4.28.5 Exige exame e avaliação das pessoas naquelas coisas que são concedidas separadamente segundo o mérito, não naquelas que estão abertas indistintamente à multidão. Há grande diferença entre não excluir alguém e escolhê-lo. Também ao ladrão se administra justiça; também o homicida desfruta da paz; até quem roubou bens alheios pode recuperar os próprios; as muralhas defendem do inimigo tanto os assassinos quanto aqueles que puxam a espada dentro da cidade; e a proteção das leis alcança mesmo os que mais pecaram contra elas.

4.28.6 Certas coisas não poderiam chegar a indivíduos determinados se não fossem dadas a todos. Portanto, não há razão para discutir sobre aquilo de que todos são convidados a participar. Mas aquilo que, segundo meu julgamento, deve ser atribuído a uma pessoa determinada, não darei a quem sei ser ingrato.

29

4.29.1 "Então não darás conselho a um ingrato que está indeciso? Não permitirás que beba água? Não lhe mostrarás o caminho quando estiver perdido? Ou farás essas coisas, mas dirás que não lhe deste nada?" Farei uma distinção, ou ao menos tentarei fazê-la.

4.29.2 Benefício é um serviço útil, mas nem todo serviço útil é benefício; algumas coisas são pequenas demais para receber esse nome. Duas condições devem reunir-se para formar um benefício. A primeira é certa grandeza. Algumas coisas não alcançam a dignidade do nome. Quem alguma vez chamou de benefício um pedaço de pão, uma moedinha dada como esmola ou permitir a alguém acender o fogo no nosso? Às vezes essas coisas são mais úteis que os maiores presentes; contudo, sua pequenez diminui-lhes o valor, ainda que a necessidade do momento as torne indispensáveis.

4.29.3 A segunda condição, e a mais importante, é que eu faça aquilo por causa da pessoa a quem pretendo beneficiar, que a julgue digna, que dê de boa vontade e tenha prazer em meu presente. Nada disso existe nos casos de que falamos: não damos tais coisas porque as pessoas as merecem, mas sem reflexão, porque são insignificantes; e não as concedemos a um homem determinado, mas ao gênero humano.

30

4.30.1 Admito que, às vezes, darei até a homens indignos por consideração a outros, assim como, na busca das magistraturas, a nobreza de nascimento colocou alguns homens extremamente desonestos à frente de novos homens laboriosos — e não sem razão. A memória das grandes virtudes é sagrada, e mais pessoas terão prazer em ser boas se o favor concedido aos homens bons não terminar com eles.

4.30.2 O que fez do filho de Cícero um cônsul senão seu pai? O que recentemente levou Cina ao consulado? O que levou Sexto Pompeu e os outros pompeianos do campo inimigo às mais altas magistraturas senão a grandeza de um único homem, outrora tão elevada que até sua queda levantou todos os seus descendentes? E o que recentemente fez de Fábio Pérsico — cujo beijo de saudação até homens impudicos consideravam desonroso — sacerdote em mais de um colégio, senão os Verrucosos, os Alobrógicos e aqueles trezentos Fábios que, em defesa da pátria, opuseram uma única família à invasão inimiga?

4.30.3 Devemos às manifestações de virtude venerá-las não apenas enquanto estão diante de nós, mas também depois que desapareceram de nossa vista. Assim como os homens virtuosos fizeram com que seu benefício não se limitasse a uma geração, mas deixaram benefícios para depois de si, também nossa gratidão deve estender-se para além de nossa própria época. Este homem gerou grandes filhos: seja ele como for, merece benefício porque no-los deu.

4.30.4 Aquele tem antepassados ilustres: seja ele como for, esconda-se sob a sombra de seus maiores. Assim como lugares sórdidos se iluminam quando recebem o reflexo do sol, que homens sem brilho resplandeçam pela luz refletida de seus antepassados.

31

4.31.1 Neste ponto, meu Liberal, quero oferecer-te uma defesa dos deuses. Às vezes costumamos dizer: "O que pretendia a providência quando colocou Arrideu no trono?"

4.31.2 Julgas que isso foi dado a ele? Foi dado a seu pai e a seu irmão. "Por que colocou Caio César à frente do mundo, homem avidíssimo de sangue humano, que mandava derramá-lo diante de si como se estivesse prestes a recebê-lo com a boca?" Pensas realmente que isso foi dado a ele? Foi dado a seu pai Germânico, a seu avô, a seu bisavô e, antes deles, a outros homens não menos ilustres, ainda que tenham vivido como particulares e em condição igual à dos demais.

4.31.3 E tu mesmo, quando fizeste Mamerco Escauro cônsul, ignoravas que ele abria a boca para receber o sangue menstrual de suas escravas? Acaso ele próprio o escondia? Acaso desejava parecer puro? Contarei uma frase que ele pronunciou contra si próprio, que lembro ter sido repetida e elogiada até em sua presença.

4.31.4 Usando expressão obscena, disse a Ânio Polião, que estava reclinado, que lhe faria aquilo que ele próprio preferia sofrer; e, vendo Polião franzir a testa, acrescentou: "Se disse algo mau, que recaia sobre mim e sobre minha cabeça." Ele mesmo costumava contar essa história.

4.31.5 Admitiste aos fasces e ao tribunal um homem de obscenidade tão declarada? Sim: enquanto pensavas naquele antigo e grande Escauro, primeiro do Senado, indignava-te que sua descendência estivesse caída na obscuridade.

32

4.32.1 É verossímil que os deuses façam o mesmo: tratem alguns com maior indulgência por causa dos pais e avós; outros, por causa da excelência futura de netos, bisnetos e de uma longa posteridade. Pois conhecem a sequência de sua obra, e a ciência de tudo quanto passará por suas mãos está sempre aberta diante deles; a nós, porém, as coisas surgem do oculto. Aquilo que julgamos repentino chega até eles previsto e familiar.

4.32.2 "Que estes sejam reis porque seus antepassados não foram; porque tiveram por supremo poder a justiça e a continência; porque consagraram a si mesmos à república, e não a república a si. Que aqueles reinem porque, tempos atrás, algum de seus antepassados foi homem bom, de espírito superior à Fortuna; porque, em meio à discórdia civil, preferiu ser vencido a vencer, já que assim era melhor para o Estado. Depois de tanto tempo não foi possível retribuir-lhe; em consideração a ele, que este

governe o povo — não porque saiba ou possa governar, mas porque outro mereceu por ele."

4.32.3 "Este é disforme de corpo, feio de aparência, e tornará seus ornamentos motivo de ridículo; os homens logo me acusarão, dirão que sou cego e temerário, que não sei em que lugar coloco coisas devidas aos maiores e mais elevados." Mas eu sei que estou dando isso a outro e pagando a outro uma dívida antiga.

4.32.4 Como poderiam esses homens conhecer aquele que outrora fugia com tanta insistência da glória que o seguia, que ia ao encontro dos perigos com o mesmo rosto com que outros regressam deles, que jamais separou seu próprio bem do bem público? "Onde está esse homem?", perguntas, "quem é ele?" Não tens como saber. Cabe a mim comparar os débitos e os créditos dessas contas; eu sei quanto devo e a quem. Algumas dívidas pago depois de longo prazo, outras antes do tempo, quando a ocasião e os recursos de minha república o permitem. Portanto, às vezes darei certas coisas a um ingrato — mas não por causa dele.

33

4.33.1 "Mas se não souberes se ele é ingrato ou grato, esperarás até saber ou aproveitarás a oportunidade de conceder o benefício? Esperar é demorado — pois, como diz Platão, é difícil chegar a uma conclusão sobre o caráter humano —; não esperar é temerário."

4.33.2 Responderemos que jamais esperamos certeza absoluta, porque é difícil descobrir a verdade; seguimos aquilo que se mostra verossímil. Esse é o caminho de todas as nossas ações. Assim semeamos, assim navegamos, assim vamos à guerra, assim nos casamos, assim criamos filhos. Como o resultado de todas essas coisas é incerto, avançamos para aquilo de que julgamos poder esperar bem. Quem te garante a colheita quando semeias, o porto quando navegas, a vitória quando combates, uma esposa casta quando te casas, filhos piedosos quando te tornas pai? Seguimos para onde nos conduz a razão, não a certeza.

4.33.3 Espera até não fazer nada que não seja certamente bem-sucedido e até nada conhecer sem verdade comprovada: cessará toda ação e a vida ficará imóvel. Como são as coisas verossímeis, e não as certas, que me impulsionam para este ou aquele lado, darei benefício àquele de quem for verossímil esperar gratidão.

34

4.34.1 "Muitas circunstâncias intervirão", diz alguém, "pelas quais o mau passará por bom e o bom desagradar-te-á como se fosse mau; pois são enganosas as aparências das coisas, e nelas confiamos." Quem nega? Mas não encontro outra coisa pela qual dirigir meu pensamento. É por essas pegadas que devo perseguir a verdade, pois nada mais seguro possuo. Empregarei todo cuidado para avaliá-las com a maior diligência possível e não lhes darei assentimento facilmente.

4.34.2 O mesmo pode acontecer numa batalha: minha mão, enganada por algum erro, pode dirigir a arma contra um companheiro e poupar o inimigo como se fosse dos nossos. Isso, porém, acontecerá raramente e sem culpa minha, pois minha intenção é ferir o inimigo e defender o concidadão. Se sei que alguém é ingrato, não lhe darei benefício; mas, se me enganou e se insinuou sob falsa aparência, nenhuma culpa cabe ao doador, pois dei como a um homem que julgava grato.

4.34.3 "Se prometeste dar um benefício e depois soubeste que o homem é ingrato, darás ou não? Se deres conscientemente, erras, pois dás a quem não deves dar; se recusares, também erras, pois deixas de dar a quem prometeste. Aqui vacila vossa constância estoica e aquela soberba afirmação de que o sábio jamais se arrepende do que fez, jamais corrige o que realizou nem muda de decisão."

4.34.4 O sábio não muda de decisão enquanto permanecem as mesmas circunstâncias que existiam quando a tomou. Por isso nunca o alcança o arrependimento: naquele momento nada poderia ter sido feito melhor do que o que foi feito, nada decidido melhor do que o que foi decidido. Mas ele se aproxima de tudo com esta ressalva: "se nada ocorrer que impeça". É por isso que dizemos que tudo lhe sucede de acordo com seus propósitos e que nada acontece contra sua expectativa: ele presume de antemão que algo pode intervir e impedir aquilo que planejou.

4.34.5 Essa confiança de que a Fortuna nos deu garantia pertence aos imprudentes. O sábio considera ambas as faces dela; sabe quanto espaço existe para o erro, quão incertas são as coisas humanas e quantos obstáculos podem opor-se aos planos. Suspenso e vigilante, acompanha a sorte ambígua e escorregadia das coisas: é firme no conselho, embora incerto quanto ao resultado. A ressalva sem a qual nada decide nem inicia também aqui o protege.

35

4.35.1 Prometi um benefício, a menos que surgisse alguma razão pela qual não devesse dá-lo. E se minha pátria me ordenar entregar a ela aquilo que prometi a esse homem? E se for promulgada uma lei proibindo aquilo que prometi fazer por meu amigo? Prometi-te minha filha em casamento; depois descobri que és estrangeiro sem direito de matrimônio conosco: a mesma circunstância que proíbe o ato me serve de defesa.

4.35.2 Só então violarei a palavra e merecerei acusação de inconstância: se, permanecendo tudo igual ao que era quando prometi, eu não cumprir a promessa. Fora disso, toda mudança devolve-me a liberdade de deliberar de novo e me liberta do compromisso. Prometi atuar como advogado; depois ficou claro que, por meio daquela causa, se procurava estabelecer precedente contra meu pai. Prometi viajar, mas chega notícia de que a estrada está infestada de ladrões. Ia comparecer em determinado lugar, mas me retém a doença de um filho ou minha esposa em trabalho de parto.

4.35.3 Para que possas exigir minha palavra, tudo deve permanecer como estava quando prometi. E que mudança maior pode haver do que descobrir que és um homem mau e ingrato? Aquilo que eu dava como a um digno, negarei a um indigno; e, porque fui enganado, terei também motivo para indignar-me.

36

4.36.1 Ainda assim, examinarei também a grandeza daquilo de que se trata: o valor da coisa prometida ajudará a formar meu juízo. Se for pequena, darei — não porque sejas digno, mas porque prometi; e não a darei como presente, mas para resgatar minha palavra e puxarei minha própria orelha como advertência. Castigarei com a perda a temeridade de quem prometeu: "Eis, para que te doa e para que da próxima vez fales com mais cuidado." Como se costuma dizer, pagarei a multa da língua.

4.36.2 Se a quantia for maior, não permitirei, como dizia Mecenas, ser repreendido ao custo de dez milhões de sestércios. Compararei as duas razões. Há algum valor em perseverar no que prometeste; mas há também grande valor em não conceder benefício a um indigno. Contudo, quanto vale aquilo de que falamos? Se é leve, fechemos os olhos; se, porém, me trará grande prejuízo ou grande vergonha, prefiro explicar uma única vez por que recusei a ter de explicar para sempre por que dei. Tudo, repito, depende de quanto valham as palavras de minha promessa.

4.36.3 Não apenas reterei aquilo que prometi temerariamente; também exigirei de volta aquilo que dei de modo errado. É louco quem mantém fidelidade a um erro.

37

4.37.1 Filipe, rei dos macedônios, tinha um soldado valente em combate, cuja atuação lhe fora útil em muitas campanhas. De tempos em tempos dera-lhe parte do despojo como recompensa por sua coragem e, com prêmios repetidos, alimentava a cobiça de um homem de alma venal. Esse soldado naufragou e foi lançado às terras de certo macedônio. Ao saber do ocorrido, o proprietário correu até ele, reanimou-o, levou-o à sua casa de campo, cedeu-lhe o próprio leito, restabeleceu aquele homem enfraquecido e quase morto, tratou-o durante trinta dias às próprias custas, devolveu-lhe as forças e forneceu-lhe dinheiro para a viagem. O soldado repetia: "Eu te retribuirei, contanto que tenha a sorte de rever meu comandante."

4.37.2 Contou a Filipe o naufrágio, mas calou a ajuda recebida e imediatamente pediu que lhe fosse dada a propriedade de determinado homem. Esse homem era precisamente seu hospedeiro, aquele que o acolhera e curara. Os reis, sobretudo em tempo de guerra, muitas vezes fazem doações de olhos fechados. "Um homem justo não basta para tantas cobiças armadas; ninguém pode desempenhar ao mesmo tempo o papel de homem bom e de bom comandante. Como satisfazer tantos milhares de homens insaciáveis? Que possuirão, se cada qual possuir apenas o que é seu?"

4.37.3 Filipe dizia a si mesmo essas coisas quando mandou colocar o soldado na posse dos bens que pedira. Expulso de sua propriedade, o dono não suportou em silêncio a injúria, como camponês contente apenas por não ter sido ele próprio também presenteado a alguém; escreveu a Filipe uma carta curta e franca. Ao recebê-la, o rei inflamou-se de ira e ordenou imediatamente a Pausânias que restituísse os bens ao antigo proprietário e, além disso, marcasse aquele péssimo soldado, hóspede ingratíssimo e náufrago avidíssimo, com estigmas que testemunhassem: "HOMEM INGRATO".

4.37.4 Merecia não apenas que tais letras lhe fossem escritas, mas que fossem entalhadas em sua carne: ele lançara seu hospedeiro, nu e semelhante a um náufrago, na mesma praia em que ele próprio estivera caído.

4.37.5 Veremos depois qual medida deveria ser guardada no castigo; mas certamente era preciso arrancar-lhe aquilo de que se apoderara por meio de crime tão grande. E quem se comoveria com a pena de alguém que cometera um delito de tal natureza que nem uma pessoa misericordiosa poderia sentir misericórdia?

38

4.38.1 Filipe te dará porque prometeu, ainda que não deva, ainda que venha a cometer uma injustiça, ainda que venha a cometer um crime, ainda que por uma única ação vá fechar as praias aos náufragos? Não é leviandade abandonar um erro depois de reconhecê-lo e condená-lo; é preciso confessar com franqueza: "Pensei outra coisa; fui enganado." Ao contrário, pertence à obstinação da soberba estupidez dizer: "Aquilo que disse uma vez, seja o que for, permaneça fixo e irrevogável." Não é vergonhoso mudar de decisão quando a própria situação mudou.

4.38.2 Imagina que Filipe tivesse deixado o soldado senhor daquela costa que adquirira por meio de um naufrágio: não teria ele fechado água e fogo a todos os infelizes? "Vai antes", diria o rei, "e, dentro dos limites do meu reino, leva na testa endurecida essas letras gravadas como por aguilhões. Mostra quão sagrada é a mesa da hospitalidade; oferece em teu rosto, para leitura de todos, este decreto que determina que não seja crime capital dar abrigo aos infelizes. Assim minha decisão terá mais autoridade do que se eu a tivesse gravado em bronze."

39

4.39.1 "Por que, então", pergunta alguém, "vosso Zenão, depois de prometer emprestar quinhentos denários a certo homem e descobrir que ele era pouco confiável, persistiu em emprestar, apesar de os amigos o aconselharem a não fazê-lo, simplesmente porque prometera?"

4.39.2 Em primeiro lugar, uma coisa é a condição de um empréstimo, outra a de um benefício. Mesmo dinheiro mal emprestado pode ser cobrado: posso convocar o devedor para dia determinado e, se ele falir, receberei minha parte. O benefício,

porém, perde-se inteiro e imediatamente. Além disso, uma coisa é própria de um homem mau; a outra, de um mau administrador de sua casa. Depois, se a soma fosse maior, nem Zenão teria persistido em emprestá-la. Eram quinhentos denários — aquilo que, como se costuma dizer, "pode ser gasto numa doença". Valia esse preço não revogar a própria promessa.

4.39.3 Irei a um jantar porque prometi, mesmo que faça frio; não, porém, se estiver nevando. Levantar-me-ei para uma cerimônia de noivado porque prometi, embora esteja com má digestão; não, porém, se tiver febre. Descerei ao fórum como fiador porque prometi; mas não se me mandares garantir uma quantia indeterminada ou se me obrigares perante o fisco.

4.39.4 Há por baixo, repito, uma ressalva silenciosa: "se eu puder, se eu dever, se as coisas permanecerem assim". Faz com que a situação seja a mesma quando me cobras daquela que existia quando prometi: então faltar será leviandade. Se algo novo interveio, por que te admiras de que, mudada a condição daquele que prometeu, também tenha mudado sua decisão? Dá-me de volta as mesmas circunstâncias e serei o mesmo. Prometemos comparecer em juízo, e mesmo assim nem todo ausente pode ser processado por falta: força maior desculpa aquele que não comparece.

40

4.40.1 Considera que a mesma resposta vale para a questão de saber se devemos retribuir em todas as circunstâncias e se o benefício deve sempre ser devolvido. Devo apresentar um espírito grato; mas às vezes minha própria infelicidade, às vezes a felicidade daquele a quem devo, impede-me de retribuir.

4.40.2 O que posso devolver a um rei ou, sendo pobre, a um rico, sobretudo quando alguns consideram uma ofensa receber benefício e não cessam de acumular benefício sobre benefício? Que mais posso fazer diante de homens assim além de querer retribuir? Nem por isso devo rejeitar um benefício novo só porque ainda não devolvi o anterior. Receberei com a mesma boa vontade com que me for dado e oferecerei a meu amigo matéria ampla para exercer sua bondade. Quem não quer receber benefícios novos mostra-se ofendido com aqueles que já recebeu.

4.40.3 Não retribuo. Que importa? A demora não depende de mim se me falta ocasião ou capacidade. Ele me concedeu o benefício, sem dúvida quando tinha ocasião e capacidade. É homem bom ou mau? Diante de um homem bom, minha causa é boa; diante de um mau, nem sequer a defendo.

4.40.4 Também não penso que devamos apressar-nos a retribuir benefícios contra a vontade daqueles a quem os retribuímos, insistindo quando eles recuam. Não é retribuir aquilo que recebeste de boa vontade devolvê-lo a quem não quer receber. Alguns, quando lhes é enviado um pequeno presente, imediatamente mandam outro de volta, fora de hora, e declaram não dever nada: enviar de pronto outra coisa em troca e apagar um presente com outro é uma espécie de rejeição.

4.40.5 Às vezes não devolverei um benefício mesmo podendo fazê-lo. Quando? Se eu perder mais do que ele ganhará; se ele não perceber acréscimo algum ao receber aquilo cuja devolução me causará grande perda. Quem se apressa a devolver de qualquer modo não tem espírito de homem grato, mas de devedor; e, para dizê-lo brevemente, quem deseja demais quitar a dívida não gosta de dever; quem não gosta de dever é ingrato.

LIVRO V

1

5.1.1 Nos livros anteriores, parecia-me ter concluído o propósito que me havia imposto, depois de tratar de como se deve conceder um benefício e de como se deve recebê-lo. São estes, com efeito, os limites deste dever. Se me detenho além deles, já não sirvo ao assunto, mas o favoreço por indulgência; devemos segui-lo para onde nos conduz, não para onde nos seduz. De tempos em tempos surgirá alguma questão que provoque o espírito por certo encanto, mais não supérflua do que necessária.

5.1.2 Mas, já que desejas que prossigamos, depois de concluído aquilo que pertencia propriamente ao assunto, examinemos também questões que, para dizer a verdade, estão ligadas a ele, mas não aderem verdadeiramente a ele. Quem as investiga com diligência não faz um trabalho que valha propriamente o esforço; contudo, tampouco perde inteiramente o trabalho.

5.1.3 A ti, porém, Ebúcio Liberal, homem excelente por natureza e inclinado aos benefícios, nenhum elogio dessas ações satisfaz. Nunca vi ninguém avaliar com tanta generosidade até os menores serviços. Tua bondade já chegou a tal ponto que consideras dado a ti o benefício que é dado a qualquer pessoa; e estás pronto, para que ninguém se arrependa de ter concedido um benefício, a pagar até mesmo pelos ingratos.

5.1.4 Estás tão distante de toda ostentação e desejas libertar tão depressa da obrigação aqueles a quem obrigas, que tudo quanto conferes a alguém queres parecer não conceder, mas restituir. Por isso, o que assim é dado retornará a ti com maior abundância: em geral, os benefícios seguem aquele que não os reclama; e, assim como a glória acompanha mais de perto os que fogem dela, também o fruto dos benefícios responde com maior gratidão àqueles por cuja causa se permite até aos outros serem ingratos.

5.1.5 Quanto a ti, nada impede que aqueles que receberam benefícios voltem espontaneamente a pedi-los; e não recusarás conceder outros, acrescentando, aos que escondeste e dissimulaste, benefícios ainda mais numerosos e maiores. O propósito de um homem excelente e de grande alma é suportar o ingrato até fazê-lo grato. E esse cálculo não te enganará: os vícios cedem diante das virtudes, se não te apressares demasiado em odiá-los.

2

5.2.1 Agrada-te especialmente, como se fosse uma expressão magnífica, esta máxima: "É vergonhoso ser vencido em benefícios." Se isso é verdade, costuma-se perguntar não sem razão; e a realidade é muito diferente daquilo que imaginas. Nunca é vergonhoso ser superado numa competição de coisas moralmente dignas, contanto que não abandones as armas e que, mesmo vencido, ainda queiras vencer.

5.2.2 Nem todos levam para um bom propósito as mesmas forças, os mesmos recursos, a mesma fortuna, que condiciona ao menos o resultado até dos melhores desígnios. A própria vontade dirigida ao que é reto merece louvor, ainda que outro a ultrapasse com passo mais veloz. Não é como nas competições oferecidas ao espetáculo público, em que a palma proclama quem foi melhor; embora até nelas o acaso muitas vezes tenha posto à frente o pior competidor.

5.2.3 Quando se trata de cumprir um dever recíproco, que cada um deseja, por sua parte, desempenhar da maneira mais completa, se um deles pôde fazer mais e teve à mão matéria suficiente para corresponder ao próprio ânimo, se a Fortuna lhe permitiu tudo quanto tentou, enquanto o outro lhe é igual na vontade, ainda que tenha restituído menos do que recebeu, ou absolutamente nada tenha restituído, mas queira restituir e esteja inteiramente empenhado nisso, este não está mais vencido do que o homem que morre de armas na mão, a quem o inimigo pôde matar mais facilmente do que fazer recuar.

5.2.4 Aquilo que consideras vergonhoso não pode acontecer ao homem bom: ele não pode ser vencido. Nunca cederá, nunca renunciará; até o último dia da vida permanecerá pronto e morrerá em seu posto, declarando ter recebido grandes benefícios e ter querido igualá-los.

3

5.3.1 Os lacedemônios proíbem seus cidadãos de disputar no pancrácio ou no pugilato, em que a confissão do vencido revela quem é inferior. O corredor toca primeiro a meta: ultrapassou o outro em velocidade, não em ânimo. O lutador lançado três vezes ao chão perdeu a palma, mas não a entregou. Como os lacedemônios davam grande importância a que seus cidadãos fossem invictos, afastaram-nos das competições em que o vencedor é feito não pelo juiz nem simplesmente pelo resultado, mas pela voz daquele que cede e manda entregar o prêmio.

5.3.2 Aquilo que eles preservam em seus cidadãos, a virtude e a boa vontade asseguram a todos: que jamais sejam vencidos, pois mesmo entre forças superiores o espírito permanece invicto. Por isso, ninguém diz que os trezentos Fábios foram vencidos, mas mortos; Régulo foi capturado pelos cartagineses, não vencido; e o mesmo se aplica a todo aquele que, esmagado pela violência e pelo peso de uma Fortuna cruel, não submete o espírito.

5.3.3 Nos benefícios ocorre o mesmo. Alguém recebeu mais, maiores e mais frequentes benefícios: nem por isso foi vencido. Talvez benefícios tenham sido vencidos por benefícios, se contares uns contra os outros os dados e os recebidos; mas, se comparares quem dá e quem recebe, cujos espíritos devem ser avaliados por si mesmos, a palma não ficará com nenhum deles. É comum dizer, mesmo quando um homem está atravessado por muitas feridas e o outro só levemente ferido, que ambos saíram em igualdade, embora um pareça estar em condição inferior.

4

5.4.1 Portanto, ninguém pode ser vencido em benefícios se sabe que deve e quer retribuir; se, não podendo igualar em atos, iguala em disposição. Enquanto permanecer nesse propósito, enquanto conservar a vontade de demonstrar por sinais um espírito agradecido, que importa de qual lado se contem mais pequenos presentes? Tu podes dar muito e eu só posso receber; contigo está a Fortuna, comigo a boa vontade: ainda assim sou tão igual a ti quanto homens nus ou levemente armados podem ser iguais a muitos completamente armados.

5.4.2 Ninguém, portanto, é vencido em benefícios, porque cada um é tão grato quanto quis ser. Pois, se fosse vergonhoso ser vencido em benefícios, não se deveria aceitar benefício de homens extremamente poderosos, a quem não se pode retribuir: falo de príncipes e reis, que a Fortuna colocou num lugar de onde podem distribuir muitas coisas e receber pouquíssimas, e essas desiguais às que deram.

5.4.3 Mencionei reis e príncipes; contudo, é possível prestar-lhes serviços, e seu poder tão elevado se sustenta no consentimento e no auxílio dos menores. Há, porém, alguns homens que se elevaram para além de todo desejo e quase não são tocados por nenhuma necessidade humana; a estes nem a própria Fortuna pode oferecer coisa alguma. Necessariamente serei vencido em benefícios por Sócrates; necessariamente por Diógenes, que caminhou nu entre os tesouros macedônicos, calcando as riquezas do rei.

5.4.4 Oh, com quanta razão ele pareceu então, a si mesmo e a todos aqueles cujos olhos não estavam cobertos por uma névoa que impedisse distinguir a verdade, elevar-se acima daquele diante de quem todas as coisas jaziam por terra! Muito mais poderoso e muito mais rico foi ele do que Alexandre, que então possuía tudo: pois era maior aquilo que Diógenes não queria receber do que aquilo que Alexandre podia dar.

5

5.5.1 Não é vergonhoso ser vencido por homens assim. Não sou menos corajoso se me colocas diante de um inimigo invulnerável; nem o fogo perde a capacidade de queimar se encontra matéria inacessível às chamas; nem o ferro perdeu seu poder de cortar se aquilo que deve ser dividido é uma pedra sólida, que não recebe golpe e cuja natureza é invencível diante das coisas duras. A mesma resposta te dou sobre o homem agradecido: não é vergonhosamente vencido em benefícios quando está obrigado a homens cuja grande fortuna ou extraordinária virtude fechou todo acesso a benefícios que lhes pudessem retornar.

5.5.2 Em geral somos vencidos por nossos pais. Pois os temos enquanto os julgamos severos e enquanto não compreendemos seus benefícios; quando a idade já reuniu em nós alguma prudência e começa a ficar claro que devemos amá-los justamente por aquilo por que antes não os amávamos — as advertências, a severidade, a vigilância

cuidadosa sobre uma juventude imprudente —, eles nos são arrebatados. A poucos a idade conduziu até o verdadeiro fruto que se pode colher dos filhos; os demais sentiram os filhos apenas como peso.

5.5.3 Ainda assim, não é vergonhoso ser vencido em benefícios por um pai. Por que seria, se não é vergonhoso sê-lo por ninguém? A alguns somos ao mesmo tempo iguais e desiguais: iguais no espírito, que é tudo o que eles exigem e tudo o que prometemos; desiguais na Fortuna. Se ela impediu alguém de retribuir, não deve por isso envergonhar-se como vencido: não é vergonhoso não alcançar, contanto que se continue seguindo.

5.5.4 Muitas vezes é necessário pedir novos benefícios antes de termos restituído os primeiros; nem por isso deixamos de pedi-los ou os pedimos vergonhosamente, porque deveremos retribuí-los e porque não dependerá de nós qualquer demora em sermos extremamente gratos. Se algo externo intervier e impedir a restituição, ainda assim não seremos vencidos em disposição nem vergonhosamente superados por coisas que não estão sob nosso poder.

6

5.6.1 Alexandre, rei dos macedônios, costumava vangloriar-se de nunca ter sido vencido por ninguém em benefícios. Não há razão para que, em sua desmedida arrogância, despreze macedônios, gregos, cários, persas e as nações distribuídas por seu exército, nem julgue que lhe proporcionou essa vantagem o império estendido de um canto da Trácia até a costa de um mar desconhecido. Sócrates podia vangloriar-se da mesma coisa, e também Diógenes, por quem Alexandre certamente foi vencido. Como não teria sido vencido naquele dia em que, já inchado além da medida da soberba humana, viu alguém a quem não podia dar coisa alguma nem tirar coisa alguma?

5.6.2 O rei Arquelau pediu a Sócrates que fosse visitá-lo. Conta-se que Sócrates disse não querer ir à casa de um homem de quem receberia benefícios sem poder restituir equivalentes. Em primeiro lugar, estava em seu poder não receber; em segundo, ele próprio começaria por conceder um benefício: iria porque fora chamado e daria aquilo que o rei certamente não poderia devolver a Sócrates. Além disso, Arquelau daria ouro e prata e receberia em troca o desprezo pelo ouro e pela prata. Não poderia Sócrates retribuir a Arquelau?

5.6.3 E o que poderia receber tão grande quanto aquilo que daria, se lhe mostrasse um homem conhecedor da vida e da morte, que compreendia os limites de ambas? Se introduzisse na natureza das coisas um rei que errava em plena luz do dia, ignorante a tal ponto que, no dia em que houve um eclipse do Sol, fechou o palácio e raspou os cabelos do filho, como é costume no luto e nas adversidades?

5.6.4 Que grande benefício teria sido arrancá-lo aterrorizado de seu esconderijo e ordenar-lhe que tivesse bom ânimo, dizendo: "Isso não é o desaparecimento do Sol,

mas o encontro de dois astros, quando a Lua, percorrendo uma órbita inferior, coloca seu círculo sob o próprio Sol e o esconde ao interpor-se. Ora cobre apenas uma parte pequena dele, quando o toca de passagem; ora encobre mais, se interpõe uma parte maior de si; ora exclui inteiramente sua visão, se, numa linha exatamente equilibrada, se coloca no meio entre o Sol e a Terra.

5.6.5 Mas em breve a própria velocidade separará esses astros, um para cá, outro para lá; em breve as terras recuperarão o dia. Essa ordem prosseguirá pelos séculos e possui dias estabelecidos e previstos nos quais o Sol, pelo trânsito da Lua, é impedido de derramar todos os seus raios. Espera um pouco: logo surgirá outra vez, logo deixará essa espécie de nuvem, logo, livre dos obstáculos, enviará sua luz sem impedimento."

5.6.6 Sócrates não poderia ter retribuído a Arquelau em igual medida se o tivesse impedido de reinar? Evidentemente, muito pequeno seria o benefício que Arquelau recebia de Sócrates se ainda pudesse dar algum benefício a Sócrates. Por que, então, Sócrates falou assim? Homem espirituoso, cujo discurso avançava por figuras, zombador de todos e sobretudo dos poderosos, preferiu recusar com ironia a fazê-lo com obstinação ou arrogância: disse não querer receber benefícios daquele a quem não poderia devolver equivalentes. Talvez temesse ser obrigado a aceitar aquilo que não queria; talvez temesse aceitar algo indigno de Sócrates.

5.6.7 Alguém dirá: "Poderia ter recusado, se quisesse." Mas teria provocado contra si um rei insolente, que desejava que tudo o que vinha dele fosse altamente estimado. Não importa se recusas dar algo a um rei ou receber algo de um rei: ele considera ambas as recusas equivalentes, e para o soberbo é mais amargo ser desprezado do que não ser temido. Queres saber o que Sócrates realmente quis? Não quis dirigir-se à servidão voluntária aquele cuja liberdade nem uma cidade livre pôde suportar.

7

5.7.1 Creio termos tratado suficientemente desta questão: se é vergonhoso ser vencido em benefícios. Quem a formula sabe que os homens não costumam conceder benefícios a si mesmos; pois, se o fizessem, seria evidente que não há vergonha em ser vencido por si próprio.

5.7.2 Contudo, entre alguns estoicos também se discute isto: se alguém pode conceder um benefício a si mesmo e se deve retribuir a si mesmo. Fizeram parecer que a questão merecia exame expressões como estas, que usamos habitualmente: "Dou graças a mim mesmo"; "não posso queixar-me de ninguém além de mim"; "estou irritado comigo"; "castigarei a mim mesmo"; "odeio a mim mesmo"; e muitas outras semelhantes, pelas quais cada um fala de si como se falasse de outra pessoa.

5.7.3 "Se posso prejudicar a mim mesmo", dizem, "por que não poderia também conceder benefício a mim mesmo? Além disso, aquilo que, se eu o conferisse a outro, se chamaria benefício, por que não o será se o conferi a mim? Aquilo que, se o recebesse de outro, eu deveria, por que não o devo se o dei a mim mesmo? Por que

haveria de ser ingrato comigo, o que não é menos vergonhoso do que ser mesquinho consigo, duro e cruel consigo e negligente consigo?"

5.7.4 Um proxeneta que explora o corpo de outro tem reputação tão má quanto aquele que explora o próprio. Repreende-se o adulador que segue as palavras alheias e está pronto a louvar falsidades; não menos censurável é quem agrada a si mesmo e se admira, sendo, por assim dizer, seu próprio adulador. Os vícios não são odiosos apenas quando pecam contra os outros, mas também quando se voltam contra si próprios.

5.7.5 Quem admirarás mais do que aquele que comanda a si mesmo, que se mantém sob seu próprio poder? É mais fácil governar povos bárbaros e intolerantes ao domínio alheio do que conter o próprio espírito e submetê-lo a si. "Platão", dizem, "agradece a Sócrates aquilo que aprendeu dele; por que Sócrates não agradeceria a si mesmo aquilo que ensinou a si? Marco Catão diz: 'Aquilo que te faltar, toma emprestado de ti mesmo'; por que eu não poderia dar a mim mesmo, se posso emprestar a mim mesmo?"

5.7.6 Há incontáveis situações nas quais o costume nos divide em duas pessoas. Costumamos dizer: "Deixa-me falar comigo mesmo" e "vou puxar minha própria orelha". Se essas expressões são verdadeiras, assim como alguém deve irritar-se consigo, também deve agradecer a si; assim como deve censurar-se, também deve louvar-se; assim como pode causar prejuízo a si, também pode proporcionar lucro a si mesmo. Injúria e benefício são contrários: se dizemos de alguém "fez uma injúria a si mesmo", poderemos também dizer "deu um benefício a si mesmo".

8

5.8.1 Pela ordem natural, primeiro alguém fica devendo, depois retribui a gratidão: não existe devedor sem credor, assim como não existe marido sem esposa nem pai sem filho. É necessário que alguém dê para que outro receba. Transferir algo da mão esquerda para a direita não é dar nem receber.

5.8.2 Assim como ninguém carrega a si mesmo, ainda que mova e transporte o próprio corpo; assim como ninguém, embora tenha falado em sua própria defesa, se diz que compareceu como advogado de si mesmo, nem ergue uma estátua a si próprio como se fosse seu patrono; assim como um doente, quando se restabelece por seu próprio tratamento, não cobra de si honorários: do mesmo modo, em todo negócio, ainda que alguém tenha feito algo que lhe fosse útil, não deverá retribuir a si mesmo, porque não terá a quem retribuir.

5.8.3 Mesmo que eu conceda que alguém possa dar um benefício a si próprio, enquanto dá também o recebe; mesmo que eu conceda que alguém possa receber um benefício de si próprio, enquanto recebe também o restitui. Faz-se, como dizem, uma transferência dentro de casa, e o lançamento, como numa brincadeira contábil, passa imediatamente de um lado ao outro; pois quem dá e quem recebe não são

pessoas diferentes, mas uma só e a mesma. A palavra "dever" só encontra lugar entre duas pessoas: como, então, poderia subsistir numa só, que ao obrigar-se a si mesma se liberta?

5.8.4 Assim como numa roda ou numa esfera não há parte inferior, superior, última ou primeira, porque o movimento muda a ordem e aquilo que vinha depois passa à frente, o que descia torna a subir e tudo, por qualquer direção que vá, retorna ao mesmo lugar, assim deves imaginar que ocorre com um homem: ainda que o distribuas em muitos papéis, continua sendo um só. Golpeou a si mesmo: não tem contra quem mover uma ação por injúria. Amarrou-se e trancou-se: não pode ser responsabilizado por violência. Deu benefício a si mesmo: restituiu-o imediatamente a quem o deu.

5.8.5 Diz-se que a natureza não perde coisa alguma, porque tudo quanto lhe é arrancado retorna a ela, e nada pode perecer, pois não possui um lugar para onde possa cair fora dela, mas volta ao mesmo ponto de onde saiu. "Que semelhança", perguntas, "tem esse exemplo com a questão proposta?"

5.8.6 Direi. Imagina que sejas ingrato: o benefício não perece, ainda o possui aquele que o deu. Imagina que não queiras receber a restituição: ela está contigo antes mesmo de ser restituída. Nada podes perder, porque aquilo que te é tirado nem por isso deixa de ser adquirido por ti. Dentro de ti gira um círculo: recebendo, dás; dando, recebes.

9

5.9.1 "Deve-se", dizem, "dar benefício a si mesmo; portanto também se deve retribuir a si mesmo." Em primeiro lugar, é falsa a premissa da qual dependem as consequências. Ninguém dá benefício a si próprio, mas obedece à própria natureza, pela qual foi constituído para amar a si mesmo e, por isso, tem o maior cuidado de evitar o que o prejudicará e buscar o que lhe será útil.

5.9.2 Assim, não é liberal quem dá a si mesmo, nem clemente quem perdoa a si, nem misericordioso quem se comove com os próprios males. Aquilo que, oferecido aos outros, é liberalidade, clemência e misericórdia, oferecido a si próprio é natureza. O benefício é uma ação voluntária; fazer bem a si mesmo, porém, é necessário. Quanto mais benefícios alguém concedeu, mais beneficente é; mas quem alguma vez foi louvado por ter ajudado a si próprio, por ter livrado a si próprio de ladrões? Ninguém concede hospitalidade a si mesmo; ninguém dá a si mesmo, assim como ninguém empresta a si mesmo.

5.9.3 Se cada pessoa dá benefícios a si própria, dá sempre, dá sem interrupção e não pode calcular o número de seus benefícios. Quando, então, retribuirá, se pelo próprio ato de retribuir concede outro benefício? Como poderás distinguir se está concedendo a si um benefício ou retribuindo-o, quando a coisa acontece dentro do

mesmo homem? Libertei-me de um perigo: concedi benefício a mim mesmo. Liberto-me outra vez de um perigo: estou concedendo ou retribuindo benefício?

5.9.4 Além disso, mesmo que eu conceda a primeira proposição, que damos benefícios a nós mesmos, não concederei o que dela se pretende concluir: mesmo se damos, não ficamos devendo. Por quê? Porque recebemos imediatamente. É preciso primeiro receber um benefício, depois dever, depois retribuir; não há momento para a dívida, porque recebemos sem demora. Ninguém dá senão a outro; ninguém deve senão a outro; ninguém restitui senão a outro. Aquilo que exige tantas vezes duas pessoas não pode realizar-se dentro de uma só.

10

5.10.1 Benefício é ter prestado algo de maneira útil; o verbo "prestar", porém, se refere a outros. Não pareceria louco aquele que dissesse ter vendido algo a si próprio, já que a venda é alienação e transferência para outro de uma coisa e do direito que se tem sobre ela? Ora, assim como vender, dar é afastar de si alguma coisa e entregar a outro, para que a possua, aquilo que se possuía. Se é assim, ninguém deu benefício a si próprio, porque ninguém dá a si; de outro modo, duas coisas contrárias se unem numa só, de modo que dar e receber sejam a mesma coisa.

5.10.2 Há ainda grande diferença entre dar e receber — como não haveria, se essas palavras foram colocadas em sentidos opostos? Mas, se alguém dá benefício a si mesmo, já não há diferença entre dar e receber. Eu dizia há pouco que algumas relações dizem respeito necessariamente a outros e foram formadas de tal modo que toda a sua significação se afasta de nós mesmos: sou irmão, mas de outro; sou igual, mas de alguém, pois quem é igual a si próprio? Aquilo que se compara não se compreende sem outro; aquilo que se une não existe sem outro. Assim também aquilo que se dá não existe sem outro, e benefício não existe sem outro.

5.10.3 Isso aparece já no próprio vocábulo, no qual está contido "ter feito bem". Ora, ninguém faz bem a si mesmo, assim como ninguém se diz favorecer a si próprio ou tomar o próprio partido. Poderíamos prolongar essa discussão por mais tempo e com mais exemplos.

5.10.4 E por que não, uma vez que o benefício deve ser incluído entre as coisas que exigem uma segunda pessoa? Certas ações, embora moralmente dignas, belíssimas e pertencentes à mais alta virtude, não encontram lugar senão em outro. A boa-fé é louvada e cultivada entre os maiores bens do gênero humano: acaso se diz que alguém manteve boa-fé consigo mesmo?

11

5.11.1 Chego agora à última parte. Quem retribui deve despender alguma coisa, como quem paga dinheiro; mas nada despende aquele que retribui a si mesmo, assim como nada obtém aquele que recebeu de si um benefício. Benefício e retribuição devem ir

de um lado a outro; dentro de um só homem não há reciprocidade. Quem retribui beneficia por sua vez aquele de quem recebeu algo; quem retribui a si próprio, a quem beneficia? A si. E quem não concebe a retribuição num lugar e o benefício em outro? Quem retribui a si mesmo beneficia a si mesmo — e qual ingrato alguma vez não quis fazer isso? Ou melhor: quem não foi ingrato justamente para fazer isso?

5.11.2 "Se", dizem, "devemos dar graças a nós mesmos, também devemos retribuir a nós mesmos. Dizemos: 'Dou graças a mim mesmo por não ter querido casar com aquela mulher' e 'por não ter entrado em sociedade com aquele homem'." Quando falamos assim, estamos louvando a nós próprios e, para aprovar nossa decisão, abusamos da linguagem daqueles que dão graças.

5.11.3 Benefício é aquilo que, uma vez dado, pode não ser restituído. Quem dá um benefício a si próprio não pode deixar de receber aquilo que deu: logo, não é benefício. Em um momento o benefício é recebido, em outro é restituído; o benefício que alguém dá a si mesmo é recebido e restituído ao mesmo tempo.

5.11.4 No benefício também é digno de aprovação e admiração que alguém, para ser útil a outro, tenha momentaneamente esquecido a própria vantagem, que tenha dado a outro aquilo que retiraria de si mesmo. Isso não faz aquele que dá benefício a si próprio.

5.11.5 Conceder um benefício é um ato social: aproxima alguém, obriga alguém. Dar a si próprio não é um ato social: não aproxima ninguém, não obriga ninguém, não leva ninguém à esperança de dizer: "Esse homem deve ser cultivado; deu benefício àquele, também dará a mim."

5.11.6 Benefício é aquilo que alguém dá não por sua própria causa, mas pela causa daquele a quem dá. Aquele, porém, que dá benefício a si próprio dá por sua própria causa. Logo, não é benefício.

12

5.12.1 Parece-te agora que menti quando disse no início que estava longe de tratar de algo que valesse o trabalho — ou melhor, que estava perdendo todo o trabalho de boa-fé. Espera: em breve dirás isso com ainda maior verdade, assim que eu te conduzir a estes esconderijos dos quais, quando saíres, nada terás obtido além de escapar das dificuldades nas quais era permitido não ter entrado.

5.12.2 Pois que bem há em desfazer laboriosamente nós que tu mesmo fizeste para desfazê-los? Mas, assim como algumas coisas são amarradas para divertimento e jogo de tal modo que desfazê-las seja difícil para quem não sabe, enquanto aquele que as amarrou as separa sem esforço, porque conhece suas junturas e entraves, e ainda assim essas coisas proporcionam certo prazer, pois experimentam a agudeza do espírito e excitam sua atenção, do mesmo modo essas questões, que parecem astutas e insidiosas, afastam do engenho a segurança e a indolência. Às vezes deve-se estender

diante dele um campo no qual vagueie; outras vezes, deve-se lançar-lhe algo áspero e acidentado, por onde se arraste e coloque o pé com cuidado.

5.12.3 Diz-se que ninguém é ingrato. A demonstração é esta: "Benefício é aquilo que é útil; mas, segundo vós, estoicos, ninguém pode ser útil a um homem mau; portanto, o mau não recebe benefício e, por isso, nenhum mau é ingrato. Além disso, o benefício é coisa moralmente digna e digna de aprovação; no homem mau não há lugar para coisa alguma moralmente digna ou digna de aprovação; logo, tampouco para o benefício. Se ele não pode recebê-lo, também não deve restituí-lo, e por isso não se torna ingrato.

5.12.4 Ainda mais: segundo dizeis, o homem bom faz tudo retamente. Se faz tudo retamente, não pode ser ingrato. Ao homem mau ninguém pode dar benefício. O bom restitui o benefício; o mau não o recebe. Se assim é, nem o bom nem o mau são ingratos. Portanto, na natureza das coisas não existe ingrato algum." [passagem corrompida]

5.12.5 Para nós, há um único bem: o que é moralmente digno. Este não pode chegar ao homem mau; ele deixará de ser mau se a virtude entrar nele. Enquanto, porém, for mau, ninguém poderá conceder-lhe um benefício, porque males e bens discordam e não se unem. Por isso, ninguém lhe é realmente útil, pois tudo quanto chega até ele é corrompido pelo mau uso.

5.12.6 Assim como um estômago viciado pela doença e que acumula bile transforma qualquer alimento que recebe e converte todo nutrimento em causa de dor, assim um espírito cego transforma tudo quanto lhe confias em peso, ruína e ocasião de miséria para si. Por isso, nos homens mais afortunados e mais opulentos há o maior tumulto interior, e tanto menos conseguem firmar-se em si mesmos quanto maior é a matéria em que caíram e na qual se agitam.

5.12.7 Nada, portanto, pode chegar aos maus que lhes seja útil; pelo contrário, nada lhes chega que não os prejudique. Pois tudo o que lhes acontece eles transformam em sua própria natureza, e coisas exteriormente esplêndidas e que seriam úteis se dadas a alguém melhor tornam-se perniciosas para eles. Por isso também não podem conceder benefício, pois ninguém pode dar aquilo que não possui: ao homem mau falta a vontade de fazer o bem.

13

5.13.1 Mas, ainda que isso seja assim, o mau pode receber certas coisas semelhantes a benefícios e, se não as restitui, será ingrato. Há bens do espírito, bens do corpo e bens da Fortuna. Os bens do espírito estão afastados do tolo e do mau; mas ele é admitido aos outros, que pode receber e deve restituir, e, se não os restitui, é ingrato. E isso não resulta apenas de nossa doutrina: também os peripatéticos, que estendem muito amplamente os limites da felicidade humana, dizem que pequenos benefícios podem chegar aos maus; quem não os restitui é ingrato.

5.13.2 Nós, portanto, não consideramos benefícios as coisas que não tornarão melhor o espírito; contudo, não negamos que sejam vantagens e que devam ser desejadas. Essas coisas um mau pode dar a um homem bom e receber de um homem bom — dinheiro, roupa, honras e vida — e, se não as restitui, cai sob o nome de ingrato.

5.13.3 "Mas como chamas alguém de ingrato por não restituir aquilo que negas ser benefício?" Certas coisas, embora não sejam verdadeiramente aquilo que se diz, são compreendidas sob o mesmo nome por causa da semelhança. Assim chamamos uma caixinha tanto de prata como de ouro; assim chamamos iletrado não aquele que é inteiramente rude, mas aquele que não avançou aos estudos superiores; assim alguém que viu um homem muito mal vestido e esfarrapado diz que o viu nu. Essas coisas não são benefícios, mas têm aparência de benefício.

5.13.4 "Assim como essas coisas são como benefícios, aquele também é como ingrato, não verdadeiramente ingrato." Isso é falso, porque tanto quem dá quanto quem recebe chama essas coisas de benefícios. Assim, aquele que traiu a aparência de um benefício verdadeiro é tão ingrato quanto o envenenador que misturou um narcótico acreditando que fosse veneno.

14

5.14.1 Cleantes argumenta com mais vigor: "Ainda que aquilo que recebeu não seja um benefício, ele é ingrato porque não teria restituído nem mesmo se o tivesse recebido."

5.14.2 Do mesmo modo, alguém já é ladrão antes de manchar as mãos, porque já está armado para matar e possui a vontade de roubar e assassinar: a maldade é exercida e revelada pelo ato, não começa com ele. Os sacrílegos sofrem punição, embora ninguém consiga estender as mãos até os próprios deuses.

5.14.3 "Como", perguntam, "alguém pode ser ingrato para com um homem mau, se o mau não pode conceder benefício?" Precisamente porque aquilo que recebeu dele não era benefício, embora fosse chamado assim. Quem receber de um mau alguma dessas coisas que entre os ignorantes têm valor — coisas de que, naturalmente, os maus possuem abundância — deverá também mostrar-se grato dentro dessa mesma espécie de matéria e, tendo recebido essas coisas como bens, restituí-las como bens.

5.14.4 Diz-se que possui dívida tanto aquele que deve moedas de ouro quanto aquele que deve couro marcado com o cunho público, como o que houve entre os lacedemônios e que desempenhava a função de moeda corrente. Paga tua dívida na mesma espécie pela qual te tornaste obrigado.

5.14.5 O que são benefícios, e se a grandeza de um nome tão ilustre deve ser rebaixada até essa matéria baixa e vil, não diz respeito a vós; a questão é examinada para outros. Vós, porém, conformai o espírito à aparência do verdadeiro e, enquanto aprendeis o que é moralmente digno, cultivai tudo aquilo em que o nome de dignidade moral é empregado.

15

5.15.1 "Assim como, segundo vossa doutrina, ninguém é ingrato", dizem, "do mesmo modo, por outro lado, todos são ingratos." Pois, como afirmamos, todos os tolos são maus; e quem possui um vício possui todos; todos, porém, são tolos e maus: logo, todos são ingratos.

5.15.2 E então? Não são? Não se lança de toda parte essa acusação contra o gênero humano? Não é queixa pública que os benefícios estão perdidos e que são pouquíssimos aqueles que não retribuem da pior maneira a quem mereceu bem deles? Não penses que esse murmúrio seja apenas nosso, porque contamos como mau e perverso tudo aquilo que ficou aquém da regra do reto.

5.15.3 Eis que uma voz — não vinda da casa dos filósofos, mas lançada do meio da assembleia para condenar povos e nações — proclama:

"Já não está seguro o hóspede junto do hóspede,
nem o sogro junto do genro; rara é também a concórdia entre irmãos;
o marido ameaça a vida da esposa, e ela a do marido."

5.15.4 Isso já vai além: os benefícios se transformaram em crimes, e não se poupa o sangue daqueles por quem deveríamos derramar o nosso. Com espada e venenos perseguimos os benefícios. Pôr as mãos na própria pátria e oprimi-la com seus próprios fasces é considerado poder e dignidade; julga ocupar lugar humilde e abatido aquele que não se colocou acima da república.

5.15.5 Os exércitos recebidos dela se voltam contra ela, e a arenga do comandante é: "Lutai contra vossas esposas, lutai contra vossos filhos! Atacai com armas os altares, os lares e os penates!" Vós que nem para celebrar um triunfo deveríeis entrar na cidade sem ordem do senado, e para quem, ao trazer de volta um exército vitorioso, a cúria era oferecida fora dos muros, entrai agora, depois de matar cidadãos e banhados no sangue de parentes, com os estandartes erguidos.

5.15.6 Que a liberdade emudeça entre os sinais militares; e que aquele povo vencedor e pacificador das nações, depois de afastadas para longe as guerras e reprimido todo terror, sitiado dentro de seus próprios muros, tema suas próprias águias.

16

5.16.1 Ingrato é Coriolano, piedoso tarde demais e somente depois do arrependimento pelo crime: depôs as armas, mas as depôs no meio do parricídio. Ingrato é Catilina: não lhe basta tomar a pátria, se não a destruir, se não lançar contra ela as tropas dos alóbroges e chamar de além dos Alpes um inimigo para saciar antigos e inatos ódios e pagar, enfim, aos túmulos gauleses, com generais romanos, as oferendas fúnebres há tanto devidas.

5.16.2 Ingrato é Gaio Mário, conduzido da bota de soldado até os consulados, que julgaria insuficientemente mudada e reposta em seu antigo lugar a própria Fortuna se

não igualasse, com carnificinas romanas, as matanças dos cimbros; se, na ruína e no massacre civil, não apenas desse o sinal, mas ele próprio fosse o sinal.

5.16.3 Ingrato é Lúcio Sula, que curou a pátria com remédios mais cruéis do que os perigos. Depois de caminhar através de sangue humano desde a fortaleza de Preneste até a Porta Colina, travou outros combates dentro da cidade, produziu outras matanças; duas legiões — o que já é cruel — depois da vitória — o que é sacrílego — e depois de recebida sua palavra de segurança, reunidas num canto, ele as massacrou. E inventou a proscrição — deuses imortais! — para que aquele que matasse um cidadão romano recebesse impunidade, dinheiro e quase uma coroa cívica.

5.16.4 Ingrato é Cneu Pompeu, que, em troca de três consulados, três triunfos e tantas honras — a maior parte delas usurpadas antes da idade —, prestou à república este agradecimento: introduziu outros também na posse dela, como se diminuísse a inveja de seu próprio poder tornando permitido a vários aquilo que não deveria ser permitido a ninguém. Enquanto cobiça comandos extraordinários, distribui províncias para escolher a sua e divide a república com um terceiro de modo que, ainda assim, duas das partes permanecessem em sua própria casa, levou o povo romano ao ponto de já não poder ser salvo senão pelo benefício da servidão.

5.16.5 Ingrato é o próprio inimigo e vencedor de Pompeu, que trouxe a guerra da Gália e da Germânia para dentro da cidade; aquele amigo da plebe, aquele popular, instalou seu acampamento no Circo Flamínio, mais perto do que estivera Porsena. É verdade que moderou o poder e a crueldade que a vitória lhe dava e cumpriu aquilo que costumava dizer: não matou ninguém que não estivesse armado. E então? Os outros exerceram as armas com maior crueldade, mas um dia, saciados, as abandonaram; ele embainhou rapidamente a espada, mas nunca a depôs.

5.16.6 Ingrato é Antônio para com seu ditador: declarou que fora morto com justiça e enviou seus assassinos para províncias e comandos; mas destinou a própria pátria, já dilacerada por proscrições, incursões e guerras depois de tantos males, a uma condição que nem sequer os reis romanos lhe haviam imposto: aquela que restituíra a aqueus, ródios e a muitas cidades ilustres pleno direito, liberdade e imunidade haveria agora de pagar tributo a eunucos.

17

5.17.1 Faltará o dia para quem quiser enumerar os ingratos até os últimos desastres da pátria. Igualmente imenso seria o trabalho se eu começasse a percorrer o quanto a própria república foi ingrata para com seus melhores e mais devotados cidadãos, e como não pecou menos vezes do que pecaram contra ela.

5.17.2 Mandou Camilo ao exílio; deixou Cipião partir. Depois de Catilina, Cícero foi exilado; seus penates foram destruídos, seus bens saqueados, fez-se tudo aquilo que Catilina teria feito se vencedor. Rutílio recebeu como recompensa pela inocência

viver escondido na Ásia. Ao Catão, o povo romano negou a pretura e negou-lhe obstinadamente o consulado.

5.17.3 Somos ingratos como comunidade. Que cada um interrogue a si próprio: não há ninguém que não se queixe de algum ingrato. Mas não pode acontecer que todos se queixem, se não houver queixa contra todos. Logo, todos são ingratos. São apenas ingratos? Todos são também cobiçosos, todos maliciosos, todos medrosos — especialmente aqueles que parecem audazes. Acrescenta: todos são ambiciosos e todos ímpios. Mas não há razão para te irritares: perdoa-lhes; todos estão loucos.

5.17.4 Não quero conduzir-te a generalidades incertas, dizendo: "Vê como a juventude é ingrata. Quem não deseja, por mais inocente que seja, o último dia do pai? Quem não o espera, por mais moderado? Quem não pensa nele, por mais piedoso? Quantos temem a morte de uma excelente esposa sem ao mesmo tempo fazer cálculos? Que litigante, depois de defendido, conservou a lembrança de tão grande benefício para além das circunstâncias imediatas?"

5.17.5 Isto, porém, todos confessam: quem morre sem queixa? Quem, no último dia, ousa dizer:

"Vivi e completei o curso que a Fortuna me dera"?

Quem parte sem resistir, quem parte sem gemer? Ora, é próprio do ingrato não estar contente com o tempo passado. Os dias sempre serão poucos, se começares a contá-los.

5.17.6 Pensa que o sumo bem não está no tempo; por maior ou menor que ele seja, considera-o bom. Ainda que o dia da morte seja prorrogado para ti, isso nada acrescenta à felicidade, pois a demora não torna a vida mais feliz, apenas mais longa.

5.17.7 Quanto melhor é, agradecido pelos prazeres recebidos, não contar os anos dos outros, mas avaliar generosamente os próprios e colocá-los entre os ganhos: "Deus julgou-me digno disto; basta. Poderia ter dado mais, mas isto também é benefício." Sejamos gratos aos deuses, gratos aos homens, gratos àqueles que nos fizeram algum bem, gratos também àqueles que fizeram bem aos que são nossos.

18

"Tu me prendes", diz alguém, "a uma obrigação sem limite quando acrescentas 'aos que são nossos'. Portanto, estabelece alguma fronteira. Quem concede benefício ao filho, segundo dizes, também o concede ao pai? Primeiro, é justamente isso que pergunto. Depois, quero que determines também isto: se o benefício é dado ao pai, é também ao irmão? Ao tio paterno? Ao avô? À esposa e ao sogro? Diz-me onde devo parar, até onde devo seguir a cadeia das pessoas. Se eu cultivar teu campo, terei dado benefício a ti; se apagar o fogo de tua casa ou sustentá-la para que não desabe, darei benefício a ti; se curar teu escravo, lançarei isso em tua conta — mas, se salvar teu filho, não terás recebido meu benefício?"

19

5.19.1 "Apresentas exemplos diferentes, porque aquele que cultiva meu campo não dá benefício ao campo, mas a mim; e quem sustenta minha casa para que não caia presta serviço a mim — a própria casa não tem sensação — e me tem por devedor porque não tem a ela. Também aquele que cultiva meu campo quer merecer bem de mim, não do campo. O mesmo direi do escravo: é propriedade minha, é preservado para mim; por isso eu devo em lugar dele. O filho é por si mesmo capaz de receber um benefício; portanto, ele o recebe. Eu me alegro com o benefício e sou atingido por ele, mas não fico obrigado."

5.19.2 Gostaria, contudo, que tu, que julgas não dever, me respondesses. A boa saúde do filho, sua felicidade e seu patrimônio dizem respeito ao pai; ele será mais feliz se tiver o filho salvo, mais infeliz se o perder. Que dizer, então? Aquele que por minha causa se torna mais feliz e é libertado do perigo da maior infelicidade não recebe benefício?

5.19.3 "Não", responde. "Certas coisas são conferidas a outros e, ainda assim, seus efeitos chegam até nós; contudo, deve-se exigir a restituição daquele a quem foram conferidas, assim como o dinheiro é cobrado daquele a quem foi emprestado, embora de algum modo possa ter chegado até mim. Não há benefício cuja vantagem não toque os próximos e, às vezes, até os mais distantes.

5.19.4 Não se pergunta para onde o benefício passou depois de sair daquele a quem foi dado, mas onde foi colocado primeiro: a restituição deve ser exigida do próprio réu, do responsável principal." E então? Peço-te: não dizes "Tu me devolveste meu filho; se ele tivesse morrido, eu não teria vivido"? Não deves benefício pela vida daquele cuja vida preferes à tua? Ainda mais: quando salvei teu filho, cais de joelhos, pagas votos aos deuses como se tu próprio fosses o salvo, e estas palavras te saem da boca:

5.19.5 "Para mim é como se tivesses salvado a mim próprio: salvaste dois, ou melhor, salvaste sobretudo a mim." Por que dizes isso, se não recebes benefício? "Pelo mesmo motivo por que, se meu filho tomar dinheiro emprestado, pagarei ao credor, mas nem por isso eu próprio terei contraído a dívida; e por que, se meu filho for surpreendido em adultério, eu me envergonharei, mas nem por isso serei adúltero.

5.19.6 Digo que estou obrigado a ti por meu filho, não porque de fato esteja, mas porque quero oferecer-me como devedor voluntário. Contudo, a salvação dele me trouxe o maior prazer, a maior vantagem, e escapei à ferida gravíssima de perder um filho. Não se pergunta agora se foste útil a mim, mas se me deste um benefício: um animal, uma pedra e uma erva também podem ser úteis, mas não concedem benefício, porque este nunca é dado senão por quem quer dá-lo.

5.19.7 Tu, porém, não queres dar ao pai, mas ao filho, e às vezes nem sequer conheces o pai. Portanto, quando disseres: 'Então não dei benefício ao pai ao salvar seu filho?', opõe a isso o contrário: 'Então dei benefício a um pai que não conheço e em quem

nem pensei?' E que dizer do caso em que odeias o pai e salvas o filho? Parecerá que deste benefício àquele de quem eras inimigo declarado no próprio momento em que o davas?"

5.19.8 Mas, deixando de lado essa altercação de diálogo, para responder como um jurisconsulto: deve-se observar a intenção de quem dá. Ele deu benefício à pessoa a quem quis dá-lo. Se agiu em honra do pai, o pai recebeu benefício; se para proveito do filho, o pai não fica obrigado pelo benefício conferido ao filho, ainda que dele desfrute. Contudo, se tiver ocasião, desejará também prestar alguma coisa, não como quem tem necessidade de pagar, mas como quem possui uma razão para começar. Não se deve cobrar do pai o benefício; se ele, em razão disso, faz algo generosamente, é justo, não grato.

5.19.9 Pois isso não pode ter limite: se dou benefício ao pai, também o dou à mãe, ao avô, ao tio materno, aos filhos, aos parentes por afinidade, aos amigos, aos escravos e à pátria. Onde, então, começa o benefício a parar? Surge aquele sorites inexplicável, ao qual é difícil impor um limite, porque avança pouco a pouco e não cessa de rastejar.

20

5.20.1 Costuma-se perguntar também isto: "Dois irmãos estão em discórdia; se eu salvar um deles, darei benefício ao outro, que ficaria desgostoso por não ter morrido o irmão que odeia?" Não há dúvida de que é benefício ser útil a alguém mesmo contra a vontade dele, assim como não concede benefício quem foi útil sem querer.

5.20.2 "Chamas de benefício aquilo que o ofende e atormenta?" Muitos benefícios possuem rosto triste e severo, como cortar e cauterizar para curar, ou conter alguém com grilhões. Não se deve olhar se alguém sofre por ter recebido o benefício, mas se deveria alegrar-se. Uma moeda não se torna ruim porque um bárbaro, ignorante do cunho público, a rejeitou. Alguém pode odiar um benefício e, ainda assim, tê-lo recebido, contanto que aquilo lhe seja útil e que quem deu o tenha dado para ser útil. Nada importa se alguém recebe uma coisa boa com mau ânimo.

5.20.3 Agora, vira a questão ao contrário. Ele odeia o irmão, embora lhe seja vantajoso tê-lo; eu mato esse irmão: não é benefício, ainda que ele diga que é e se alegre. Causa dano da maneira mais traiçoeira aquele a quem se agradece por uma injúria.

5.20.4 "Entendo: uma coisa é útil, por isso é benefício; outra é nociva, por isso não é benefício. Eis, porém, que darei algo que nem seja útil nem nocivo e, ainda assim, será benefício. Encontrei morto, num lugar deserto, o pai de alguém e sepultei seu corpo: não fui útil ao morto — que diferença lhe fazia de que maneira se decomporia? — nem ao filho — que vantagem lhe veio disso?" Direi o que ele obteve: por meu intermédio cumpriu um dever solene e necessário.

5.20.5 Prestei a seu pai aquilo que ele próprio teria querido e, mais ainda, deveria ter prestado. Contudo, isso só é benefício se não o fiz por misericórdia e humanidade,

como quem sepultaria qualquer cadáver, mas se reconheci o corpo e pensei estar, naquele momento, fazendo esse serviço ao filho. Se, porém, apenas lancei terra sobre um morto desconhecido, não tenho por este dever nenhum devedor particular: cumpri um dever de humanidade para com todos.

5.20.6 Alguém dirá: "Por que procuras com tanto empenho a pessoa a quem deste benefício, como se algum dia fosses cobrá-lo? Há quem julgue que nunca se deve cobrar, e dão estas razões: o indigno não restituirá nem mesmo se cobrado; o digno restituirá por si. Por isso, se deste a um homem bom, espera, para não lhe fazer injúria cobrando como se ele não fosse restituir espontaneamente. Se deste a um homem mau, sofre a punição. Mas não corrompas o benefício transformando-o em empréstimo. Além disso, aquilo que a lei não ordenou cobrar, proibiu que fosse cobrado."

5.20.7 Isso são palavras. Enquanto nada me apertar, enquanto a Fortuna nada me obrigar, preferirei perder o benefício a cobrá-lo. Mas, se está em jogo a salvação dos filhos, se minha esposa é conduzida ao perigo, se a segurança e a liberdade da pátria me enviam até onde eu não queria ir, dominarei meu pudor e testemunharei que fiz tudo para não precisar do auxílio de um ingrato; por fim, a necessidade de receber o benefício vencerá a vergonha de cobrá-lo. Além disso, quando dou benefício a um homem bom, dou como quem nunca o cobrará, salvo se for necessário.

21

5.21.1 "Mas a lei", diz alguém, "ao não permitir exigir, proibiu." Muitas coisas não possuem lei nem ação judicial e, ainda assim, o costume da vida humana, mais forte que toda lei, abre-lhes caminho. Nenhuma lei ordena que não revelemos os segredos dos amigos; nenhuma lei ordena manter a palavra até para um inimigo. Que lei nos obriga a cumprir aquilo que prometemos a alguém? Nenhuma. Mesmo assim, queixar-me-ei daquele que não guardou uma conversa secreta e ficarei indignado com a palavra dada e não cumprida.

5.21.2 "Mas estás transformando o benefício em crédito." De modo algum. Não exijo: apenas peço de volta; e nem sequer peço de volta, apenas recordo. Nem a necessidade extrema me levará a recorrer a alguém com quem eu tenha de lutar por muito tempo. Se alguém é tão ingrato que não lhe basta ser advertido, passarei por ele e não o julgarei digno de ser obrigado a ser grato.

5.21.3 Assim como o credor não interpela certos devedores que sabe terem falido e cuja vergonha nada mais possui que possa perder, também eu passarei abertamente por certos ingratos obstinados e não cobrarei benefício de ninguém de quem eu precise arrancá-lo, em vez de simplesmente recebê-lo.

22

5.22.1 Há muitos que não sabem nem negar aquilo que receberam nem restituí-lo; que não são tão bons quanto os agradecidos nem tão maus quanto os ingratos: são lentos e demorados, devedores tardios, não maus pagadores. A estes não interpelarei com cobrança; apenas os lembrarei e os reconduzirei, ocupados com outras coisas, ao dever. Eles logo responderão: "Perdoa-me; por Hércules, eu não sabia que desejavas isso, de outro modo teria oferecido espontaneamente. Peço-te que não me julgues ingrato; lembro-me daquilo que fizeste por mim." Por que eu hesitaria em torná-los melhores para si mesmos e para mim?

5.22.2 A quem eu puder impedirei de pecar, muito mais ainda a um amigo: impedirei que peque e sobretudo que peque contra mim. Dou-lhe outro benefício se não permito que se torne ingrato; e não lhe lançarei duramente em rosto aquilo que fiz por ele, mas o farei com toda a suavidade possível. Para lhe dar oportunidade de retribuir, renovarei sua memória e pedirei um benefício: ele próprio compreenderá que estou cobrando o anterior.

5.22.3 Às vezes empregarei palavras mais duras, se tiver esperança de que ele possa corrigir-se; mas aquele de quem já perdi a esperança não o provocarei por isso mesmo, para não transformar um ingrato em inimigo.

5.22.4 Se pouparmos aos ingratos até mesmo o pequeno ferimento da advertência, torná-los-emos mais lentos em retribuir benefícios. Alguns, porém, são curáveis e poderiam tornar-se bons se algo os pungisse; deixaremos que se percam se retirarmos a advertência com que um pai às vezes corrigiu o filho, uma esposa trouxe de volta a si o marido que se desviava e um amigo reergueu a fidelidade enfraquecida do amigo.

23

5.23.1 Alguns, para despertar, não precisam ser golpeados, mas apenas sacudidos. Da mesma maneira, em certos homens a disposição para retribuir não morreu, apenas dorme: despertemo-la com um puxão. "Não transformes teu presente em injúria: será injúria se não o cobras com a finalidade de que eu permaneça ingrato. E se eu não souber o que desejas? E se, absorvido pelos negócios e chamado a outras coisas, não percebi a ocasião? Mostra-me o que posso fazer e o que queres.

5.23.2 Por que perdes a esperança antes de tentar? Por que te apressas em perder ao mesmo tempo o benefício e o amigo? Como sabes se não quero ou se não sei, se me falta disposição ou possibilidade? Experimenta-me." Portanto, lembrarei sem amargura, sem fazê-lo em público, sem censura, de tal modo que ele pense ter retornado sozinho à memória, não ter sido conduzido de volta a ela.

24

5.24.1 Um veterano, homem um tanto violento em suas relações com os vizinhos, defendia uma causa diante do divino Júlio e estava em má situação no processo.

"Lembras", perguntou, "imperador, de teres torcido o tornozelo na Hispânia, perto de Sucrão?" César respondeu que se lembrava. "Também te lembras de que, querendo sentar-te sob um sol ardentíssimo, num lugar extremamente áspero, onde apenas uma árvore surgia entre rochedos agudos e espalhava pouquíssima sombra, um de teus companheiros de armas estendeu para ti sua capa?"

5.24.2 César respondeu: "Como não me lembraria? E eu estava consumido pela sede, pois, impedido de caminhar até a fonte próxima, queria arrastar-me com as mãos, se aquele mesmo companheiro, homem corajoso e enérgico, não me tivesse trazido água em seu capacete." "Então", disse o veterano, "imperador, podes reconhecer aquele homem ou aquele capacete?" César respondeu que não poderia reconhecer o capacete, mas reconheceria perfeitamente o homem; e acrescentou — creio que irritado por ser afastado do julgamento em andamento para uma história antiga —: "Tu certamente não és ele."

5.24.3 "Com razão, César", respondeu, "não me reconheces. Quando isso aconteceu, eu estava inteiro. Depois, na batalha de Munda, perdi um olho e retiraram ossos de minha cabeça. Tampouco reconhecerias aquele capacete se o visses: uma espada hispânica o partiu ao meio." César proibiu que o veterano fosse incomodado e deu a seu soldado os pequenos campos nos quais uma passagem comum entre vizinhos havia sido a causa da disputa e do processo.

25

5.25.1 E então? Não deveria ele cobrar um benefício do comandante cuja memória fora confundida pela multidão de acontecimentos e a quem a Fortuna, enquanto dispunha enormes exércitos, não permitia ocupar-se de cada soldado? Isso não é cobrar um benefício, mas retomar aquilo que foi posto em bom lugar e está pronto, e para recebê-lo basta estender a mão. Portanto, cobrarei quando for levado a isso por grande necessidade ou quando o fizer pela própria causa daquele de quem cobro.

5.25.2 Tibério César, nos começos de seu principado, quando alguém lhe disse "Lembras...", antes que pudesse apresentar mais sinais da antiga familiaridade, respondeu: "Não me lembro do que fui." Por que não deveria deixar de ser cobrado benefício de um homem assim? Dele era desejável justamente o esquecimento. Rejeitava o conhecimento de todos os antigos amigos e iguais e queria que apenas sua Fortuna presente fosse vista, pensada e narrada. Considerava um velho amigo como um investigador de seu passado.

5.25.3 Mais importante é escolher o momento oportuno para cobrar um benefício do que para pedi-lo. Deve-se usar moderação nas palavras, para que nem o homem grato possa ofender-se nem o ingrato possa fingir que não entendeu. Se vivêssemos entre sábios, deveríamos calar e esperar; e, ainda assim, até aos sábios seria melhor indicar aquilo que a situação de nossos negócios exigia.

5.25.4 Pedimos aos deuses, de cujo conhecimento nada escapa; e nossas preces não os convencem, apenas os recordam. Também aos deuses, digo, aquele sacerdote de Homero enumera os serviços prestados e os altares religiosamente cuidados.

5.25.5 A segunda melhor virtude é querer e ser capaz de receber advertência. Um cavalo obediente e dócil deve ser conduzido para cá e para lá com leves movimentos das rédeas. Para poucos o próprio espírito é o melhor guia de si mesmo; logo depois vêm aqueles que, advertidos, retornam ao caminho: destes não se deve retirar o guia.

5.25.6 Os olhos fechados possuem a capacidade de ver, mas sem uso; a luz do dia, entrando neles, chama essa capacidade para sua função. Os instrumentos permanecem inativos se o artífice não os move para o trabalho. Do mesmo modo, às vezes existe nos espíritos uma boa vontade, mas ela jaz entorpecida, ora pelos prazeres e pela inércia, ora pela ignorância do dever. Devemos torná-la útil e não, irritados, abandoná-la ao vício, mas, como mestres, suportar pacientemente os erros dos meninos que aprendem e cuja memória falha; assim como, muitas vezes, com uma ou duas palavras sugeridas, a memória é reconduzida ao encadeamento do discurso que devia recitar, também a boa vontade deve ser chamada de volta, por uma advertência, à retribuição da gratidão.

LIVRO VI

1

Há certas questões, excelente Liberal, que são investigadas apenas para exercitar o engenho e permanecem sempre fora da vida prática; outras proporcionam prazer enquanto são investigadas e, depois de resolvidas, têm utilidade. Porei todas à tua disposição: tu, conforme te parecer melhor, ordena que sejam levadas até o fim ou apenas introduzidas para completar o programa dos jogos. Mesmo nas que mandares retirar imediatamente, algum proveito haverá: pois até aquilo que é supérfluo aprender é útil conhecer. Ficarei, portanto, atento ao teu semblante; conforme ele me aconselhar, deterei algumas por mais tempo e expulsarei outras, agarrando-as pela cabeça.

2

6.2.1 Perguntou-se se um benefício pode ser retirado. Alguns negam que possa, pois não é uma coisa, mas uma ação. Assim como uma coisa é o presente e outra o ato de presentear, uma coisa quem navega e outra a navegação; e embora um doente não possa existir sem doença, não são a mesma coisa o doente e a doença; assim também uma coisa é o próprio benefício e outra aquilo que, por meio do benefício, chega à posse de cada um de nós.

6.2.2 O benefício é incorpóreo e não pode ser anulado; sua matéria, porém, é lançada de um lado para outro e muda de dono. Portanto, quando retiras a matéria do benefício, não retiras o próprio benefício. A natureza mesma não pode revogar aquilo que deu. Ela interrompe seus benefícios, não os desfaz: quem morre, ainda assim viveu; quem perdeu os olhos, ainda assim viu. Pode fazer-se que aquilo que chegou até nós deixe de existir; não se pode fazer que não tenha existido. E aquilo que existiu é parte do benefício — e justamente sua parte mais segura.

6.2.3 Às vezes somos privados do uso prolongado de um benefício, mas o benefício em si não é apagado. Ainda que a natureza reúna todas as suas forças para isso, não lhe é permitido agir para trás. Pode ser retirada a casa, o dinheiro, o escravo e qualquer coisa em que tenha aderido o nome do benefício; o benefício, porém, permanece firme e imóvel: força alguma fará com que aquele não tenha dado ou este não tenha recebido.

3

6.3.1 Parece-me admirável o que Marco Antônio diz no poema de Rabírio, quando vê sua fortuna passar para outro e nada lhe restar senão o direito de morrer — e ainda sob a condição de exercê-lo depressa: "Aquilo que dei, somente isso possuo." E quanto poderia ter possuído, se tivesse querido! Estas são riquezas seguras e permanentes em meio a toda a instabilidade da condição humana; quanto mais crescem, menos

expostas ficam à inveja. Por que poupas teus bens como se fossem teus? És apenas administrador deles.

6.3.2 Todas essas coisas que te fazem inchar de soberba e elevar-te acima da condição humana, esquecendo-te de tua fragilidade; aquelas que guardas armado atrás de portas de ferro; que, arrancadas com sangue alheio, defendes com o teu; pelas quais lanças frotas para tingir de sangue os mares e derrubas cidades, ignorando quantas armas a Fortuna prepara às tuas costas; pelas quais tantas vezes foram rompidos os laços de parentesco, amizade e companheirismo, e o mundo inteiro foi esmagado entre dois rivais — nada disso é teu. São depósitos confiados a ti e estão prestes a passar para outro senhor: ou teu inimigo se apoderará deles, ou um herdeiro que te considera inimigo.

6.3.3 Perguntas como torná-los teus? Dando-os. Cuida, pois, de teus bens e garante para ti uma posse segura e inexpugnável, tornando-os não apenas mais seguros, mas também mais honrosos.

6.3.4 Aquilo que veneras, aquilo por que te julgas rico e poderoso, enquanto permanece contigo arrasta nomes vulgares: casa, escravo, dinheiro. Depois que o dás, torna-se benefício.

4

6.4.1 "Admites", diz alguém, "que às vezes não devemos mais um benefício àquele de quem o recebemos; portanto, ele nos foi retirado." Há muitas razões pelas quais deixamos de dever um benefício, não porque tenha sido retirado, mas porque foi corrompido. Alguém me defendeu numa acusação, mas depois violentou minha esposa. Não retirou o benefício: contrapondo-lhe uma injúria equivalente, libertou-me da dívida. E, se me prejudicou mais do que antes me beneficiara, não apenas extinguiu minha gratidão, como também me deixou livre para vingança e queixa, desde que a injúria tenha superado o benefício. Assim, o benefício não é retirado: é vencido por algo maior.

6.4.2 Acaso não existem pais tão duros e perversos que seja justo e correto afastar-se deles e repudiá-los? Retiraram, então, aquilo que deram? Não: sua conduta posterior, contrária ao dever, destruiu o crédito de todos os seus méritos anteriores. Não se retira o benefício, mas a gratidão devida ao benefício; e não ocorre que eu deixe de tê-lo recebido, mas que deixe de devê-lo. É como se alguém me emprestasse dinheiro e depois incendiasse minha casa: o empréstimo é compensado pelo dano. Não lhe paguei e, mesmo assim, nada lhe devo.

6.4.3 Do mesmo modo, alguém pode ter agido comigo uma vez com benevolência e generosidade e, depois, muitas vezes com arrogância, desprezo e crueldade, colocando-me em relação a ele na mesma liberdade que eu teria se nada tivesse recebido. Ele próprio matou seus benefícios.

6.4.4 O senhorio não pode cobrar do arrendatário, embora o contrato continue válido, se pisoteou sua colheita ou cortou suas árvores frutíferas; não porque tenha recebido o que fora combinado, mas porque impediu, por seus próprios atos, que pudesse recebê-lo. Assim também um credor é muitas vezes condenado a pagar ao devedor quando, por outro motivo, tirou dele mais do que lhe havia emprestado.

6.4.5 E não é apenas entre credor e devedor que o juiz se senta para dizer: "Emprestaste dinheiro. E daí? Expulsaste seu rebanho, mataste seu escravo, tens em tua posse prata que não compraste; feitas as contas, vieste como credor e sairás como devedor." Do mesmo modo se estabelece um balanço entre benefícios e injúrias.

6.4.6 Muitas vezes, repito, o benefício permanece, mas já não obriga: se o arrependimento seguiu imediatamente a dádiva; se quem deu disse que lamentava ter dado; se suspirou ao dar, fez cara fechada e julgou que estava perdendo alguma coisa; se deu por sua própria causa, ou ao menos não pela minha; se nunca deixou de me insultar, vangloriar-se por toda parte e tornar pesado aquilo que concedeu, então o benefício permanece, mas não é devido, assim como certas quantias podem ser devidas sem que o credor tenha direito legal de exigi-las.

5

6.5.1 Concedeste-me um benefício e, depois, causaste-me uma injúria: pelo benefício eu devia gratidão, pela injúria tu devias reparação. Nem eu te devo gratidão nem tu me deves pena alguma: uma dívida se extingue pela outra.

6.5.2 Quando dizemos: "Retribuí-lhe o benefício", não queremos dizer que devolvemos precisamente aquilo que recebemos, mas outra coisa em seu lugar. Retribuir é dar uma coisa por outra. Isso se evidencia no fato de que todo pagamento é uma restituição não da mesma coisa, mas de seu equivalente. Dizemos ter restituído dinheiro mesmo quando contamos moedas de ouro em lugar de prata e até quando, sem moeda alguma, o pagamento é realizado por mera transferência verbal de um crédito.

6.5.3 Parece-me ver-te dizendo: "Estás perdendo tempo. Que me importa saber se o benefício continua existindo quando já não há obrigação de retribuí-lo? Essas são sutilezas engenhosas dos juristas, que dizem que uma herança não pode ser adquirida por usucapião, mas apenas as coisas contidas na herança, como se a herança fosse algo diferente das coisas que a compõem."

6.5.4 Resolve antes esta questão, que talvez tenha alguma utilidade: quando o mesmo homem me concedeu um benefício e depois me causou uma injúria, devo retribuir o benefício e, não obstante, vingar-me da injúria, tratando cada coisa separadamente, como duas contas distintas? Ou devo compensar uma pela outra e nada fazer, porque a injúria suprimiu o benefício e o benefício suprimiu a injúria? Vejo que, em nossos tribunais, procede-se segundo a primeira hipótese. Quanto ao que se observa em vossa escola, vós é que deveis saber.

6.5.5 As ações são conduzidas separadamente, e nenhuma fórmula única abrange ao mesmo tempo a ação que movemos e aquela que movem contra nós. Se alguém depositou dinheiro em minhas mãos e depois me roubou alguma coisa, eu o processarei por furto e ele me processará para recuperar o depósito.

6

6.6.1 Os exemplos que apresentaste, Liberal, estão submetidos a leis determinadas, que devemos seguir. Uma lei não se mistura com outra: cada uma segue seu próprio caminho. O depósito tem sua ação própria, assim como o furto. O benefício, porém, não está submetido a lei alguma: deixa-me como juiz. Posso comparar quanto alguém me favoreceu e quanto me prejudicou e, então, decidir se me devem mais do que devo ou se ocorre o contrário.

6.6.2 Nos casos que mencionaste, nada depende de nós: devemos ir para onde a lei nos conduz. No benefício, todo o poder está comigo; eu próprio julgo. Portanto, não separo nem divido as causas: envio injúrias e benefícios diante do mesmo juiz. De outro modo, obrigas-me ao mesmo tempo a amar e odiar, queixar-me e agradecer — coisa que a natureza não admite. Em vez disso, compararei benefício e injúria e verificarei se ainda resta alguma dívida.

6.6.3 Se alguém escreve novas linhas sobre aquilo que eu havia escrito, não apaga as letras anteriores, apenas as encobre; assim também uma injúria sobrevinda a um benefício não permite que o benefício seja visto.

7

6.7.1 Teu rosto, por cujo comando prometi guiar-me, franze-se e mostra desagrado, como se eu estivesse desviando demais do caminho. Pareces dizer-me: "Para onde vais tão longe à direita? Dirige para cá o teu curso; mantém-te junto à costa." Não posso fazer melhor. Portanto, se julgas que já tratamos suficientemente desta questão, passemos a outra: devemos alguma coisa àquele que nos foi útil sem querer sê-lo? Eu teria formulado isso de maneira mais clara se não fosse necessário apresentar a questão de modo um tanto indistinto, para que a distinção feita logo a seguir mostrasse que há duas perguntas: se devemos algo àquele que nos favoreceu contra a própria vontade e se devemos algo àquele que nos favoreceu sem saber.

6.7.2 Pois, quando alguém é útil por pura coerção, é tão evidente que não nos obriga que nem sequer vale a pena discutir. Esta questão e qualquer outra semelhante serão resolvidas facilmente se, em todas as ocasiões, mantivermos diante dos olhos esta regra: nada é benefício se, primeiro, não houver uma intenção que se dirija a nós e, segundo, se essa intenção não for amistosa e benévola.

6.7.3 Assim, não damos graças aos rios, ainda que sustentem grandes navios e corram em fluxo amplo e constante, próprio para transportar mercadorias, ou atravessem campos férteis, cheios de peixes e agradáveis à vista. Ninguém julga dever um

benefício ao Nilo, assim como ninguém se irrita com ele se transborda excessivamente e demora a recuar. Tampouco o vento concede benefício, ainda que sopre brando e favorável, nem o alimento nutritivo e saudável. Aquele que vai me conceder um benefício deve não apenas ser útil, mas querer sê-lo. Por isso nada devemos aos animais mudos, embora a velocidade de um cavalo tenha arrancado muitos do perigo, nem às árvores, embora a sombra de seus ramos tenha protegido muitos contra o calor.

6.7.4 Que diferença faz se me foi útil alguém que não sabia o que fazia ou uma coisa que não podia saber, se em ambos faltou a vontade? Que diferença faz ordenares que eu deva um benefício a um navio, a um veículo, a uma lança ou a alguém que, exatamente como essas coisas, não teve intenção alguma de me fazer bem, mas me favoreceu por acaso?

8

6.8.1 Alguém pode receber um benefício sem saber; de alguém que não sabe, ninguém o recebe. Assim como muitos foram curados por acontecimentos casuais que nem por isso são remédios — uma queda num rio em tempo muito frio devolveu a saúde a alguns; açoitamentos eliminaram febres quartãs; um medo repentino, desviando a atenção para outro problema, fez passar despercebida uma hora crítica — e, contudo, essas coisas, ainda que salvem, não são por isso salutares; assim também certas pessoas nos são úteis sem querer, e até porque não querem, mas nem por isso lhes devemos um benefício, pois foi a Fortuna que converteu suas más intenções em bem.

6.8.2 Julgas que devo alguma coisa àquele cuja mão atingiu meu inimigo quando mirava em mim, e que teria me ferido se não tivesse errado o golpe? Muitas vezes uma testemunha, perjurando abertamente, destruiu a credibilidade até mesmo das testemunhas verdadeiras e fez com que o acusado despertasse compaixão, porque parecia vítima de uma conspiração.

6.8.3 Alguns foram salvos pela própria força que os oprimia; juízes dispostos a condenar alguém por determinada razão recusaram-se a condená-lo por causa de pressões excessivas. Nem por isso concederam benefício ao réu, embora lhe tenham sido úteis, pois importa saber para onde a arma foi dirigida, não onde acertou; e o que distingue benefício e injúria não é o resultado, mas a intenção.

6.8.4 Meu adversário, contradizendo-se, irritando o juiz por sua arrogância e reduzindo imprudentemente toda a causa a uma só testemunha, tornou melhor a minha situação. Não pergunto se seu erro me foi útil: ele quis me prejudicar.

9

6.9.1 Para ser grato, naturalmente devo querer fazer aquilo que o outro deveria ter querido para me conceder um benefício. Que pode haver de mais injusto do que odiar alguém porque, numa multidão, pisou nosso pé, respingou-nos ou nos empurrou para

fora do caminho que pretendíamos seguir? E, no entanto, que outra coisa o livra de culpa, embora de fato tenha ocorrido um dano, senão não ter sabido o que fazia?

6.9.2 A mesma circunstância impede que este tenha concedido um benefício e aquele tenha causado uma injúria: é a intenção que faz o amigo e o inimigo. Quantos homens uma doença livrou do serviço militar! Alguns deixaram de estar presentes quando sua casa desabou porque um inimigo os obrigou a comparecer em juízo; outros evitaram cair nas mãos de piratas por causa de um naufrágio. Nem por isso devemos benefício a tais acontecimentos, porque o acaso desconhece o dever; tampouco devemos ao inimigo cuja ação judicial nos salvou justamente por nos molestar e deter.

6.9.3 Não há benefício se ele não nasce de boa vontade, se quem o concede não o reconhece como tal. Alguém me foi útil sem saber: nada lhe devo. Alguém me favoreceu querendo me prejudicar: farei com ele o mesmo que ele fez comigo.

10

6.10.1 Voltemos ao primeiro caso. Para que eu retribua um benefício, queres que eu faça alguma coisa, embora ele nada tenha feito para me concedê-lo? Passemos ao segundo: queres que eu demonstre gratidão a alguém devolvendo voluntariamente aquilo que recebi de quem não queria me dar? E que direi do terceiro, que caiu de uma injúria para dentro de um benefício?

6.10.2 Para que eu te deva um benefício, não basta que tenhas querido dá-lo; para que eu não o deva, basta que não tenhas querido dá-lo. A vontade nua, por si só, não constitui um benefício; mas, assim como não haveria benefício se a Fortuna tivesse faltado à melhor e mais plena vontade, igualmente não há benefício se a vontade não precedeu a contribuição da Fortuna. Para que eu fique obrigado a ti, não basta que me tenhas sido útil: é necessário que tenhas deliberadamente querido sê-lo.

11

6.11.1 Cleantes emprega um exemplo deste tipo: "Enviei dois escravos para procurar Platão e trazê-lo da Academia. Um deles percorreu todo o pórtico, investigou também outros lugares em que esperava encontrá-lo e voltou para casa tão cansado quanto malsucedido.

6.11.2 O outro sentou-se perto dali para assistir a um saltimbanco e, enquanto se divertia com a companhia de outros escravos, aquele vagabundo ocioso encontrou Platão, que por acaso passava, embora não o tivesse procurado. Louvaremos", diz Cleantes, "o primeiro escravo, que fez tudo quanto pôde para cumprir a ordem; e castigaremos o segundo, afortunado em sua preguiça."

6.11.3 É a intenção que, segundo nós, constitui o serviço; observa quais qualidades ela deve possuir para que eu fique obrigado. Não basta alguém querer me favorecer, se não o fez; tampouco basta ter me favorecido, se não quis fazê-lo. Imagina que

alguém quis dar, mas não deu. Tenho certamente sua boa vontade, porém não tenho o benefício, que, para ser completo, exige a união da coisa com a intenção.

6.11.4 Assim como nada devo àquele que quis me enviar dinheiro mas não o entregou, também daquele que quis me conceder um benefício mas não pôde fazê-lo serei amigo, porém não devedor. Desejarei fazer-lhe algum bem, pois ele desejou fazer o mesmo por mim; mas, se eu tiver melhor fortuna e efetivamente lhe fizer o bem que desejo, terei concedido um benefício, não retribuído um. Ele é que deverá retribuir a mim; meu benefício terá iniciado a conta, e o cálculo começará comigo.

12

6.12.1 Já sei o que queres perguntar; nem precisas falar: teu rosto diz tudo. "Se alguém nos foi útil por sua própria causa, devemos-lhe alguma coisa?", perguntas. "Pois muitas vezes te ouço queixar-te de pessoas que dão certas coisas a si mesmas e as lançam na conta de outros." Responderei, meu caro Liberal; antes, porém, dividirei a questão e separarei o que é justo do que não é.

6.12.2 Faz enorme diferença se alguém nos concede um benefício por sua própria causa ou também por sua própria causa. O primeiro, que olha inteiramente para o próprio interesse e só nos ajuda porque não pode ajudar a si mesmo de outro modo, está na mesma situação daquele que fornece alimento de inverno e de verão aos seus animais; daquele que alimenta cativos para vendê-los por preço mais alto e os engorda e trata como bois bem nutridos; ou do empresário de gladiadores que dedica enorme cuidado a exercitar e equipar sua tropa. Como dizia Cleantes, há grande diferença entre fazer o bem e fazer negócio.

13

6.13.1 Por outro lado, não sou tão injusto a ponto de não me reconhecer obrigado àquele que, ao me ser útil, também foi útil a si mesmo. Não exijo que cuide de meus interesses desprezando os próprios; pelo contrário, desejo que o benefício concedido a mim tenha sido ainda mais vantajoso para quem o deu, contanto que ele tenha tido ambos em vista e dividido o benefício entre si e mim.

6.13.2 Ainda que tenha ficado com a parte maior, desde que me tenha reservado alguma parte e considerado a nós dois, serei não apenas injusto, mas ingrato, se não me alegrar por ele ter obtido proveito daquilo que me deu. É o cúmulo da mesquinhez recusar o nome de benefício a tudo aquilo que não traz algum prejuízo a quem o concede.

6.13.3 Àquele outro, que concede o benefício apenas por sua própria causa, responderei: "Já que te serviste de mim, por que dizes que me favoreceste, e não que eu te favoreci?" "Suponhamos", diz ele, "que eu não possa alcançar uma magistratura a menos que, de uma grande multidão de cativos, resgate dez cidadãos. Nada me

deverás se eu te libertar da escravidão e das correntes, embora o faça por minha própria causa?"

6.13.4 Responderei: "Nesse caso, fazes algo por tua causa e algo por minha. Por tua causa pagas o resgate; por minha, pagas o meu resgate. Para teu interesse bastaria resgatares quaisquer pessoas que quisesses. Portanto, devo-te não porque me resgatas, mas porque me escolhes: poderias alcançar o mesmo objetivo resgatando outro. Partilhas comigo a vantagem e me admites a um benefício que será útil a nós dois. Preferes-me aos demais; isso fazes inteiramente por minha causa.

6.13.5 Se, porém, o resgate de dez cativos te tornasse pretor e houvesse apenas dez cativos, nenhum de nós te deveria coisa alguma, porque nada terias que retirar de tua própria vantagem para lançar na conta de outro. Não sou avaliador invejoso de benefícios nem desejo que uma dádiva seja concedida somente a mim, mas também a mim."

14

6.14.1 "E se", diz ele, "eu mandasse colocar vossos nomes numa urna e o teu fosse sorteado entre os que seriam resgatados? Nada me deverias?"

6.14.2 Deveria alguma coisa, mas muito pouco. Direi quanto. Nesse caso fazes algo por minha causa: ofereces-me a possibilidade de ser resgatado. Que meu nome tenha sido sorteado devo ao acaso; que pudesse ser sorteado devo a ti. Deste-me acesso ao teu benefício; a maior parte dele devo à Fortuna, mas isto mesmo devo a ti: que eu pudesse vir a devê-lo à Fortuna.

6.14.3 Deixarei completamente de lado aqueles cujo benefício é mercenário, quando quem dá calcula não a quem dará, mas por quanto dará, e todo o benefício se volta para ele próprio. Alguém me vende trigo; não posso viver se não o comprar; nem por isso lhe devo a vida porque o comprei.

6.14.4 Não considero quão necessária era a coisa sem a qual eu não teria continuado vivo, mas quão pouco merecia gratidão aquilo que eu só obtive pagando, e que o vendedor trouxe pensando não em quanto me ajudaria, mas em quanto lucraria. Aquilo por que paguei, não devo.

15

6.15.1 "Por esse raciocínio", objeta alguém, "não deverás ao médico nada além de seu pequeno honorário, nem ao professor, porque lhe pagaste alguma coisa. No entanto, por todos eles nutrimos grande afeição e grande respeito."

6.15.2 A resposta é que certas coisas valem mais do que aquilo que se paga por elas. Do médico compras algo sem preço: a vida e a boa saúde; do mestre das artes liberais, a educação própria de um homem livre e a formação do espírito. Portanto, não lhes pagas o preço daquilo que recebes, mas o de seu trabalho, de sua dedicação a nós e do

tempo em que, abandonando seus próprios assuntos, se ocupam dos nossos. Recebem recompensa não pelo serviço em si, mas pelo esforço.

6.15.3 Há, porém, uma explicação mais verdadeira, que darei depois de mostrar como pode ser refutado o argumento que apresentaste. "Como", dizes, "essas coisas valem mais do que o preço por que são vendidas, deves pagar-me alguma coisa além do preço, ainda que já tenhas pago."

6.15.4 Primeiro: que importa quanto elas realmente valem, se comprador e vendedor chegaram a acordo sobre o preço? Depois, não comprei pelo valor intrínseco da coisa, mas pelo preço que tu estabeleceste. "Vale mais do que foi vendida." Mas não podia ser vendida por mais. Além disso, o preço de cada coisa varia conforme as circunstâncias; mesmo que tenhas exaltado tua mercadoria quanto pudeste, ela vale apenas o maior preço por que pode ser vendida. Quem a compra por bom preço nada deve a mais ao vendedor.

6.15.5 Ainda que valha mais, não houve liberalidade tua, porque o preço foi determinado não pela utilidade e eficácia da coisa, mas pelo costume e pelo valor corrente no mercado.

6.15.6 Que pagamento estabeleces para aquele que atravessa os mares e, quando já perdeu a terra de vista, traça uma rota segura pelo meio das ondas, prevê as tempestades futuras e, de repente, quando todos a bordo ignoram o perigo, manda recolher as velas, baixar os aparelhos e preparar todos para enfrentar a súbita violência da tormenta que se aproxima? E, no entanto, por obra tão grande esse homem recebe apenas o preço da passagem.

6.15.7 Quanto avalias uma hospedagem no meio de uma região deserta, um teto contra a chuva, um banho quente ou uma fogueira durante o frio? E, contudo, sei quanto pagarei por essas coisas quando entrar numa hospedaria. Que grande serviço nos presta aquele que escora uma casa prestes a ruir e sustenta um edifício rachado desde os alicerces! No entanto, esse trabalho de reparação é pago por tarifa fixa e pequena.

6.15.8 Uma muralha nos mantém seguros contra inimigos e ataques repentinos de salteadores; mas sabe-se quanto recebe por dia o operário que ergue torres guarnecidas de ameias para a segurança pública.

16

6.16.1 Seria interminável reunir exemplos para mostrar que coisas de enorme importância são compradas por preços pequenos. Que se segue, então? Por que ao médico e ao mestre devo algo além do pagamento e não fico livre da dívida simplesmente pagando? Porque, de médicos e mestres, tornam-se nossos amigos e nos obrigam não pela habilidade profissional, que vendem, mas por uma disposição benigna e amistosa.

6.16.2 Assim, ao médico que nada faz além de tocar meu pulso, incluir-me no número daqueles a quem visita e prescrever, sem qualquer sentimento, o que devo fazer ou evitar, nada devo além do pagamento, porque ele me considera não um amigo, mas apenas alguém que utiliza seus serviços.

6.16.3 Tampouco há razão para que eu reverencie um mestre se me considerou apenas um entre a multidão de discípulos, se não julgou que eu merecesse cuidado particular e pessoal, se nunca voltou especialmente sua atenção para mim e se, quando derramava seu saber entre todos, eu menos aprendia do que recolhia aquilo que caía ao alcance de todos.

6.16.4 Por que, então, devemos tanto a alguns desses homens? Não porque venderam mais do que aquilo que pagamos, mas porque nos deram alguma coisa particularmente destinada a nós. Aquele médico fez por mim mais do que o dever profissional exigia: temeu por mim, e não por sua reputação como médico; não se contentou em indicar remédios, ele próprio os administrou; sentou-se junto de mim entre amigos preocupados; acorreu nos momentos críticos; nenhum serviço lhe pareceu pesado, nenhum repugnante.

6.16.5 Não ouviu indiferente meus gemidos; entre a multidão dos doentes que pediam seu auxílio, eu era sua maior preocupação; só dedicava aos demais o tempo que minha doença lhe permitia. A esse homem estou obrigado não como médico, mas como amigo.

6.16.6 Outro, ao me ensinar, suportou trabalho e cansaço; além daquilo que os mestres costumam dizer a todos, incutiu e transmitiu a mim outras coisas; com exortações despertou minhas boas disposições; ora me estimulou com elogios, ora corrigiu minha preguiça com censuras.

6.16.7 Depois, por assim dizer, arrancou com a mão meu engenho escondido e entorpecido; não distribuiu avaramente seu saber para prolongar a necessidade que eu tinha dele, mas desejou, se pudesse, derramá-lo inteiro em mim. Sou ingrato se não o amo como alguém a quem estou unido pelos vínculos mais estreitos da gratidão.

17

6.17.1 Aos vendedores até das mercadorias mais desprezíveis damos algo além do combinado se nos parece que tiveram conosco um cuidado acima do comum; damos uma gratificação ao piloto, ao artesão que faz pequenos objetos e ao trabalhador contratado por dia. Nas artes mais nobres, porém, aquelas que conservam ou adornam a vida, é considerado ingrato quem pensa não dever nada além do preço estipulado.

6.17.2 Acrescenta que a transmissão desses conhecimentos produz uma espécie de união entre os espíritos. Quando isso acontece, ao médico e ao mestre paga-se o preço de seu trabalho; permanece, porém, a dívida por sua disposição para conosco.

18

6.18.1 Quando Platão atravessou um rio numa barca e o barqueiro não lhe pediu pagamento, julgou que aquilo lhe fora oferecido em respeito à sua pessoa e disse que o barqueiro tinha um crédito junto a Platão por esse serviço. Pouco depois, porém, vendo que ele transportava gratuitamente um passageiro após outro, Platão negou que tivesse crédito algum junto a ele.

6.18.2 Com efeito, para que eu te deva alguma coisa pelo que me dás, é necessário não apenas que o concedas a mim, mas que o concedas pensando em mim. Não podes cobrar de um indivíduo aquilo que lanças indiscriminadamente sobre a multidão. "Então nada te será devido por isso?" Nada por parte de cada indivíduo; pagarei juntamente com os outros aquilo que devo juntamente com os outros.

19

6.19.1 "Negas", objeta alguém, "que me conceda benefício aquele que me transporta gratuitamente numa barca através do Pó?" Ele me é útil, mas não me concede um benefício; faz isso por sua própria causa, ou ao menos não por minha. Em suma, nem ele próprio pensa estar me concedendo um benefício: oferece-o ao Estado, à vizinhança ou à própria ambição e espera em troca uma vantagem diferente daquela que receberia de cada indivíduo.

6.19.2 "E então", diz alguém, "se o príncipe conceder cidadania a todos os gauleses e imunidade tributária a todos os espanhóis, cada indivíduo nada lhe deverá?" Certamente deverá alguma coisa, mas não como benefício pessoal: deverá como participante de um benefício comum.

6.19.3 "O príncipe", diz ele, "não pensava em mim quando beneficiou a todos; não quis dar cidadania especificamente a mim nem dirigiu sua atenção à minha pessoa. Por que, então, devo ficar obrigado àquele que não me teve em mente quando decidiu aquilo que daria?"

6.19.4 Em primeiro lugar, quando quis beneficiar todos os gauleses, quis beneficiar também a mim, pois eu era gaulês e ele me incluiu, se não sob meu próprio nome, ao menos sob o nome de meu povo. Além disso, minha obrigação para com ele não será pessoal, mas comum: como um dos cidadãos, contribuirei não em meu próprio nome, mas em nome da comunidade.

6.19.5 Se alguém emprestar dinheiro à minha pátria, não direi que pessoalmente lhe devo, nem, ao me apresentar como candidato a um cargo ou como réu, declararei essa dívida; ainda assim, contribuirei com minha parte para pagá-la. Do mesmo modo, nego que eu deva pessoalmente por um serviço dado a todos, porque ele o deu a mim, mas não por minha causa; deu-o a mim, mas sem saber individualmente que o dava a mim. Entretanto, reconheço que devo contribuir com alguma coisa, porque o serviço chegou até mim, ainda que por caminho indireto. Para me obrigar pessoalmente, um ato deve ter sido praticado por minha causa.

20

6.20.1 "Por esse raciocínio", diz alguém, "não deves coisa alguma à lua nem ao sol, pois não se movem por tua causa." Mas, como se movem para conservar o universo, movem-se também por minha causa, porque faço parte do universo.

6.20.2 Acrescenta que nossa condição e a deles não é a mesma. Quem me favorece para, por meu intermédio, favorecer a si mesmo não me concedeu benefício, pois fez de mim instrumento de sua vantagem. O sol e a lua, porém, ainda que nos favoreçam por sua própria causa, não nos favorecem para, por nosso intermédio, favorecerem a si mesmos. Que poderíamos nós oferecer-lhes?

21

6.21.1 "Eu admitiria", diz ele, "que o sol e a lua querem nos favorecer, se pudessem não querer; mas não lhes é permitido deixar de mover-se. Pois bem: que parem e interrompam seu trabalho." Vê de quantas maneiras isso pode ser refutado.

6.21.2 Ninguém quer menos por não poder deixar de querer; ao contrário, a maior prova de uma vontade firme é ela não poder mudar. Ao homem bom não é possível deixar de fazer aquilo que faz, pois não será bom se não o fizer. Seria, portanto, igualmente correto dizer que o homem bom não concede benefício porque faz aquilo que deve; mas justamente não lhe é possível deixar de fazer aquilo que deve.

6.21.3 Além disso, há enorme diferença entre dizeres: "Ele não pode deixar de fazer isto", porque alguém o força, e dizeres: "Ele não pode deixar de querer fazer isto." Se é necessário que faça, o benefício é devido não a ele, mas a quem exerce a coerção; se é necessário que queira fazê-lo porque nada melhor pode querer, ele próprio se força. Portanto, aquilo que eu não lhe deveria porque é coagido, devo-lhe porque é ele próprio quem exerce a coerção.

6.21.4 "Então que deixem de querer", diz ele. Considera isto: quem seria tão insensato a ponto de dizer que não é vontade aquela que não corre risco algum de cessar ou converter-se no contrário, quando, ao contrário, ninguém merece tanto ser reconhecido como alguém que quer quanto aquele cuja vontade está tão firme que se torna eterna? Se mesmo aquele que pode a qualquer momento deixar de querer é considerado voluntário, não parecerá querer aquele cuja própria natureza não lhe permite deixar de querer?

22

"Pois bem", diz ele, "que parem, se puderem." Dizes, na verdade: "Que todos esses corpos celestes, separados por imensos intervalos e distribuídos em seus postos para a guarda do universo, abandonem suas estações; que, numa súbita confusão da matéria, os astros colidam com os astros e as coisas divinas precipitem-se na ruína, rompida a harmonia do mundo; que essa ordem de movimentos velocíssimos deixe, no meio do percurso, de cumprir a sucessão prometida por tantos séculos; que os corpos que

agora, indo e vindo alternadamente, equilibram o universo e o mantêm em justa medida sejam de repente consumidos pelo fogo; que toda essa variedade se desfaça e se reúna numa só coisa; que o fogo domine tudo, depois uma espessa escuridão tome o lugar do fogo, e um profundo abismo engula todas as coisas divinas." Vale a pena que tudo isso desabe para te convencer? Eles te favorecem mesmo contra tua vontade e se movem por tua causa, ainda que haja para esse movimento uma causa anterior e mais importante.

23

6.23.1 Acrescenta que os deuses não são coagidos por causas externas: sua própria vontade lhes é lei eterna. Determinaram aquilo que não haveriam de mudar; por isso não se pode dizer que fazem alguma coisa sem querer, pois quiseram perseverar justamente naquilo que não podem deixar de fazer, e os deuses jamais se arrependem de sua primeira decisão.

6.23.2 Sem dúvida, não podem parar nem desertar para o lado contrário, mas apenas porque sua própria força os mantém no propósito. Não permanecem em seu curso por fraqueza, mas porque não desejam abandonar o melhor caminho e porque decidiram avançar por ele.

6.23.3 Além disso, naquele primeiro ordenamento, quando dispuseram todas as coisas, pensaram também em nossos assuntos e levaram em conta o homem. Portanto, não se pode julgar que cumpram seus circuitos e tarefas somente por sua própria causa, pois nós também fazemos parte daquilo que realizam. Devemos, assim, ao sol, à lua e aos demais corpos celestes porque, embora existam razões maiores pelas quais se levantam, ainda assim, enquanto se dirigem a fins mais elevados, também nos auxiliam.

6.23.4 Acrescenta que nos auxiliam deliberadamente; por isso ficamos obrigados: não tropeçamos num benefício proveniente de quem nada sabia a nosso respeito. Eles sabiam que receberíamos aquilo que recebemos. Ainda que tenham um propósito maior e colham de seus trabalhos frutos mais amplos do que apenas favorecer os mortais, desde o início das coisas sua atenção esteve voltada também para nossas necessidades, e o mundo foi disposto de modo a deixar claro que o cuidado conosco não estava entre suas menores preocupações.

6.23.5 Devemos reverência a nossos pais, embora muitos tenham se unido sem intenção de gerar filhos. Quanto aos deuses, não se pode pensar que ignorassem o que faziam quando providenciaram para todos os homens alimento e auxílio disponíveis, nem que tenham produzido inadvertidamente seres para os quais prepararam tantas coisas. A natureza pensou em nós antes de nos criar; não somos obra tão insignificante que lhe tenhamos escapado ao pensamento.

6.23.6 Observa quanto ela nos permitiu: não restringiu a extensão do domínio humano aos próprios homens; vê até onde nossos corpos podem deslocar-se, pois não

os confinou aos limites da terra, mas os enviou a todas as regiões dela; vê quanta ousadia concedeu ao nosso espírito, único capaz de conhecer ou procurar os deuses e de, elevando o pensamento, participar da companhia divina. Perceberás que o homem não é uma criação casual e impensada.

6.23.7 Entre suas maiores obras, a natureza não possui nenhuma de que mais se orgulhe — ou certamente nenhuma outra diante da qual possa se orgulhar. Que loucura é esta de discutir com os deuses sobre seu presente! Como poderá alguém ser grato àqueles a quem não pode retribuir sem algum custo, se nega ter recebido algo justamente daqueles de quem recebeu mais, sempre dispostos a dar e nunca dispostos a reclamar de volta?

6.23.8 Que perversidade não se considerar devedor porque alguém é generoso mesmo sem receber agradecimento e usar justamente a continuidade de seus benefícios como prova de que dá por necessidade! "Não quero! Que fique com o que é dele! Quem lhe pediu?" Acrescenta ainda todas as outras expressões próprias de um espírito sem vergonha. Ele não te tratou menos bem porque sua generosidade te alcança até quando a rejeitas; pelo contrário, está entre seus maiores benefícios o fato de continuar dando mesmo quando reclamas.

24

6.24.1 Não vês como os pais obrigam os filhos, na tenra infância, a aceitar aquilo que lhes faz bem? Embora chorem e resistam, cuidam escrupulosamente de seus corpos e, para que os membros não se deformem pela liberdade prematura de movimento, envolvem-nos em faixas para que cresçam direitos. Pouco depois começam a impor-lhes uma educação liberal e vencem sua resistência pelo medo; por fim, na juventude impetuosa, introduzem-nos na sobriedade, no pudor e nos bons costumes, recorrendo até à força quando há resistência.

6.24.2 Mesmo já crescidos e senhores de si, se recusam remédios por medo ou indisciplina, empregam-se coerção e contenção. Assim, alguns dos maiores benefícios são justamente aqueles que recebemos dos pais sem saber ou contra nossa vontade.

25

6.25.1 Parecidos com aqueles ingratos que recusam benefícios não porque não os desejem, mas para não ficarem obrigados, são, no extremo oposto, os excessivamente gratos, que costumam desejar que aconteça algum mal ou infortúnio àqueles a quem devem, para que encontrem ocasião de mostrar uma disposição lembrada do benefício recebido.

6.25.2 Pergunta-se se fazem isso corretamente e por um desejo conforme ao dever. Seu espírito é muito semelhante ao daqueles que ardem de amor perverso e desejam o exílio da pessoa amada para acompanhá-la quando estiver só e em fuga; desejam sua

pobreza para poder dar-lhe quando estiver em maior necessidade; desejam sua doença para poder sentar-se junto ao leito. Como amantes, rezam por aquilo que um inimigo desejaria. Assim, o ódio e o amor enlouquecido chegam quase ao mesmo resultado.

6.25.3 Algo semelhante acontece com aqueles que desejam males aos amigos para depois removê-los e chegam ao benefício pela injúria, quando seria melhor nada fazer do que procurar ocasião para prestar serviço por meio de um delito.

6.25.4 Que diríamos se um piloto pedisse aos deuses tempestades violentíssimas e mares revoltos, para que sua perícia fosse mais admirada no perigo? Ou se um comandante pedisse que uma enorme força inimiga cercasse seu acampamento, enchesse os fossos com uma investida repentina, derrubasse a paliçada e, enquanto seu exército tremesse, fincasse os estandartes hostis junto às próprias portas, para que ele pudesse salvar com maior glória uma situação já quebrada e perdida?

6.25.5 Todos esses homens conduzem seus benefícios por um caminho odioso: pedem aos deuses que combatam aqueles a quem pretendem ajudar e desejam vê-los primeiro abatidos para depois levantá-los. Querer que aconteça um mal àquele a quem não se pode honestamente deixar de ajudar revela a crueldade de um espírito cuja gratidão perdeu a direção.

26

6.26.1 "Minha prece", responde ele, "não o prejudica, porque desejo ao mesmo tempo seu perigo e sua salvação." Não estás dizendo que não cometes um erro, mas apenas que cometes um erro menor do que se desejasses o perigo sem desejar o salvamento. É maldade mergulhar alguém para depois tirá-lo da água, derrubá-lo para depois levantá-lo, aprisioná-lo para depois libertá-lo. O fim de uma injúria não é benefício, e jamais é bondade remover aquilo que nós próprios impusemos.

6.26.2 Prefiro que não me firas a que depois me cures. Podes conquistar minha gratidão se me curas porque fui ferido, não se me feres para poder me curar. Uma cicatriz jamais agrada senão em comparação com a ferida: alegramo-nos porque sara, mas preferiríamos que nunca tivesse existido. Se desejasses semelhante mal a alguém de quem nada recebeste, tua prece já seria desumana; quanto mais desumana é quando a diriges contra alguém a quem deves um benefício!

27

6.27.1 "Ao mesmo tempo", diz ele, "peço que eu possa socorrê-lo." Primeiro, para deter-te no meio da própria prece: já és ingrato. Ainda não ouvi aquilo que pretendes dar-lhe, mas já sei aquilo que desejas que sofra. Invocas sobre ele ansiedade, medo e algum mal maior. Pedes que precise de ajuda: isso é contra o interesse dele; esperas que precise da tua ajuda: isso é do teu interesse. Não queres ajudá-lo, mas pagar-lhe. Quem tem tanta pressa quer livrar-se da dívida, não retribuir.

6.27.2 Assim, justamente a única parte de tua prece que poderia parecer honesta é vergonhosa e ingrata: não querer continuar devendo. Pedes não que tenhas meios para retribuir, mas que ele seja reduzido à necessidade de implorar tua ajuda. Colocaste acima dele e — o que é infame — fazes com que aquele que te beneficiou se ajoelhe diante de ti. Quanto melhor seria permanecer devedor com uma disposição honrosa do que quitar a dívida por meio de uma disposição má!

6.27.3 Se negasses ter recebido o benefício, cometerias uma falta menor, pois ele perderia apenas aquilo que te deu. Agora queres que fique abaixo de ti e que, pela perda de seus bens e mudança de condição, seja reduzido ao ponto de rastejar diante daqueles que beneficiou. Hei de considerar-te grato? Pronuncia essa prece diante daquele que pretendes ajudar. Chamas de prece algo que poderia ser pronunciado tanto por um homem agradecido quanto por um inimigo e que, retiradas as últimas palavras, não hesitarias em atribuir a um adversário?

6.27.4 Também os inimigos desejaram capturar certas cidades para poupá-las e vencer determinados homens para perdoá-los; nem por isso tais desejos deixam de ser hostis porque, depois da crueldade, venha aquilo que é mais brando.

6.27.5 Afinal, que espécie de prece é aquela cujo cumprimento ninguém deseja menos do que a própria pessoa em favor de quem ela é feita? Tratas muito mal aquele que desejas seja ferido pelos deuses e socorrido por ti; e tratas os deuses ainda mais injustamente, porque lhes atribuis a parte cruel e reservas a humana para ti: para que tu possas ajudar, eles terão primeiro de ferir.

6.27.6 Se instigasses um acusador para depois fazê-lo desistir, ou enredasses alguém num processo para logo encerrá-lo, ninguém teria dúvida sobre teu delito. Que diferença faz se tentas isso por fraude ou por oração, senão que neste último caso procuras contra ele adversários mais poderosos?

6.27.7 Não podes dizer: "Que mal lhe faço?" Tua prece ou é inútil ou é nociva; e é nociva mesmo quando não produz efeito. Aquilo que não consegues alcançar é benefício dos deuses; aquilo que pedes é, por si mesmo, uma injúria. Isso basta: devemos indignar-nos contigo não menos do que se tivesses conseguido.

28

6.28.1 "Se minhas preces", objeta ele, "tivessem sido atendidas, teriam sido atendidas também nisto: tu estarias a salvo." Primeiro, desejaste para mim um perigo certo condicionado a um socorro incerto. Depois, suponhamos ambos certos: a injúria vem primeiro.

6.28.2 Além disso, conheces apenas os termos de tua prece: uma tempestade me envolve sem que eu saiba se chegarei ao porto. Pensa quanto fui torturado por precisar de auxílio, ainda que o tenha recebido; por sentir medo, ainda que tenha sido salvo; por ser acusado, ainda que tenha sido absolvido. Não existe medo cuja remoção seja tão agradável quanto é agradável uma segurança firme e jamais abalada.

6.28.3 Pede que possas retribuir-me um benefício quando eu precisar; não peças que eu precise. Se estivesse em teu poder realizar aquilo que pedes, tu próprio produzirias o mal que desejas.

29

6.29.1 Quanto mais honrosa seria esta prece: "Peço que ele esteja sempre em condições de distribuir benefícios e nunca precise recebê-los; que o acompanhem os meios de dar e ajudar, dos quais faz uso tão generoso; que nunca lhe faltem benefícios para conceder nem tenha razão para arrepender-se dos que concedeu; que sua natureza, espontaneamente inclinada à compaixão, à humanidade e à clemência, seja estimulada e provocada por uma multidão de homens gratos, que ele tenha a felicidade de encontrar, mas não a necessidade de pôr à prova; que seja implacável com ninguém e não tenha de apaziguar ninguém; que a Fortuna continue a tratá-lo com tamanha indulgência que ninguém consiga mostrar-lhe gratidão senão por reconhecê-la."

6.29.2 Quanto mais apropriadas são essas preces, que não te remetem a uma ocasião futura, mas mostram imediatamente tua gratidão. Pois que impede retribuir um benefício a quem está em plena prosperidade? Quantos meios existem para devolver o que devemos até aos afortunados: conselho leal, convivência constante, conversa agradável que deleita sem adular, ouvidos atentos se ele quiser consultar e seguros se quiser confiar algum segredo, e a intimidade da amizade. A boa fortuna não elevou ninguém tanto que não necessite de um amigo — tanto mais quando já não necessita de coisa alguma.

30

6.30.1 Essa oportunidade que invocas é sinistra e deve ser excluída e banida de toda oração. Para poderes ser grato, precisas da cólera dos deuses? Não te adverte do teu erro o fato de que as coisas correm melhor justamente para aquele com quem estás sendo ingrato? Coloca diante dos olhos prisão, correntes, desonra, escravidão, guerra, pobreza: essas são as ocasiões que pedes. Se alguém contratou contigo, é por meio delas que se livra de tua dívida.

6.30.2 Por que não desejar, antes, que seja poderoso e feliz aquele a quem mais deves? Que te impede, como eu disse, de retribuir mesmo a quem desfruta da mais alta fortuna? Para isso encontrarás meios numerosos e variados. Como? Não sabes que se pode pagar uma dívida até a um homem rico?

6.30.3 Não te atormentarei contra tua vontade. Admitamos que uma fortuna opulenta tenha eliminado todas as outras possibilidades. Mostrarei o que falta aos que ocupam os lugares mais elevados, o que precisam aqueles que possuem tudo: alguém que lhes diga a verdade e os liberte da conspiração das falsidades que ecoam em uníssono ao redor deles, entorpecidos por aqueles que mentem e conduzidos à ignorância da verdade pelo próprio hábito de ouvir adulações em vez de fatos.

6.30.4 Não vês como tais homens são levados à ruína quando se elimina a liberdade de falar e a lealdade se transforma em adulação servil?

6.30.5 Como ninguém lhes aconselha com honestidade a favor ou contra alguma decisão, mas todos disputam quem mais os adula, e todo o dever dos amigos passa a consistir em competir para enganá-los da maneira mais agradável, eles deixam de conhecer suas verdadeiras forças e, acreditando ser tão grandes quanto ouvem dizer que são, lançam-se em guerras inúteis que põem tudo em risco, rompem uma concórdia útil e necessária e, conduzidos por uma ira que ninguém ousou refrear, derramam o sangue de muitos e, por fim, o próprio.

6.30.6 Tomam por certas opiniões que nem sequer foram examinadas, julgam ser tão vergonhoso ser dissuadido quanto ser vencido e acreditam que permanecerá para sempre aquilo que já alcançou o ponto mais alto e começa a inclinar-se para a queda. Assim fazem desabar sobre si e sobre os seus enormes reinos. E, enquanto permanecem naquele palco resplandecente de bens vazios e rapidamente perecíveis, não compreendem que deveriam esperar toda adversidade desde o momento em que já não podiam ouvir uma única palavra verdadeira.

31

6.31.1 Quando Xerxes declarou guerra à Grécia, seu espírito, inflado de orgulho e esquecido da fragilidade das coisas em que depositava confiança, só encontrou quem o estimulasse. Um dizia que os inimigos não suportariam sequer o anúncio da guerra e fugiriam ao primeiro rumor de sua chegada.

6.31.2 Outro afirmava que não havia dúvida de que, com forças tão poderosas, a Grécia poderia não apenas ser vencida, mas esmagada; que o verdadeiro temor era encontrarem cidades vazias e abandonadas e, fugindo o inimigo, restarem-lhes vastos desertos onde não poderiam empregar tão grandes tropas.

6.31.3 Outro dizia que o mundo mal bastava para ele: os mares eram estreitos para suas frotas, os acampamentos para seus soldados, as planícies para dispor sua cavalaria, e o próprio céu mal era largo o bastante para receber as flechas de todos os seus arqueiros.

6.31.4 Enquanto de todos os lados se faziam tantas jactâncias desse gênero, inflamando um homem que já se avaliava acima da medida, somente Demarato, o espartano, disse-lhe que aquela mesma multidão da qual tanto se orgulhava, desordenada e pesada, devia inspirar medo ao próprio comandante: não possuía força, mas peso. Forças excessivamente numerosas não podem ser governadas; e aquilo que não pode ser governado não dura muito.

6.31.5 "Logo no primeiro desfiladeiro os espartanos se apresentarão diante de ti e te mostrarão do que são capazes. Trezentos deterão essas incontáveis milhares de nações; permanecerão fixos no posto, defenderão com as armas a passagem confiada a eles e a fecharão com os próprios corpos. Toda a Ásia não os moverá de lugar. Um

punhado de homens deterá essas enormes ameaças de guerra e o assalto de quase todo o gênero humano.

6.31.6 Quando a natureza, alterando suas leis, tiver permitido que atravesse o mar, serás detido por uma vereda; e, calculando quanto te custou o passo das Termópilas, aprenderás a estimar tuas perdas futuras. Perceberás que podes ser posto em fuga quando tiveres percebido que podes ser contido.

6.31.7 Em muitos lugares os inimigos cederão diante de ti, como se fossem arrastados por uma torrente que desce impetuosa e causa enorme terror no primeiro momento; depois, reunindo-se aqui e ali, erguer-se-ão contra ti e te esmagarão com tua própria força.

6.31.8 É verdade o que dizem: teus instrumentos de guerra são maiores do que podem comportar as regiões que pretendes atacar; mas isso é precisamente o que nos favorece. A Grécia te vencerá justamente porque não pode comportar-te: não poderás usar tudo aquilo que possuis.

6.31.9 Além disso, ser-te-á impossível a única esperança de salvação: enfrentar o primeiro ataque, reforçar os que vacilam, sustentar e amparar os que cedem. Serás vencido muito antes de saberes que estás vencido.

6.31.10 Não há motivo para acreditares que teu exército é irresistível apenas porque nem seu comandante conhece seu número. Nada é tão grande que não possa perecer; se faltarem outras causas, a própria grandeza produz a causa de sua ruína."

6.31.11 Tudo aconteceu como Demarato predissera. Aquele que atacava as coisas divinas e humanas e modificava tudo o que encontrava no caminho foi obrigado a parar diante de trezentos homens; e, depois de ser abatido em toda a Grécia, o persa compreendeu quanta diferença existe entre uma multidão e um exército. Xerxes, portanto, mais abatido pela vergonha do que pelas perdas, agradeceu a Demarato porque só ele lhe dissera a verdade e permitiu-lhe pedir o que quisesse.

6.31.12 Demarato pediu para entrar em Sardes, a maior cidade da Ásia, num carro, usando erguida sobre a cabeça a tiara reservada exclusivamente aos reis. Merecera a recompensa — ao menos até pedi-la. Mas quão miseráveis eram aqueles entre os quais ninguém podia dizer a verdade ao rei, senão um homem que não estava habituado a dizê-la a si mesmo!

32

6.32.1 O divino Augusto relegou sua filha, cuja impudicícia ultrapassava toda censura possível à impudicícia, e tornou públicos os escândalos da casa imperial: que ela admitia grupos de adúlteros, percorria a cidade em orgias noturnas, escolhera como cenário de seus prazeres o próprio Fórum e a tribuna de onde seu pai promulgara uma lei contra o adultério, e visitava com frequência a estátua de Mársias quando, passando do adultério à prostituição, buscava nos braços de um amante desconhecido o direito a toda licença.

6.32.2 Incapaz de conter a ira, divulgou esses crimes — que mereciam tanto castigo quanto segredo, pois a vergonha de certos atos recai também sobre quem os pune. Mais tarde, quando o tempo fez a vergonha ocupar o lugar da ira, lamentou não ter silenciado sobre coisas que ignorara até o momento em que já era vergonhoso falar delas e exclamou repetidas vezes: "Nada disso me teria acontecido se Agripa ou Mecenas estivessem vivos!" Tão difícil foi para alguém que tinha à disposição tantos milhares de homens substituir apenas dois.

6.32.3 Legiões foram destruídas e imediatamente recrutadas de novo; a frota naufragou e em poucos dias outra já flutuava; edifícios públicos foram consumidos pelo fogo e outros melhores surgiram em seu lugar. Durante todo o restante de sua vida, porém, o lugar de Agripa e Mecenas permaneceu vazio. Que devo pensar? Que não existiam homens semelhantes que pudessem ser escolhidos ou que a culpa foi do próprio Augusto, porque preferiu lamentar-se a procurar?

6.32.4 Não há razão para acreditar que Agripa e Mecenas costumassem dizer-lhe a verdade; se estivessem vivos, talvez também estivessem entre os que dissimulavam. É próprio do espírito dos reis exaltar aquilo que se perdeu em desprezo do que está presente e atribuir a virtude da franqueza àqueles de quem já não há perigo de ouvi-la.

33

6.33.1 Mas, para voltar ao assunto: vês como é fácil retribuir um benefício aos afortunados e aos que estão colocados no cume do poder humano. Diz-lhes não aquilo que desejam ouvir, mas aquilo que desejarão ter ouvido desde o princípio. Deixa, às vezes, uma voz verdadeira penetrar em ouvidos cheios de adulação; dá-lhes conselho útil.

6.33.2 Perguntas o que podes oferecer a um homem afortunado? Faz com que desconfie de sua fortuna e compreenda que ela precisa ser sustentada por muitas mãos fiéis. Terás lhe dado pouco se arrancares dele a crença insensata de que seu poder durará para sempre e lhe ensinares que os bens dados pelo acaso são instáveis, que partem mais depressa do que chegam e que não se desce pelos mesmos degraus pelos quais se subiu ao cume, mas que muitas vezes não há intervalo algum entre o ponto mais alto da fortuna e o fundo do abismo?

6.33.3 Não sabes quanto vale a amizade se não compreendes que darás muito a alguém ao dar-lhe um amigo — coisa rara não apenas nos palácios, mas ao longo dos séculos, e em nenhum lugar mais ausente do que onde se acredita que ela abunda.

6.33.4 Como? Julgas que aqueles cadernos, que nem a memória nem as mãos do nomenclátor conseguem facilmente conter, são listas de amigos? Não são amigos os que, em longa fila, batem à porta e são divididos entre primeiras e segundas audiências.

34

6.34.1 É antigo costume dos reis e daqueles que imitam os reis dividir em classes a multidão de seus amigos; e é próprio da arrogância atribuir alto valor ao simples direito de transpor, ou sequer tocar, o limiar, e conceder como honra a possibilidade de sentar-se mais perto da entrada ou de pôr o pé mais cedo numa casa em que muitas portas permanecem fechadas até para os admitidos.

6.34.2 Entre nós, Caio Graco e Lívio Druso foram os primeiros a dividir em grupos a multidão de visitantes, recebendo uns em particular, outros em pequenos grupos e outros em massa. Tiveram, assim, amigos de primeira ordem e amigos de segunda ordem; amigos verdadeiros, nunca.

6.34.3 Chamas amigo àquele cuja saudação recebe um lugar na fila? Ou podes alcançar a lealdade de alguém que não entra propriamente, mas se esgueira por portas abertas com má vontade? Poderá chegar à liberdade de falar sem freios aquele cuja saudação — "bom dia", palavra comum e pública, usada até entre desconhecidos — só pode ser pronunciada quando chega sua vez?

6.34.4 Sempre que fores à casa de um daqueles cuja recepção põe a cidade inteira em movimento, ainda que vejas as ruas sitiadas por enorme multidão e as vias congestionadas por gente indo e vindo, sabe que te aproximas de um lugar cheio de homens e vazio de amigos.

6.34.5 O amigo deve ser procurado no coração, não no vestíbulo; é ali que deve ser acolhido, ali conservado e guardado entre os afetos. Ensina isso: aí está uma forma de gratidão.

35

6.35.1 Pensas pouco de ti mesmo se não podes ser útil senão a quem está em dificuldade e se, quando tudo corre bem, ficas ocioso. Assim como ages sabiamente nas circunstâncias duvidosas, adversas e favoráveis — tratando as duvidosas com prudência, as adversas com coragem e as felizes com moderação —, também em todas as situações podes mostrar-te útil a um amigo. Não o abandones na adversidade nem desejes que ela lhe aconteça; ainda assim, em tamanha variedade de acontecimentos, surgirão muitas circunstâncias que, sem que as desejes, te oferecerão oportunidade de exercer tua lealdade.

6.35.2 Imagina alguém que deseja riquezas a outro na esperança de receber parte delas: embora pareça rezar por aquele homem, na verdade cuida de si próprio. Assim também quem deseja que alguma necessidade caia sobre o amigo para poder aliviá-la com sua ajuda e fidelidade coloca seus próprios interesses antes dos do amigo — o que é ingrato — e considera a infelicidade dele um preço aceitável para que ele próprio possa parecer agradecido. E justamente por isso se mostra ingrato: deseja descarregar-se de um fardo e libertar-se de um peso.

6.35.3 Faz enorme diferença apressares-te a retribuir para pagar o benefício ou apenas para não continuar devendo. Quem quer retribuir adapta-se à conveniência de seu benfeitor e deseja uma ocasião apropriada para ele; quem deseja somente libertar-se procura consegui-lo por qualquer meio — sinal de péssima disposição.

6.35.4 "Essa pressa excessiva", diz alguém, "é própria de um ingrato?" Não posso expressá-lo mais claramente do que repetindo o que já disse: não queres retribuir um benefício recebido, mas escapar dele. Pareces dizer: "Quando ficarei livre? Preciso fazer tudo para deixar de dever-lhe." Se quisesses pagá-lo com dinheiro tirado do próprio bolso dele, parecerias muito distante da gratidão. O que desejas, porém, é ainda mais injusto: lanças maldições sobre ele e amontoas imprecações sobre a cabeça daquele que deveria ser sagrado para ti.

6.35.5 Ninguém, creio, duvidaria da maldade de tua intenção se pedisses abertamente pobreza, prisão, fome ou medo para ele. Que diferença faz se essas coisas estão nas palavras de tua oração ou apenas em seu sentido? Desejas, na verdade, algum desses males. Vai agora e considera obra de um homem grato aquilo que nem um ingrato faria, desde que sua ingratidão não tivesse avançado até o ódio e se limitasse a negar o benefício.

36

6.36.1 Quem chamará Eneias de piedoso se tivesse desejado que sua pátria fosse capturada para poder retirar o pai do cativeiro? Quem apontará como exemplo de bons filhos os jovens sicilianos se tivessem pedido que o Etna, ardendo e em chamas, lançasse uma torrente extraordinária de fogo apenas para lhes proporcionar ocasião de demonstrar piedade filial, arrancando os pais do meio das labaredas?

6.36.2 Roma nada deve a Cipião se ele provocou a Guerra Púnica para depois encerrá-la; nada deve aos Décios por terem salvo a pátria morrendo, se antes pediram que uma necessidade terrível lhes oferecesse ocasião para tão corajoso sacrifício. É prática extremamente vergonhosa o médico produzir trabalho para si; muitos, tendo aumentado e agravado doenças para conquistar maior glória ao curá-las, não conseguiram eliminá-las ou só as venceram ao preço de enorme sofrimento dos infelizes doentes.

37

6.37.1 Dizem que Calístrato — ao menos é isso que escreve Hécaton —, quando partia para o exílio juntamente com muitos outros expulsos por uma cidade turbulenta, liberal até a licença, ouviu alguém desejar que alguma necessidade obrigasse os atenienses a chamar de volta os exilados. Calístrato, porém, pediu que não retornasse sob tais condições.

6.37.2 Nosso Rutílio mostrou ainda mais grandeza. Quando alguém o consolava dizendo que uma guerra civil se aproximava e que em breve todos os exilados

retornariam, respondeu: "Que mal te fiz para desejares para mim um retorno pior do que minha partida? Prefiro que minha pátria se envergonhe do meu exílio a que chore por meu retorno." Não é exílio aquilo de que o condenado se envergonha menos que todos.

6.37.3 Assim como esses homens cumpriram o dever de bons cidadãos ao não desejar recuperar a própria casa ao preço de uma calamidade comum — porque é melhor uma desgraça injusta atingir dois homens do que uma desgraça pública atingir todos —, também não conserva disposição de homem grato aquele que deseja ver o próprio benfeitor cercado de dificuldades que ele possa remover. Ainda que a intenção seja boa, o desejo é mau. Não há defesa, muito menos glória, em apagar um incêndio que tu mesmo provocaste.

38

6.38.1 Em algumas cidades, uma prece ímpia foi considerada crime. Em Atenas, certamente, Demades conseguiu a condenação de um vendedor de artigos funerários ao provar que ele havia desejado grandes lucros, que não poderiam chegar sem muitas mortes. Discute-se, contudo, com frequência se a condenação foi justa. Talvez ele tenha pedido não vender muito, mas lucrar muito — isto é, comprar barato aquilo que venderia.

6.38.2 Como seu comércio consiste em comprar e vender, por que atribuir sua prece apenas a uma das partes da atividade, se de ambas pode vir o lucro? Além disso, poderias condenar todos os que exercem esse ofício, pois todos desejam — isto é, rezam interiormente — pelo mesmo. Condenarás grande parte do gênero humano: quem não lucra com alguma desvantagem alheia?

6.38.3 O soldado deseja a guerra se deseja glória; o alto preço do trigo alegra o agricultor; o grande número de processos eleva o valor da eloquência; um ano doentio dá lucro aos médicos; a corrupção da juventude enriquece os vendedores de luxo; se tempestades e incêndios não causarem danos às casas, a atividade dos construtores entra em declínio. A prece de um homem foi descoberta; a de todos é igual.

6.38.4 Ou não percebes que Arrúncio, Hatério e todos os que fizeram profissão da caça às heranças fazem as mesmas preces que os vendedores de funerais e coveiros? Estes ignoram de quem desejam a morte; aqueles desejam a morte justamente dos mais próximos, cuja amizade oferece a maior esperança. A permanência de qualquer pessoa na vida não causa prejuízo aos primeiros; aos segundos, porém, cada adiamento da morte esgota a paciência. Portanto, desejam não apenas receber aquilo que conquistaram por uma servidão vergonhosa, mas também libertar-se do ônus de continuar pagando tributo.

6.38.5 Não há dúvida, portanto, de que estes desejam com mais intensidade justamente aquilo que foi condenado naquele homem, pois todo aquele que,

morrendo, lhes dará lucro, vivendo lhes causa prejuízo. E, no entanto, as preces de todos esses homens são tão conhecidas quanto impunes. Por fim, cada um examine a si mesmo, retire-se para os recantos do próprio coração e observe o que pediu em silêncio. Quantas preces teria vergonha de confessar até a si próprio! Quão poucas são aquelas que poderíamos fazer diante de uma testemunha!

39

6.39.1 Nem tudo, porém, que merece censura merece também condenação. Assim é esta prece do amigo de que estamos tratando: ele faz mau uso de uma boa intenção e cai exatamente no vício que tenta evitar; pois, enquanto se apressa em demonstrar gratidão, torna-se ingrato.

6.39.2 Eis o que ele diz: "Que caia sob meu poder; que deseje minha influência; que não possa permanecer seguro, honrado ou protegido sem mim; que se torne tão infeliz que tudo quanto eu lhe devolver conte como benefício." Isto é o que os deuses ouvem: "Que conspirações domésticas o envolvam, e só eu possa reprimi-las; que um inimigo poderoso e temível o ameace, que uma multidão armada e hostil se levante contra ele; que um credor o pressione ou um acusador o persiga."

40

6.40.1 Vê quanta justiça há em ti! Nada disso terias desejado se ele não te houvesse concedido um benefício. Mesmo deixando de lado o delito mais grave de retribuir algo muito bom com algo muito mau, certamente erras por não esperares o momento apropriado de cada coisa: tanto falha quem chega tarde quanto quem se antecipa. Assim como nem sempre um benefício deve ser aceito, também nem sempre deve ser retribuído.

6.40.2 Se me devolvesses alguma coisa quando eu não a desejasse, serias ingrato; quanto mais ingrato és ao obrigar-me a precisar dela! Espera. Por que não queres que meu presente permaneça contigo? Por que te incomoda estar obrigado? Por que te apressas em ajustar as contas como se tratasses com um credor cruel? Por que me crias dificuldades? Por que invocas os deuses contra mim? Como te comportarias ao exigir o pagamento, se assim me pagas?

41

6.41.1 Acima de tudo, portanto, Liberal, aprendamos isto: não sentir inquietação por dever benefícios e procurar — sem fabricar — ocasiões para retribuí-los. Lembremos que o próprio desejo de libertar-se da dívida na primeira oportunidade é próprio do ingrato. Ninguém paga com prazer aquilo que deve contra a própria vontade; e aquilo que não deseja conservar considera peso, não presente.

6.41.2 Quanto melhor e mais justo manter sempre presentes os méritos dos amigos e oferecer-lhes, sem impor, a retribuição; não nos consideremos devedores como diante de uma conta, pois o benefício é um vínculo comum que une duas pessoas.

Diz: "Não atraso a devolução do que é teu; espero apenas que o recebas de boa vontade. Se alguma necessidade atingir um de nós e o destino fizer com que ou tu precises recuperar um benefício ou eu receber outro, que dê aquele que está habituado a dar. Estou pronto: 'Não será Turno quem causará demora.' Essa disposição mostrarei assim que chegar a ocasião; enquanto isso, os deuses são minhas testemunhas."

42

6.42.1 Vejo frequentemente em ti, meu caro Liberal, e quase consigo apontá-lo com o dedo, este temor inquieto de seres lento demais no cumprimento de algum dever. A inquietação não convém a um espírito grato; ao contrário, toda preocupação deve ser afastada pela máxima confiança em si e pela consciência de uma afeição verdadeira. Dizer "recebe o que te devolvo" é censura tão grande quanto dizer "tu me deves". Seja esta a primeira lei ao conceder um benefício: cabe a quem o deu escolher o momento de recebê-lo de volta.

6.42.2 "Mas temo que os homens falem mal de mim." Age mal quem é grato por reputação, não por consciência. Tens dois juízes desta causa: o benfeitor, a quem não deves temer, e tu mesmo, a quem não podes temer. "E então? Se nunca surgir ocasião, permanecerei devendo para sempre?" Permanecerás; mas deverás abertamente, deverás livremente e conservarás com grande prazer aquilo que foi deixado em tua guarda. Quem se aborrece por ainda não ter retribuído arrepende-se de ter recebido. Por que aquele que te pareceu digno de te conceder um benefício deveria parecer indigno de ser teu credor por muito tempo?

43

6.43.1 Estão profundamente enganados os que julgam ser próprio de grande espírito oferecer, dar e encher os bolsos e as casas de muitos. Isso não exige grande espírito, mas grande fortuna. Não sabem quanto é maior e mais difícil receber do que prodigalizar. Pois, sem diminuir uma dessas ações — já que ambas têm igual valor quando praticadas com virtude —, não é próprio de espírito menor dever um benefício do que concedê-lo; e talvez seja até mais difícil dever, na medida em que se exige maior cuidado para conservar aquilo que recebemos do que aquilo que damos.

6.43.2 Portanto, não devemos preocupar-nos com a rapidez do pagamento nem correr para uma ocasião inadequada: erra igualmente quem deixa de retribuir no momento certo e quem se apressa a fazê-lo no momento errado. Ele depositou o benefício comigo; não temo nem por ele nem por mim. Possui boa garantia: só poderá perder esse benefício juntamente comigo — e, na verdade, nem juntamente comigo. Já lhe dei graças — isto é, já retribuí.

6.43.3 Quem pensa demais em retribuir um benefício supõe que o outro pensa demais em recebê-lo de volta. Seja tranquilo em ambos os sentidos. Se ele deseja receber o benefício, devolvamos e retribuamos com alegria; se prefere que permaneça guardado

conosco, por que desenterramos seu tesouro? Por que recusamos conservá-lo? Ele merece que lhe seja permitido escolher. Quanto à opinião e à fama, tratemo-las como coisas que devem seguir nossas ações, não conduzi-las.

LIVRO VII

I

7.1.1 Quero que mantenhas o ânimo, meu Liberal:

"A terra já está ao alcance; não te reterei aqui com longo canto, nem por rodeios e extensos proêmios."

Este livro reúne o que restou. Esgotada a matéria, procuro ao redor não o que dizer, mas aquilo que ainda não disse; receberás, porém, de bom grado tudo o que ainda resta, já que tens tempo para isso.

7.1.2 Se eu tivesse querido conquistar o favor do leitor, a obra deveria crescer pouco a pouco, e eu teria reservado para o fim aquela parte que até um leitor já saciado ainda desejasse. Mas concentrei logo no início tudo o que era mais necessário; agora recolho o que eventualmente me escapou. E, por Hércules, se me perguntas, não considero muito pertinente ao assunto — depois de expostos os preceitos que regulam os costumes — perseguir questões inventadas não para curar o espírito, mas para exercitar o engenho.

7.1.3 Demétrio, o Cínico — homem, a meu ver, grande mesmo quando comparado aos maiores — costuma dizer muito bem que aproveita mais ter poucos preceitos de sabedoria, desde que estejam sempre à mão e em uso, do que aprender muitos sem tê-los disponíveis quando necessários.

7.1.4 "Assim como", diz ele, "o grande lutador não é aquele que aprendeu todos os movimentos e todas as formas de agarrar, cujo emprego contra um adversário é raro, mas aquele que se exercitou bem e cuidadosamente em um ou dois e fica atento às oportunidades de empregá-los — pois não importa quantos golpes conheça, desde que conheça o bastante para vencer —, assim também neste estudo muitas coisas deleitam, poucas vencem.

7.1.5 Podes ignorar por que razão o oceano avança e recua; por que cada sétimo ano imprime uma marca na idade; por que a largura de um pórtico, vista de longe, não conserva suas proporções, mas as extremidades parecem estreitar-se até que, ao fim, os intervalos entre as colunas se confundam; o que faz com que os gêmeos sejam concebidos separadamente e nasçam juntos — se uma única união se reparte em dois seres ou se houve duas concepções —; por que os que nascem ao mesmo tempo têm destinos diferentes e separam-se pelos maiores espaços, embora entre seus nascimentos tenha havido tão pouca distância. Não te fará grande mal deixar de lado aquilo que nem podemos saber nem nos é útil saber. A verdade, envolta em mistério, esconde-se nas profundezas.

7.1.6 Nem podemos queixar-nos de uma natureza maligna, pois nada é difícil de descobrir senão aquilo cujo único fruto, depois de descoberto, consiste em tê-lo

descoberto. Tudo quanto há de nos tornar melhores e felizes ela colocou ou às claras ou muito perto de nós.

7.1.7 Se o espírito desprezou os acidentes da fortuna; se se elevou acima dos medos e não abraça o infinito com esperança ávida, mas aprendeu a buscar em si mesmo as riquezas; se expulsou o temor dos deuses e dos homens e sabe que do homem há pouco a temer, dos deuses nada; se, desprezando tudo aquilo com que a vida se atormenta enquanto se enfeita, chegou a compreender que a morte não é matéria de mal algum, mas o fim de muitos males; se consagrou o espírito à virtude e considera plano todo caminho por onde ela o chama; se, animal social e nascido para o bem comum, contempla o mundo como uma única casa de todos e abriu sua consciência aos deuses, vivendo sempre como diante do público e temendo mais a si próprio do que aos outros — então, retirado das tempestades, firmou-se em terreno sólido e sereno e completou todo o conhecimento útil e necessário. O restante são divertimentos do ócio; pois, uma vez recolhido o espírito em segurança, é permitido excursionar também por estudos que trazem ornamento ao engenho, não força."

2

7.2.1 Nosso Demétrio ordena àquele que progride que segure esses preceitos com ambas as mãos, que jamais os abandone; mais ainda, que os fixe em si e os transforme em parte de si mesmo, chegando por meditação diária ao ponto em que os pensamentos salutares surjam espontaneamente, estejam presentes em toda parte e imediatamente quando necessários, e sem demora se apresente a distinção entre o vergonhoso e o moralmente digno.

7.2.2 Saiba ele que nenhum mal existe senão o vergonhoso e nenhum bem senão o moralmente digno. Por essa regra distribua as ações da vida; segundo essa lei faça e julgue tudo; e considere os mais miseráveis dos mortais, por mais que resplandeçam em riquezas, aqueles entregues ao ventre e à luxúria, cujo espírito se entorpece num ócio inerte. Diga a si mesmo: "O prazer é frágil, breve, sujeito ao fastio; quanto mais avidamente é sorvido, mais depressa cai no contrário; logo é inevitável arrepender-se dele ou envergonhar-se. Nada nele há de grandioso nem digno da natureza humana, tão próxima dos deuses; é coisa baixa, serva das partes vergonhosas ou desprezíveis do corpo e repugnante em seu desfecho.

7.2.3 O prazer digno do homem e do homem verdadeiramente viril não consiste em encher o corpo, engordá-lo ou estimular desejos, cuja condição mais segura é o repouso, mas em estar livre das perturbações: daquela que a ambição provoca na luta dos homens uns contra os outros e daquela, intolerável, que vem do alto quando damos crédito às histórias contadas sobre os deuses e os avaliamos pelos nossos próprios vícios."

7.2.4 Esse prazer constante, destemido e que jamais sentirá tédio de si mesmo é experimentado pelo homem que acabamos de descrever, por assim dizer conhecedor

do direito divino e humano. Ele se alegra com o presente e não depende do futuro; pois nada firme possui quem se inclina para o incerto. Livre, portanto, das grandes preocupações que distorcem o espírito, não espera nem deseja coisa alguma e não se lança no duvidoso, contente consigo mesmo.

7.2.5 E não penses que, por isso, ele se contenta com pouco: tudo lhe pertence, mas não como tudo pertenceu a Alexandre, a quem, embora já estivesse à margem do mar Vermelho, faltava mais do que aquilo por onde viera. Nem sequer eram dele as coisas que dominava ou vencera. Quando Onesícrito, enviado à frente como explorador, errava pelo Oceano e procurava guerras num mar desconhecido,

7.2.6 não estava suficientemente claro que era pobre aquele que levava suas armas além dos limites da natureza, que, por uma cobiça cega, lançava-se de frente no profundo inexplorado e imenso? Que importa quantos reinos roubou, quantos entregou, quantas terras oprimiu com tributos? Falta-lhe tanto quanto ainda deseja.

3

7.3.1 Esse vício não foi apenas de Alexandre, a quem uma temeridade afortunada conduziu pelas pegadas de Líber e Hércules, mas de todos aqueles que a Fortuna inflamou precisamente ao satisfazê-los. Percorre Ciro, Cambises e toda a linhagem do reino persa: quem encontrarás a quem a saciedade tenha imposto um limite ao império, quem não tenha terminado a vida pensando em avançar ainda mais? Isso não admira: tudo o que chega ao desejo é devorado e ocultado em seu fundo; não importa quanto acumules dentro daquilo que não pode ser preenchido.

7.3.2 Somente o sábio possui todas as coisas e as conserva sem dificuldade. Não precisa enviar comandantes para além dos mares, demarcar acampamentos nas margens inimigas, distribuir guarnições em pontos estratégicos; não necessita de legião nem de esquadrões de cavalaria. Assim como os deuses imortais governam seu reino sem armas e, de um lugar elevado e tranquilo, guardam o que lhes pertence, assim o sábio cumpre sem tumulto seus deveres, embora se estendam por toda parte, e, como o mais poderoso e melhor dos homens, contempla abaixo de si todo o gênero humano.

7.3.3 Podes rir: é próprio de um grande espírito, depois de percorrer com a mente o Oriente e o Ocidente e penetrar até regiões remotas separadas por desertos, contemplar tantos animais, tão grande abundância de bens derramada pela natureza, e declarar, como um deus: "Tudo isto é meu." É assim que nada deseja, porque além de tudo não existe nada.

4

7.4.1 "Era isso que eu esperava!", dizes. "Agora estás preso. Quero ver como escaparás das redes em que caíste por vontade própria. Diz-me: como alguém pode dar alguma coisa ao sábio, se tudo pertence ao sábio? Aquilo mesmo que lhe é dado já é seu. Logo, não se pode conceder um benefício ao sábio: tudo quanto lhe é dado vem de seus

próprios bens. E, no entanto, afirmais que algo pode ser dado ao sábio. Percebe que faço a mesma pergunta a respeito dos amigos. Dizeis que tudo é comum entre amigos; logo ninguém pode dar coisa alguma a um amigo, pois lhe dá aquilo que já é comum a ambos."

7.4.2 Nada impede que uma mesma coisa pertença ao sábio e também àquele que a possui e a quem foi atribuída. Pelo direito civil, tudo pertence ao rei; contudo, aquilo sobre que o rei exerce domínio universal está distribuído entre proprietários particulares, e cada coisa tem seu possuidor. Podemos, portanto, dar ao rei uma casa, um escravo ou dinheiro, e não se diz que lhe damos algo que já era dele. Pois todas as coisas estão sob o poder do rei; a propriedade, porém, pertence a cada indivíduo.

7.4.3 Chamamos de território dos atenienses ou dos campanos aquilo que depois eles mesmos repartem entre si, delimitando os lotes de cada proprietário. Toda a região pertence certamente à comunidade, mas cada parcela é atribuída a um possuidor específico. Por isso podemos dar nossas terras à comunidade, embora se diga que elas pertencem à comunidade: pertencem a ela e a mim em sentidos diferentes.

7.4.4 Acaso há dúvida de que o escravo, com o seu pecúlio, pertence ao senhor? E, contudo, pode oferecer um presente ao senhor. Não é verdade que o escravo nada possua simplesmente porque deixaria de possuir se o senhor assim quisesse. E aquilo que dá voluntariamente não deixa de ser um presente pelo fato de que também poderia ser tomado contra a sua vontade.

7.4.5 Até aqui concordamos que tudo pertence ao sábio. Resta mostrar por argumento como, ainda assim, pode haver lugar para a liberalidade em relação a alguém a quem concedemos a posse universal de todas as coisas.

7.4.6 Tudo quanto os filhos possuem pertence ao pai; no entanto, todos reconhecem que o filho pode dar algo ao pai. Tudo pertence aos deuses; e, contudo, colocamos oferendas em seus altares e lhes lançamos moedas. Aquilo que é meu não deixa de ser meu por ser também teu: a mesma coisa pode pertencer a mim e a ti.

7.4.7 "Aquele a quem pertencem prostitutas é um cafetão; todas as coisas pertencem ao sábio; portanto, também as prostitutas pertencem ao sábio; mas aquele a quem pertencem prostitutas é um cafetão; logo o sábio é cafetão."

7.4.8 Do mesmo modo tentam impedir que o sábio compre alguma coisa: "Ninguém compra aquilo que é seu; tudo pertence ao sábio; logo o sábio não compra nada." Do mesmo modo impedem que ele tome dinheiro emprestado, pois ninguém paga juros sobre o próprio dinheiro. Levantam inúmeros sofismas desse tipo, embora compreendam perfeitamente o que queremos dizer.

5

7.5.1 O que afirmo é que todas as coisas pertencem ao sábio de tal maneira que, ainda assim, cada homem conserva a propriedade de seus bens particulares; assim como, sob um bom rei, tudo pertence ao rei pelo poder, mas aos indivíduos pela propriedade.

Chegará o momento de provar essa tese; por ora, para a questão presente, basta mostrar que posso dar ao sábio aquilo que, num sentido, lhe pertence e, em outro, me pertence.

7.5.2 Nem é de admirar que alguma coisa possa ser dada a quem tudo possui. Aluguei de ti uma casa: nela há algo teu e algo meu. A coisa é tua, o uso da coisa é meu. Por isso, se o colono te proibir, não tocarás nos frutos, embora tenham nascido em teu campo; e, se o trigo estiver caro e houver fome, verás, sem proveito para ti, "um grande monte pertencer a outro", embora tenha crescido em tua terra, nela esteja e venha a ser guardado em teu celeiro.

7.5.3 Não entrarás na casa que aluguei, embora sejas o proprietário; não levarás o teu escravo, se o aluguei; e, se aluguei de ti um veículo, receberás de mim um benefício caso eu te permita viajar em teu próprio carro. Vês, portanto, que alguém pode receber um presente ao receber aquilo que é seu.

6

7.6.1 Em todos os exemplos que acabo de apresentar há dois donos da mesma coisa. Como pode ser? Um é dono da coisa; outro, do uso. Dizemos que certos livros são de Cícero; Dorus, o livreiro, diz que esses mesmos livros são seus, e ambas as afirmações são verdadeiras. Um os reivindica porque os escreveu, o outro porque os comprou. E corretamente se diz que pertencem a ambos, pois de fato pertencem a ambos, mas não da mesma maneira. Assim, Tito Lívio pode receber de Dorus, como presente, ou até comprar dele os próprios livros.

7.6.2 Posso dar ao sábio alguma coisa que me pertence particularmente, embora tudo lhe pertença. Pois, como ele sabe que possui tudo do modo pelo qual um rei possui, enquanto a propriedade das coisas individuais está distribuída entre seus possuidores, poderá receber um presente, ficar devendo, comprar e alugar.

7.6.3 César possui tudo; contudo, somente seus bens particulares estão no fisco. Tudo está sob seu poder, mas apenas o patrimônio privado é de sua propriedade. Pode-se perguntar o que é dele e o que não é sem diminuir em nada o seu poder, pois aquilo que é julgado pertencer a outro ainda lhe pertence em outro sentido. Assim também o sábio possui tudo em espírito, mas pelo direito de propriedade possui apenas os seus bens particulares.

7

7.7.1 Bion demonstra por raciocínio primeiro que todos os homens são sacrílegos e depois que ninguém o é. Quando quer lançar todos do rochedo Tarpeio, diz: "É sacrílego quem retira dos deuses alguma coisa, a usa e a converte em proveito próprio; mas tudo pertence aos deuses; logo, tudo o que alguém retira, retira dos deuses, a quem tudo pertence; portanto, quem quer que tome alguma coisa é sacrílego."

7.7.2 Depois, quando quer que se arrombem os templos e se saqueie impunemente o Capitólio, afirma que ninguém comete sacrilégio, porque aquilo que é retirado de um lugar pertencente aos deuses é apenas transferido para outro lugar também pertencente aos deuses.

7.7.3 A isso se responde que todas as coisas pertencem, de fato, aos deuses, mas nem todas lhes são consagradas; e só há sacrilégio naquilo que a religião destinou à divindade. Assim, o mundo inteiro é templo dos deuses imortais — o único, na verdade, digno de sua grandeza —, mas nem por isso deixa de haver distinção entre o sagrado e o profano. Não é permitido fazer, naquele pequeno espaço marcado como santuário, tudo aquilo que se pode fazer sob o céu aberto e diante das estrelas. O sacrílego não pode causar dano a um deus, cuja natureza divina o colocou fora de todo alcance; ainda assim é punido como se tivesse pretendido causar esse dano: é sua intenção, tanto quanto nosso julgamento dela, que o torna culpado.

7.7.4 Portanto, é sacrílego aquele que subtrai uma coisa sagrada, embora, para onde quer que a leve, continue dentro dos limites do mundo. Do mesmo modo, o sábio também pode ser roubado: o que lhe é retirado não pertence àquela posse universal que atribuímos ao sábio, mas àquilo que está registrado juridicamente em seu nome e lhe pertence de modo particular.

7.7.5 Ele reconhecerá a primeira forma de posse, mas não desejará a segunda, ainda que possa obtê-la. Pronunciará aquela conhecida resposta do comandante romano a quem, em recompensa por sua coragem e pelos serviços prestados à República, foi concedido por decreto tanto terreno quanto pudesse circundar com o arado em um dia: "Não precisais de um cidadão que necessite de mais do que a parte de um cidadão." Julgarás ainda maior aquele que rejeitou o presente do que aquele que o mereceu. Muitos avançaram além dos limites alheios; ninguém, porém, impôs limites aos próprios desejos.

8

7.8.1 Assim, quando contemplamos o espírito do sábio, senhor de todas as coisas e capaz de percorrer o universo, dizemos que tudo lhe pertence. Mas, quando nos voltamos para este direito cotidiano e é preciso avaliá-lo pelo censo, será talvez inscrito entre os mais pobres. Há grande diferença entre avaliar seus bens pela grandeza do espírito e avaliá-los pelo registro censitário.

7.8.2 Mais ainda: ele recusaria possuir todas as coisas no sentido em que tu o entendes. Não falarei de Sócrates, Crisipo, Zenão e outros grandes homens — tanto maiores porque a inveja já não impede que se louve os antigos. Pouco antes mencionei Demétrio. Parece-me que a natureza o produziu em nossa época para mostrar que ele não podia ser corrompido por nós mais do que nós podíamos deixar de ser repreendidos por ele. Homem de sabedoria consumada — embora ele próprio talvez a negue —, de constância inflexível em seus propósitos e de uma eloquência digna

dos assuntos mais graves: não daquela que se ocupa de ornamentos e sutilezas verbais, mas de uma fala que segue o assunto com vigor e grandeza de espírito.

7.8.3 Não duvido de que a providência lhe tenha dado essa vida e essa capacidade de falar para que nossa época não ficasse sem exemplo nem censura. Se algum deus quisesse entregar a Demétrio nossas riquezas para que as guardasse, com a condição de não poder distribuir nada delas, ouso afirmar que ele recusaria e diria:

9

7.9.1 "Não me prenderei a esse fardo do qual não há saída, nem lançarei um homem livre e desembaraçado no profundo lodo das riquezas. Por que amontoas sobre mim aquilo que arruína os povos? Ainda que me fosse permitido distribuí-lo, eu não o receberia, pois vejo muitas coisas que não seria digno de mim dar. Quero contemplar aquilo que ofusca os olhos dos povos e dos reis; quero ver por que coisas se pagam vosso sangue e vossas vidas.

7.9.2 Primeiro, põe diante de mim os despojos da luxúria; se quiseres, dispõe-os em ordem — ou, melhor, lança-os todos num só monte. Vejo cascos de tartaruga trabalhados com laborioso requinte: a cobertura do animal mais feio e preguiçoso é comprada por preço imenso, e as próprias manchas que nela agradam são tingidas com cores artificiais para imitar o natural. Vejo mesas de madeira avaliadas pelo patrimônio exigido de um senador e tanto mais caras quanto mais defeituosa a árvore de que vieram, retorcida por numerosos nós.

7.9.3 Vejo recipientes de cristal, cujo preço aumenta por causa da própria fragilidade; pois o risco, que deveria diminuir o prazer, aumenta-o entre os inexperientes. Vejo vasos de pedra preciosa: evidentemente a luxúria ainda não seria suficientemente custosa se, antes de vomitar, os convivas não bebessem uns aos outros em gemas.

7.9.4 Vejo pérolas não mais destinadas uma a cada orelha. As orelhas já foram treinadas para suportar o peso: juntam-se pares, e sobre os pares acrescentam-se outras. A loucura das mulheres não teria superado suficientemente a dos homens se dois ou três patrimônios não pendessem de cada orelha.

7.9.5 Vejo vestes de seda — se é que merecem o nome de vestes aquelas em que nada há com que se possa proteger o corpo ou sequer o pudor; quando as veste, uma mulher dificilmente poderá jurar que não está nua. São trazidas por preço enorme de povos desconhecidos até do comércio, para que nossas matronas não mostrem mais de si aos amantes no quarto do que mostram em público."

10

7.10.1 "Que fazes, avareza? Quantas coisas já superaram em preço o teu ouro! Tudo o que acabo de enumerar goza de maior estima e custa mais. Agora quero reconhecer as tuas próprias riquezas: lâminas de ouro e prata diante das quais nossa cobiça perde a visão.

7.10.2 Mas, por Hércules, a terra, depois de produzir tudo quanto nos seria útil, enterrou e mergulhou essas coisas e, como se fossem nocivas e destinadas a tornar-se desgraça dos povos caso viessem à luz, deitou sobre elas todo o seu peso. Vejo que o ferro foi arrancado das mesmas trevas que o ouro e a prata, para que não faltassem nem instrumento para nossas mortes recíprocas nem preço para comprá-las.

7.10.3 Até aqui, ao menos, essas coisas têm alguma matéria; ainda há algo que o espírito pode acompanhar no erro dos olhos. Mas vejo documentos, títulos de dívida e garantias: simulacros vazios de propriedade, sombras de uma avareza laboriosa pelas quais se engana o espírito, satisfeito com a opinião do vazio. Que são o empréstimo a juros, o calendário das dívidas e a usura senão nomes inventados pela cobiça humana contra a natureza?

7.10.4 Posso queixar-me da natureza por não ter escondido mais profundamente o ouro e a prata, por não ter lançado sobre eles peso maior do que pudesse ser removido. Mas que são essas tabuletas, essas contas, esse tempo posto à venda e esses juros sanguinários? Males voluntários que dependem de nossas próprias instituições, nos quais nada existe que possa ser submetido aos olhos ou tocado pela mão: sonhos de uma avareza vazia.

7.10.5 Miserável é aquele que se deleita com o enorme livro de seu patrimônio, com vastas extensões de terras cultivadas por homens acorrentados, com imensos rebanhos que pastam através de províncias e reinos, com uma criadagem maior que povos guerreiros e com casas particulares que superam em extensão grandes cidades.

7.10.6 Depois de examinar bem tudo aquilo por onde espalhou e distribuiu suas riquezas e de se encher de orgulho, compare o que possui com o que deseja: é pobre. Deixa-me partir e devolver-me às minhas riquezas. Conheço o reino da sabedoria, grande e seguro: possuo todas as coisas de tal modo que pertencem a todos."

11

7.11.1 Assim, quando Gaio César lhe ofereceu duzentos mil sestércios, Demétrio riu e recusou, julgando que a soma não era sequer digna de que se vangloriasse por tê-la rejeitado. Deuses e deusas! Com que mesquinhez de espírito Gaio tentou honrá-lo — ou corrompê-lo!

7.11.2 É preciso dar testemunho a esse homem extraordinário. Eu o ouvi pronunciar uma frase grandiosa ao admirar a loucura de Gaio, que pensara poder mudá-lo por tão pouco: "Se decidira pôr-me à prova, deveria ter-me tentado com todo o seu império."

12

7.12.1 Portanto, alguma coisa pode ser dada ao sábio, embora tudo pertença ao sábio. Igualmente, nada impede que se dê alguma coisa a um amigo, embora digamos que tudo é comum entre amigos. Pois tudo é comum entre mim e meu amigo não como

entre sócios, de modo que uma parte seja minha e outra dele, mas como os filhos são comuns ao pai e à mãe: quando há dois, não cabe um a cada um, mas ambos pertencem a ambos.

7.12.2 Antes de mais nada, farei com que quem quer que seja esse que me chama a uma sociedade saiba que nada tem em comum comigo. Por quê? Porque essa comunhão existe somente entre sábios, entre os quais há amizade; os demais não são mais amigos do que são sócios.

7.12.3 Depois, há muitas maneiras de uma coisa ser comum. Os assentos reservados aos cavaleiros pertencem a todos os cavaleiros romanos; contudo, entre eles torna-se propriamente meu o lugar que ocupei. Se o cedo a alguém, embora tenha cedido uma coisa comum, parece-me, ainda assim, que lhe dei alguma coisa.

7.12.4 Certas coisas pertencem a certas pessoas sob condição determinada. Tenho lugar entre os cavaleiros não para vendê-lo, alugá-lo ou morar nele, mas somente para assistir ao espetáculo; por isso não minto se digo que tenho um lugar entre os cavaleiros. Mas, quando chego ao teatro, se todos os assentos estão ocupados, ao mesmo tempo tenho ali um lugar por direito, porque me é lícito sentar-me, e não o tenho, porque foi ocupado por aqueles com quem compartilho o direito ao lugar.

7.12.5 Considera que o mesmo acontece entre amigos. Tudo o que meu amigo possui é comum a nós, mas é propriamente dele porque está em sua posse; não posso usá-lo contra sua vontade. "Estás zombando de mim", dizes. "Se aquilo que pertence a meu amigo é meu, que me seja permitido vendê-lo." Não é permitido; também não te é permitido vender os assentos dos cavaleiros, embora sejam comuns a ti e aos demais cavaleiros.

7.12.6 O fato de não poderes vender uma coisa, consumi-la ou alterá-la para pior ou para melhor não prova que ela não seja tua; também é tua aquilo que é teu sob uma condição determinada.

13

[*lacuna*]

Recebi, mas certamente não menos. Para não prolongar a questão: um benefício, propriamente considerado, não pode ser maior; podem ser maiores e mais numerosas as coisas pelas quais o benefício é concedido; nelas — embora o texto latino esteja parcialmente corrompido — a benevolência se derrama e se compraz, assim como fazem os amantes, cujos beijos mais numerosos e abraços mais apertados não aumentam o amor, mas o exercitam.

14

7.14.1 Também esta questão que agora se apresenta já foi em grande parte resolvida nos livros anteriores; por isso será apenas tocada de passagem, pois os argumentos

usados em outros casos podem ser transferidos para este. Pergunta-se se aquele que fez tudo para retribuir um benefício de fato o retribuiu.

7.14.2 "Para veres que não o retribuiu", diz o adversário, "basta notar que fez tudo para retribuí-lo: é evidente, portanto, que não foi realizado aquilo para cuja realização lhe faltou ocasião. Também não pagou a seu credor o dinheiro aquele que procurou por toda parte alguém a quem pudesse pagar, mas não o encontrou."

7.14.3 Há ações em que se deve produzir o resultado; em outras, ter tentado tudo para produzi-lo vale como resultado. Se fez tudo para curar, o médico cumpriu seu papel; mesmo condenado o réu, o orador cumpriu o dever da eloquência se empregou toda a sua força; também se concede louvor ao general vencido quando prudência, diligência e coragem cumpriram suas funções.

7.14.4 Ele fez tudo para retribuir o benefício: tua felicidade o impediu. Nada de mais duro te aconteceu que pusesse à prova uma amizade verdadeira. Não pôde dar ao rico, assistir ao saudável, socorrer o feliz; ainda assim retribuiu, embora tu não tenhas recebido um novo benefício. Além disso, aquele que permanece constantemente atento a essa tarefa, espera sua ocasião e nela emprega muita preocupação e muito zelo trabalhou mais do que aquele a quem a primeira oportunidade permitiu retribuir rapidamente.

7.14.5 O caso do devedor é diferente: para ele não basta ter procurado o dinheiro se não o pagou. Ali permanece sobre sua cabeça um credor severo, que não deixa passar gratuitamente um só dia; aqui está um credor extremamente benigno, que, ao te ver correr de um lado para outro, inquieto e ansioso, diz: "Afasta do peito essa preocupação; deixa de te perseguir. Tenho de ti tudo quanto preciso; fazes-me injustiça se julgas que ainda desejo alguma coisa. Tua disposição chegou plenamente até mim."

7.14.6 "Diz-me", objeta alguém, "se ele tivesse devolvido o benefício, dirias que retribuiu; então estão na mesma condição aquele que devolveu e aquele que não devolveu?" Coloca agora diante disso o contrário: se ele tivesse esquecido o benefício recebido e nem sequer tentado ser grato, negarias que tivesse retribuído; mas este se cansou dia e noite, abandonou todos os outros deveres, atento e dedicado somente a este para que nenhuma ocasião lhe escapasse. Estarão, então, na mesma condição aquele que rejeitou toda preocupação de retribuir e aquele que nunca se afastou dela? És injusto se exiges de mim a coisa quando vês que não me faltou a disposição.

15

7.15.1 Em suma, imagina que foste capturado e que eu, tomando dinheiro emprestado e oferecendo meus bens em garantia ao credor, naveguei em inverno violentíssimo por costas infestadas de ladrões, atravessei todos os perigos que até um mar pacificado pode trazer, percorri todas as regiões desertas, procurando aqueles de quem todos fugiam, e finalmente cheguei aos piratas. Outro já te resgatara: negarás que eu tenha

retribuído? E se, nessa viagem, naufragando, perdi o dinheiro que tomara para tua salvação, ou se eu mesmo caí nas cadeias que pretendia retirar de ti, negarás que retribuí?

7.15.2 E, por Hércules, os atenienses chamam Harmódio e Aristogíton de tiranicidas, e a mão que Múcio deixou sobre o altar inimigo valeu como se Porsena tivesse sido morto. A virtude, lutando continuamente contra a Fortuna, brilha mesmo quando fica aquém do resultado pretendido. Fez mais por ti aquele que perseguiu ocasiões fugitivas e buscou sucessivos meios de retribuir do que aquele a quem a primeira oportunidade, sem suor algum, tornou grato.

7.15.3 "Ele", dizes, "te concedeu duas coisas: a intenção e a coisa; portanto, também lhe deves duas." Dirias isso com razão àquele que te devolvesse uma intenção ociosa; mas não podes dizê-lo a quem quer, tenta e nada deixa sem experimentar. Pois ele te oferece ambas as coisas na medida em que depende dele.

7.15.4 Além disso, nem sempre se deve igualar número a número: às vezes uma coisa vale por duas. Assim, uma vontade tão inclinada e tão ávida de retribuir ocupa o lugar da coisa. Mas, se o espírito sem a coisa não basta para retribuir, ninguém é grato aos deuses, aos quais oferecemos somente a vontade.

7.15.5 "Aos deuses", responde, "não podemos oferecer outra coisa." Mas, se também àquele a quem devo retribuir não posso oferecer coisa alguma além disso, por que não seria grato a um homem por meio daquilo mesmo que é tudo quanto ofereço aos deuses?

16

7.16.1 Se, porém, perguntas qual é minha opinião e queres uma resposta assinada: aquele que concedeu o benefício julgue que o recebeu de volta; aquele que o recebeu saiba que ainda não o devolveu. Um liberte o outro; o outro mantenha-se preso. Um diga: "Recebi"; o outro responda: "Ainda devo."

7.16.2 Em toda questão tenhamos diante dos olhos o bem comum. Devem ser fechados aos ingratos os refúgios das desculpas, para que não possam esconder neles sua recusa. "Fiz tudo." Continua fazendo.

7.16.3 Que pensas? Julgas nossos antepassados tão imprudentes que não compreendessem ser extremamente injusto colocar na mesma condição aquele que dissipou em luxúria ou no jogo o dinheiro recebido do credor e aquele que, num incêndio, num assalto ou por outro acidente mais triste, perdeu junto com os próprios bens também os alheios? Não admitiram desculpa alguma, para que os homens soubessem que a confiança deve ser sempre preservada. Era melhor não aceitar nem mesmo a justa desculpa de poucos do que permitir que todos experimentassem alguma.

7.16.4 Fizeste tudo para retribuir: isso baste a ele; a ti, não. Assim como aquele que deixa passar como inútil um esforço intenso e diligente é indigno de que se lhe

retribua, também tu és ingrato se, justamente porque ele recebe em pagamento tua boa disposição e te libera, não permaneces ainda mais disposto a dever-lhe. Não agarres essa liberação nem a proclames diante de testemunhas; continua procurando ocasiões de retribuir. Retribui a este porque cobra; àquele porque perdoa; a este porque é bom, àquele porque é mau.

7.16.5 Por isso não há razão para julgares que te diz respeito esta questão: deve alguém devolver um benefício recebido de um sábio se este deixou de ser sábio e se voltou para o mal? Devolverias um depósito que tivesses recebido de um sábio mesmo se ele se tornasse mau; devolverias um empréstimo: por que não também um benefício? Porque ele mudou, mudarás tu?

7.16.6 E então? Se tivesses recebido alguma coisa de um homem saudável, não a devolverias quando ele adoecesse, justamente quando sempre devemos mais ao amigo enfraquecido? Também este está doente no espírito: seja ajudado, seja suportado. A insensatez é uma doença do espírito.

17

7.17.1 Penso que se deve fazer uma distinção para que a questão fique mais clara. Há dois tipos de benefício: um, que somente um sábio pode conceder a outro sábio — este é o benefício completo e verdadeiro; outro, comum e vulgar, é aquele que circula entre nós, inexperientes.

7.17.2 Quanto a este último, não há dúvida de que devo retribuí-lo a quem quer que seja, ainda que tenha se tornado homicida, ladrão ou adúltero. Os crimes têm suas leis próprias; é melhor que um juiz corrija esses homens do que um ingrato. Que ninguém te torne mau porque ele o é. Ao mau lançarei de volta o benefício; ao bom o devolverei: a este porque devo, àquele para não dever.

18

7.18.1 Sobre o outro gênero de benefício existe dúvida. Se eu só pude recebê-lo enquanto sábio, então também só posso devolvê-lo a um sábio. "Imagina que eu o devolva: ele não pode recebê-lo; já não é capaz disso, perdeu a ciência de usá-lo. Que dirias se me mandasses devolver uma bola a um homem mutilado de uma das mãos? É tolice dar a alguém aquilo que ele não pode receber."

7.18.2 Para começar respondendo ao último argumento: não darei a ninguém aquilo que não puder receber; mas devolverei mesmo que ele não possa receber. Pois só posso obrigar quem recebe; mas posso libertar-me simplesmente devolvendo. Ele não poderá usar aquilo? Que veja ele: a culpa estará com ele, não comigo.

19

7.19.1 "Devolver", diz o adversário, "é entregar a alguém que receberá. Então? Se deves vinho a alguém e ele te manda derramá-lo numa rede ou numa peneira, dirás que o

devolveste? Ou desejarás devolver aquilo que, no próprio ato da devolução, se perde entre os dois?"

7.19.2 Devolver é entregar ao proprietário que o deseja aquilo que se lhe deve. Só isso me compete fazer. Que ele conserve o que recebeu de mim já é uma preocupação posterior. Devo-lhe fidelidade, não tutela; e é muito melhor que ele deixe de possuir a coisa do que eu deixe de devolvê-la.

7.19.3 Pagarei ao credor mesmo se ele levar imediatamente ao mercado aquilo que recebeu; se transferir a dívida a uma amante, pagarei a ela; e lhe darei as moedas mesmo se, com a túnica desatada, ele as deixar cair através das dobras do manto. Meu dever é devolver, não conservar e proteger aquilo que já devolvi. Devo guardar o benefício recebido enquanto não o retribuí; depois de devolvido, não. Enquanto está comigo, que permaneça seguro; mas, mesmo que vá escapar pelas mãos de quem o recebe, deve ser entregue a quem o reclama. Ao bom devolverei quando for conveniente; ao mau, quando pedir.

7.19.4 "Não podes devolver-lhe um benefício igual ao que recebeste", diz alguém; "recebeste de um sábio, devolves a um tolo." Não: devolvo-lhe aquilo que agora é capaz de receber. Se aquilo que recebi volta em condição inferior, não é por minha causa, mas pela dele. Se retornar à sabedoria, devolverei como recebi; enquanto permanecer entre os maus, devolverei na forma que ele consegue receber.

7.19.5 "E se", pergunta, "não apenas se tornou mau, mas feroz, desumano, como Apolodoro ou Fálaris? Ainda lhe devolverás o benefício recebido?" A natureza não admite mudança tão grande no caráter de um sábio. Não se cai diretamente do melhor estado ao pior; mesmo no mal é necessário conservar vestígios do bem. A virtude jamais se extingue de tal maneira que não deixe no espírito marcas firmes demais para que mudança alguma as apague.

7.19.6 Os animais selvagens criados entre nós, se escapam para as florestas, conservam alguma coisa da antiga mansidão e ficam tão distantes dos animais mais dóceis quanto dos verdadeiramente selvagens que nunca suportaram a mão humana. Ninguém que alguma vez se tenha prendido à sabedoria cai na extrema perversidade; foi tingido profundamente demais para que possa ser inteiramente lavado e passar para uma cor má.

7.19.7 Depois pergunto se esse homem é feroz apenas no espírito ou se sua ferocidade irrompe também para a ruína pública. Propuseste-me Fálaris e Apolodoro. Se um homem mau possui dentro de si a natureza desses tiranos, mas a conserva encerrada, por que não lhe devolveria seu benefício, para que nenhum vínculo jurídico continue a existir entre nós?

7.19.8 Mas, se não apenas se deleita com sangue humano, mas dele se alimenta; se exerce uma crueldade insaciável por meio de suplícios de todas as idades, e se enfurece não por ira, mas por certa avidez de crueldade; se degola filhos diante dos pais; se, não satisfeito com uma morte simples, tortura e não apenas queima os destinados a

morrer, mas os cozinha; se sua cidadela está sempre molhada de sangue fresco — então é pouco simplesmente não devolver-lhe o benefício. Tudo aquilo que o unia a mim foi cortado quando ele rompeu a sociedade do direito humano.

7.19.9 Se tivesse feito algum serviço a mim e depois levantasse armas contra minha pátria, teria perdido todo mérito anterior, e retribuir-lhe seria considerado crime. Se não ataca minha pátria, mas é um peso para a sua e, separado de meu povo, atormenta o próprio, ainda assim tamanha perversidade de espírito, embora não o faça meu inimigo, torna-o odioso para mim. O dever que tenho para com o gênero humano vem antes e vale mais do que aquele que tenho para com um único homem.

20

7.20.1 Embora assim seja, e embora desde o momento em que, destruindo todo direito, fez com que nada contra ele pudesse ser considerado ilícito eu tenha inteira liberdade diante dele, ainda assim julgarei necessário observar este limite: se meu benefício não lhe dará forças maiores para a ruína comum nem consolidará as que já possui, e se puder ser-lhe devolvido sem prejuízo público, eu o devolverei.

7.20.2 Salvarei seu filho pequeno: que dano esse benefício fará àqueles que sua crueldade dilacera? Não lhe fornecerei dinheiro com que mantenha seus guardas. Se desejar mármores e roupas luxuosas, aquilo que serve ao seu luxo não prejudicará ninguém; soldados e armas, porém, não lhe darei.

7.20.3 Se pedir como grande presente artistas de teatro, prostitutas e coisas que amoleçam sua ferocidade, oferecerei de bom grado. Não lhe enviaria trirremes nem navios de guerra, mas enviarei barcos de recreio, embarcações de luxo e outros brinquedos de reis que se divertem no mar. E, se sua cura estiver inteiramente desesperada, com a mesma mão darei um benefício a todos e devolverei a ele o seu: para naturezas como essa, a morte é remédio, e o melhor para aquele que jamais voltará a si mesmo é partir.

7.20.4 Mas essa perversidade é rara e sempre foi considerada um prodígio, como uma fenda na terra ou a erupção de fogo das cavernas do mar. Afastemo-nos, portanto, dela e falemos daqueles vícios que detestamos sem horror.

7.20.5 A esse homem mau que posso encontrar em qualquer fórum e de quem os indivíduos têm medo, devolverei o benefício que recebi. Não é justo que sua maldade me traga vantagem. Aquilo que não é meu volte ao dono. Seja ele bom ou mau, que importa para mim? Examinaria isso cuidadosamente se não se tratasse de devolver, mas de dar.

21

7.21.1 Este ponto pede uma história. Certo pitagórico comprara de um sapateiro um par de sapatos brancos de algum valor, mas não pagara à vista. Alguns dias depois voltou à oficina para saldar a dívida e, depois de bater por muito tempo à porta

fechada, apareceu alguém que lhe disse: "Por que perdes teu tempo? O sapateiro que procuras já foi levado e queimado. Isso talvez seja triste para nós, que perdemos para sempre os nossos; para ti, muito menos, pois sabes que ele há de renascer" — zombava do pitagórico.

7.21.2 Nosso filósofo voltou para casa sem muita resistência com seus três ou quatro denários, sacudindo-os de vez em quando. Depois, censurando em si aquele prazer secreto de não pagar e percebendo que sorrira para o pequeno lucro, retornou à mesma oficina e disse: "Para ti ele ainda vive; paga o que deves." Então, pela fresta de uma veneziana que se abrira, introduziu e lançou quatro denários na oficina, impondo a si próprio a pena por uma cobiça desonesta para não se habituar ao que era alheio.

22

7.22.1 Procura a quem devolver aquilo que deves; e, se ninguém cobrar, cobra de ti mesmo. Ser ele bom ou mau não te diz respeito: devolve, depois acusa. Esqueceste como os deveres foram divididos entre vós: ao benfeitor ordenou-se o esquecimento; a ti, beneficiado, mandamos lembrar. Erra, porém, quem pensa que, ao dizer que aquele que concedeu um benefício deve esquecê-lo, queremos arrancar-lhe a memória de uma ação tão honrosa. Alguns preceitos são formulados além da medida para que, por esse excesso, voltem à medida verdadeira.

7.22.2 Quando dizemos "não deve lembrar", queremos dizer: "não deve proclamá-lo, vangloriar-se nem tornar-se pesado." Há pessoas que contam em toda roda de conversa o benefício que concederam; falam disso sóbrias, não conseguem calá-lo bêbadas, empurram a história aos desconhecidos e a confiam aos amigos. Para que essa memória excessiva e acusadora se aquietasse, mandamos o benfeitor esquecer; exigindo mais do que se podia realizar, aconselhamos ao menos o silêncio.

23

7.23.1 Sempre que há pouca confiança naqueles a quem se dá uma ordem, é preciso exigir mais do que basta, para que realizem o bastante. Toda hipérbole se estende além da verdade para chegar à verdade pela falsidade. Assim, quando o poeta disse:

"Que em alvura superavam as neves, em corrida os ventos",

afirmou o impossível para que se acreditasse no máximo possível. E aquele que disse:

"Mais imóvel que estes rochedos, mais violento que o rio",

nem sequer esperava persuadir alguém de que um homem pudesse ser tão imóvel quanto um rochedo.

7.23.2 A hipérbole nunca espera alcançar tudo aquilo a que ousa chegar; afirma o incrível para atingir o crível. Quando dizemos "aquele que concedeu o benefício

esqueça-o", queremos dizer: "seja semelhante a quem esqueceu; que sua lembrança não apareça nem se imponha."

7.23.3 Quando dizemos que não se deve pedir de volta um benefício, não eliminamos inteiramente a lembrança ou a cobrança. Muitas vezes os maus necessitam de um cobrador e até os bons de uma advertência. Então não mostrarei a ocasião àquele que não a percebe? Não lhe revelarei minhas necessidades? Por que deixá-lo mentir que não sabia — ou lamentar não ter sabido? Que intervenha algumas vezes a lembrança, mas discreta, que não exija nem ameace levar a questão aos tribunais.

24

7.24.1 Sócrates disse certa vez, diante de seus amigos: "Eu teria comprado um manto, se tivesse dinheiro." Não pediu a ninguém; lembrou a todos. Houve disputa para saber de quem o receberia. E por que não haveria? Era muito pouco aquilo que Sócrates receberia; era muito, porém, ser aquele de quem Sócrates recebesse.

7.24.2 Poderia censurá-los com maior brandura? "Eu teria comprado um manto", disse, "se tivesse dinheiro." Depois disso, por mais que alguém se apressasse, daria tarde: Sócrates já tivera necessidade. Por causa dos cobradores ásperos proibimos pedir de volta — não para que jamais se faça, mas para que se faça raramente.

25

7.25.1 Aristipo, certa vez deleitado por um perfume, disse: "Malditos sejam esses efeminados que deram má fama a uma coisa tão bela!" Do mesmo modo devemos dizer: "Malditos sejam esses homens desonestos e importunos, que cobram seus benefícios como se exigissem restituição multiplicada, e arruinaram coisa tão bela quanto a lembrança entre amigos." Eu, porém, usarei esse direito da amizade e pedirei retribuição a alguém de quem eu próprio teria pedido um benefício, alguém que considerará como um segundo benefício ter tido a possibilidade de retribuir o primeiro.

7.25.2 Jamais, nem mesmo ao me queixar, direi:

"Lançado à praia e necessitado,
eu te acolhi e, insensato, dei-te parte de meu reino."

Isso não é lembrança, é insulto; é levar os benefícios ao ódio, é fazer com que ser ingrato pareça lícito ou até agradável. Basta, e sobra, despertar a memória com palavras humildes e familiares:

"Se algum bem te fiz, se algo meu te foi alguma vez agradável..."

E que ele responda: "Como não? Lançado à praia e necessitado, tu me acolheste."

26

7.26.1 "Mas nada conseguimos", diz alguém; "ele finge, esqueceu. Que devo fazer?" Agora perguntas aquilo que é mais necessário e com que convém encerrar toda esta matéria: como suportar os ingratos. Com espírito tranquilo, brando e grande.

7.26.2 Nunca um homem tão desumano, desmemoriado e ingrato te ofenda a ponto de deixar de te agradar tê-lo beneficiado; nunca uma injúria te arraste às palavras: "Quem dera eu não tivesse feito isso." Que até a infelicidade de teu benefício te agrade. Ele sempre se arrependerá, se nem agora tu te arrependes. Não há razão para indignar-te como se algo novo tivesse acontecido; deverias antes admirar-te se não tivesse acontecido.

7.26.3 Um se deixa deter pelo trabalho, outro pela despesa, outro pelo perigo; outro por uma vergonha indevida, para não confessar, ao retribuir, que recebeu; outro pela ignorância do dever, outro pela preguiça, outro pelas ocupações. Observa como os desejos humanos escancaram sempre a boca e pedem sem medida: não te admirarás de ninguém retribuir onde ninguém pensa ter recebido o bastante.

7.26.4 Qual deles possui espírito tão firme e sólido que possas depositar com segurança um benefício junto dele? Um enlouquece de luxúria; outro serve ao ventre; outro é todo lucro, olhando apenas para a soma, não para os caminhos por que ela veio; outro sofre de inveja, outro de ambição cega que corre para as espadas. Acrescenta o torpor da mente e a velhice; e, no extremo oposto, a agitação de um peito inquieto e tumultos incessantes. Acrescenta uma estima excessiva de si mesmo e uma arrogância insolente precisamente por aquilo que deveria torná-lo desprezível. Que direi da obstinação dos que se empenham no mal e da leviandade que sempre salta para outra coisa?

7.26.5 Juntem-se a isso a temeridade precipitada, o medo — conselheiro que jamais merece confiança — e mil erros em que somos arrastados: a ousadia dos mais covardes, a discórdia dos mais íntimos e esse mal comum, confiar no que é mais incerto e desprezar aquilo que já possuímos, coisas que nem sequer esperávamos poder alcançar. Em meio às paixões mais inquietas, procuras a coisa mais tranquila de todas: a fidelidade?

27

7.27.1 Se te ocorrer uma imagem verdadeira de nossa vida, parecerá que tens diante dos olhos a face de uma cidade recém-capturada, na qual, abandonado todo respeito pelo pudor e pelo justo, a força se reúne em conselho como se tivesse sido dado o sinal para confundir tudo. Não se poupam fogo nem ferro; os crimes foram soltos das leis; nem mesmo a religião, que protege os suplicantes em meio às armas inimigas, serve de obstáculo aos que correm para o saque.

7.27.2 Um rouba do particular, outro do público, outro do profano, outro do sagrado; um arromba, outro salta por cima; outro, não satisfeito com o caminho estreito,

derruba aquilo que o limita e chega ao lucro pela ruína. Um saqueia sem matar; outro carrega despojos com a mão ensanguentada; ninguém deixa de levar alguma coisa do outro. Em meio a essa avidez do gênero humano, não estás demasiado esquecido da sorte comum ao procurar entre os que roubam alguém que restitua?

7.27.3 Se te indignas porque há ingratos, indigna-te porque há luxuriosos, avaros, impudicos; indigna-te porque há doentes, deformes, velhos, pálidos. É um vício grave, intolerável, capaz de separar os homens, romper e dispersar a concórdia sobre a qual se apoia nossa fraqueza; mas é tão comum que nem mesmo quem dele se queixa consegue escapar-lhe.

28

7.28.1 Pensa contigo mesmo se retribuíste a todos aqueles a quem deveste, se nenhum dever jamais morreu em tuas mãos, se a memória de todos os benefícios te acompanha. Verás que aquilo que te foi dado quando criança escapou antes da juventude; o que te foi concedido na juventude não chegou contigo à velhice. Algumas coisas perdemos, outras lançamos fora, outras foram pouco a pouco saindo de nossa vista; de outras desviamos deliberadamente os olhos.

7.28.2 Para desculpar tua fraqueza: antes de tudo, a memória é um recipiente frágil e não basta para a multidão de coisas que nele se amontoam. É necessário que deixe sair tanto quanto recebe e que enterre as mais antigas sob as mais recentes. Assim aconteceu que a autoridade de tua ama se tornou mínima para ti, porque o tempo colocou o benefício dela muito longe; assim aconteceu que não restou reverência alguma por teu mestre; assim acontece que, ocupado com as eleições consulares ou concorrendo a um sacerdócio, esqueces aquele que pediu votos por ti quando disputavas a questura.

7.28.3 Talvez o vício de que te queixas, se te examinares com cuidado, o encontres em teu próprio peito. É injusto irritar-te com um crime comum; é tolo irritar-te com o teu. Para seres perdoado, perdoa. Tornarás o ingrato melhor suportando-o, certamente pior censurando-o. Não há razão para endurecer-lhe a fronte; deixa que conserve, se ainda lhe resta, algum pudor. Muitas vezes a voz mais alta daquele que insulta rompeu uma vergonha ainda hesitante. Ninguém teme ser aquilo que já parece ser; quando apanhado, perde o pudor.

29

7.29.1 "Perdi meu benefício." Acaso dizemos ter perdido aquilo que consagramos aos deuses? Entre as coisas consagradas está também o benefício, se foi bem concedido, ainda que tenha tido mau resultado. Ele não se revelou como esperávamos; sejamos nós como éramos, diferentes dele. O prejuízo não aconteceu naquele momento: apenas apareceu. A ingratidão não se revela sem alguma vergonha nossa, porque a queixa de um benefício perdido é sinal de que ele não foi bem concedido.

7.29.2 Na medida do possível, defendamos sua causa diante de nós mesmos: "Talvez não tenha podido; talvez não tenha sabido; talvez ainda vá fazê-lo." Um credor paciente e sábio tornou boas certas dívidas ruins sustentando-as e alimentando-as com prazo. Façamos o mesmo: alimentemos uma confiança enfraquecida.

30

7.30.1 "Perdi meu benefício." Tolo, não sabes quando ocorreu teu prejuízo. Perdeste-o quando o deste; agora isso apenas se tornou manifesto. Mesmo naquilo que parece definitivamente perdido, a moderação foi muitas vezes de grande proveito. Assim como os males do corpo, os vícios do espírito devem ser tratados com suavidade. Muitas vezes aquilo que poderia ser desatado pela paciência é rompido pela violência de quem puxa. Para que servem insultos, queixas, perseguições? Por que libertá-lo, por que dispensá-lo? Se é ingrato, já nada te deve.

7.30.2 Que sentido há em exasperar alguém a quem concedeste grandes coisas, para que de amigo duvidoso se torne inimigo certo e procure sua defesa na tua infâmia? Não faltará quem diga: "Não sei por que ele não conseguiu suportar alguém a quem devia tanto; deve haver alguma coisa por trás disso." Quem se queixa sempre respinga sobre a dignidade do superior, ainda que não a manche; e ninguém se contenta em inventar coisas pequenas quando procura dar crédito à mentira por sua grandeza.

31

7.31.1 Quanto melhor é o caminho pelo qual se preserva ao menos a aparência da amizade e, se ele quiser voltar à sanidade, a própria amizade! Uma bondade obstinada vence os maus, e ninguém possui um espírito tão duro e hostil ao que merece amor que, mesmo enquanto pratica uma injustiça, não ame os bons aos quais passa a dever também isto: que não foi punido por não pagar.

7.31.2 Volta, portanto, teus pensamentos para isto: "Não me retribuíram o benefício; que farei?" O que fazem os deuses, os melhores autores de todas as coisas: começam a conceder benefícios àqueles que nem os reconhecem e persistem em concedê-los aos ingratos.

7.31.3 Um acusa os deuses de negligência para conosco; outro, de injustiça; outro os lança para fora de seu mundo e os abandona inertes e entorpecidos, sem luz e sem obra alguma; outro chama o Sol — ao qual devemos ter dividido o tempo entre trabalho e repouso, ter escapado da confusão de uma noite eterna em vez de permanecermos mergulhados em trevas, o Sol que regula o ano pelo seu curso, alimenta os corpos, faz brotar as sementes e amadurece os frutos — de uma pedra qualquer, de um globo de fogos fortuitos ou de qualquer outra coisa, contanto que não seja um deus.

7.31.4 Ainda assim, à maneira dos melhores pais, que sorriem diante dos insultos de seus filhos pequenos, os deuses não deixam de acumular benefícios sobre aqueles que

duvidam dos próprios autores dos benefícios; distribuem, com curso uniforme, seus bens entre povos e nações. Tendo recebido uma única capacidade — fazer o bem —, espalham chuvas oportunas sobre a terra, movem os mares com os ventos, marcam o tempo pelo curso dos astros, suavizam invernos e verões pela intervenção de um sopro mais brando e suportam, tranquilos e propícios, o erro de nossos espíritos vacilantes.

7.31.5 Imitemo-los. Demos, ainda que muitos benefícios tenham sido dados em vão; demos, apesar disso, a outros; demos aos próprios homens junto dos quais já tivemos prejuízo. A ruína não impede ninguém de levantar novamente uma casa; e, quando o fogo consumiu nossos lares, lançamos os fundamentos enquanto o terreno ainda está quente; cidades engolidas são muitas vezes reconstruídas no mesmo solo — tão persistente é o espírito em boas esperanças. O trabalho humano cessaria em terra e no mar se não quiséssemos tentar de novo aquilo que antes foi tentado sem sucesso.

32

"Ele é ingrato." Não fez mal a mim, mas a si mesmo. Eu usufruí do meu benefício no momento em que o concedi. Nem por isso darei mais lentamente, mas com maior cuidado; o que perdi neste homem recuperarei em outros. Mas também a ele próprio darei novamente um benefício e, como bom agricultor, vencerei com cuidado e cultivo a esterilidade do solo. Meu benefício perdeu-se para mim; ele se perdeu para os homens. Não é próprio de um grande espírito dar um benefício e perdê-lo; próprio de um grande espírito é perdê-lo e continuar dando.

NOTA SOBRE A TRADUÇÃO DE SOBRE OS BENEFÍCIOS

A tradução de Sobre os Benefícios foi preparada diretamente do latim e revista como um único corpus depois de concluídos os sete livros. O texto-base é o de Robert A. Kaster na Oxford Classical Texts de 2022. Para os lugares em que a transmissão é difícil, foi consultado também Studies on the Text of Seneca's De beneficiis, no qual Kaster apresenta de forma desenvolvida as razões de muitas leituras impressas na edição crítica. A tradução inglesa de Miriam Griffin e Brad Inwood foi o principal controle interpretativo moderno; John W. Basore, a edição latina de Hosius e outras traduções serviram como cotejo subsidiário. Para os Livros I e II foram consideradas ainda as traduções portuguesas de George Felipe B. B. Borges e Brenner Brunetto O. Silveira; a versão integral de Alexandre Pires Vieira foi usada como testemunho comparativo, não como matriz.

O princípio geral foi fidelidade sem servilismo. Procurou-se conservar a arquitetura do argumento, as oposições, as perguntas retóricas, as repetições deliberadas e as mudanças de interlocutor, evitando ao mesmo tempo importar mecanicamente para o português a ordem das palavras ou construções que soariam artificiais. Sêneca escreve uma prosa fortemente retórica, em que a concisão e o efeito de contraste muitas vezes possuem função filosófica. Sempre que possível, a tradução preserva essa pressão verbal sem procurar embelezar o texto por meio de sinônimos que apagariam sua terminologia.

Alguns termos exigiram estabilidade particular. Beneficium é traduzido normalmente por benefício, porque o tratado constrói precisamente uma teoria dessa noção e a repetição faz parte do raciocínio. Gratia varia segundo o contexto entre gratidão, reconhecimento, favor e influência; na locução gratiam referre, preferiu-se em geral retribuir, evitando a expressão pouco natural “retribuir a gratidão”. Animus é frequentemente espírito quando designa o princípio moral da ação, mas pode ser ânimo, intenção ou disposição conforme o contexto. Honestum, em sentido técnico estoico, não foi reduzido mecanicamente a “honesto”: aparecem soluções como moralmente digno, bem moral ou virtuoso quando o português exige explicitação. Officium é dever nos lugares filosóficos, mas serviço ou função quando o uso é comum. Iniuria oscila entre injúria, ofensa e injustiça de acordo com a situação jurídica ou moral.

A tradução não pretende ocultar a história do texto. Onde Kaster imprime uma leitura segura, ela é traduzida. Onde a edição adota uma conjectura suficientemente provável, traduz-se o sentido aceito sem criar uma falsa discussão no corpo da obra. Onde o latim permanece irrecuperavelmente lacunoso ou corrompido, a perda é assinalada. Esse procedimento evita dois riscos opostos: transformar conjecturas editoriais em palavras silenciosamente atribuídas a Sêneca e tornar cada página ilegível por excesso de aparato.

A revisão final foi realizada transversalmente. Depois de traduzidos os sete livros, foram uniformizados beneficium, gratia, animus, honestum, utile, virtus, officium, voluntas, iniuria e outros termos recorrentes; conferiu-se a numeração livro-capítulo-seção; compararam-se passagens paralelas e eliminaram-se variações introduzidas apenas por hábito estilístico. O resultado não busca produzir uma falsa uniformidade: quando o

latim muda de palavra ou de registro, o português pode mudar também. A constância é reservada aos conceitos cuja repetição é parte do pensamento.

GUIA DE LEITURA DOS SETE LIVROS

LIVRO I — O primeiro livro estabelece o vocabulário fundamental. Sêneca começa pelo escândalo da ingratidão, mas desloca rapidamente a culpa de quem recebe para a responsabilidade de quem dá sem discernimento. A tese decisiva é formulada nos capítulos centrais: o benefício não é a coisa transferida, mas a ação benevolente e, sobretudo, o espírito de quem age. Essa definição explica por que um presente pequeno pode valer mais que um grande e por que a maneira de dar — prontidão, respeito, escolha — participa da própria substância moral do benefício. O livro termina com regras práticas sobre o que oferecer, a quem e em que circunstâncias.

LIVRO II — O segundo livro concentra-se no modo de conceder e receber. Sêneca examina tempo, discrição, antecipação do pedido, publicidade, humilhação e memória. O benfeitor ideal não obriga o outro a implorar, não transforma a dádiva em espetáculo e não exige reconhecimento imediato. O beneficiado, por sua vez, começa a retribuir já no modo como recebe: uma disposição grata possui valor antes de qualquer restituição material. Surge aqui com clareza a diferença entre benefício e empréstimo. O empréstimo pode ser cobrado por contrato; o benefício depende de uma confiança que seria destruída se o benfeitor agisse como credor.

LIVRO III — O terceiro livro amplia a teoria para a ingratidão e para relações sociais difíceis. A discussão sobre se a ingratidão deveria ser punida por lei permite a Sêneca mostrar por que a moralidade do benefício não pode ser inteiramente transformada em obrigação jurídica. O livro contém ainda uma das passagens mais importantes do tratado sobre a escravidão: um escravo pode conceder verdadeiro benefício ao senhor quando faz voluntariamente mais do que sua condição exige. A hierarquia jurídica permanece, mas deixa de determinar sozinha o valor moral. O argumento obriga o leitor romano a admitir que superioridade de estatuto não equivale a superioridade de virtude.

LIVRO IV — O quarto livro é o centro filosófico do tratado. Sêneca pergunta se o benefício deve ser concedido por si mesmo ou em vista de utilidade futura e responde em termos explicitamente estoicos: uma ação virtuosa não recebe seu valor do retorno externo. A discussão alcança a providência divina, a beneficência dos deuses, o problema do interesse próprio e a relação entre o moralmente digno e o útil. É também o livro em que o diálogo com posições epicuristas se torna mais visível. Ao fim dos quatro primeiros livros, o núcleo da doutrina está constituído: dar bem, receber bem e retribuir bem são formas de virtude, não técnicas para maximizar vantagem.

LIVRO V — A partir do quinto livro a investigação assume caráter mais dialético. Sêneca enfrenta paradoxos e casos-limite: alguém pode conceder benefício a si mesmo? Pode ser ingrato consigo? É possível ser vencido na disputa de benefícios? O valor dessas perguntas está menos nas respostas isoladas do que no teste a que submetem as definições anteriores. Se benefício exige duas pessoas e movimento de uma para outra, certas formulações

aparentemente plausíveis precisam ser rejeitadas. O livro mostra Sêneca pensando por distinções e objeções, e não apenas aconselhando condutas.

LIVRO VI — O sexto livro retorna ao problema da intenção por meio de situações em que o resultado se separa da vontade. Alguém quis beneficiar, mas o efeito foi mau; alguém produziu vantagem sem desejar fazê-lo; um terceiro mudou de intenção depois de agir. Sêneca procura determinar em que momento nasce a obrigação e até onde acontecimentos posteriores podem alterar o valor da ação. A extensão do livro revela a complexidade da teoria: se o benefício reside no animus, é preciso distinguir cuidadosamente intenção, execução, resultado, memória e oportunidade. O livro também insiste que o agradecimento não deve ser precipitado apenas para livrar-se do sentimento de dívida.

LIVRO VII — O último livro leva a discussão às formas mais extremas de dependência e reciprocidade. Sêneca examina o sábio, a riqueza, a amizade, a possibilidade de dever algo a homens moralmente inferiores e a ruptura legítima de uma obrigação quando o antigo benfeitor se torna nocivo. A conclusão retorna à questão que abriu o tratado: a existência de ingratos não deve destruir a disposição de fazer o bem. O risco de perder um benefício é inseparável da própria liberalidade. O bom agente não transforma experiências ruins em pretexto para abandonar a virtude. Assim, o sétimo livro fecha o círculo sem prometer que a reciprocidade sempre funcionará; a moralidade do dar precisa sobreviver justamente ao fato de que muitas vezes ela fracassa.

Lidos em sequência, os sete livros passam do ensino prático à análise conceitual e depois aos casos de fronteira. Essa arquitetura explica certas repetições. Sêneca não pretende oferecer um código em que cada regra seja enunciada uma única vez; retorna aos mesmos conceitos quando uma nova situação ameaça desfazê-los. A repetição é, em parte, método pedagógico e, em parte, consequência de uma investigação que pensa a vida moral por exemplos. O leitor pode, portanto, usar o tratado de duas maneiras: como percurso contínuo, acompanhando o refinamento da definição de benefício, ou como repertório de problemas, retornando aos livros conforme a questão — escolha, gratidão, ingratidão, escravidão, intenção, utilidade ou ruptura da obrigação.

GLOSSÁRIO FILOSÓFICO

BENEFICIUM — Benefício. Não é simplesmente a coisa dada nem uma vantagem material. Sêneca insiste que o benefício propriamente dito reside na ação e na disposição de quem dá. Dinheiro, cargo, proteção ou presente são matéria do benefício; sua qualidade moral depende da intenção, da escolha do destinatário e da forma de conceder.

GRATIA — Palavra de campo semântico amplo. Pode significar gratidão, reconhecimento, favor, influência ou relação favorável. Em Sobre os Benefícios, é central para a reciprocidade que se estabelece depois do beneficium. Na expressão gratiam referre, o sentido é retribuir: responder moralmente ao benefício recebido, não liquidar uma dívida comercial.

CLEMENTIA — Clemência. Virtude própria de quem possui poder para punir e voluntariamente modera a pena segundo razão e medida. Não equivale à incapacidade de agir, à fraqueza ou à tolerância indiscriminada. Em Da Clemência, é a forma pela qual o príncipe governa sua superioridade sem convertê-la em crueldade.

MISERICORDIA — Misericórdia ou compaixão entendida como perturbação diante do sofrimento alheio. Sêneca distingue-a da clemência porque, no esquema estoico, uma virtude deve proceder de juízo racional, não de paixão. Isso não significa insensibilidade ao sofrimento; significa que a ajuda correta não depende de perder o domínio do próprio julgamento.

CRUDELITAS — Crueldade. Não é simplesmente o ato de punir, mas o excesso, a disposição desmedida ou o prazer na punição. Em Da Clemência constitui o verdadeiro contrário da clementia. A crueldade é moralmente deformadora e politicamente perigosa porque produz medo, ódio e desejo de vingança.

SEVERITAS — Severidade. Pode ser compatível com a clemência quando permanece submetida à razão. A pena justa e proporcional não é, para Sêneca, crueldade. A distinção impede que clementia seja confundida com ausência de disciplina ou recusa de toda punição.

LIBERALITAS — Liberalidade, generosidade. Disposição de dar bem. Em Sobre os Benefícios não se identifica com prodigalidade: a virtude exige julgamento, medida, escolha de pessoa, tempo e modo adequados. Dar indiscriminadamente pode destruir a qualidade moral da dádiva.

OFFICIUM — Dever, função ou serviço. No vocabulário estoico pode designar a ação conveniente a um ser racional situado em determinadas relações. Nem todo officium é beneficium: aquilo que alguém é estritamente obrigado a fazer por sua posição pode constituir dever sem criar o excedente moral característico do benefício.

ANIMUS — Espírito, ânimo, disposição, intenção. É uma das palavras decisivas da prosa moral de Sêneca. Em Sobre os Benefícios, o valor da ação é frequentemente deslocado da coisa exterior para o animus do agente: o que importa é com que disposição se dá, recebe ou retribui.

VOLUNTAS — Vontade, intenção ou disposição voluntária. A espontaneidade é essencial ao benefício. Uma prestação arrancada por medo, constrangimento ou cálculo pode produzir vantagem material sem possuir a mesma qualidade moral de uma ação escolhida de boa vontade.

HONESTUM — O moralmente digno, o bem moral, o virtuoso. Trata-se de termo técnico central do estoicismo e não deve ser confundido com o uso moderno restrito de "honesto" como simples oposição a fraude. O honestum é aquilo que possui valor moral por si, independentemente de lucro, prazer ou êxito externo.

UTILE / UTILITAS — Útil / utilidade. Sêneca frequentemente explora a relação entre o que é moralmente digno e aquilo que parece vantajoso. No estoicismo, a utilidade verdadeira não pode contradizer a virtude, embora bens exteriores possam ser úteis em sentido comum sem constituírem bens morais.

VIRTUS — Virtude, excelência moral. É o único bem em sentido estrito na ética estoica. Dinheiro, saúde, posição social e segurança podem ser preferíveis, mas seu valor não é comparável ao da virtude. Clemência e liberalidade são estudadas como formas concretas de excelência na ação.

SAPIENS — Sábio. Figura-limite da ética estoica: aquele cujo juízo e conduta são plenamente racionais. Sêneca não se apresenta como sábio consumado; escreve frequentemente da perspectiva de quem progride. A presença do sapiens funciona como norma para avaliar ações reais, não como descrição do leitor comum.

INIURIA — Injúria, ofensa ou injustiça. Em Da Clemência, a resposta à ofensa é um teste do poder. Em Sobre os Benefícios, a iniuria pode romper ou deformar uma relação de reciprocidade. A escolha portuguesa varia porque o termo latino pode ter força moral, social ou jurídica.

FORTUNA — Fortuna, sorte, conjunto de circunstâncias externas. Quando personificada, aparece com inicial maiúscula. A Fortuna pode dar ou retirar riqueza, posição, segurança e ocasião; não pode, por si só, transformar uma ação moralmente boa em má. Essa distinção sustenta a independência estoica entre virtude e resultado externo.

RATIO — Razão, cálculo racional, princípio de julgamento. A razão não é apenas faculdade abstrata de argumentar: deve ordenar impulsos e ações. A clemência é virtude porque não nasce de mero enfraquecimento emocional, mas de uma ratio capaz de avaliar quando, por que e quanto punir.

NATURA — Natureza. No estoicismo, viver de acordo com a natureza significa viver conforme a estrutura racional do cosmos e conforme a natureza racional e social do ser humano. A sociabilidade desenvolvida em Sobre os Benefícios depende dessa ideia: ajudar, cooperar e reconhecer vínculos não são adições externas à ética, mas expressões da condição humana.

HUMANUM GENUS / SOCIETAS — Gênero humano / sociedade, comunidade. Sêneca apresenta a troca correta de benefícios como um dos vínculos que mantêm unida a convivência humana. As diferenças de estatuto não esgotam o valor moral das pessoas: um escravo, por exemplo, pode conceder ao senhor um benefício verdadeiro quando sua ação excede aquilo a que está juridicamente obrigado.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Para o texto latino dos dois tratados, a referência fundamental desta edição é Robert A. Kaster, L. Annaei Senecae De beneficiis libri VII; De clementia libri II; Apocolocyntosis (Oxford Classical Texts, 2022). O volume oferece uma base textual recente construída a partir do Nazarianus e da tradição posterior. Para compreender as decisões relativas a Sobre os Benefícios, deve ser lido em conjunto com Studies on the Text of Seneca's De beneficiis (2022), no qual Kaster discute detalhadamente problemas de cada um dos sete livros.

A tradução de Ingeborg Braren, Tratado sobre a clemência, permanece essencial no âmbito de língua portuguesa, inclusive porque sua introdução documenta com clareza a opção pela disposição de François Préchac e fornece ao leitor elementos para acompanhar

a controvérsia. A edição de Préchac, Sénèque: De la clémence, é historicamente importante para entender essa organização, embora a reconstrução estrutural não represente o consenso crítico atual. Para a tradição editorial mais recente de De Clementia, os trabalhos de Ermanno Malaspina e o comentário de Susanna Braund são referências fundamentais, ainda que não tenham sido reproduzidos nesta edição.

Para Sobre os Benefícios, Seneca: On Benefits, de Miriam Griffin e Brad Inwood, é o principal guia moderno empregado no controle interpretativo da tradução. Sua introdução situa o tratado nas práticas romanas de reciprocidade, patronato e amizade e evita reduzi-lo a um manual atemporal de generosidade. A antiga tradução de John W. Basore no terceiro volume de Moral Essays continua útil para cotejo. Em português, os trabalhos de George Felipe B. B. Borges e Brenner Brunetto O. Silveira para os Livros I e II oferecem tradução direta do latim e discussão terminológica; a edição bilíngue de Alexandre Pires Vieira permitiu um controle integral subsidiário.

Para a filosofia de Sêneca em sentido amplo, Reading Seneca: Stoic Philosophy at Rome, de Brad Inwood, foi uma referência constante nesta coleção. Paul Veyne, em Séneca y el estoicismo, insiste na necessidade de compreender simultaneamente a doutrina e a posição histórica do autor; Pierre Grimal, em Sénèque ou la conscience de l'Empire, permanece particularmente importante para a relação entre vida intelectual, corte e política imperial. Frédérique Ildefonse, Ciro Moroni Barroso, Andityas Soares de Moura Costa Matos e St. George Stock foram usados sobretudo para o pano de fundo do estoicismo antigo e para a ideia da filosofia como prática de vida. Michel Foucault foi mobilizado como interlocutor moderno para a tradição do cuidado e do trabalho sobre si.

A ponte entre filosofia e teatro foi construída a partir da bibliografia empregada nos dois volumes de Tragédias. A. J. Boyle, em Tragic Seneca, oferece um panorama decisivo da tradição teatral; Norman T. Pratt discute a dramaturgia e sua relação com o estoicismo; John G. Fitch fornece uma edição e tradução de conjunto particularmente útil; Alessandro Schiesaro, em The Passions in Play, analisa a dinâmica da paixão e da vingança em Tiestes; Charles Segal estuda em profundidade linguagem e desejo em Fedra; Elaine Fantham ilumina As Troianas; e C. A. J. Littlewood examina representação e ilusão no teatro senequiano. Zélia de Almeida Cardoso foi referência importante para os estudos brasileiros sobre as tragédias.

Para as obras limítrofes do corpus dramático, Rolando Ferri é a referência principal aqui utilizada para Otávia, hoje geralmente atribuída a um autor posterior a Sêneca, e P. T. Eden para a Apocolocintose. A presença dessas obras no projeto editorial foi relevante para o presente volume porque ambas devolvem o leitor ao ambiente júlio-claudiano: Otávia dramatiza Nero e o próprio Sêneca como personagens; a Apocolocintose satiriza Cláudio e ajuda a compreender, por contraste, o problema da resposta do poder às ofensas discutido em Da Clemência.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Ciro Moroni. Filosofia da Stoa: as teses de Zenão e Cleantes. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

BASORE, John W. (trad.). Seneca: Moral Essays. Vol. III. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1958.

BOYLE, A. J. Tragic Seneca: An Essay in the Theatrical Tradition. London: Routledge, 1997.

BORGES, George Felipe B. B.; SILVEIRA, Brenner Brunetto O. Sobre os Benefícios, Livro Primeiro. Hypnos, n. 42, 2019, p. 114-154.

BORGES, George Felipe B. B.; SILVEIRA, Brenner Brunetto O. Sobre os Benefícios, Livro Segundo. Hypnos, n. 44, 2020, p. 95-179.

CARDOSO, Zélia de Almeida. Estudos sobre as tragédias de Sêneca. São Paulo: Alameda, 2005.

EDEN, P. T. Seneca: Apocolocyntosis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FANTHAM, Elaine. Seneca's Troades: A Literary Introduction with Text, Translation, and Commentary. Princeton: Princeton University Press, 1982.

FERRI, Rolando. Octavia: A Play Attributed to Seneca. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FITCH, John G. Seneca: Tragedies. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002–2004. 2 v.

FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRIFFIN, Miriam; INWOOD, Brad (trad.). Seneca: On Benefits. Chicago; London: University of Chicago Press, 2011.

GRIMAL, Pierre. Sénèque ou la conscience de l'Empire. Paris: Fayard, 1991.

ILDEFONSE, Frédérique. Os estoicos I. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

INWOOD, Brad. Reading Seneca: Stoic Philosophy at Rome. Oxford: Clarendon Press, 2005.

INWOOD, Brad (org.). Os estoicos. Trad. Paulo Fernando Tadeu Ferreira e Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006.

KASTER, Robert A. (ed.). L. Annaei Senecae De beneficiis libri VII; De clementia libri II; Apocolocyntosis. Oxford: Clarendon Press, 2022. Oxford Classical Texts.

KASTER, Robert A. Studies on the Text of Seneca's De beneficiis. Oxford: Oxford University Press, 2022.

LITTLEWOOD, C. A. J. Self-Representation and Illusion in Senecan Tragedy. Oxford: Oxford University Press, 2004.

MATOS, Adityas Soares de Moura Costa. A filosofia como forma-de-vida: uma introdução ao estoicismo greco-romano. São Paulo: Loyola, 2023.

PRATT, Norman T. Seneca's Drama. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.

PRÉCHAC, François (ed. e trad.). Sénèque: De la clémence. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

RAGAZZI, Alexandre. Viver de acordo com a natureza no estoicismo e na arte. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, v. 15, n. 35, set.-dez. 2025.

SCHIESARO, Alessandro. The Passions in Play: Thyestes and the Dynamics of Senecan Drama. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SEGAL, Charles. Language and Desire in Seneca's Phaedra. Princeton: Princeton University Press, 1986.

SÊNECA. Sobre a ira; Sobre a tranquilidade da alma. Trad., introd. e notas José Eduardo S. Lohner. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2014.

SÊNECA. Tratado sobre a clemência. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 2013. Tradução originalmente publicada em 1990.

STOCK, St. George. Guia do estoicismo. Trad. Paulo Velloso. Campinas: CEDET/Auster, 2024 [1908].

VEYNE, Paul. Séneca y el estoicismo. Trad. Mónica Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

VIEIRA, Alexandre Pires. Sobre os Benefícios. Edição bilíngue português-latim. Montecristo, 2019.